



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NÍVEL DOUTORADO

Roberto Airon Silva

**UMA ARQUEOLOGIA DAS CASAS FORTES: ORGANIZAÇÃO
MILITAR, TERRITÓRIO E GUERRA NA CAPITANIA DO RIO
GRANDE – SÉCULO XVII**

SALVADOR

2010

Roberto Airon Silva

**UMA ARQUEOLOGIA DAS CASAS FORTES: ORGANIZAÇÃO MILITAR,
TERRITÓRIO E GUERRA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE – SÉCULO XVII**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Antropologia / Arqueologia, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne

Salvador

2010

ROBERTO AIRON SILVA

**UMA ARQUEOLOGIA DAS CASAS FORTES: ORGANIZAÇÃO
MILITAR, TERRITÓRIO E GUERRA NA CAPITANIA DO RIO
GRANDE – SÉCULO XVII**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia/Arqueologia, e aprovada em 22 de novembro de 2010, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Scott Joseph Allen (UFPE)
Doutor em Antropologia pela *Brown University*



Prof. Dra. Iara Maria de Almeida Souza (UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof. Dra. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (UFBA)
Doutora em Ciência Social pela Universidade de São Paulo



Prof. Dr. George Evergton Sales Souza (UFBA)
Doutora em História Moderna e Contemporânea pela *Université de Paris IV*



Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne (UFBA)
Doutor em *Quaternaire Geologie Paleontologie Humaine Et Pres* pelo *Institut de Paléontologie Humaine Muséum National D'histoire Naturelle*

Dedico este trabalho a meus dois filhos, Lívio César e Ana Beatriz, por sua presença deveras importante e decisiva em minha vida e existência.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus, acima de tudo e de todos, que pela misericórdia d'Ele me permitiu chegar até aqui.

Ao meu orientador, o professor Dr. Carlos Etchevarne, pela extrema paciência e competência com que me apoiou, orientou e escudou, e a quem admiro como pessoa, profissional da arqueologia e docente.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, e em especial à Prof^a Dra Rosário que me deu apoio desde o início.

À Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da mesma, que me deu sustentação institucional permitindo-me uma bolsa da CAPES.

Ao corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da qual faço parte, e em quem pude contar com apoio institucional, permitindo-me afastamento para este doutorado.

Aos meus filhos, que tantas vezes nesta preparação de tese, em meio às férias, desfrutaram poucos sorrisos do pai e amargaram longas distâncias de pensamento do mesmo.

À Soraya, que me ajudou bastante com companheirismo, opinião profissional e carinho.

À minha mãe, Maria do Carmo de Mesquita Silva (in memoriam), que sempre me dedicou o maior dos apoios e dos amores que pude ter, bem como a meu pai, José Herculano da Silva, que nunca deixou de me orientar na vida sempre que preciso e que tem grande orgulho do seu filho.

À professora Fátima Lopes, colega e amiga, pelas muitas conversas, apoio e pelos préstimos que foram muito além de livros emprestados.

Às outras pessoas que me ajudaram neste caminho final de tese e que se por acaso não registrei aqui o nome, jamais serão esquecidas e a quem sou grato.

Ao historiador Olavo Medeiros Filho (in memoriam) do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que nos deixou saudades e a quem sou grato pelas excelentes indicações de leitura quando cheguei ao Rio Grande do Norte.

A todos àqueles que porventura pensaram não ser possível a mim, finalizar esta tese, desejo que Deus tenha misericórdia de vossas vidas.

“Assim, apesar de os homens estarem sempre inclinados, enquanto engajados numa determinada guerra, a julgá-la a maior, e depois que ela termine voltarem a admirar mais os acontecimentos anteriores, ficará provado, para quem julga por fatos reais, que a presente guerra terá sido mais importante que qualquer outra ocorrida no passado.”

(TUCÍDIDES, “A Guerra do Peloponeso”, Livro Primeiro, Capítulo 21)

RESUMO

Este trabalho se insere na perspectiva de preencher lacunas nos estudos arqueológicos sobre o Rio Grande do Norte, principalmente, quanto à necessidade de promover o aprofundamento no campo da arqueologia histórica ou arqueologia das sociedades modernas. O que significa, então, promover a aproximação da arqueologia das outras ciências humanas e sociais, no que concerne a análise da configuração social que está por detrás dos vestígios materiais deixados por certa sociedade. As casas fortes, enquanto parte componente do projeto colonial de poder e de ação militar foi o objeto de estudo desta tese pelo interesse de se estudar a presença destas no espaço colonial e em função dos vestígios materiais existentes. Esta pesquisa buscou então, identificar, classificar, descrever e analisar as casas fortes no contexto das capitanias do Estado do Brasil, desde a segunda metade do século XVII ao início do XVIII. A presença de edificações preparadas para servir de residência, espaço de defesa e marco territorial de posse senhorial tem suas origens no espaço ibérico de fins da Idade Média e se estendem, com adaptações próprias, aos diversos espaços coloniais portugueses, inclusive o Brasil. As casas fortes, mesmo com as especificidades de sua presença no Rio Grande do Norte colonial, foram parte de um longo processo que foi o da formação territorial e do projeto de ação militar no enfrentamento de grupos étnicos resistentes à colonização, que foram os grupos indígenas do sertão, os índios tapuias. A metodologia da pesquisa orientou-se em três perspectivas na coleta de dados empíricos, que se iniciou com a análise bibliográfica e documental, e seguiu, posteriormente, com a leitura de relatos etnográficos e a cartografia histórica, e por último, com a coleta, classificação e interpretação arqueológica dos vestígios materiais nos próprios sítios. Além da elaboração de um quadro de definições dessas estruturas construídas no século XVII, foram feitas análises da variabilidade e da mobilidade de definição e significados de casas fortes, bem como as suas especificidades no contexto do Brasil e do Rio Grande do Norte colonial e das características gerais e pontuais dos dois exemplos de análise arqueológica.

Palavras – chave: Arqueologia; arqueologia das sociedades modernas; casas fortes; guerra e colonização no Brasil; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

This research is in prospect to fill gaps in the archaeological studies on the Rio Grande do Norte, mainly on the need to promote further the field of archeology, in this case the historical archeology or archeology of modern societies. What does it mean, then, to promote the rapprochement of the archeology of the other humanities and social sciences, regarding the analysis of the social setting that is behind the material traces left by a certain human groups. The “casas fortes”, while a component part of the colonial project of power and military action was the object of study in this thesis by the interest in studying the colonial presence in the area and depending on the material remains available. This research therefore sought to identify, classify, describe and analyze the “casas fortes” in the context of the captaincy of the State of Brazil, since the second half of the seventeenth century to the beginning of the eighteenth. The presence of buildings equipped to serve as a residence, space and defense of territorial possession in manorial marking has its origins in the Iberian of the late Middle Age and extend, with their own adaptations, the various Portuguese colonial spaces, including Brazil. The “casas fortes”, even with the specifics of its presence in Rio Grande do Norte colonial, were part of a long process that was the colonial territoriality mechanism and the design of military action in confronting the ethnic groups resistant to colonization, the indigenous groups that were the interior, the Indians Tapuias. The research methodology was guided into three perspectives in empirical data collection, which began with a literature review and documentary, and followed later with the reading of the ethnographic and historical cartography, and finally, to the collection, classification and interpreting the material remains in archaeological sites themselves. Besides drawing up a framework of definitions of structures built in the seventeenth century, was analyzed the variability and mobility of the definition and significance of “casas fortes” and their specificities in the context of Brazil and Rio Grande do Norte and general characteristics of colonial and off the two examples of archaeological analysis.

Key - words: historical archeology; casas fortes; war and colonization in Brazil; Rio Grande do Norte.

RÉSUMÉ

Cette recherche est dans la perspective de remplir les lacunes dans les études archéologiques sur le Rio Grande do Norte, principalement sur la nécessité de promouvoir davantage le domaine de l'archéologie, de l'archéologie historique ou des sociétés modernes. Qu'est-ce que cela signifie, ensuite, de promouvoir le rapprochement de l'archéologie des sciences humaines et d'autres sciences sociales, en ce qui concerne l'analyse du contexte social qui se trouve derrière les traces matérielles laissées par une certaine société. La "casas fortes", tandis qu'une partie composante du projet colonial de la puissance et l'action militaire a été l'objet d'étude dans cette thèse par l'intérêt dans l'étude de la présence coloniale dans la région et selon le matériau reste disponible. Cette recherche a donc cherché à identifier, classer, décrire et analyser la "casas fortes" dans le contexte de la capitainerie de l'État du Brésil, depuis la seconde moitié du XVIIe siècle au début du XVIIIe siècle. La présence de bâtiments équipés pour servir de résidence, l'espace et la défense de la possession territoriale dans le seigneurial signification a ses origines dans la péninsule ibérique de la fin du Moyen Age et à étendre, avec leurs propres adaptations, les différents espaces coloniale portugaise, dont le Brésil. La "casas fortes", même avec les détails de sa présence dans le Rio Grande do Norte coloniale, faisaient partie d'un long processus qui a été le domaine de la formation et la conception d'une action militaire pour faire face aux groupes ethniques résistants à la colonisation, les groupes autochtones qui ont été l'intérieur, le tapuias Indiens. La méthodologie de recherche a été guidée en trois points de vue dans la collecte de données empiriques, qui a commencé par une revue de la littérature et documentaires, et suivi plus tard par la lecture de la cartographie ethnographique et historique, et enfin, à la collecte, le classement et l'interprétation des vestiges de sites archéologiques eux-mêmes. Outre l'élaboration d'un cadre de définitions de structures construites au XVIIe siècle, a été analysé la variabilité et la mobilité de la définition et significations de "casas fortes" et de leurs spécificités dans le contexte du Brésil et de Rio Grande do Norte et les caractéristiques générales de la domination coloniale et hors les deux exemples d'analyse archéologique.

Mots - clés: archéologie historique; casas fortes; la guerre et la colonisation au Brésil; Rio Grande do Norte.

LISTA DE FIGURAS

- 01- Casa forte em Biescas (Província de Huesca em Aragão - Espanha)
- 02 - Casa e Torre de Terreros – País Vasco (Espanha)
- 03 - Casa Forte de Hueto Abajo – parte anterior (Província de Álava – País Vasco)
- 04 - Casa Forte de Hueto Abajo – parte anterior II
- 05 - Casa Forte de Hueto Abajo – vista lateral
- 06, 07, 08 e 09 - Desenhos de reconstituição: Catapulta e Ariete; modelo de besta medieval e Torre de Assalto.
- 10 - Casa Torre de Los Zárates (Província de Álava – País Vasco)
- 11 - Casa Torre de Artazuela ou Casa de Antonino (Álava - País Vasco)
- 12 - Torre de Terreros (Província de Zalla – País Vasco)
- 13 - Mapa de distribuição das fortificações militares à época de D. Dinis.
- 14 – Castelo de Belmonte - Beira Baixa (Portugal).
- 15 – Castelo de Mogadouro - Santa Maria – Bragança (Portugal).
- 16 – Torre de Vilar na freguesia do Vilar do Torno e Alentém – Porto (Portugal).
- 17 – Torre de Grade – Entre-Douro-e-Minho (Portugal) parte posterior.
- 18 - Torre de Grade - Entre-Douro-e-Minho (Portugal) parte anterior.
- 19 – Casa forte ou Diaolou, em Yinglong Lou – Vila de Sanmenli (Cidade de Kaiping – Província de Guangdong – China).
- 20 – Casa forte ou Diaolou em Yinglong Lou – Vila de Sanmenli.
- 21 – Casa forte ou Diaolou em Yinglong Lou – Vila de Sanmenli.
- 22 – Casa forte ou Diaolou (Torre Comunal na Vila de Majianglong).
- 23 – Zhenglou e as muralhas anexas da antiga cidade de X`ian.
- 24 – Ruínas da Casa (Castelo) da Torre de Garcia D`Ávila, em Tatuapara – Camaçari-BA.
- 25, 26, 27, 28, 29,30, 31 e 32 - Reprodução dos desenhos (esboços) do trabalho de Francisco Ruas sobre as torres e casas fortes (1548-1648)
- 33 e 34 - Desenhos de mosquete de forquilha, mosquete de mecha e de arcabuz do século XVII.
- 35 - Imagens de arcabuzes (mosquetes) e pistolas dos séculos XVI e XVII.
- 36 – Desenhos de lanças ou piquetes da cavalaria brasileira.

- 37 – Desenhos de armas brancas – espadas dos séculos XVII ao XIX.
- 38 – Reprodução de um Corpo d’Armas dos séculos XVI e XVII.
- 39 - Mapa do holandês Sebastian Munster (1540) intitulado “Totius Africae Tabula, e descriptio universalis, criam ultra Ptolomei limites extensa”.
- 40 - Mapa do italiano Giacomo Gastaldi (Veneza – 1548) intitulado “África Nova Tabula”.
- 41 - Mapa de Abraham Ortelius (1570) intitulado “Africae Tabula Nova”.
- 42 - Mapa dos Descobrimentos (reprodução).
- 43 - Detalhe do Mapa dos Descobrimentos com as áreas sob domínio da Coroa portuguesa no Brasil, África e na Ásia.
- 44 - Planta de Málaca, situada na rota do Índico e desenhada por Pedro Barreto Resende, na obra “Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental”, de autoria do cronista Antonio Bocarro (1635).
- 45 - Planta da povoação e da praça- forte de Moçambique (África Oriental) desenhada por Pedro Barreto Resende na obra: “Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental”, da autoria de Antonio Bocarro (1635).
- 46 - Planta da praça-forte de Macau, desenhada por Pedro Barreto Resende, na crônica de Antonio Bocarro (1635).
- 47 - Planta da cidade de Salvador intitulada “Planta da Restituição da Bahia” de João Teixeira Albernaz (1631)
- 48 - Desenho dos contornos da costa brasileira de: André Thevet, “Cosmographie Universelle”, de 1575.
- 49 – Reprodução do mapa de André Thevet com os contornos geográficos do Novo Mundo em 157.
- 50 - Detalhe do mapa de André Thevet (1575) com os contornos territoriais das capitanias portuguesas e o recorte da costa do Rio Grande do Norte.
- 51 - Mapa de Abraham Ortelius (Antuérpia - 1587) intitulado “Typus Orbis Terrarum”.
- 52 - Detalhes do mapa de Abraham Ortelius, destacando a porção meridional do Novo Mundo com os contornos das costas das capitanias no Brasil.
- 53 - Mapa da divisão em capitanias de Luiz Teixeira Albernaz (c. 1586) baseado nos levantamentos hidrográficos levados a cabo pelos portugueses desde 1573 na costa brasileira.
- 54 - Detalhe ampliado do mapa de Luiz Teixeira Albernaz (c. 1586) com as linhas de demarcação e o recorte da costa da capitania (depois capitanias do Ceará e do Rio Grande) pertencente a João de Barros com a referida hidrografia.
- 55 - Detalhe do mapa da capitania do Rio Grande com a planta da Fortaleza dos Reis Magos, de João Teixeira Albernaz, o velho, desenho presente na obra atribuída a Diogo Campos Moreno: “Livro que dá Razão ao Estado do Brasil” (c.1616).

56 - Mapa Mundi de Willem Janszoon Blaeu (Amsterdam, 1662) intitulado: “Nova et Acuratissima Totus Terrarum Orbis Tabula Auctore Joanne Blaeu”.

57 - Detalhes dos contornos com a hidrografia da costa do Brasil e da capitania do Rio Grande do mapa de Joanne Blaeu (1662).

58 - Mapa de Luiz Teixeira Albernaz: “Mundo Novo”, de 1681, com os contornos da costa e com destaque para os brasões reais nas áreas correspondentes às possessões espanholas e portuguesas no século XVII.

59 - Destaque da parte referente ao Brasil no mapa de Luiz Teixeira (1681) com o brasão português.

60 – Mapa “Novissima et Acuratissima Totius Americae Descriptio”, de Frederik De Wit (Amsterdã-1635).

61 - Detalhe ampliado do mapa de Frederik De Wit, “Novissima et Acuratissima Totius Americae Descriptio”.

62 - Detalhe pormenorizado do mapa de Frederik De Wit das capitanias da Paraíba, Rio Grande e Siará e da ilha de Fernando de Noronha, dos rios da costa das três capitanias, dos territórios de índios janduís e tapuias e da povoação de Natal de los Reyes (Natal).

63 - Mapa de Cornelius Danckerts (1640) intitulado: “Eygentlyke Afbeeldinge van de Cuft Tubchen C. S. Augustyn ende Rio Grande in Westjndien”, em tempos da conquista holandesa de parte do nordeste colonial.

64 – Detalhe ampliado do mapa de Danckerts da linha costeira com os rios das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e no extremo leste do mapa o rio Grande.

65 - Mapa de Nicolas De Fer, “Le Bresil dont le Côtes sont divisées en Capitaineries” (1719).

66 - Detalhe ampliado do mapa de Nicolas De Fer (1719), com as capitanias do Pará, Maranhão (Maragnon), Ceará (Siará) e Rio Grande.

67 - Mapa de Pieter Van der Aa, “Le Bresil suivant Le nouvelles observations de Messrs de La Academie Royale de Sciences” (1729).

68 - Detalhe ampliado do mapa de Pieter Van der Aa (1729), com destaque para a “Nations de Tapuyes” (Nações de Tapuias) e para a “Nations de Tupiques” (Nações de Tupis).

69 – Mapa da obra de Gaspar Barléus. “História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil” (1647). Em destaque a identificação do rio Pirangi e da casa forte de João Lostão.

70- Detalhe ampliado do mapa da obra de Gaspar Barléus (1647) destacando a casa forte de João Lostão Navarro - a Casa de pedra do rio Pium.

71 – Mapa de Caspar Schamalkalden. “A viagem de Caspar Schamalkalden”. Capitania Rio Grande, com a identificação do rio Pirangi e da casa forte de João Lostão.

72 - Detalhe ampliado do mapa de Caspar Schamakalden localizando a casa forte de João Lostão, ou a Casa de Pedra do rio Pium.

LISTA DE MAPAS

- 01 - Os descobrimentos e estabelecimentos portugueses na África desde 1460.
- 02 - Os principais estabelecimentos portugueses na Ásia no século XVI e os pontos por eles demandados.
- 03 – Distribuição geográfica das bandeiras de apresamento de índios no Brasil, em meados do século XVII, que partiram das capitanias de São Vicente e Pernambuco.
- 05 – Direção geral das entradas ao sertão do nordeste colonial que partiram no final do século XVII e início do XVIII das capitanias de São Vicente, Bahia e Pernambuco.
- 06 – Divisões do Estado do Rio Grande do Norte por zonas homogêneas.
- 07 – As principais bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte, vendo-se na legenda os rios citados nos documentos de cessões de sesmarias do século XVII na capitania do Rio Grande.
- 08 - Destaque no mapa hidrográfico das bacias da micro-região do Litoral Oriental e parte do Agreste do Rio Grande do Norte, que são as bacias do Curimataú, Jacú e Trairi e parte do rio Potengi ou Rio Grande.
- 09 - Detalhe do mapa hidrográfico das bacias do Litoral Norte no Rio Grande do Norte, que são as do Potengi ou Rio Grande, Ceará – Mirim, Maxaranguape, Punaú e Camurupim, algumas destas já citadas nos documentos sesmarias de meados do século XVII.
- 10 – Destaque do recorte das bacias hidrográficas nas zonas de Caicó e Currais Novos (Seridó) e nas Serras Centrais do Rio Grande do Norte, vendo-se em detalhe as bacias do rio Piranhas-Assu (Paraíba e Rio Grande do Norte) e a do rio Seridó.
- 11 – Detalhes do recorte das bacias nas zonas Mossoroense (Oeste e Alto-Oeste) e Alto Apodi no Rio Grande do Norte, que são as do Mossoró- Apodi e do Carmo ou Upanema.
- 12 – Distribuição geográfica aproximada das nove casas fortes existentes no Rio Grande do Norte no século XVII, baseada na obra de Augusto Tavares de Lira (1924).
- 13 - Recortes do município de Nísia Floresta - RN com a localização geral do sitio da Casa de pedra do Pium (indicado pela seta).
- 14 - Localização geral da cidade de Caicó – RN, município onde está localizado o sítio da Casa forte do Cuó.
- 15 – Localização do município de Caicó na hidrografia do estado e na bacia do rio Piranhas - Açú.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- 01 – Ruínas da Casa (Castelo) da Torre de Garcia D'Ávila em Tatuapara – Camaçari – BA.
- 02 - Fotografia antiga das ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos, bairro de Caneleira, na cidade de Santos-SP.
- 03 - Ruínas de seções de paredes construídas em alvenaria de pedra e cal, do conjunto do Engenho São Jorge dos Erasmos.
- 04 - Aspecto das ruínas do Engenho dos Erasmos, vistos de outra perspectiva, com as seções de parede, muros de contenção e alicerces.
- 05 e 06 - Detalhes de seteira, presente nas seções de parede da Casa Grande do Engenho dos Erasmos.
- 07 e 08 – Ruínas da Casa de pedra, na fazenda Santa Terezinha, no município de Cachoeira, na ribeira do Paraguaçu. (Foto adquirida e cedida por Carlos Etchevarne, 2007).
- 09 – Situação atual (2007) quando da identificação do sítio da Casa de pedra da Cachoeira (casa forte) com a completa destruição do mesmo pela ação dos tratores de terraplanagem para construção de uma estrada autorizada pelos proprietários da fazenda. (Etchevarne, 2007).
- 10 – Imagem de satélite indicando ao centro a posição da fazenda Coqueiros no município de Nísia Floresta – RN com o sítio arqueológico da Casa de pedra do Pium.
- 11 – Imagem panorâmica de satélite indicando ao centro, na fazenda Coqueiros, as ruínas da Casa de pedra, sítio arqueológico situado num promontório vendo-se indicado à esquerda, o riacho Pium.
- 12 - Vista da parte lateral da estrutura da Casa de pedra, desde as proximidades das margens do riacho Pium, no sentido oeste – leste.
- 13 e 14- Vista lateral das estruturas do sítio Casa de pedra do Pium, desde o lado oposto do riacho Pium, no sentido leste-oeste.
- 15 - Vista da parte lateral das estruturas do sítio Casa de pedra do Pium, desde o lado oposto do riacho Pium, no sentido leste-oeste com identificação de fragmento de cerâmica.
- 16 - Vista frontal do sítio Casa de pedra do Pium, desde o que se considerou sua parte anterior, no sentido sul-norte.
- 17 - Vista frontal do sítio Casa de pedra do Pium desde o que se considerou sua parte anterior, no sentido sul-norte.
- 18 - Vista lateral do sítio Casa de pedra do Pium desde o que se considerou sua parte posterior, no sentido norte-sul.
- 19 - Vista frontal do sítio Casa de pedra do Pium, desde o que se considerou sua parte posterior, mostrando o processo de desmoronamento e retirada de partes das seções de paredes.

20 - Vista panorâmica de cima das paredes da parte anterior da estrutura no sentido sul-norte, vendo-se ao fundo o litoral da cidade de Natal.

21 – Vista panorâmica da disposição das paredes no sentido sul-norte, e ao fundo a vegetação que segue o curso do riacho Pium.

22 - Vista da disposição das paredes internas da estrutura do sítio no sentido leste – oeste, vendo-se ao fundo a vegetação que segue o curso do riacho Pium.

23 - Visão parcial da disposição de paredes internas da estrutura, com o detalhe de uma das aberturas de janelas, no sentido leste-oeste, vendo-se ao fundo a vegetação da vertente ocidental do vale do riacho Pium.

24 – Detalhe de uma das paredes com orifícios quadrangulares que vazam as paredes e que aparecem na estrutura.

25 – Sondagens de 01 a 04, no espaço externo à edificação.

25 e 26 - Sondagens (01 a 05) externas à edificação.

27 e 28. Delimitação de quadricula da sondagem 08 e detalhe da escavação na quadricula.

29 e 30 – sondagens internas e externas nas quadriculas abertas na entrada da edificação.

31 e 32 – Detalhe da foto anterior nas sondagens 06 e 07.

33 e 34 - Detalhe das sondagens 06 e 07 mostrando restos de argamassa e fragmentos de telhas.

35 e 36 – Sondagens realizadas na abertura de portas do compartimento central para o primeiro compartimento da edificação.

37 - Fragmentos de faiança portuguesa com listéis vinhosos coletado em superfície.

38 - Detalhe da foto anterior do fragmento de faiança portuguesa.

39 - Faiança portuguesa com listéis verdes.

40 - Detalhe da foto anterior.

41 e 42 – Fragmento de malga em porcelana oriental em azul sobre branco no local de coleta e em detalhe.

43 e 44 – Quadriculas abertas na abertura de portas para o compartimento central da edificação, (sondagens 06 e 07) com detalhe da estrutura construtiva.

45 e 46 – Detalhamento da estrutura construtiva evidenciada nas sondagens 06 e 07.

47 e 48 – Detalhamento das quadriculas A e D vistas na fotografia 44.

49 e 50 – Vista geral do compartimento central da edificação com delimitação de quadricula de sondagem 08 e com detalhe de escavação do 1º nível (15 cm).

51 e 52 – Detalhes de mancha húmica encontrada na quadricula de sondagem 08.

53 e 54 – Detalhes de mancha húmica evidenciada no 1º nível e restos de argamassa no 2º nível de escavação.

55 e 56 – Vista das quadriculas de sondagem 08 e na seqüência desta a sondagem de número 09 para evidenciação de restos de argamassa e fragmentos de telhas. (Medeiros, 2008)

57 e 58 – Fragmentos de louça fina e de louça tipo “blue edged” (século XIX).

59 e 60 – Fragmentos de louça fina branca e cerâmica construtiva (telha).

61 e 62 – Fragmentos de bordas de vasilhames cerâmicos torneados – alisado e unglado.

63 e 64 – Fragmentos de louça fina encontrados na etapa de limpeza e preparação de quadriculas na sondagem 11.

65 e 66 – Quadricula da sondagem 10 na abertura de porta do compartimento central da edificação e detalhe da escavação.

67 e 68 – Detalhamento da quadricula da sondagem 11 que foi aberta junto à parede do vão lateral do compartimento central da edificação.

69 e 70 – Detalhamentos de quadricula da sondagem 11, junto à parede, evidenciando no 3º nível da escavação (52 cm de profundidade) vestígios da base das paredes no nível do piso.

71 - Visão panorâmica do bairro do Penedo, com a identificação das três estruturas que estão distribuídas no sítio da Casa forte do Cuó.

72 - Vista lateral da estrutura de pedras e argamassa de cimento que está montada sobre o lajedo, observada pelo caminho que dá acesso ao sítio e que foi identificada erroneamente na historiografia como sendo as ruínas da casa forte do Cuó.

73 – Vista frontal das estruturas de alicerces sobre o lajedo, com o detalhe do vértice da estrutura denominada de Setor A, no sentido oeste-leste.

74 - Vista frontal do vértice da estrutura de alicerces no setor A, no sentido norte-sul.

75 - Detalhes da espessura dos alicerces das estruturas presentes no setor A.

76 - Estrutura remanescente no Setor A, vértice no sentido sul – norte, área que foi delimitada para escavação por ser a única dentro do Setor A com a presença de sedimentos.

77 - Detalhe da foto anterior, do vértice no sentido sul-norte onde se procedeu à limpeza para abertura de quadricula de escavação.

78 - Visão geral no sentido oeste-leste das estruturas remanescentes evidentes no setor B após a limpeza para abertura de quadriculas.

79 - Visão das estruturas no Setor B com a delimitação das quadriculas, identificando ao fundo (pontilhado) as estruturas do que se denominou Setor C, com uma estrutura feita de pedra, tijolos e argamassa de adobe da Casa forte do Cuó, de finais do século XVII.

- 80 - Detalhe da extensão e espessura dos alicerces evidentes na primeira estrutura do setor B, mostrando ao fundo, evidenciado pelas escavações, vestígios de sapata corrida construída em tijolos.
- 81 - Estrutura em pedras do lado oposto do setor B, na fotografia anterior, identificando a continuidade da ocupação nos séculos seguintes à existência da casa forte do Cuó
- 82 - Estrutura remanescente da Casa forte existente no local, vista ao fundo, na continuidade do setor B, no sentido leste-oeste na direção da vegetação (seta) que a separa das margens do riacho Acauã a cerca de 250 metros de distância do sítio arqueológico.
- 83 - Detalhe da continuidade lateral (Setor C) da estrutura com pedras, tijolos e argamassa de adobe vista na fotografia anterior no sentido norte-sul.
- 84 - Visão geral da estrutura remanescente que se percebeu a mais antiga existente no setor C, vista no sentido oeste-leste (acima) e o amontoado de pedras limpas (abaixo), resultado do desmonte da estrutura para retirada de blocos de pedra.
- 85 - Detalhes dos elementos construtivos da estrutura construída remanescente da Casa forte do Cuó no setor C.
- 86 - Exemplo de solo litólico.
- 87 - Vista geral do lajedo do Cuó.
- 88 - Aspecto da vegetação no período seco.
- 89 e 90 - Levantamentos Topográficos.
- 91 e 92 - Plotagem e coleta de material em superfície.
- 93 e 94 - Restos construtivos em superfície: tijolo e bloco rochoso.
- 95 - Detalhe da paisagem do entorno do sítio Casa forte do Cuó.
- 96 a 102 - Detalhes de vestígios arqueológicos históricos encontrados no sítio (fragmentos de *cream ware* tipos: *feather edge*, policromo, *flow blue*; vidros; cerâmica neo-brasileira e material construtivo). (Silva, 2008).
- 103 e 104 - Detalhe de vestígios em superfície (fragmentos de *cream ware* tipos: *feather edge*, policromo, *flow blue*). (Medeiros, 2008)
- 105 e 106 – Sondagens: quadriculas de 1x1 no Setor A.
- 107 e 108 - Estruturas presentes no Setor A.
- 109 e 110 - Sondagem: quadrícula de 1x1 no Setor A; perfis A e B.
- 111 e 112 - Sondagem: quadrícula de 1x1 no Setor A; perfis C e D.
- 113 – Sondagem: quadricula de 1x1 no setor A; detalhe perfil B .
- 114 e 115 - Alicerces em pedra no setor B, e sondagem com quadricula 1x1 no Setor B.
- 116 e 117- Evidenciação de estrutura no setor B e detalhe da estrutura.

118 - Evidenciação da estrutura no setor B.

118 - Evidenciação da estrutura no setor B com detalhe de material construtivo evidenciado em quadrícula.

120 - Evidenciações da estrutura no setor C.

121 - Coleta de amostra de argamassa na estrutura do setor C, com plotagem.

122 – Vista do perfil lateral da estrutura remanescente da casa forte do Cuó.

LISTA DE PLANTAS

01 – Planta topográfica (planialtimetria) do sítio arqueológico da Casa de pedra do Pium, com a plotagem dos materiais coletados em prospecção de superfície e nas escavações.

02 – Planta topográfica (planialtimetria) do sítio arqueológico da Casa forte do Cuó, com a plotagem dos materiais coletados em superfície e nas escavações.

LISTA DE SIGLAS

ANPUH – Associação Nacional de História.

DH / BN – Série Documentos Históricos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro -

GEARQ/DEPAM/IPHAN – Gerenciamento Arqueológico / Departamento de Patrimônio Material/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IDEMA –RN – Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. SISTEMAS MUNDIAIS, ARQUEOLOGIA E AS CASAS FORTES	
1.1- O trabalho da arqueologia	34
1.2- A arqueologia e a análise dos sistemas mundiais	37
1.3- De que arqueologia se trata? A arqueologia histórica	43
1.4- Questões de método: como analisar as casas fortes?	56
1.5 – As casas fortes na arqueologia histórica brasileira	59
1.6 – A arqueologia histórica no Rio Grande do Norte	69
2. AS CASAS FORTES: ORIGENS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS	
2.1- Origens e definições	80
<i>a) O contexto ibérico – o caso espanhol</i>	80
<i>b) O contexto ibérico – o caso português</i>	93
2.2- As casas fortes no Império marítimo português	100
2.3- A presença das casas fortes no Brasil colonial	103
3- ORGANIZAÇÃO MILITAR, PODER E RESISTÊNCIA NOS ESPAÇOS COLONIAIS PORTUGUESES	
3.1 - O empreendimento militar no império atlântico português	120
3.2 - A organização militar no Brasil	131
<i>O século XVI</i>	131
<i>O século XVII</i>	139
3.3 - Os redutos, paragens e casas fortes na Guerra Brasílica	143
3.4 - A resistência indígena e os novos rumos da organização militar	151
3.5 - As casas fortes nas Guerras do Recôncavo: resistência indígena, ação e estratégia militar no avanço territorial	159

4- O TERRITÓRIO COLONIAL E A CAPITANIA DO RIO GRANDE	
4.1. Território, formação territorial e território colonial	177
4.2. - O descortinamento do território na capitania do Rio Grande	187
a) <i>O século XVII</i>	194
b) <i>O primeiro momento na concessão de sesmarias</i>	199
4.3 - O domínio holandês na capitania do Rio Grande	205
a) <i>O segundo momento na concessão de sesmarias</i>	215
4.4 - As casas fortes na Guerra dos Bárbaros/Guerras do Açú: um marco territorial no avanço colonizador	221
5 - AS CASAS FORTES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA CASA FORTE (CASA DE PEDRA) DE PUIM	
5.1 - A análise dos sítios arqueológicos de casas fortes no Rio Grande do Norte	229
5.2 - O sítio arqueológico da Casa de pedra do Pium	231
5.3 - Aspectos geoambientais do sítio arqueológico do Pium	251
5.4 - A pesquisa arqueológica na casa forte do Pium	259
6 - AS CASAS FORTES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA CASA FORTE DO CUÓ	
6.1 - O contexto de ocupação colonizadora no sertão da capitania do Rio Grande	280
6.2 - O sítio arqueológico da Casa forte do Cuó	283
6.3 - O contexto geoambiental do sítio arqueológico da casa forte do Cuó	293
6.4 - A pesquisa arqueológica na Casa forte do Cuó	302
CONCLUSÕES	325
BIBLIOGRAFIA E FONTES	339

INTRODUÇÃO

No último século e desde o início deste, a perspectiva arqueológica a partir do estudo das fontes materiais, tem sido de grande valor para o conhecimento dos aspectos do passado, bem como para o conhecimento das diversas ocupações humanas em território brasileiro. Quando se fala em arqueologia, todavia, a imagem que muitos ainda têm em mente é de uma pesquisa composta de acontecimentos fantásticos e descobertas fabulosas.

Longe disto ser uma realidade, no entanto, a pesquisa arqueológica, nos estudos das ocupações humanas pré-históricas ou históricas em solo brasileiro tem procurado positivamente, estabelecer vínculos conceituais e metodológicos com outras ciências humanas e sociais em vários campos da pesquisa científica no país.

Dentre estas duas formas do fazer arqueológico, destacamos aqui, a arqueologia histórica ou das sociedades modernas e o arcabouço conceitual e metodológico que a sustenta. Esta arqueologia histórica ou das sociedades modernas não se fixa somente no estudo dos vestígios materiais para reforçar os laços históricos com as nações colonizadoras do passado, mas se esforça em entender as diferentes articulações, associações, adaptações, conflitos, contradições e assimilações acontecidas entre os diversos grupos humanos que, historicamente, formaram a sociedade brasileira através dessas formas de relações sociais.

Quanto ao âmbito do Rio Grande do Norte, a pesquisa arqueológica nos tem fornecido importantes aportes a respeito da ocupação humana, sobretudo pré-histórica. Porém, não temos neste ínterim, estudos sobre as relações sociais e de poder inseridas no espaço norte-rio-grandense, os quais tenham sido analisados sob a perspectiva da arqueológica histórica e

que considere a dimensão material dessas relações, a sua origem e resultado no universo do contexto colonial.

São exatos dezoito anos, desde 1992, período do último trabalho de pesquisa realizado em solo potiguar que tenha considerado a dimensão de análise da arqueologia histórica ou das sociedades modernas, referentes ao contexto dos séculos XVII e XVIII e que efetivamente resultaram numa pesquisa acadêmica com resultados na forma de dissertações de mestrado ou teses de doutorado. O histórico mais detalhado dessa pesquisa arqueológica está descrito num dos capítulos deste trabalho e se constitui em importante relato do desenvolvimento e das perspectivas do ponto de vista deste campo da arqueologia para o Rio Grande do Norte.

A intenção desta pesquisa foi, sobretudo, realizar um estudo das ações e do poder militar na formação social brasileira, enquanto estudo inovador e inédito sobre as casas fortes no período colonial, no Brasil, e em especial no Rio Grande do Norte. As casas fortes se constituíram em importante apoio estratégico de ordem militar implantado com a finalidade de barrar a ação reativa e de resistência dos grupos indígenas do sertão brasileiro, os índios tapuias.

Resultado da ação colonizadora portuguesa e decorrente da estratégia militar de avanço territorial na capitania do Rio Grande, as casas fortes neste trabalho são apresentadas e analisadas sob a ótica de suas remotas origens e significados sociopolíticos e econômicos, no que tange às suas verossimilhanças e diferenciações dos modelos de casas fortes também existentes desde a Península Ibérica, das colônias na África e na Ásia, e finalmente, de sua presença no Brasil.

Este trabalho não é o primeiro a fazer referência às casas fortes, pois estas já foram citadas na historiografia brasileira e norte-rio-grandense desde o início do século XX. Fato este que, inclusive, nos impulsionou a realizar sistematicamente tal pesquisa. Esta tese se

constitui no primeiro esforço científico em definir, analisar e relacionar as casas fortes sob a perspectiva arqueológica e baseada em dados empíricos de quatro categorias, atestando sua presença no contexto brasileiro e especialmente no território norte-rio-grandense no decorrer do século XVII.

Tomamos como referencial teórico para esta pesquisa os conceitos provenientes das recentes discussões no âmbito da América Latina sobre o campo da arqueologia histórica ou arqueologia das sociedades modernas e o interesse deste campo da arqueologia em dimensionar as relações existentes entre os grupos sociais formadores do espaço colonial as noções de que essas ações fazem parte de um conjunto complexo de decisões e da ação militar contra os grupos resistentes à colonização.

Este enfoque implica no estudo de sistemas espaciais de larga escala, tendo como pressuposto uma divisão (inter) regional do trabalho e da posse dos recursos naturais, onde as áreas periféricas fornecem às áreas nucleares as matérias primas, sendo as áreas nucleares dominantes do ponto de vista econômico e político.

A importância geral desse enfoque reside no fato do conhecimento crescente por parte dos arqueólogos de que as sociedades não são sistemas fechados com relação às suas vizinhas nem a respeito de seu meio ambiente. Da mesma forma que o desenvolvimento das sociedades ou das culturas pode ser condicionado e influenciado por uma rede de sociedades bem mais ampla da qual fazia parte e da qual nos desafiamos sempre a conhecê-las mais. Até mesmo as normas que regem ou regiam esses tais sistemas mundiais, esses já se constituem em si mesmos, objeto de análise científica.

Acrescentamos a essas noções, as ideias relativas à formação territorial, à especificidade da formação do território colonial e o “descortinamento” deste território no espaço norte-rio-grandense no contexto específico do final do século XVI, do século XVII e início do século XVIII.

O método aplicado nesta pesquisa partiu, portanto do estudo bibliográfico e dos dados empíricos provenientes de quatro categorias de fontes de informações, que foram: a bibliografia geral e específica sobre o tema e sobre o referencial teórico para a pesquisa; os relatos etnográficos e as crônicas coloniais dos séculos XVI e XVII sobre o Brasil e o nordeste colonial brasileiro; a cartografia histórica produzida nos séculos XVI, XVII e XVIII também sobre o nordeste colonial do Brasil; e os remanescentes vestígios materiais construídos das casas fortes e os dados coletados nas escavações arqueológicas em dois sítios identificados no espaço norte-rio-grandense.

A primeira fase da pesquisa foi então proceder à análise da produção bibliográfica sobre o tema e sobre o objeto de estudo no âmbito dos Estados ibéricos e depois do Brasil. Estes Estados modernos foram responsáveis pela implantação dos mecanismos de apropriação e territorialização coloniais no continente americano e, evidentemente, no Brasil na época moderna. Isto nos forneceu informações para construir as definições históricas, arquitetônicas e arqueológicas das casas fortes desde a origem no espaço ibérico até a posterior aplicação nos espaços coloniais portugueses nos séculos XVI e XVII e também observar e definir as casas fortes e sua presença na historiografia brasileira.

A seguir, ainda nesta etapa do trabalho, foi consultada e analisada a bibliografia atual sobre a teoria arqueológica na América Latina e no Brasil, bem como a bibliografia referente ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica histórica no país e no estado do Rio Grande do Norte.

Em seguida, na segunda fase da pesquisa foram analisadas as informações provenientes da leitura da etnografia histórica, dos relatos de viagem e das crônicas coloniais dos séculos XVI e XVII no nordeste colonial do Brasil. Os dados provenientes dos relatos e crônicas coloniais nos permitiram observar referências às casas fortes desde um ponto de vista

do próprio contexto em que estas existiram e as funções que exerceram nesse contexto. Além disto, os relatos etnográficos da época de dominação holandesa no nordeste do Brasil na primeira metade do século XVII possibilitaram visualizar a presença dessas casas fortes enquanto reutilizações e adaptações das casas originais da segunda metade do século XVI.

Na sequência da coleta de dados empíricos na pesquisa, foi consultada a cartografia histórica colonial, cujas informações forneceram indicações da presença das casas fortes identificadas nas cartas geográficas produzidas no próprio contexto colonial. A cartografia produzida pelos holandeses no século XVII a respeito das capitanias do nordeste colonial do Brasil aliada à cartografia histórica de origem portuguesa anterior e posterior à dominação holandesa, nos permitiram buscar e identificar referências às casas fortes, bem como visualizar e demonstrar a formação histórica do desenho territorial da capitania do Rio Grande.

Foi consultada também, a documentação histórica referente aos regimentos dos governadores gerais do Estado do Brasil, as cartas oficiais dirigidas às autoridades coloniais envolvidas no processo de luta contra os índios tapuias nas capitanias do nordeste colonial do Brasil, bem como as determinações geradas por essas autoridades, civis e militares, na construção das estratégias de guerra contra os índios rebelados.

Essas determinações oficiais referiam-se às decisões das autoridades militares da colônia na guerra contra os tapuias, tanto em relação ao Governo Geral sediado na Bahia, quanto ao governo e ao Senado da Câmara, ambos na capitania do Rio Grande, que foi nosso espaço privilegiado de pesquisa.

Por fim, foi analisado todo o universo de dados empíricos obtidos através da pesquisa arqueológica, tanto no levantamento de trabalhos de arqueologia histórica colonial no Brasil anteriormente realizado, quanto na coleta e análise de dados materiais e vestigiais

arqueológicos que foram observados e encontrados nas prospecções dos sítios arqueológicos de casas fortes identificados no espaço norte-rio-grandense.

A finalidade foi conhecer não somente a origem, mas como e porque se instituíram ou construíram casas fortes no contexto do final do século XVII, no Brasil e na capitania do Rio Grande, e também saber qual a relação dessas casas fortes com a formação social e histórica brasileira. Também, buscaram-se ver sob a perspectiva arqueológica as mesmas casas fortes, o fato de serem citadas e comentadas em vários trabalhos sobre a história colonial do nordeste brasileiro e a guerra contra os índios tapuias, bem como na historiografia sobre o Rio Grande do Norte do século XVII. E que, apesar dessas referências, não havia nesses trabalhos, preocupações com a dimensão histórica mais abrangente das casas fortes, assim como na dimensão material ou geográfica dessas casas fortes no território colonial.

Partimos primeiramente, da hipótese que essas casas fortes originaram-se no contexto da formação social, histórica e territorial ibérica e os elementos característicos destas estão em parte no mundo hispano - lusitano e em parte no próprio mundo colonial brasileiro. As adaptações e modificações seriam decorrentes dessa transposição, eliminando assim abordagens que defendam uma simples transposição dos elementos da metrópole para a colônia.

Em segundo lugar, partimos da premissa que as casas fortes fizeram parte de tentativas de controle por parte das autoridades militares coloniais de por um fim a resistência empreendida pelos tapuias no nordeste colonial brasileiro e que esse processo de luta armada esteve relacionado ao processo de definição territorial da capitania do Rio Grande e das capitanias mais próximas.

Em terceiro e último lugar, consideramos também que as casas fortes e suas variáveis tipológicas ao longo dos dois primeiros séculos de colonização relacionam-se às próprias

transformações ocorridas na organização e reorganização dos centros de poder do mundo colonial e das formas de enfrentamento dos inimigos comuns por parte desses colonizadores portugueses no Brasil.

Os objetivos da pesquisa foram assim, inicialmente, demonstrar que as casas fortes foram decorrentes das questões militares, tanto gerais quanto específicas, desde a implantação do Governo Geral do Brasil na metade do século XVI, à Guerra Brasílica, ou as lutas de reconquista dos territórios sob o domínio holandês na primeira metade do século XVII. Em seguida, se buscou demonstrar que as casas fortes também estão relacionadas às questões da política territorial empreendida nos espaços coloniais, e de enfrentamento das guerras contra os índios tapuias nas áreas do sertão brasileiro, no sentido colonial do termo.

Por último, foi possível demonstrar que as casas fortes em termos da capitania do Rio Grande seguiram os modelos existentes no contexto mais amplo ibérico e suficientemente também no contexto regional, onde as especificidades destas casas fortes estiveram pautadas no processo colonial de (re) ocupação do território norte-rio-grandense. Além disso, as reocupações humanas, arqueologicamente observadas nos espaços dos sítios de casas fortes, desde a casa forte de Cachoeira no Paraguaçu, na Bahia, a casa forte do Cuó na ribeira do Acauã, no sertão do Rio Grande do Norte, atestam a importância da implantação destas como marcos territoriais de referência.

No primeiro capítulo do trabalho é discutida a conceituação e as definições de casas fortes, as origens e características delas no âmbito do espaço e da formação sócio-histórica ibérica de caráter senhorial e os vínculos relacionais com a ação militar de defesa e definição de fronteiras nacionais.

No segundo capítulo, é apresentado o referencial teórico e metodológico do trabalho arqueológico sobre as sociedades modernas e os rumos das abordagens na arqueologia

brasileira e sua aplicação às condições regionais específicas. Também, é apresentado um histórico das pesquisas e das referências arqueológicas sobre as casas fortes no Brasil.

No terceiro capítulo, se faz uma análise da organização militar portuguesa nos espaços do império colonial português bem como das formas de enfrentamento às resistências locais e nativas à colonização. Analisou-se também, a organização militar colonial implantada no Brasil nos séculos XVI e XVII e as informações históricas sobre as casas fortes desde sua origem no século XVI, sua presença na guerra contra os holandeses e na guerra contra os tapuias nas capitanias do nordeste colonial brasileiro no século XVII.

No quarto capítulo, é avaliada a formação territorial em termos coloniais na capitania do Rio Grande nos séculos XVI, XVII e início do XVIII. Também são analisadas, a partir da documentação consultada, as guerras contra os tapuias, chamada de Guerra dos Bárbaros na capitania do Rio Grande e a sua relação com o avanço colonizador no território da mesma.

No quinto capítulo, descreve-se e considera-se o primeiro dos exemplos de sítios prospectados, arqueologicamente, no Rio Grande do Norte, que é a Casa de Pedra do Pium, no município de Nísia Floresta – RN. Segue-se, neste capítulo, a descrição geomorfológica do ambiente natural em que está localizado o sítio, as fontes de matéria prima, os detalhes construtivos das ruínas e os materiais coletados nas escavações, que são indicativos da ocupação e reocupação do sítio. Além destes aspectos, no mesmo capítulo o sítio arqueológico é apresentado e localizado também na cartografia histórica colonial e na historiografia norte-rio-grandense, bem como as conclusões da análise vestigial das escavações.

No sexto e último capítulo, é observado e considerado o segundo dos sítios arqueológicos identificados como de casas fortes no Rio Grande do Norte, que é a Casa forte do Cuó, no município de Caicó – RN. Neste capítulo, se segue a descrição geomorfológica do

ambiente natural no qual se insere o mesmo sítio arqueológico e as diferenciações naturais e de paisagem em relação ao primeiro exemplo estudado. Também fazemos uma descrição das fontes de matéria prima, dos detalhes relativos aos espaços construídos representados nas ruínas, bem como os materiais coletados nas escavações realizadas. Por último, no mesmo capítulo, procedemos à análise dos vestígios da ocupação inicial do sítio e das reocupações do local, conforme a historiografia norte-rio-grandense e de acordo com as informações arqueológicas coletadas.

CAPÍTULO I – SISTEMAS MUNDIAIS, ARQUEOLOGIA E AS CASAS FORTES

Neste trabalho nos situamos na perspectiva de analisar as origens, características materiais, sociais e históricas das casas fortes. Para tal empreendimento iniciamos por pensar dois aspectos essenciais para realizar este trabalho analítico: em primeiro lugar, o caráter geral de fâcies embrionária, gestacional, da existência das casas fortes em suas origens européias e em segundo lugar, o caráter singular, específico e próprio da existência dessas casas fortes no espaço colonial do Brasil e no Rio Grande do Norte.

Tais aspectos essenciais só nos foram possíveis observar, à luz da proposta da abordagem interpretativa da teoria dos sistemas mundiais, o qual nos possibilitou observar o processo de origem, expansão e declínio do fenômeno das casas fortes bem como de seus significados sócio-históricos dentro do sistema de colonização empreendido por Portugal no Atlântico Sul, neste caso, o Brasil.

Este processo de geração e expansão do fenômeno das casas fortes articula-se à criação e formação de complexos interesses e estratégias de efetivação da colonização e apropriação do espaço colonial, o qual está intimamente relacionado à expansão do capitalismo comercial, emergente desde o século XV e XVI, no rol das conquistas coloniais do estado português desde então.

Immanuel Wallerstein, o principal articulador, enquanto contribuição para a teoria social contemporânea, da abordagem dos sistemas-mundo ou sistemas mundiais defende que tal sistema se originou por volta do século XVI, em algumas partes da Europa Ocidental. E o mesmo sistema surgiu como uma crise de longa duração no feudalismo, trazendo à tona uma série de inovações tecnológicas e o nascimento das instituições de mercado.

Longe de simplificar tal entendimento, aspectos como a força da superioridade militar estimularam os europeus a estender seus domínios para outras regiões do globo. Os estados

européus estabeleceram, durante toda a extensão do século XVI, uma clara divisão geográfica e ocupacional do trabalho em que a produção intensiva do capital ficou reservada para os países do centro, enquanto as áreas de periferia providenciavam a força de trabalho e as matérias primas. Segundo Wallerstein, as relações de poder tornar-se-ão desiguais entre o centro europeu e a periferia não europeia, gerando assim desigualdades de desenvolvimento.¹

Deve-se levar em conta também, o surgimento das “semiperiferias”, ou seja, aquelas outras áreas que serviram como ponto de apoio para moderar as desigualdades, servindo assim, como um elemento amortecedor ou aliviador das tensões.

Em sua apresentação inicial, a teoria dos sistemas mundiais tinha a intenção de estabelecer um tipo de análise que pensasse um sistema-mundo como:

“... qualquer sistema sócio-histórico de partes independentes que formam uma estrutura abrangente e que opera de acordo com distintas regras, ou uma unidade com uma divisão simples de trabalho e múltiplos sistemas culturais”.²

De acordo ainda com o próprio Wallerstein em relação à sua proposta de análise sistêmica:

“Na tentativa de descrever as origens e os esforços iniciais de um sistema mundial, eu preciso argumentar certa concepção de sistema mundial. Um sistema mundial é um sistema social, que tem seus próprios limites e estrutura, seus participantes (membros), regras de legitimação e coerência. Sua vida é formulada por forças conflitantes que se prendem juntas pela tensão e medo e que distinguem como cada grupo busca eternamente se (re) moldar para sua vantagem.”³

¹ Immanuel Wallerstein. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

² Idem. Pág. 390.

³ Immanuel Wallerstein. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974, Pág. 229.

Esta estrutura compõe-se então de três instâncias concretas: os mini-sistemas; os impérios mundiais e as economias-mundiais. Claro que, em sua perspectiva inicial, a teoria dos sistemas mundiais buscava compreender a formação do capitalismo, tanto em suas origens, quanto na sua estrutura e a conformação deste processo em termos de centro, semiperiferias e periferia.

Ao longo dos anos 1980, esta abordagem expandiu-se e passou a ser aplicada no estudo de diversos contextos relacionados, principalmente, às áreas periféricas do mundo capitalista as quais foram elemento importante no desenvolvimento do capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX, e estão articuladas ao fenômeno da globalização e as discussões decorrentes desta perspectiva.⁴

Globalização, que deve ser aqui entendida como resultado histórico imediato das ações controladoras das economias mundiais, estabelecendo a regulamentação do centro em relação às áreas periféricas e às áreas semiperiféricas, incluindo nesse processo, as influências culturais no sentido do centro para periferia e também no sentido inverso.

De acordo com Carlos Martinez - Vela, a teoria dos sistemas mundiais é uma perspectiva macro-sociológica que busca explicar as dinâmicas da economia capitalista mundial como um sistema social total. Também não está isenta de críticas tal abordagem dos sistemas mundiais, pois na esteira dos trabalhos de Wallerstein, as aplicações práticas de uma teoria dos sistemas mundiais na pesquisa histórico-social atingiram limites temáticos que vão muito além da perspectiva original de elaborar o entendimento dos processos de globalização e os elementos da gênese do capitalismo a partir de uma abordagem sistêmica livre dos ditames marxistas ortodoxos.⁵

⁴ Immanuel Wallerstein. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. New York: Academic Press, 1989.

⁵ Carlos Martinez-Vela. *Columbia: ESD*, 83, Fall 2001.

De acordo com Wallerstein, a análise dos sistemas mundiais não é exatamente uma teoria explicativa do mundo social, mas um protesto que foi produzido como modo de investigação social que desejava refletir e abrir os olhos quanto às práticas de análise provenientes do século XIX, e fundamentar-se na assertiva científica das possibilidades de conhecimento sistemático sobre a realidade social e perceber quais as reais alternativas históricas que estão diante de nós.⁶

Para o cientista social articulador desta abordagem, a análise dos sistemas mundiais é uma tentativa de chamar a atenção para a construção de uma ciência social histórica que se sinta à vontade com as incertezas da transição, que contribua para a transformação do mundo, isto é: “... a abertura de janelas que nos impedem de explorar muitas arenas do mundo real”.⁷

Dentre os sete pressupostos da teoria social que são criticados mais recentemente por Wallerstein, um deles refere-se à validade das fronteiras estabelecidas entre as disciplinas: antropologia, sociologia, ciência política e economia, tanto no nível de análise e no método quanto nos objetos de estudo e nos pressupostos teóricos utilizados no estudo do mundo social. Na análise dos sistemas mundiais é preciso desafiar esses critérios das fronteiras definitórias das disciplinas, que segundo o mesmo Wallerstein, não estimula a criação de novos conhecimentos, mas pelo contrário, constituem barreiras para estes. A limitação fronteira dos objetos de estudo é, portanto, para a análise dos sistemas mundiais, pouco importante e sua aplicação implica superar essas barreiras constitutivas de objetos de análise bem definidos a priori como sendo de uma ou de outra disciplina.⁸

Mesmo que saibamos, que o fenômeno das casas fortes não pareça, grosso modo, tão direta e solidamente relacionado às atividades produtivas no contexto histórico do século XVII, consideramos que a apropriação e posse definitiva dos espaços coloniais, bem como da

⁶ Immanuel Wallerstein. *Análise dos Sistemas Mundiais*. (In): GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs) *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999, Pág. 447-470.

⁷ Idem. Pág.

⁸ Opus Cit.

efetiva exploração dos recursos naturais advindos desta exploração, fazem parte desse processo de transformação de algumas partes da Europa em elemento do centro, enquanto os espaços coloniais transformavam-se em elementos de periferia.

Sem dúvida que não se pretende abarcar a totalidade dos aspectos do fenômeno das casas fortes em um só trabalho de tese de doutorado. Nem mesmo tratar o tema das casas fortes de forma a convergir e/ou dar conta da totalidade dos dados empíricos que as definem como mecanismo de expansão colonizadora. Entretanto, buscamos neste trabalho abordá-las de forma inédita e numa visão de contexto geral e específico e não que fossem definidas por si mesmas.

Esta linha de abordagem nos permitiu observar que ao mesmo tempo em que há uma situação particular de influência hegemônica de um estado colonizador em sua preponderância tecnológica e militar, da mesma forma, tal situação está articulada à disputa de diferentes Estados nacionais que buscavam dominar o sistema e para isto, é claro, estavam em franca competição.

No processo de colonização a partir do século XVI, o elemento controlador e centralizador, na forma dos interesses do estado português nas colônias, foi uma das estratégias de regulamentar e estabelecer o domínio do centro em relação a uma periferia e centrava-se na apropriação dos espaços ou territórios coloniais. Esses espaços eram a expressão principal das possibilidades de exploração imediata do capitalismo incipiente lusitano, mas que mantinha ainda fortes laços com o feudalismo dos séculos anteriores.

O trabalho da arqueologia

A arqueologia ainda costuma ser vista como um mundo recheado de descobertas fantásticas ou como uma atividade cujo objetivo é trazer aos olhos do mundo de hoje os

objetos curiosos de culturas antigas, que suscitam grande atenção e interesse de todos. Tal fato pode ser facilmente observado pela grande quantidade de publicações dedicadas a temas arqueológicos encontrados em meio aos periódicos de editoras nacionais ou multinacionais.

Esta perspectiva, porém, não faz parte somente de um senso comum a respeito do fazer arqueológico, pois em si mesma, constitui uma parcela importante da história das práticas arqueológicas. Desde longa data foi impressa tal característica a seu trabalho, pois a origem da arqueologia em países da Europa como a Inglaterra, a França, os Estados Alemães, e a Itália remonta aos séculos XVIII e início do XIX.

Desde que foi estabelecida como disciplina acadêmica, no início do século XX, que a arqueologia, enquanto forma de conhecimento, tem buscado definir claramente um objeto de estudo, o que significou na maioria das vezes, um trabalho difícil e árduo, pois só recentemente é que cresceu o interesse pelas questões teóricas e conceituais na arqueologia em países como o Brasil. Não obstante, o objeto de estudo esteve sempre bem definido. O que houve foi uma oscilação entre os campos da História da Arte, Estudos Clássicos, Pré-História, Egiptologia e Antiguidades Orientais, o que levou implícito o uso da bagagem conceitual desses outros campos do saber.

A arqueóloga Érica Gonzalez dá uma noção desta questão quando classifica de período especulativo e descritivo o período das práticas assistemáticas de coleta de artefatos no Brasil hoje reconhecidas como sendo arqueológicas.⁹ Desde o advento do chamado Renascimento cultural na Europa Ocidental, que as práticas de coletas de artefatos e a função de segmentação social e de exposição pública, serviram para construir coleções de objetos raros. Em tais coleções, seja para demonstração de erudição ou para demonstração de poder social e político, foi para muitos que buscavam realizar escavações, o principal meio de manter um status social e político elevado.

⁹ Érica M. Robrahn - González. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. Revista USP, São Paulo, n. 44, p.10-31, dezembro/fevereiro 1999/2000.

Em maior parte, a arqueologia praticada hoje no universo acadêmico no Brasil e em outras partes do mundo, não se fixa mais no objetivo de apenas realizar descobertas e de atender à busca incessante de curiosidades públicas, bem como apresentar e expor materiais e restos humanos de culturas exóticas soterradas por milênios de esquecimento.

Ao contrário disto, a arqueologia tem procurado chegar ao entendimento da existência, desaparecimento e permanência de sociedades ou grupos humanos que estiveram aqui antes ou estão bem próximas de nós. Esta arqueologia tem se debruçado nas análises de informações materiais, que se estendem desde o estudo de artefatos de diversas matérias-primas que foram utilizados e moldados por nossos ancestrais, ao estudo das diversas ocupações humanas na paisagem natural e o estudo de espaços construídos remanescentes que estão diretamente relacionados à formação histórica da sociedade contemporânea.

Esse crescente interesse pode ser demonstrado nas relações e interações existentes entre a arqueologia e outras ciências humanas e sociais, como por exemplo, os estudos baseados na abordagem dos sistemas mundiais, os estudos de materiais arqueológicos associados à comunidades tradicionais ou em processo de reconhecimento identitário e o estudo dos vestígios materiais associados às questões de preservação e conservação do patrimônio histórico cultural regional e local.

Esta arqueologia contemporânea tem seu campo de ação na formação profissional de arqueólogos e nas pesquisas realizadas pelas instituições públicas de ensino superior, nas instituições de incentivo à cultura, nas atividades museológicas e na presença cada vez maior nos trabalhos de educação patrimonial histórico-cultural. Nas últimas duas décadas ocorreu no Brasil uma renovação da estrutura curricular dos cursos de graduação nas universidades, dentro dos campos correlatos de conhecimento à arqueologia, tais como a museologia, a antropologia, a sociologia, a geografia e a história bem como a criação de cursos de graduação em arqueologia.

Tais aspectos acentuam a presença de uma arqueologia que procura conhecer a realidade material e social de outras épocas, mas também a realidade do nosso próprio tempo. Da mesma forma, revela uma arqueologia interessada em analisar aspectos relacionados à organização material das sociedades humanas, tanto em sua gênese sócio-histórica e cultural, quanto em suas relações, em suas contradições e em suas transformações.

Para os arqueólogos Felix Acuto e Andrés Zarankin a arqueologia é uma ciência social, pois o objetivo da arqueologia é estudar a dinâmica da vida social e a produção cultural de indivíduos e sociedades, portanto neste sentido, a teoria arqueológica é teoria social.¹⁰ Para estes autores, a preocupação em estabelecer o caráter social da arqueologia tem sido um elemento central para muitos dos arqueólogos sul-americanos, e desta forma não se pode deixar de fazer referência à posição de arqueólogos sul-americanos que deram prioridade em suas assertivas teóricas às idéias e marcos conceituais derivados da teoria social. Dentre estes trabalhos se destaca as correntes marxistas surgidas desde a década de 1970, e mais recentemente, a chamada arqueologia social latino-americana.

A arqueologia e a análise dos sistemas mundiais

A descoberta da teoria dos sistemas mundiais pelos arqueólogos deu-se no início da década de 1980 e neste sentido os trabalhos desses arqueólogos buscavam aplicar e tentar entender as sociedades complexas antigas e os povos que viveram nas suas periferias. Porém, tal tentativa de focalizar as sociedades antigas pelo paradigma da teoria dos sistemas mundiais provou ser bastante dificultosa. Primeiramente, porque tanto os primeiros Estados históricos

¹⁰ Félix A. Acuto e Andrés Zarankin. *Sed non satiata: Teoria Social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporânea*. Buenos Aires: Ediciones Del Trident (Coleccion Científica), 1999.

quanto os núcleos humanos pré-históricos, tinham uma abrangência global, então foi necessário usar o oxímoro: “sistema- mundo regional”.¹¹

Em segundo lugar, as aplicações da teoria dos sistemas mundiais foram até o momento da década de 1980 e início dos anos 1990, somente discussões acerca das relações centro-periferia como um corpo de recortes temporais e geográficos de referência quanto possível, o que sugeria então que os arqueólogos tinham interesses comuns com outros campos históricos. Tais discussões, porém, só avançaram posteriormente, no sentido de se dar ênfase também aos fenômenos anômalos que apareciam dentro dos sistemas estudados.

As aplicações práticas da teoria dos sistemas mundiais dividem os autores e refletem as ambiguidades e ambivalências sobre a relevância e utilidade desta teoria na Arqueologia e na História Antiga.¹² Em termos dessas aplicações da teoria dos sistemas mundiais, temos três grupos de cientistas sociais: os que creem de verdade nesta teoria como um poderoso instrumento de explicação e análise; os que acreditam que esta abordagem é um esforço interpretativo promissor e útil para entender as relações entre centro-periferia, e aqueles que sugerem que se faça a aplicação da teoria dos sistemas mundiais, mas não se deve perder de vista outras escalas de análise possíveis. No último caso, deve-se pensar que a periferia pode ser afetada socialmente e culturalmente pelo centro e pode resistir com algum nível de autonomia de mudança e adaptação.¹³

De acordo com os trabalhos publicados na revista “Journal of World History”, nos volumes dedicados a discutir a aplicação prática da teoria dos sistemas mundiais, David Christian afirma que um maior sucesso da teoria dos sistemas mundiais na unidade da arqueologia mundial tenha sido obscurecido por muitos fatores, tais como se realizar pesquisa

¹¹ Peter I. Bogucki. *World Systems in Practice: Leadership, Production and Exchange*. *Journal of World History*, University of Hawaii Press, Volume 12, Number 2, 2001, pp. 479-482.

¹² Andre Gunder Frank. *The Abuses and Some Uses of World Systems Theory in Archaeology*. (In): Nick Kardulias (org.) *Leadership, Production and Exchange: Global Applications of World System Theory*. *Journal of World Systems Research*, Archaeology Division of the American Anthropological Association, Washington –DC, November 15, Volume 02, 1995.

¹³ *Opus cit.*

nas regiões da antiga Cortina de Ferro durante a Guerra Fria e a emergência de diferentes línguas acadêmicas, como o russo e o inglês, na Ásia Central e na Índia. E completa ainda, que é vital reconceituar as unidades geográficas que guiam nosso pensamento e neste sentido a aplicação da teoria dos sistemas mundiais pode abrir novas perspectivas.¹⁴

O arqueólogo Bruce Trigger, em seu trabalho sobre a história do pensamento na arqueologia, identifica a presença deste enfoque no momento quando os arqueólogos tentaram introduzir um pouco mais de rigor teórico ao estudo da interação entre sociedades, tais como Carl Lamberg - Karlovsky (1985) que utilizou o conceito de longa duração do historiador Fernand Braudel para distinguir os processos que foram gradualmente cumulativos e aqueles outros processos que foram de períodos dominados por forças centrífugas e centrípetas. Essas forças foram exercidas então de maneira alternada e transformaram a ordem social e as relações entre as sociedades, como por exemplo, o contexto da Mesopotâmia e da região central do Irã por volta de 3400 e 1600 a.C.¹⁵

Para Trigger, alguns outros arqueólogos aderiram à interpretação da teoria dos sistemas mundiais de Immanuel Wallerstein, tais como Karl Friedmann e Collin Renfrew, e este enfoque implicava no estudo de sistemas espaciais de larga escala, tendo como pressuposto uma divisão inter-regional do trabalho onde as áreas periféricas forneciam às áreas nucleares as matérias primas, sendo as áreas nucleares dominantes do ponto de vista econômico e político. Além disto, o desenvolvimento social e econômico de todas as regiões está condicionado ao seu papel mutável dentro do sistema.

Arqueólogos como Phil Kohl, sugeriram que os sistemas mundiais da Antigüidade talvez se parecessem superficialmente com os modernos sistemas. Da mesma forma que também se devia pensar que, provavelmente, em tempos antigos as categorias de centro e

¹⁴ Peter I. Bogucki. World Systems in Practice: Leadership, Production and Exchange. Journal of World History, University of Hawaii Press, Volume 12, Number 2, 2001, pp. 479-482.

¹⁵ Bruce Trigger. História do Pensamento Arqueológico. Pág. 310.

periferia podem ter sido menos estáveis do que são hoje e as forças políticas exerceram um papel muito maior em sua regulação.¹⁶

De acordo com Trigger, o que fica claro é que a importância geral deste enfoque reside no fato que houve uma tomada de consciência crescente por parte dos arqueólogos de que as sociedades não são sistemas fechados com relação às suas vizinhas nem a respeito de seu meio ambiente. Da mesma forma que o desenvolvimento das sociedades ou das culturas pode ser condicionado e influenciado por uma rede de sociedades bem mais ampla da qual fazia parte e da qual nos desafiamos sempre a conhecê-las mais. Até mesmo as normas que regem ou regiam tais sistemas mundiais, já se constituem em si mesmas, objeto de análise científica.

Ainda, segundo Trigger, há um desafio constante na arqueologia em termos de ampliar o campo de análises sistêmica e funcional para assim (re) explicar os processos que se relacionaram à migração e difusão. Um exemplo prévio e conhecido desse enfoque são os estudos de V. Gordon Childe sobre o centro do Oriente Próximo e a periferia europeia onde se antecipou uma teoria dos sistemas mundiais e que predisps os arqueólogos europeus a aceitarem o enfoque de análise de Immanuel Wallerstein.¹⁷

Segundo ainda Trigger, o desafio da arqueologia se coloca, portanto, em explicar a diversidade cultural humana, e para que ela realize tal empreendimento deve buscar um corpo de teoria.

David Clarke, no início da década de 1970, em sua obra “Archaeology: the loss of innocence” afirmava que a arqueologia era naquele contexto desenvolvida sem a preocupação de sistematizar um corpo de teoria que relacionasse os dados materiais arqueológicos com o comportamento humano. Daí então, Clark definiu que há cinco corpos de teoria que os

¹⁶ Opus Cit.

¹⁷ V. Gordon Childe. *What Happened in History?* Baltimore: Penguin, 1954; *Man Makes Himself*. New York: Mentor, 1957; *The Dawn of European Civilization*. New York: Vintage, 1957.

arqueólogos empregavam de forma intuitiva na elaboração de suas interpretações do registro arqueológico.¹⁸

A primeira é a teoria *pré-deposicional e deposicional*, isto é, aquela que trata das relações entre as atividades humanas e os modelos sociais e fatores ambientais e entre estes e as amostras e achados que estavam depositados no registro arqueológico.

A segunda é a teoria *pós-deposicional*, ou seja, analisa as ações que foram realizadas após a deposição original dos materiais no registro arqueológico. Este corpo de teoria trata dos processos naturais e humanos que afetam ou modificam o registro arqueológico, tais como a erosão, a putrefação, os movimentos terrestres (sísmica), os saques e depredações, o cultivo agrícola e a reutilização da terra.

A terceira é a teoria da *recuperação*, pois trata das relações daquilo que sobreviveu do registro arqueológico e o que se recupera na atividade do arqueólogo nos sítios escavados. Este corpo de teoria trabalha em grande medida com a utilização de mensuração por amostragens, de discussões e análises sobre procedimentos de escavação e estratégias de resposta que sejam flexíveis e se relacionem com a prática e validade do método arqueológico naquele contexto de sítio(s).

A quarta é chamada de teoria *analítica*, pois este corpus de teoria supõe o tratamento operacional dos dados materiais que foram recuperados pelo arqueólogo nas escavações e coletas. Esta dimensão de teoria se refere, portanto à classificação de artefatos, à criação de modelos de análise de restos arqueológicos recuperados, às provas e estudos experimentais para testar hipóteses de trabalho.

A quinta e última, é a teoria *interpretativa*, que é aquele corpus de teoria que trata das relações entre os modelos ambientais e comportamentais antigos que não podem ser observados diretamente. Desta forma, tal corpo de teoria busca inferir os processos que a

¹⁸ Bruce Trigger. História do Pensamento Arqueológico. Pág. 332.

teoria pré-deposicional explica, ou seja, inferir sobre as atividades humanas que não estão observáveis no registro arqueológico e não são diretamente mensuráveis em termos de registro arqueológico. Essas atividades comportamentais humanas e de adaptação ambiental estão por trás do registro arqueológico, ou seja, são as responsáveis pela formação deste registro arqueológico.¹⁹

Seguindo as noções de David Clarke, pensamos que o desafio a que nos propomos foi de tratar com um corpus de teoria que fosse apropriado para esta categoria de objeto de estudo a que nos desafiamos analisar. Foi, portanto, necessário trabalharmos com um corpus de teoria interpretativa, a qual se julgou mais adequada, pois o esforço de análise incluiu muito mais o estudo das atividades que geraram os sítios do que propriamente os elementos resgatados nessas escavações arqueológicas.

A proposta metodológica utilizada segue, de acordo com a definição de Luis Felipe Bate, na esteira de Lewis Binford e Yuri Zajaruk, a noção de três instâncias ontológicas que permitem definir propostas metodológicas para realizar cadeias de inferências. Quer dizer, é a teorização de três níveis particulares da existência dos processos reais, que uma vez relacionados e concatenados podem explicar a relação entre os processos sociais estudados, os dados arqueológicos e a informação empírica que é retirada na investigação concreta.²⁰

São eles: o materialismo histórico, ou teoria substantiva dos processos sociais e históricos; a história dos contextos arqueológicos; a história real da produção da informação. De acordo com Bate, num trabalho em que se pretende conhecer a história de um determinado contexto arqueológico, a possibilidade de se conhecer essa história fundamenta-se em algumas premissas ou condições básicas.

Primeiramente, a existência de diferenças e relações objetivas entre as sociedades objeto de investigação e as evidências arqueológicas, como objeto de observação, aonde as

¹⁹ Opus cit.

²⁰ Luis Felipe Bate. El proceso de investigación em arqueologia. Barcelona: Editorial Crítica, 1998, pág.48-49.

diferenças obedecem a uma base de dados empíricos integrados por objetos resultados da ação humana e as relações objetivas se devem a um conjunto de conexões causais, relações genéticas e históricas nas condições de sua ocorrência;

Em segundo lugar, deve haver uma correspondência determinada entre as propriedades ou qualidades dos contextos arqueológicos e dos artefatos e das condições materiais que os integram, além da qualidade das atividades e relações sociais e de outros aspectos que geraram esses contextos arqueológicos.

Uma teoria da história dos contextos arqueológicos estabelece segundo Bate, a consideração de três problemas básicos, que são: como se originaram esses contextos arqueológicos? Que fatores os transformam ou os transformaram e de que maneira? Que características apresentam à observação do arqueólogo? ²¹

Assim, para que definíssemos nosso caminho interpretativo buscamos um caminho metodológico que nos desse a dimensão dos processos de formação dos contextos arqueológicos referidos e existentes, seus processos de transformação e como eles se apresentam aos arqueólogos na situação atual.

De que arqueologia se trata? A arqueologia histórica

Segundo o arqueólogo brasileiro Pedro Paulo Funari, a arqueologia no Brasil tem diante dela o desafio de fazer chegar até o conhecimento das diversas camadas de nossa população os resultados obtidos nas pesquisas e transformar este conhecimento, tradicionalmente

²¹ Luis Felipe Bate. El proceso de investigación en arqueología. Barcelona: Editorial Crítica, 1998, pág.48-49. Pág. 107-110.

associado às elites intelectuais do país e de fora dele, em uma forma de conhecimento acessível.²²

Além do mais, essa arqueologia precisa construir uma pesquisa científica vinculada não apenas a fatos, instituições e personagens tradicionais e/ou considerados grandiosos em nossa história, mas uma arqueologia que uma vez crítica em seus métodos e em suas definições procure estudar agentes sociais e instituições esquecidas ou relegadas ao segundo plano no desenvolvimento da arqueologia no país.

Deste modo, uma arqueologia pensada como uma ciência social é, portanto, um esforço daqueles que trabalham nesse campo de conhecimento tendo em vista construir, a partir do estudo da cultura material de sociedades passadas, um vínculo importante com a sociedade existente hoje, tanto nas relações, quanto nas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais desta com o passado.²³

Para o arqueólogo Pedro Funari, a arqueologia histórica tem sido objeto de grandes debates nos últimos anos e, podemos considerar esta arqueologia como uma arqueologia das sociedades com escrita e com grande tradição no estudo das civilizações fundadoras do Ocidente. Na América do Norte, entretanto, o termo tem sido usado para referir-se ao estudo de um período histórico específico, o período moderno, particularmente no contexto espacial do continente americano. O termo não é usado, porém, na Europa e na Ásia, já que nestes continentes se entende por “históricas” uma diversidade de arqueologias, tais como, por exemplo, a dos estudos sobre o mundo grego e romano antigos (Arqueologia Clássica) e sobre o Egito Antigo (Arqueologia Egípcia). Entre as questões contemporâneas mais recorrentes, segundo Funari, deve-se mencionar o estudo sobre as relações de poder expressas na

²² P. P. A. Funari. Contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul. (In): *Tempos históricos*. Cascavel, 01, 1999. Págs.11-44.

²³ P. P. A. Funari. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: IFHC / UNICAMP, 1998. págs 7-34 (Coleção Idéias).

dominação e resistência, nas desigualdades sociais e nos agentes históricos colonizadores e colonizados, dentre outros temas abordados na última década.²⁴

A arqueologia surgida em solo europeu é herdeira da tradição dos estudos acadêmicos relacionados à história da arte e da arquitetura, e tem na Filologia sua base de fundamento humanístico. De acordo com Funari, a arqueologia que surgiu do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, foi muito diferente, pois esta arqueologia europeia inicialmente implantada na América dentro das universidades e museus dos EUA, que foram a arqueologia clássica, a arqueologia bíblica, a arqueologia do Egito e da Mesopotâmia só depois dela se acrescentou outra arqueologia no espaço acadêmico, que foi a arqueologia pré-histórica. Esta arqueologia pré-histórica chegará ao Brasil na década de 1960 em diante, a partir da iniciativa de arqueólogos e antropólogos provenientes de duas orientações e formações acadêmicas distintas: a antropologia cultural norte-americana; a etnologia e a paleoantropologia francesa.²⁵

Para Funari, a arqueologia histórica é uma disciplina ainda muito jovem, que se institucionalizou a apenas quarenta anos, nos Estados Unidos. No Brasil, no entanto, sua prática tem crescido, principalmente, a partir dos anos 1980, e deve-se isto em parte, à lenta e demorada restauração das liberdades públicas e do declínio do arbítrio político no Brasil, com processos tais como a anistia em 1979 e o relaxamento da censura em meados da década de 1980.²⁶ Em razão disto, a arqueologia desenvolveu-se de maneira desigual nos diferentes países da América do Sul, e não se deve surpreender pelo fato desta mesma arqueologia ter se dedicado muito mais aos restos materiais de origem europeia e tenha se desenvolvido mais cedo nos países sul-americanos. Nestes países sul-americanos, dado a sua específica história

²⁴ P. P. A. Funari e E. P. Fogolari (orgs). Estudos de arqueologia histórica. Erechim: Habitus / Unicamp, 2005.

²⁵ P. P. A. Funari. Teoria e Métodos na Arqueologia Contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme*, Dossiê Arqueologias Brasileiras, vol. 06, n. 13, dez. 2004/ jan. 2005.

²⁶ Pedro Paulo A. Funari. Contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul. *Tempos Históricos*, Cascavel, n. 01, 1999, pág. 11-44.

cultural e política, as identidades nacionais estiveram diretamente ligadas à Europa, como é o caso de países como Argentina, Brasil e Uruguai. De acordo ainda com Funari, a arqueologia histórica brasileira não deixa de: “... *compartilhar as aporias e contradições inerentes a este campo de pesquisa. Na origem da arqueologia histórica, está o patrimônio, bem material de alto valor monetário, e “eo ipso”, símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio*”.²⁷

No Brasil, dois grupos de estudos se interpõem em relação à arqueologia: o primeiro grupo refere-se aqueles estudos arqueológicos relacionados à análise da ancestralidade e das relações culturais das sociedades indígenas, denominadas de *arqueologia pré-histórica* e de *etnoarqueologia*. O segundo grupo é o estudo sócio-material da sociedade do período colonial português no Brasil e os períodos históricos posteriores do Brasil, a que denominamos de *arqueologia histórica*.

Em ambos os casos a arqueologia trabalha com os dados empíricos de ordem material, fonte principal da pesquisa arqueológica, para sistematizar as análises, definir o seu campo de atuação e acompanhar assim as discussões alcançadas em outras ciências humanas e sociais. A arqueologia, então, busca realizar uma análise das situações de ocupação humana pré-histórica e indígena e as ocupações humanas de caráter histórico (colonial ou pós-colonial).

Tal necessidade favoreceu e impulsionou a aproximação do fazer e do pensar arqueológico ao de outras disciplinas, tais como a antropologia e a sociologia, bem como a sua proximidade relacional, desde a origem, com a ciência histórica. Esta aproximação tem reforçado na pesquisa arqueológica a necessidade de percebê-la como mais uma das várias formas de conhecimento científico do mundo social, de hoje e de ontem, bem como da necessidade de se trabalhar, em diversas situações, com métodos que fujam do tradicional em arqueologia.²⁸

²⁷ Pedro Paulo A. Funari. Teoria e Métodos na Arqueologia Contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme*, Dossiê Arqueologias Brasileiras, vol 06, n. 13, dez. 2004/ jan. 2005. Pág. 04.

²⁸ P. P. A. Funari, M. Hall & S. Jones. Historical Archaeology, back from the edge. Londres, Routledge, 1999.

Dentre os grupos sociais envolvidos no processo de construção social do Brasil figuram variados colonizadores europeus, diversos grupos indígenas ou nativos e outros que foram transpostos no processo de escravidão colonial, como é o caso das populações africanas trazidas para o Brasil ao longo de mais de três séculos de colonização.

Tal processo foi historicamente constituído e não sem conflitos e resistências, os quais abrem um imenso campo de estudos para a arqueologia sul-americana e brasileira, principalmente, porque está relacionado às estruturas e sistemas advindos da colonização europeia no Novo Mundo e que implicaram num complexo conjunto de novas relações sociais, de novos poderes, de novos saberes e práticas sociais. Todas essas novas relações sociais foram decorrentes do processo colonizador, e também, no sentido de retorno de influências, das diversas formas de resistência social dos grupos sociais nesse processo de colonização.

Apesar de se discutir na atualidade qual a definição ideal para uma arqueologia dita “histórica”, se considerou aqui como arqueologia histórica todo e qualquer estudo relacionado a elementos materiais dispostos ou não na paisagem, e que têm alguma vinculação direta ou indireta com a sociedade aqui desenvolvida a partir dos mecanismos de colonização empreendidos pela Coroa portuguesa desde o século XVI e suas relações com o universo indígena aqui existente.

O que tem sido definido como arqueologia histórica no campo de estudos dos restos materiais das sociedades com registros escritos tem uma ligação ancestral com a gênese da disciplina arqueológica, pois se refere às origens da história da civilização europeia, dentro da tradição do estudo dos mundos grego e romano antigo, da Europa Medieval e o nascimento da Cristandade.²⁹

²⁹ P.P.A. Funari & S. Jones & M. Hall. *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres, Routledge, 1999.

No entanto, em termos de Novo Mundo, particularmente, a América do Norte, o termo distingue um campo de estudo que emergiu somente há cerca de trinta anos atrás. No trabalho do arqueólogo James Deetz, o mesmo destaca que:

“A arqueologia histórica estuda os restos culturais de sociedades letradas que foram capazes de registrar sua própria história. A respeito disto contrasta diretamente com a arqueologia pré-histórica, que trata da história cultural antes do advento da escrita – milhões de anos de duração.”³⁰

A arqueologia é uma disciplina científica que se utiliza de restos materiais para compreender o funcionamento das sociedades humanas, de maneira específica e compreender a cultura no sentido geral. Isto torna a abordagem arqueológica válida para qualquer sistema comportamental do passado ou presente, pré-histórico ou histórico, remoto ou recente.³¹

Pensando nisto, Tânia Andrade Lima³² afirmou que a arqueologia histórica é uma das possíveis especializações dentro do amplo domínio da arqueologia. O reconhecimento desta arqueologia enquanto campo de pesquisa é um fenômeno recente, pois data da segunda metade do século XX, que num encontro de especialistas em Dallas (Texas-EUA) em 1967, fundaram a Society for Historical Archaeology.

Segundo Lima, a expressão em inglês “Historical Archaeology”, já tinha sido usada antes por Woodward, nos anos de 1930 e por Setzler na década de 1940 e assim foi adotada definitivamente no encontro de Dallas nos anos de 1960.³³ A discussão semântica vem desde

³⁰ J. Deetz. In *Small Things Forgotten – the Archaeology of Early American Life*. Anchor Press, New York, 1977, pág. 05. (Apud) P.P.A. Funari & S. Jones & M. Hall. *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres, Routledge, 1999.

³¹ Roy S. Dickens Jr. (ed) *Archaeology of Urban American. The Search for Pattern and Process*. Studies in Historical Archaeology, New York, Academic Press, 1982.

³² Tânia Andrade Lima. O papel da Arqueologia Histórica no mundo civilizado. *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos y Práticas*. Zarankin & Senatore (eds) págs 117-127. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.

³³ Tânia Andrade Lima. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. I Seminário de Arqueologia Histórica SPHAN/FNPM, Rio de Janeiro, Outubro de 1985. (In): *CLIO (Série Arqueológica)*, Recife: UFPE, n. 05, 1989: 87-99.

este período e já foram utilizadas e propostas algumas alternativas tais como “arqueologia de sítios históricos” e “arqueologia colonial”, dentre outras.

Mas, na década de 1970, foi Robert Schuyler quem definiu arqueologia histórica como sendo o estudo dos restos materiais de qualquer período histórico, ou seja, períodos históricos nos quais as culturas estudadas têm um registro documental e nas quais a escrita exerceu forte impacto. Assim, quando os registros podem alterar os métodos básicos de se estudar o passado através da arqueologia, então estamos lidando com a arqueologia histórica.

Entretanto, a arqueologia histórica ou arqueologia das sociedades modernas só terá grande incremento na América do Sul e no Brasil a partir da década de 1980, onde neste contexto diversos trabalhos neste campo foram desenvolvidos no nosso país e onde questões teóricas importantes sobre o campo de pesquisa da arqueologia histórica no Brasil começaram a fazer parte do rol de preocupações dos pesquisadores em arqueologia.

No início da década de 1990, André Prous no seu manual sobre arqueologia brasileira afirmava que a arqueologia histórica era um ramo da arqueologia, que na época ainda era pouco desenvolvida no país, e que esta arqueologia se voltava ao estudo de vestígios que evidenciavam influência européia e para a qual se dispunha de documentos escritos.³⁴ Para Prous, era possível observar algumas direções da pesquisa em arqueologia histórica no Brasil naquele período, que eram: o estudo de grupos indígenas influenciados pelos colonizadores; o estudo de núcleos de escravos rebeldes que criaram comunidades independentes, os quilombos; o estudo de comunidades de tradição européia, o qual envolvia desde os estudos de restos materiais de antigos naufrágios ao estudo arquitetural das cidades antigas, o estudo das fortificações e de monumentos isolados, e por fim, o estudo da evolução das estruturas agrárias no Brasil desde o início da colonização portuguesa até a atualidade.

³⁴ André Prous. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

Charles Orser Jr. afirma que no continente americano a arqueologia histórica constitui-se em estudar *artefatos*, assim como aquela outra arqueologia chamada de “pré-histórica”. Artefatos esses, que devem ser pensados como elementos materiais confeccionados ou modificados pela ação humana.³⁵ O que diferencia a arqueologia histórica da(s) outra(s) arqueologia(s) é na verdade, seu foco de atenção que está direcionado a um passado recente ou moderno, ou seja, direcionado ao estudo de um passado que resultou de muitos processos, perspectivas e objetos materiais que em grande parte ainda estão sendo usados em nossos dias. Segundo Orser Jr., estes elementos: “... *do passado recente, moldam ou dão forma ao mundo moderno, e este mecanismo de constituição, ainda que extremamente complexo de entender, está relacionado com objetos materiais*”.³⁶

Para o arqueólogo Arno Kern, a dimensão da arqueologia como ciência social está construída na relação estreita entre a arqueologia histórica e a ciência histórica. A relação existente entre estas duas formas de conhecimento das sociedades humanas desempenha papel de extraordinária importância para a compreensão dos processos globais de mudança sócio-cultural das sociedades em outros tempos. No entanto, estas duas disciplinas se diferenciam pelo tipo de fontes de informação e pelos recursos que utilizam. Para Kern, a interdisciplinaridade entre a arqueologia histórica e a história fica claramente explícita quando levamos em conta que:

... Tanto o trabalho do arqueólogo histórico como do historiador estão voltados para a tarefa de precisar ou esclarecer os diversos aspectos das sociedades que estudam, bem como pelas transformações por que passam em um momento de seu processo histórico.³⁷

³⁵ Charles Orser Jr. *Introducción a la arqueología histórica*. Buenos Aires: AINA, 2000.

³⁶ *Idem*. Pág. 27

³⁷ Arno Alvarez Kern. (org.) *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (Coleção Arqueologia, 06), pág. 26.

De acordo com Kern, o estudo interpretativo da cultura material, por exemplo, nos estudos arqueológicos que são desenvolvidos há mais de duas décadas sobre as Missões Jesuíticas do período colonial na região do Rio da Prata, criaram a oportunidade de reconstituir os processos de transculturação que se desenvolveram quando dos: *“contatos e dos impactos das sociedades indígenas entre si e destas com a sociedade colonial ibérica”*.³⁸ Esta arqueologia histórica enquanto estudo da sociedade colonial, isto é, uma arqueologia colonial, tem permitido em seus estudos compreender a atividade missioneira e o processo de formação das fronteiras culturais platinas e da emergência de uma nova sociedade colonial naquele contexto.

Tais possibilidades de análise não seriam exequíveis não fosse pelos métodos e abordagens utilizadas na arqueologia histórica ou das sociedades modernas, tanto na sua dimensão de ciência social quanto na sua estreita relação com a ciência histórica. Pois é justamente nestas duas dimensões citadas acima, que tem sido possível à arqueologia no Brasil trabalhar a partir de noções como sistemas mundiais, relações entre centro-periferia, territórios, contatos inter-étnicos, fronteiras espaciais e fronteiras culturais, o processo de transculturação e de aculturação, as redes sociais de poder e de produção. São estes temas, portanto, problemas específicos percebidos na análise do processo colonizador no Novo Mundo bem como das resultantes sociais e culturais desse processo.

De acordo com Tânia A. Lima, a delimitação deste campo de estudos no Brasil, do que podemos chamar de arqueologia histórica brasileira, é uma especialidade da arqueologia que busca:

“... estudar as consequências da expansão europeia do século XV, o impacto desta expansão sobre as populações indígenas, a dinâmica do contato cultural, a experiência

³⁸ Idem. Pág. 27.

negra, a formação da sociedade brasileira, bem como os processos de exploração, colonização e desenvolvimento urbano, através de vestígios materiais remanescentes”.³⁹

Lima sugere ainda que se fizessem desdobramentos desta arqueologia histórica no sentido de que fossem estabelecidos dois subcampos: o da arqueologia colonial, que deveria ocupar-se da etapa escravista no Brasil, iniciando no século XVI desde os primeiros contatos até a decadência das relações coloniais no século XIX; o da arqueologia pós-colonial, que deveria estudar a transição para o modo capitalista de produção e do sistema de manufaturas para o industrial como crescimento de uma burguesia nacional nos finais do século XIX e início do XX.

Em um trabalho mais recente, Lima defende o capitalismo como o foco adequado do campo da Arqueologia Histórica, na América Latina, e particularmente, no Brasil, pois com este foco se pode realizar uma investigação de questões tais como: o colonialismo, a industrialização, a luta de classes e a formação social, de modo a integrar esta arqueologia ao quadro mais amplo das ciências sociais. Este quadro amplo permite ultrapassar os limites atuais que separam as disciplinas no mundo acadêmico, em que às vezes pode aparecer como história, outras vezes como antropologia.⁴⁰

Ainda para Lima, ao pensar criticamente sobre o fenômeno da globalização, devido à sua escala interplanetária, tal questionamento levou diversos cientistas sociais a debruçar-se sobre o assunto para analisar tal fenômeno. Algumas questões fundamentais, portanto, foram levantadas, entre elas: quais seriam a gênese e a profundidade temporal deste fenômeno?

³⁹ Idem. Pág. 97.

⁴⁰ Tania Andrade Lima. *El Huevo de La Serpiente: Una Arqueología del Capitalismo Embrionario en El Rio de Janeiro del Siglo XIX*. (In): Andrés Zarankin e Felix A. Acuto. *Sed Non Satiata. Teoria Social in La Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999.

Quais foram então, as forças diretrizes que atuaram para que esta globalização assumisse a sua forma atual? ⁴¹

A cultura material é um campo do conhecimento que tem muitas possibilidades de oferecer importantes contribuições a este entendimento, visto que, essa cultura material foi um processo atrelado ao controle dos territórios coloniais, das matérias primas, da produção e do consumo de bens. E assim, a arqueologia histórica visa estudar materialmente a sociedade moderna forjada no Novo Mundo e esta pode dar valiosas contribuições, pelo seu caráter de análise das transformações, mudanças e relações sociais do passado pela via dos dados empíricos materiais. Ao referir-se ainda à arqueologia, afirma Lima que por ser a arqueologia uma ciência social, esta não pode permanecer alheia aos processos sociais, tanto do presente quanto do passado, e deve dar sua contribuição ao estudo desses processos, pois investiga pelo estudo da cultura material, a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas sócio-culturais através do tempo.⁴² Cabe então à arqueologia histórica ou das sociedades modernas o papel de analisar esses processos em seus primórdios, nas suas diferentes etapas de existência, etapas que coincidem com o longo processo de colonialismo europeu nas Américas, e que define assim, o campo operacional da arqueologia histórica no continente americano.

A arqueologia histórica como arqueologia das sociedades modernas nas Américas é como a arqueologia do capitalismo, tal como enfatizado por outros pesquisadores como James Deetz, Charles Orser Jr., M. Johnson, M. Leone e P. Potter Jr.,⁴³ arqueólogos que buscaram

⁴¹ Tânia Andrade Lima. O papel da Arqueologia Histórica no Mundo Globalizado. In: SENATORE, M. X. e ZARANKIN, A. *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Trident (Colección Científica), 2002. p. 117-127.

⁴² Tânia Andrade Lima. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. *CLIO* (Série Arqueológica), Recife: UFPE, n. 05, 1989: 87-99.

⁴³ James Deetz. In *small things forgotten- The archaeology of Early American Life*. New York: Anchor Press, 1977; Charles Orser Jr. *Introducción a la arqueología histórica*. Buenos Aires: AINA, 2000; M. Johnson. An

dar conta desse processo através da análise da cultura material, aonde cabe, então, a esta arqueologia analisar os objetos materiais em domínios onde o elemento documental é falho, tendencioso ou até mesmo, opaco para as demais disciplinas.

Um exemplo de pesquisa deste campo de trabalho da arqueologia histórica foi o caso da pesquisa realizada pelo arqueólogo Carlos Alberto Etchevarne, em 2001, no Centro Histórico de Salvador, na Bahia, com o estudo dos materiais provenientes das escavações no espaço da Praça da Sé de Salvador e de parte do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na mesma cidade.⁴⁴ Ao dispor na pesquisa de restos de cerâmicas de várias categorias, fragmentos de porcelana chinesa e de faianças, para análise arqueológica, foram de suma importância as inferências sócio-históricas que esses materiais puderam oferecer.⁴⁵

De acordo com Etchevarne, as análises realizadas nos contextos arqueológicos da pesquisa no Centro Histórico de Salvador mostraram evidências de variadas formas de reciclagem, e reciclagem feita com fragmentos de faianças portuguesas, em que o número elevado de fragmentos dessa faiança produzida no século XVII, encontrados em um setor específico do que atualmente constitui a Praça da Sé, pode ser explicado por várias razões. Dentre estas razões está a posição que a cidade de Salvador ocupava em relação ao império colonial atlântico português no século XVII. A cidade de Salvador foi neste período o núcleo urbano sede do Governo Geral do Estado do Brasil, portanto, de uma colônia próspera e em plena expansão, e foi assim, o porto de escoamento de toda a produção açucareira do

Archaeology of Capitalism. Blackwell, Oxford/UK y Cambridge University, 1996; M. Leone e P. Potter Jr. (Eds.) The Recovering of Meaning, Washington: Smithsonian Institution, 1988.

⁴⁴ Conforme informações de Carlos A. Etchevarne e Carlos Costa. *Relatório de atividades do Plano de Intervenção Arqueológica na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas de Salvador*. Museu de Arqueologia e Etnologia / UFBA, Salvador, (digitado) 2001.

⁴⁵ Carlos Etchevarne. A reciclagem da faiança em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de reutilização. Recife: UFPE, *CLIO*, n.16, vol 01, 2003: 103-118.

Recôncavo baiano para a Europa, além de ser um entreposto vital do comércio português na chamada Carreira das Índias.⁴⁶

Carlos Etchevarne afirma que em relação ao estudo da cerâmica portuguesa do século XVII é:

...deveras promissor se (se) atenta para os vínculos econômicos entre metrópole e colônia. Este vínculo permite inserir o Brasil no âmbito da circulação de mercadorias entre os países do Mediterrâneo e Extremo Oriente, no início de um sistema econômico que já apresenta os traços do fenômeno da globalização.⁴⁷

Em trabalho também recente, os arqueólogos Maria Ximena Senatore e Andrés Zarankin, sustentando suas definições nas definições de Charles Orser Jr., James Deetz e Robert Schuyler, mostram claramente o horizonte de conceituação de uma arqueologia histórica quando dizem que:

“... se tem definido a Arqueologia Histórica como o estudo do processo de conformação do Mundo Moderno. Esta perspectiva apresenta certos conceitos básicos que orientam a colocação dos problemas de estudo... são estes: a expansão capitalista, o etnocentrismo e o colonialismo. O foco se centra em entender o processo capitalista e seus efeitos sobre as distintas sociedades e territórios”.⁴⁸

Na formação social brasileira dos primeiros séculos, diversos subsistemas sociais, econômicos, culturais e políticos foram desenvolvidos a partir de um amplo sistema colonial

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Carlos Etchevarne. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII em Salvador – Bahia. Recife: UFPE, *CLIO*, n. 20, vol. 01, 2006, p. 54.

⁴⁸ Maria Ximena Senatore. Arqueología Histórica e Expansión Capitalista. Prácticas Cotidianas y Grupos Operarios em La Península Byers, Isla Livingstone, Shetland del Sur. (in) Andrés Zarankin e Felix A. Acuto. *Sed Non Satiata. Teoria Social in La Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999, pág. 171.

português que implicou em mecanismos e movimentos para confirmação de posse, ocupação, exploração e a defesa efetiva da terra contra os inimigos. Tudo isto resultou não somente na transposição de alguns elementos já existentes e outrora aplicados a outras possessões marítimas portuguesas, mas resultou também, na adaptação de alguns outros aspectos pelas exigências próprias na conjuntura social e econômica da colonização portuguesa no Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

A dimensão dos processos sociais matrizes de nossa sociedade, desde os primeiros contatos entre europeus e povos nativos a partir do século XVI, se constituiu num complexo sistema de conflitos, de relações sociais e de relações de poder, bem como de assimilações culturais, de adaptações técnicas e de recursos tecnológicos e arranjos sociais entre os grupos sociais envolvidos no processo.

O entendimento de um desses processos que é razão de ser deste trabalho enquanto pesquisa arqueologia histórica ou das sociedades modernas, se destaca no espaço das capitânicas do Estado do Brasil no período colonial e que se estende desde a gênese das casas fortes na metade do século XVI até o final do XVII com seu posterior desaparecimento.

Questões de método - Como analisar as casas fortes?

As possibilidades de análise nos chegaram a partir de um método pensado como interação de propostas de dados empíricos sobre o mesmo objeto de estudo, ou seja, um método em que se pudesse adequar os diferentes tipos de dados empíricos além dos dados arqueológicos ou materiais no próprio contexto arqueológico. Esta preocupação foi decorrente da escolha que fizemos de uma metodologia não restrita ao recurso único da escavação, já que trabalhamos com um corpus de teoria interpretativa, em que a gênese social e histórica dos contextos arqueológicos foi nosso principal ponto de partida e de análise.

Neste caso não se deve confundir aqui método com objeto de estudo, mesmo que se admita ser este tipo de intervenção arqueológica, o da escavação, muito necessária nos momentos em que se precisa acentuar o caráter de entendimento da distribuição espacial dos elementos remanescentes a serem retirados do solo num contexto ou sítio arqueológico.⁴⁹

A análise das chamadas cotas positivas, ou o que está visível na superfície do sítio e que o arqueólogo pode observar diretamente no registro arqueológico sem o recurso da escavação permite aos mesmos arqueólogos sistematizar e analisar dados oriundos da cartografia atual e antiga, da iconografia e da documentação histórica, e os restos materiais visíveis na paisagem atual. Este esforço de observação não exclui, entretanto, seguir adiante na metodologia de análise das cotas negativas, ou seja, efetuar as prospecções e escavações como intervenções espaciais de pequena e larga escala no solo.

Há vários exemplos deste tipo de método adotado em situações em que a escavação enquanto intervenção destruidora e definitiva do espaço original é usada somente depois de estudos da paisagem natural, das ruínas construtivas remanescentes relacionadas à sociedade estudada ou a perspectiva temporal do contexto arqueológico que se pretende estudar.

Sendo assim, para a primeira categoria de análise, trabalhamos com as fontes escritas e documentais, enquanto possibilidades de perceber dentro das regulamentações oficiais do Estado português no contexto do final do século XVI e ao longo do século XVII, o papel desempenhado por essas casas fortes, enquanto aspecto pontualmente previsto pela oficialidade colonial ou metropolitana.

⁴⁹A definição de **sítio** enquanto unidade de análise não é única da arqueologia. É um termo proveniente da metodologia de trabalho nas ciências naturais, e que na arqueologia faz referência, preferencialmente, a qualquer lugar em que atividades humanas foram realizadas em determinado tempo, portanto atividades passíveis de leitura material hoje. O arqueólogo norte americano Lewis Binford (1983), na obra “Em busca do passado”, define sítio em função de uma terminologia mais abrangente, em que preferiu usar a idéia de **registro arqueológico**, no sentido de qualquer espaço passível de leitura e interpretação material da atividade humana num determinado local em questão, sem necessariamente, delimitar-se a dimensão espacial exata e ideal deste(s) sítio(s) e sim a sua natureza de uso antrópica.

Figuram nesta categoria de dados empíricos, os regimentos dos Governadores Gerais, do provedor-mor e da Fazenda Real, que nos deram indicadores dessas ações estatais estabelecidas a partir de necessidades pontuais, como a posse efetiva e o domínio cedido a um determinado indivíduo (sesmeiro), e a obrigação deste em promover a defesa e a ocupação das terras cedidas a ele. Incluem-se nesta categoria também, outros documentos como Cartas de Doação de Sesmarias, Alvarás Régios, Cartas Régias, que forneceram informações valiosas acerca das aplicações, ou seja, como em muitos casos numa terra doada ou cedida, se poderia modificar o caráter de uso de tal propriedade, em função da existência dessas casas fortes.

Na segunda categoria de dados empíricos, buscamos a descrição etnográfica, ou seja, aquelas fontes escritas, porém não necessariamente de caráter documental e oficial português, e que fornecia informações sobre a existência e localização dessas casas fortes nos espaços das capitanias do Brasil colonial. Foi de grande importância as descrições de viajantes e funcionários da Companhia das Índias Ocidentais (período holandês) com valiosas informações acerca das características dos espaços coloniais do início do século XVII, bem como da presença das casas fortes neste espaço.

Nesta categoria incluímos também, a cartografia antiga, em especial, aquela produzida no período de domínio holandês no nordeste colonial brasileiro, e que nos permitia observar informações importantes sobre a definição cartográfica registrada sobre os espaços das diversas capitanias no Brasil, inclusive a capitania do Rio Grande no século XVII.

Na categoria de dados arqueológicos, destacamos a compreensão e situação dos referidos sítios históricos com exemplos de casas fortes ou construções de funções semelhantes ou similares no mundo hispânico-lusitano, bem como desses modelos transpostos para os contextos espaciais do império comercial português na África e na Ásia e finalmente, esses exemplos remanescentes estudados e registrados de contextos arqueológicos de sítios de casas fortes no âmbito do espaço brasileiro e norte-riograndense. Além deste destaque sócio-

histórico e material, buscamos situar em termos de paisagem natural e (re) ocupações humanas os contextos arqueológicos dos sítios de casas fortes analisados no Rio Grande do Norte.

As casas fortes na arqueologia histórica brasileira

Efetivamente, a pesquisa arqueológica histórica no Brasil é deveras tardia em relação a países europeus como França, Inglaterra, Alemanha e os países nórdicos. Sustentada, desde o século XIX, somente pelo interesse nas relíquias ancestrais nativas e pré-históricas, a arqueologia brasileira de certa forma relegou ao segundo ou último plano a pesquisa arqueológica das estruturas relativas à colonização portuguesa, a presença holandesa e francesa bem como dos contatos destes com as populações indígenas e as populações transpostas do continente africano.

O interesse específico nas casas fortes, por sua vez, ficou esquecido pela historiografia brasileira, em virtude do privilégio dado às estruturas consideradas matrizes do nosso patrimônio cultural arquitetônico e material, tais como os complexos arquitetônicos civis dos engenhos e vilas coloniais, da arquitetura religiosa de Missões de Aldeamento, das capelas, igrejas e santuários, e da arquitetura militar das fortificações na linha litorânea. Contudo, estas estruturas em seu tradicional estudo histórico-arquitetônico e econômico-material forneceram as bases para estabelecer o estudo das casas fortes do ponto de vista arqueológico.

A primeira das referências de interesse material em torno do tema de casas fortes, está relacionado aos estudos sobre a chamada Casa da Torre ou Castelo de Garcia D'Ávila na região de Tatuapara, hoje no município de Camaçari, na Bahia. Na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), do ano de 1915, o historiador Braz Hermenegildo Amaral se referia à Casa da Torre de Garcia D'Ávila num trabalho chamado "Castello da

Torre de Garcia D'Ávila”, sem suscitar necessidade arqueológica, porém o ponto de partida do interesse histórico-arquitetônico nesta casa forte.

No texto do artigo, Braz Amaral apresenta fotografias das ruínas desta construção em sua face vista do mar, no ponto que chama de aterragens da costa do Norte e escreve sobre um farol que ali foi instalado, mas que não tinha sido montado à época do artigo na revista. O trabalho visual fotográfico foi feito pelo próprio autor em abril de 1915, e o mesmo calculava as dimensões das ruínas como um espaço quadrado em torno de cem braças (cada braça mede 1,20m), quer dizer 120 metros, com a frente orientada para sudoeste.

No mesmo sentido, mesmo que não seja numa abordagem arqueológica, publicado na revista trimestral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1929, José Wanderley de Araújo Pinho levanta luzes sobre as origens históricas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, como um exemplo primitivo de casas fortes no Brasil colonial, cujas ruínas estavam situadas em Tatuapara, no município de Camaçari – BA. Wanderley Pinho identifica as ruínas e estabelece um padrão comparativo de construção entre essa estrutura construtiva e as antigas grandes casas das cidades antigas do estado da Bahia. Descreve essas características, comparando-as no padrão construtivo, às Câmaras de Cachoeira, de Jaguaripe, de Santo Amaro da Purificação, da Vila de São Francisco e a face sul do Convento do Desterro, em Salvador.⁵⁰

Compara ainda a estrutura construtiva às antigas casas de engenho e solares baianos, citando Gabriel Soares de Sousa, os padres Fernão Cardim e José de Anchieta, que foram os primeiros a referirem-se a tal casa senhorial ou castelo fortificado no Brasil. Para o cronista e viajante português Gabriel Soares de Sousa, esta seria “grandes edifícios de casas de sua

⁵⁰ José Wanderley de Araújo Pinho. Em torno do Castello de Garcia D'Ávila. Notas históricas. Salvador-BA, Revista do IGHB, volume 55, abril de 1929, pág.408.

vivenda”.⁵¹, e para o cronista e padre Fernão Cardim, uma “casa rica” de um nobre senhor em terra brasílica.⁵²

Segundo Wanderley Pinho, este não seria o único exemplo de casas fortificadas, porém, a Casa da Torre de Garcia D’Ávila seria o mais antigo, e se caracterizava por ser um misto de residência e fortaleza, o que as identifica como “torres” ou “casas fortes”. No caso de Garcia D’Ávila, o mesmo preferiu construir em vez de apenas uma casa forte, acrescentar a esta casa uma torre, para assim “aparentar nobreza” imitando as residências senhoriais do Reino. No texto de seu artigo, Wanderley Pinho cita ainda documentos que atestam a exigência legal da construção dessas casas fortificadas e afirma escrever para estimular estudiosos a esclarecerem o assunto, para assim evitar o “mito de lenda e sabor vivo de fatos notáveis” que a tal Casa da Torre suscitava nas pessoas.

Pedro Calmon, historiador baiano, em 1935, afirmava que para evitar o índio e sua “ferocidade” é que os moradores se fortificaram e assim, Duarte Coelho mandou construir para este fim, em Olinda, uma torre de pedra e cal. Afirma ainda Calmon que certo indivíduo chamado Diogo Dias, ao se fixar nas fronteiras da capitania de Itamaracá, mandou construir uma *casa forte*, a qual detinha algumas peças de artilharia e foi destruída em 1574.⁵³

O filho do mesmo Diogo Dias construiu em Goiana um engenho com uma casa forte feita de madeira de taipa e mão dobrada. Pedro Calmon, no mesmo texto, afirma que outra casa forte foi construída no “período emboaba” em São José D’El Rei em Minas Gerais, e era destinada à defesa do ouro do Rei, porém não indica sua localização ou provável conservação de suas ruínas até o momento da escrita de seu livro.

⁵¹ Idem. Pág.410.

⁵² Id. Ibid.

⁵³ Pedro Calmon. Historia Social do Brasil, tomos I, II e III, São Paulo: Cia Editora Nacional, Coleção Brasileira (1935).

Pedro Calmon, em outro livro que foi considerado um clássico da historiografia brasileira: “História da Civilização Brasileira”, de 1933, afirma que ocupação e defesa são elementos indissociáveis na abordagem sobre os caminhos abertos na colonização portuguesa no Brasil. Segundo ele, os “fortes” construídos no sertão influenciaram a demarcação geográfica brasileira atual e que nos dois primeiros séculos de colonização as construções públicas portuguesas eram sempre de cunho militar.⁵⁴

Afirmava Calmon ser o Forte dos Reis Magos na capitania do Rio Grande, o ponto de partida para penetrar nos “areiais” no sentido leste-oeste da colonização. O exemplo inicial, segundo Calmon, de fortificação senhorial nesta civilização brasileira foi a Torre de Garcia D’Ávila ou Casa da Torre, porém, existiram outras formas de residências de defesa que foram: as “caiçaras” feitas de taipa, palha e tijolos; e as “casas-fortes” feitas de pedra e cal.

Num trabalho de balanço geral das pesquisas da arqueologia histórica no Brasil realizada desde os anos 1960 até o início dos anos 1990, a arqueóloga brasileira Tânia Andrade Lima, revela que a aplicação de técnicas especializadas para arqueologia histórica, isto é, para contextos derivados de ocupação europeia colonizadora e de seus contatos com a população nativa surgiram apenas nos primeiros vinte e cinco anos do século XX.

De acordo com Lima, foi no final da década de 1940, que um alemão chamado Hermann Kruse, pela primeira vez na história da pesquisa arqueológica brasileira teria feito escavações a partir de informações que coletou da leitura de Gabriel Soares de Sousa, nas penetrações que este viajante fez para o sertão baiano no século XVI. Segundo este Herman Kruse, o mesmo Gabriel Soares, provavelmente, construiu “casas fortes”, ou fortins, com a finalidade de defender-se contra os índios na região.⁵⁵ Lima afirma que os relatórios deste

⁵⁴ Pedro Calmon. História da Civilização Brasileira (1937). Brasília: Senado Federal, 2002 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

⁵⁵Tânia Andrade Lima. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). Anais do Museu Paulista, Nova Série, n/ 01, 1993: 225-262.

trabalho foram arquivados no antigo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que depois se tornou Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dados que infelizmente, não foram localizados, mas que se constituem em referência importante do interesse em se estudar, arqueologicamente, as estruturas coloniais no Brasil.

Foi a partir da década de 1990 que diversos trabalhos de prospecção e escavação arqueológica sistemática com posterior restauração arquitetônica foram realizados em sítios históricos onde havia ruínas de origem colonial. Esses sítios históricos foram objeto de estudos em razão do maior interesse em sistematizar e analisar informações sobre o período colonial no Brasil, tendo como referência a pesquisa arqueológica.

O primeiro exemplo relacionado à pesquisa de residências fortificadas coloniais no Brasil foi o da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, em Tatuapara (hoje Praia do Forte), no município de Camaçari na Bahia. Duas etapas de trabalho são citadas como tendo sido feitas no local: a primeira etapa, de acordo com os organizadores do trabalho, foi o estudo da consolidação arquitetônica, como uma proposta metodológica de intervenção no sítio desenvolvida por Silvia Puccioni, em dissertação de Mestrado em Arquitetura, e que depois foi aplicada ao sítio; a segunda etapa foi a coleta de artefatos (objetos), que foi realizada por Ivan Dorea C. Soares e Nadja Freire Dorea Sampaio no ano de 1997.⁵⁶

A Casa da Torre, segundo fontes documentais citadas por estes autores teria sido construída em sua primeira etapa entre os anos de 1551 e 1624, e que se tornou um marco da ocupação portuguesa no Novo Mundo, especialmente, nas primeiras capitâneas.

O primeiro dos procedimentos de trabalho foi de coleta de dados, o segundo momento dos procedimentos foi o cálculo estrutural, devido ao avanço do desgaste das ruínas pelo intemperismo, e o terceiro e último procedimento, foi fazer uma proposta de intervenção,

⁵⁶ Gastão de Holanda. A Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Rio de Janeiro: Eletrobrás/Fundação Garcia D'Ávila, 2002.

consolidando paredes e refazendo partes de alvenaria e reforçando partes das paredes. Na etapa de resgate de objetos, de acordo com os que promoveram o trabalho na Casa da Torre, foi tomado como base o sítio cadastrado pelos pesquisadores Ivan Dorea Soares e Valentin Calderón de La Vara desde o ano de 1977, e foi realizada na época pelo Centro de Estudos das Ciências Humanas (CECH) de Salvador – BA, órgão patrocinado pela Fundação Garcia D'Ávila durante um ano e nove meses.⁵⁷

Os artefatos coletados, infelizmente, não foram indicados nas publicações, nem quanto à condição de análise destes nem quanto à sua localização contextual arqueológica nos setores escavados. Foram apenas relatados no texto do livro dos mesmos autores como sendo peças de origem tupi-guarani e fragmentos de peças líticas pré-históricas; fragmentos de faiança e louças portuguesas e outras; pedaços de vidros, além de partes de instrumentos metálicos de uso doméstico e de cavalaria; fragmentos de colares e brincos, de pulseiras de origem africana e afro-brasileira e restos de material bélico.

Desta forma, os trabalhos realizados na Casa da Torre, em Camaçari-BA, como um exemplo de construção colonial, foram trabalhos que não tiveram continuidade, tanto na pesquisa “in situ” quanto na análise sistemática dos artefatos ou extensão dos trabalhos no entorno da área construída que estava em ruínas. Esta pesquisa serviu apenas para validar, naquele momento, as consolidações estruturais e a posterior recuperação de paredes da área residencial e das paredes e teto da antiga capela sem propor quaisquer avanços em relação às abordagens sobre as residências senhoriais coloniais no Brasil.

Outro exemplo, mas com o uso de método sistemático em arqueologia histórica como pesquisa realizada em residências senhoriais fortificadas da época colonial no Brasil, foi o caso do Engenho São Jorge dos Erasmos, na região da baixada santista no município de

⁵⁷ Opus Cit. Pág. 71.

Santos – SP, que foi escavado também na década de 1990. Em abril de 1992, foi realizada a cooperação entre a Universidade de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Santos para levar a frente uma pesquisa arqueológica histórica e industrial, na área do antigo Engenho dos Erasmos, que compreendia uma área de aproximadamente, 48.070,23 m², entre ruínas e o entorno dessas. A partir de 1994, uma comissão foi designada para elaborar um projeto de recuperação e preservação do Engenho São Jorge dos Erasmos, ficando a cargo da arqueóloga brasileira Margarida Andreatta a coordenadoria arqueológica.⁵⁸

Em julho de 2006 iniciaram os trabalhos de prospecção na área das ruínas, estendendo-se até dezembro do mesmo ano. O trabalho foi realizado em três etapas, que se constituiu de documentação, pesquisa de campo e escavação. Na etapa de documentação foi realizada a pesquisa histórica e documental para compreensão do processo de implantação do engenho e suas etapas evolutivas ao longo de sua existência e funcionamento.

A segunda etapa, a de pesquisa de campo, foi realizada prospecções de superfície em que se identificaram as áreas com potencial arqueológico para efetuar escavações. E a terceira e última etapa, que foram as escavações, inicialmente projetadas para os anos de 1997 e 1998, depois prorrogadas até 1999, e que se constituiu na etapa de confronto dos dados escritos com os materiais arqueológicos provenientes das escavações, bem como sustentar as bases dos projetos posteriores ao trabalho arqueológico que foram os projetos paisagísticos, de restauração das ruínas e museológicos.

O sítio histórico do Engenho dos Erasmos está situado na área da baixada santista no estado de São Paulo, e que assim como em outras unidades instaladas na primeira metade do século XVI, para a produção do açúcar, representam as bases da ocupação efetiva colonizadora nestas terras do litoral paulista, e que diferente de muitos outros, se manteve

⁵⁸ Margarida Davina Andreatta. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica histórica e industrial. Revista USP, CCS/USP, São Paulo, 1989.

passível de estudos através de suas ruínas ainda visíveis até o momento da pesquisa arqueológica. Inicialmente, foi chamado de Engenho do Governador, e que depois foi adquirido pela família Schetz de Antuérpia e funcionou segundo os historiadores Maria Regina Rodrigues e Pedro Taques Leme, desde sua fundação em 1533 até o século XVIII. Já para o historiador Francisco Martins dos Santos, este engenho foi o segundo engenho criado na região da baixada santista, em 1534. E finalmente, para os historiadores Basílio de Magalhães e Paul Meurs, o engenho dos Erasmos foi o terceiro engenho a ser instalado na capitania de São Vicente.⁵⁹

Em 1943, os terrenos foram adquiridos por Otávio Ribeiro de Araujo, que loteou a propriedade e doou o Engenho São Jorge dos Erasmos à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 1958. Este engenho então se estabeleceu como o único exemplar deste tipo de execução arquitetônica colonial, misto de elemento residencial e fortificado, que restou na baixada santista, como testemunho da época áurea do açúcar na capitania de São Vicente.

Na intervenção arqueológica foram realizados levantamento planialtimétrico com elaboração de planta baixa das estruturas, documentação fotográfica dos testemunhos encontrados e anotações em diário de campo. Nesta evidência arqueológica, alguns restos construtivos foram evidenciados: soleira de porta, em número de três; o fosso nº 1, feito em alvenaria de pedra; o fosso nº 2, feito em alvenaria de tijolos; seteiras, em número de sete; uma mó de pedra com raio de 1,25m; um nicho revestido parcialmente de lajotas cerâmicas, semelhantes ao revestimento do fosso nº 1; maticões, feitos de granito embrichítico e situados em diversos setores do sítio, utilizados como base de assentamento para estruturas arquitetônicas (pedras de espera); calçada de pedras, com restos de lajotas cerâmicas; e

⁵⁹ Idem. Pág.

alicerces, com 1,0 a 1,30 metros de espessura e que se estendem por toda a estrutura e se entende, arquitetonicamente, como sapatas corridas.⁶⁰

Os materiais arqueológicos coletados nas escavações no Engenho São Jorge dos Erasmos são de diversas categorias: líticos, cerâmica, louça, porcelana, faiança, vidro, metálico. Os líticos são lâminas de machado polido, peso de rede, e seixos batedores; dos materiais cerâmicos, foram encontrados fragmentos de alças, bordas, bojós, cabos e asas de fôrmas de pães-de-açúcar e restos construtivos; dos materiais de louça, restos de louças posteriores a ocupação do local nos séculos XVII e XVIII, a faiança de diversos padrões relativos ao século XIX e a porcelana de forma simples e na cor branca; dos materiais em vidro foram encontrados fragmentos de fundos côncavos e gargalos de garrafas e fragmentos de frascos lisos; dos materiais metálicos, figuram restos de material construtivo e de ferramentas, além de restos de material de montaria e de fabrico do açúcar.

Na conclusão da arqueóloga Margarida Andreatta, além destes materiais que atestam a continuidade de ocupação do lugar para períodos posteriores ao século XVIII, a

“... presença de paredes de pedras em ruínas com argamassa de cal e conchas, a mó de pedra, as seteiras, os fragmentos de tachos de cobre e fôrmas de pães-de-açúcar, além do fosso nº 1, atestam a ocupação do sítio São Jorge dos Erasmos a partir do século XVI, e evidenciam um alto potencial arqueológico”.⁶¹

A arqueóloga, então, sugeria ao final do trabalho que se estendesse a pesquisa arqueológica para levantamentos de outros testemunhos do século XVI em toda a área do entorno do sítio e dentro dele também para subsidiar os trabalhos de consolidação e revitalização da área do engenho com projetos educacionais e museológicos.

⁶⁰ Margarida Davina Andreatta. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica histórica e industrial. Revista USP, CCS/USP, São Paulo, 1989.

⁶¹ Margarida Davina Andreatta. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica histórica e industrial. Revista USP, CCS/USP, São Paulo, 1989, pág.35.

Em trabalho mais recente, após divulgação deste trabalho de tese em forma de projeto de pesquisa, o historiador militar Adler Homero de Castro, em artigo publicado na revista de cultura do Exército Brasileiro, faz alusão em relação à necessidade de se levar adiante pesquisas de cunho arqueológico sobre a história militar do Brasil, reforçando o caráter deste trabalho em estudar as diversas fortificações militares, e além destas, as casas fortes no sertão das capitanias do norte do Estado do Brasil, no contexto das guerras no período colonial.⁶²

Diz o historiador em seu texto que é preciso pensar sobre as poucas pesquisas realizadas em arqueologia do período colonial no Brasil, entre estes, alguns trabalhos já realizados em fortificações holandesas em Pernambuco, um quilombo fortificado e um forte em Minas Gerais, além da identificação de casas fortes (mas sem prospecções) em São Gabriel no Amazonas, e em Periaá no Maranhão. Assim, se refere a este estudo arqueológico:

“É possível que algumas dessas (casas fortes) ainda existam, pelo menos em ruínas... Na localização estudo e recuperação desses vestígios de nosso passado militar, o papel da arqueologia é fundamental e indispensável, sendo fundamental o trabalho de especialistas... Dessa forma, somente o trabalho dos arqueólogos poderá lançar alguma luz sobre o assunto”.⁶³

Na verdade, não somente a localização e posterior identificação material e prospecção dessas casas fortes podem e devem ser realizadas, mas é necessário inserir essas casas fortes enquanto tema de estudos dentro do entendimento tanto do processo de formação e transformação da sociedade colonial no Brasil quanto das relações sócio-políticas envolvidas nesse processo e decorrentes deste.

⁶² Adler Homero Fonseca de Castro. Arqueologia: procurando pela história militar do Brasil. Revista da Cultura, Rio de Janeiro: Bibliex, ano VIII, nº12, 2008, pág. 25- 29.

⁶³ Opus. Cit. pág.28 e 29.

A arqueologia histórica no Rio Grande do Norte

A inserção do estudo das casas fortes como temática arqueológica nasceu em virtude de ser esta arqueologia histórica preterida em relação a outros campos da arqueologia brasileira, principalmente em solo potiguar. Há uma grande quantidade de sítios arqueológicos de ocupação pré-colonial ou pré-histórica presente e estudada atualmente no território norte-rio-grandense, porém, este campo da arqueologia histórica tem sido relegado algumas vezes ao papel de pesquisa auxiliar da pesquisa histórica. Esta arqueologia não tem sido devidamente pensada como um campo de pesquisa definido por problemáticas e metodologias próprias e inserida dentro das discussões no âmbito da arqueologia e sua relação com as ciências sociais.

No entanto, as referências a vestígios materiais da época colonial e imperial no Rio Grande do Norte vêm de longa data, e assim como na historiografia brasileira, estão relacionadas à produção intelectual dos Institutos Históricos e outras academias científicas, criadas desde o final do século XIX com o intuito de construir uma história do país e uma história regional e local. O Rio Grande do Norte não foi exceção, pois desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) em 1902, que esta instituição tem sido uma depositária da intelectualidade local e do interesse na construção e pesquisa sobre a história do Rio Grande do Norte.

As primeiras referências a elementos vestigiais materiais coloniais e imperiais, está nos interesses relacionados à história da arte, à história da arquitetura civil e religiosa ou da própria história político-econômica do estado, e não a um caráter arqueológico, como era de se esperar.

Trabalhos como o de Manoel Jácome de Lima, publicados na Revista do IHGRN, nos anos de 1918/1921, em que o mesmo relata sobre os municípios de Papary, Santo Antonio,

Luiz Gomes e Touros, e onde cita construções dos séculos XVIII e XIX que segundo ele, estavam relacionadas à construção histórica destes lugares, importantes na história do Rio Grande do Norte.⁶⁴ Sobre a cidade de Luiz Gomes, Manoel Jácome de Lima faz referência a uma construção histórica, que na sua época era a igreja da cidade, e onde afirma ser esta igreja a primeira da cidade e que a mesma foi construída no século XVIII. Ou se referindo ao município de Touros, o mesmo Manuel Jácome relata acerca do material bélico encontrado nos arredores da Vila de Touros e onde se destacavam entre esses artefatos: peças de canhão e balas de ferro.

Estes materiais foram encontrados no Morro de Touros e no Morro Vermelho, ambos situados a uma légua da mesma Vila de Touros. Obviamente, que as indicações neste período da década de 1920 são por vezes vagas e imprecisas, pois os interessados relatavam os vestígios materiais sem qualquer preocupação em situá-los contextualmente em um determinado sítio histórico, muito menos preservá-los para estudos arqueológicos sistemáticos posteriores.⁶⁵

Em outro trabalho sobre a capitania do Rio Grande do Norte e publicado na Revista do IHGRN, de 1913/1915, foram listados os aldeamentos criados na capitania, situando-os em relação à toponímia daquele período, qual era a invocação do santuário daquelas missões e quais eram as respectivas “nações” de índios que foram aldeados ou reduzidos nesses lugares, no final do século XVII e início do XVIII.⁶⁶

Outro exemplo do interesse nos restos materiais históricos construídos está presente no interesse sobre as origens do engenho chamado Cunhaú, lugar bastante conhecido pelo

⁶⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vol. XVII-XIX, 1918-1921 (Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil), pág. 79-103 (vol.XVII.) e pág.91 (vol. XIX)

⁶⁵ Roberto Airon Silva. Balanço e perspectivas da pesquisa em arqueologia histórica no Rio Grande do Norte. Anais da XVII Semana de Humanidades/CCHLA/UFRN, Natal-RN, 2009.

⁶⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vols. XI, XII, XIII. (capitania do Rio Grande), 1913-1915.

vínculo que possui com o povoamento inicial e a colonização efetiva da faixa litorânea da capitania do Rio Grande. No artigo de Fernando Távora, publicado na revista do IHGRN de 1951/1952, o autor escreve acerca do fortim, do engenho e da capela do engenho de Cunhaú e as matanças e as destruições ocorridas ali. Dizia o autor que o que ainda restava da capela original de Nossa Senhora das Candeias eram apenas as “paredes semi-destruídas” e afirmava serem estas construções “seiscentistas”, ou seja, construídas no século XVII.⁶⁷

Nesta fase inicial do interesse nos vestígios históricos construídos, algumas ruínas de edificações e edifícios remanescentes tornaram-se alvo de constantes relatos e citações, e que são elas as mais conhecidas na historiografia norte-rio-grandense como: a Fortaleza dos Reis Magos; os engenhos de Cunhaú e Uruaçu; o engenho Potengi (ou do Ferreiro Torto); as Missões de Igramació (Vila Flor) e de São Miguel de Guajiru (Extremoz); e as capelas relacionadas à origem das primeiras povoações coloniais no Rio Grande do Norte.

A década de 1980, no entanto, marca um período importante, pois na historiografia norte-rio-grandense grande destaque teve a produção bibliográfica do pesquisador Olavo Medeiros Filho, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Este pesquisador era conhecedor da documentação acerca do estado e publicou trabalhos importantes da história local com base em registros documentais e pesquisa exaustiva neste tipo de fontes. Olavo Medeiros dedicou espaço importante em seus escritos às pesquisas sobre as fontes documentais relativas ao período de dominação holandesa na capitania do Rio Grande no século XVII, aonde deu destaque à busca por fontes cartográficas e fontes etnográficas deste momento.⁶⁸

⁶⁷ Fernando Távora. *Cunhaú*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vol. XLVIII – XLIX, 1951-1952.

⁶⁸ Olavo de Medeiros Filho. *No rastro dos Flamengos*. Natal: FJA, 1989; Olavo de Medeiros Filho. *Índios do Açú e Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984; Olavo de Medeiros Filho. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: Depto Estadual de Imprensa, 1997.

O interesse de Olavo Medeiros nesta pesquisa documental gerou trabalhos importantes para o desenho atual da história colonial potiguar sobre temas como: os contatos iniciais das populações indígenas com os colonizadores portugueses e também com os holandeses; o conhecimento dos aldeamentos missioneiros; a cartografia antiga feita pelos holandeses; algumas discussões sobre as origens da cidade do Natal e de outras povoações coloniais; a documentação da Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte e a ação colonizadora portuguesa no espaço do sertão e as lutas contra os índios tapuias na mesma capitania.

Na obra “Índios do Açú e Seridó”, Olavo Medeiros não só se refere às ruínas de casas fortes na capitania do Rio Grande, mas alerta para a necessidade de uma pesquisa arqueológica que pudesse elucidar tais dúvidas historiográficas sobre essas construções. Na obra sobre os fatos e feitos dos holandeses em solo norte-rio-grandense intitulada “No rastro dos Flamengos”, Olavo Medeiros realizou pesquisa em arquivos documentais e trabalhos bibliográficos sobre os holandeses que foram arquivados ou publicados no Instituto Histórico Geográfico e Arqueológico de Pernambuco, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico Nacional - RJ e o no próprio Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), onde trabalhou como bibliotecário até a data de sua morte em junho de 2005.

Porém, foi em 1992, com a dissertação de mestrado do arqueólogo Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, num trabalho acerca dos fragmentos de faiança portuguesa dos séculos XVII e XVIII recolhida nas escavações realizadas pelo mesmo no espaço da antiga Missão de Aldeamento de Igramació ou Gramació (Missão Carmelitana). Este local, atualmente é a

cidade de Vila Flor, no litoral sul do estado, e é onde se deu a primeira pesquisa arqueológica que poderia ser classificada como um trabalho de arqueologia histórica.⁶⁹

Além destas prospecções na Missão de Aldeamento de Igramació, ou Vila Flor, outras prospecções arqueológicas foram realizadas sob a coordenação de P. Tadeu Albuquerque à frente do Laboratório de Arqueologia (Larq), criado em 1994, no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assim, foram também realizados trabalhos de prospecção arqueológica na Fortaleza dos Reis Magos, na calçada e parte do casario ainda existente na Rua Chile, no Bairro da Ribeira, e prospecções também no interior da Igreja Matriz de N. S. da Apresentação, a antiga Catedral de Natal, sendo todos estes sítios históricos situados na mesma cidade.

No final da década de 1990 as pesquisas em arqueologia histórica no estado sofreram uma interrupção, aonde se mantiveram ativas somente as pesquisas em sítios de ocupação pré-colonial em lugares identificados há pelo menos duas décadas de levantamentos e identificações. O Laboratório de Arqueologia (Larq) do Departamento de História da UFRN, hoje denominado Divisão de Arqueologia do Núcleo de Estudos Históricos Arqueológicos e Documentais (NEHAD) na mesma universidade, deu continuidade a esses trabalhos, analisando materiais e orientando trabalhos monográficos com alunos da graduação que estavam envolvidos nos trabalhos do laboratório, e onde foram realizadas oficinas e mini-cursos com discussão de questões teóricas e metodológicas sobre a atividade arqueológica e como parte componente das disciplinas de formação dos alunos do curso de História e áreas correlatas nesta mesma universidade.

Trabalhos monográficos de conclusão de curso sob nossa orientação foram aprovados, e posteriormente, arquivados na Divisão de Documentação e Bibliografia do NEHAD. Nestes

⁶⁹Paulo Tadeu de Sousa Albuquerque. A faiança fina portuguesa em Vila Flor – RN. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFPe, 1992.

trabalhos se buscou sistematizar e dar conta de qual a dimensão dos conhecimentos arqueológicos no estado no final do século XX e início do XXI.⁷⁰ Outros trabalhos de pesquisa, assim, foram desenvolvidos sob nossa coordenação, no quais tratamos sobre as referências arqueológicas contidas na bibliografia e nos relatos produzidos e publicados sobre o Rio Grande do Norte, desde o século XVII até o XX. Também buscamos a identificação de fontes documentais para o estudo da arqueologia histórica colonial no Rio Grande do Norte, principalmente, no que diz respeito às informações sobre a ocupação, defesa e formação territorial da capitania, trabalho este que serviu de ponto de partida para esta tese de doutoramento.

A primeira pesquisa foi intitulada: “Contribuições Bibliográficas à Arqueologia no Rio Grande do Norte”, e foi realizado durante nossa coordenação no Laboratório de Arqueologia (Larq), e com financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesq) nos anos de 2001 a 2003. Neste trabalho de pesquisa levantamos dados importantes que serviram de aporte para analisar a dimensão do interesse nos elementos vestigiais arqueológicos que podemos considerar referentes à arqueologia pré-histórica e histórica no contexto do Rio Grande do Norte a partir de fontes escritas: relatos de viagens, documentos e obras publicadas além da produção de uma cartografia básica.

Outro trabalho de pesquisa, com apoio da Propesq – UFRN foi realizado entre os anos de 2004-2005, e foi intitulado de “Arqueologia colonial: as casas fortes como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no final do século XVII”. Neste trabalho os dados empíricos coletados serviram para diagnosticar o estado de intervenção e de possibilidades de

⁷⁰ São estes os trabalhos: Iago Henrique A. Medeiros (2000). *Levantamento das potencialidades arqueológicas da Cidade Alta – séculos XVII e XVIII*; Marluce Lopes Silva (2000). *As transformações urbanas no bairro da Ribeira e a economia do Rio Grande do Norte*; Lídia Maia Neta (2000). *A modernização da cidade do Natal: o aformoseamento do bairro da Ribeira*; Wagner Nascimento Rodrigues (2002). *Fluxos e refluxos comerciais na Bacia do Potengi: século XIX*; Abrahão Sanderson F. Nunes (2004). *Vestígios de um Rio Grande do Norte sem fronteiras: a relação da História, Arqueologia e a Coleção Indígena do Museu Lauro da Escóssia / Mossoró*.

posterior análise arqueológica no estudo dos sítios de ocupação colonial, da época provincial e do período das reformulações urbanas do início do século XX na cidade do Natal.

Desde o ano de 2006 quando da implantação do projeto de trabalho arqueológico sobre as casas fortes, se tem buscado introduzir estudos e análises sistemáticas em arqueologia histórica sobre o período colonial no Rio Grande do Norte, na forma de minicursos, palestras, mesas redondas e comunicações orais, em congressos, encontros ou semanas universitárias e/ou eventos desta natureza.

As casas fortes se constituíram em nosso objeto de estudo, pois embora tendo sido comentadas e citadas no passado, muito pouco ou em nada foram estudadas com profundidade, tanto na sua origem e dimensão material quanto sócio-histórica, bem como de se saber qual o papel delas dentro do sistema colonial português no Brasil.

CAPÍTULO II – AS CASAS FORTES: ORIGENS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

A organização e a atuação militar no Brasil tem sido objeto de atenção de uma diversidade de análises e dentre estas figuram a descrição das campanhas militares, o estudo da evolução do sistema militar em solo brasileiro, os estudos arquitetônicos das fortificações militares e a influência e papel sócio-político dos conflitos armados recentes na formação social brasileira.

Ao fazer um balanço da historiografia da história militar do Brasil, os historiadores Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, em obra recente que discorre sobre o tema, classificam em cinco momentos a construção de uma história militar brasileira.

O primeiro momento foi o da construção de memórias pessoais e trabalhos literários sobre personagens e feitos heroicos na história militar, o que caracterizou este tema em grande parte do século XIX. Neste momento, os trabalhos se constituem de publicações de memórias principalmente das Guerras de Independência do Brasil e da Guerra do Paraguai. Tais publicações se constituem de descrições baseadas nos registros históricos dos conflitos, as próprias memórias pessoais escritas pelos comandantes de tropas, sendo então fundamentadas na experiência pessoal de militares que participaram na Guerra do Paraguai, por exemplo.⁷¹

O segundo momento aconteceu depois da (re) estruturação do Exército brasileiro e das outras Forças Armadas, no final do período imperial e início da era republicana, nos últimos anos do século XIX e na primeira década do XX. Destacam-se neste período, as abordagens realizadas por estrangeiros pesquisadores fazendo biografias de militares e promovendo

⁷¹ Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay. (orgs) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV/BomTempo, 2004.

debates sobre a história das campanhas militares fundamentados em documentos, sendo então um gênero precursor da história militar propriamente dita.

O terceiro momento se refere ao período da década de 1920 aos anos de 1960, aonde se destaca o interesse de historiadores membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. As biografias de tempos anteriores, as memórias pessoais e os trabalhos sobre campanhas militares tornar-se-ão a principal fonte de pesquisa neste momento. Também teve papel importante neste momento a criação, em 1937, da Biblioteca do Exército Editora (Bibliex) com a missão de publicar obras de interesse militar no Brasil.

Isto possibilitou uma série de publicações de outras memórias de campanhas militares das forças militares brasileiras em conflitos como o Movimento Tenentista (1922), a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a Revolta Constitucionalista em São Paulo (1932), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Relatos ligados ao período da implantação da ditadura e do golpe militar de 1964 também fizeram parte deste momento.⁷²

A partir da década de 1970, com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, estrutura-se um quarto momento da trajetória de construção da história militar. Neste momento, a partir de estudos realizados desde a década de 1960 por historiadores profissionais oriundos do mundo acadêmico e não dos círculos militares e eruditos, constroem análises mais críticas em relação à participação e intervenção política dos militares na história brasileira (do tenentismo ao regime militar nos anos 1960-1970) a partir de abordagens históricas baseadas principalmente nas discussões sociológicas marxistas.

⁷² Opus cit.

Segundo Castro, Kraay e Izecksohn, após certo hiato no interesse sobre a história militar no (do) Brasil, nos anos 1980, o tema voltaria a ser objeto de estudos na década de 1990, pontuando aspectos relativos à montagem da estrutura militar portuguesa no Brasil Colônia, à formação militar de cadetes e oficiais das forças armadas brasileiras e a repercussão social e cultural dessa formação, os trabalhos de revisão crítica da participação e dos interesses brasileiros na Guerra do Paraguai e a pesquisa acadêmica nos arquivos regionais e locais. Essas pesquisas arquivísticas acadêmicas se tornariam o principal corpus de dados para dissertações e teses de doutorado a partir de 1997-1999.⁷³

O elemento chave da fase atual desta chamada nova história militar é sua característica em tratar do tema sobre o olhar da relação complexa existente entre a estruturação, formação, presença política e atuação das Forças Armadas no mundo social e na vida cotidiana, bem como na historicidade da estruturação dos mecanismos militares desde a época colonial.⁷⁴

Neste trabalho, onde buscamos lançar o olhar para o século XVII, há uma série de eventos e fenômenos que são complexos no estudo da formação social brasileira quanto à sua relação com o poder militar estruturado pelo sistema colonizador português no Brasil dos idos dos mil e seiscentos.

Destacamos o contexto dos séculos XVII e XVIII e os conflitos resultantes da resistência empreendida pelos povos nativos no Brasil, cuja extensão e alcance geográfico e histórico dão a estas guerras o mesmo nível de importância das guerras européias da época moderna, daquelas que são apresentadas nos livros didáticos e nos manuais de história militar.

Não se trata aqui somente de ruínas de construções coloniais que esperam por um estudo documental, etnográfico, cartográfico e arqueológico sobre o processo de ação

⁷³ Opus Cit.

⁷⁴ Opus Cit.

colonizadora na formação histórico-social do Brasil. Essas casas fortes são parte de um processo de ação militar ordenado e direcionado à efetivação da posse territorial e a combater a resistência de índios contrários aos mecanismos da colonização lusitana.

A dimensão histórico-sociológica das casas fortes no processo de expansão econômica e de territórios lusitanos e a ação militar colonizadora foram possíveis de visualizar num quadro amplo das motivações e das consequências da instalação dessas casas fortes enquanto estratégia militar, territorial e política nas capitânicas do Estado do Brasil. Esta visão ampla não deixou de lado a ação colonizadora pontual, instalada nas diversas capitânicas, incluindo a do Rio Grande (do Norte), desde as últimas décadas do século XVI, e que se estenderam ao século XVII e o início do XVIII, como é o caso de capitânicas como a do Ceará.

De certa forma se por um lado, a importância das casas fortes seja afirmada neste trabalho, por outro lado, podemos afirmar que as razões do esquecimento delas dentro dos estudos coloniais se deram por conta do obscurecimento das casas fortes frente aos temas considerados centrais e tradicionais no estudo da historicidade da ação militar no Brasil em tempos coloniais.

Para compor o conceito de casas fortes e organizar as nuances da interpretação de um objeto de estudo científico como estes não poderiam construir uma definição baseada em concepções simples, fechadas, isoladas ou compreendidas ou explicáveis por si mesmas. Definir as casas fortes mostrou-se algo complexo, pois foi necessário trabalhar com as diferentes dimensões de análise para sustentar sua definição, e assim, tal trabalho conceitual exigiu um esforço, tanto pela novidade de objeto de análise que representa dentro das ciências sociais, quanto em especial, para os estudos em arqueologia histórica no Brasil.

Origens e definições

O substantivo composto “*casas fortes*” aparece entrecortado de várias definições possíveis. O termo “*casas fortes*” é polissêmico tanto por sua própria natureza constitutiva quanto em sua matriz conceitual e nomenclatura histórica, e só pode ser então percebida, nestes termos, a partir de algumas estratégias de conceituação. Para a definição etimológica, material e sócio-histórica das casas fortes consideramos a intersecção de três aspectos ou níveis de definição para as mesmas.

No primeiro nível, a origem e significado do termo composto (casas fortes) nas línguas ibéricas e seus desdobramentos. No segundo nível, a definição sócio-histórica de uma estrutura arquitetônica construída nos contextos coloniais específicos para determinados fins dentro da organização do poder colonial, isto é, construída em diferentes lugares e em diferentes condições, porém articuladas com seu ponto de origem. No terceiro e último nível, os aspectos que definem as casas fortes do ponto de vista material, isto é, os padrões espaciais de escolha material, localização e construção, bem como os materiais construtivos utilizados que as distinguem em relação a outros padrões e materiais utilizados.

a) O contexto ibérico – o caso espanhol

Na Grande Enciclopédia Aragonesa (GEA) o termo casas fortes ou “casas fuertes”, na forma de substantivo composto e no plural, é definido na língua espanhola como “casas solariegas”, isto é, casas senhoriais, que estão vinculadas, mais estreitamente, com a idéia de mansões de fidalgos senhores e patrícios do que com a “castelologia” propriamente dita.⁷⁵ Essas casas fortes nunca foram castelos de senhores jurisdicionais, ainda que muitas delas muito se assemelhem arquitetonicamente aos vários dos últimos castelos de senhorio na Espanha.

⁷⁵ *Castelologia*: se refere ao estudo específico das residências senhoriais ou reais fortificadas, ou seja, o estudo das praças fortes com fossos, muralhas, barbacãs e outras construções de defesa.

Na região de Aragão, região situada nos limites com os Pirineus, de acordo com a Enciclopédia Aragonesa, essas casas fortes se distribuem de acordo com as características próprias de cada espaço na dita região da Espanha. No Alto Aragão, (hoje Província de Huesca - extremo norte de Aragão) integram-se à paisagem de uma localidade, mesmo que apareçam isoladas. Nas Serras Turdenses, (no extremo sul de Aragão) os aragoneses as chamam de “mases” e estão localizadas sempre em campos e montes, às vezes bem distantes dos núcleos de povoação e são casas de conteúdo campestre e pecuarista, com currais, incluindo casas para pastores e lavradores.

Nessas casas senhoriais, ainda que seja ela uma mansão para o proprietário, o que acontecia de forma esporádica, esse mesmo proprietário, habitualmente, residia em sua “casa-palácio” dentro das importantes vilas das cercanias, de matriz semi-urbana. A presença de uma torre acrescentada à mansão (casa senhorial), com ou sem detalhes ou características de fortificação, detalhes às vezes perdidos, que de acordo com a definição da Grande Enciclopédia Aragonesa parece suficiente para julgar o sentido das casas fortes. Sobre algumas dessas casas, no século XV, se usava o termo “casas infanzonas”, ou residências de indivíduos chamados “infanções”, que eram os homens fidalgos de alta estirpe. As casas infanzonas, como um termo usado desde os tempos dos reinos das Astúrias e Oviedo, era a residência de fidalgos e que se manifestava diferenciada das outras edificações, simplesmente, por algum fundamento auxiliar de um sótão com matacão, isto é, uma saliência de pedra na parede que permitia jogar sobre os atacantes, pedras e água fervente.

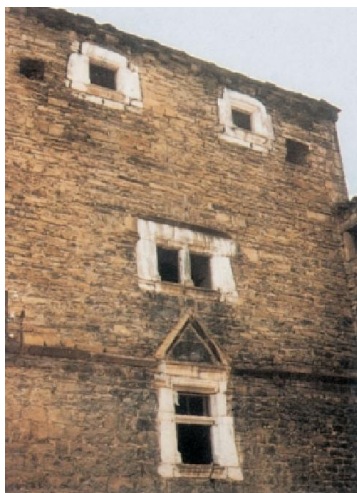


Fig. 1- Casa forte em Biescas (Província de Huesca - Aragão) chamada de “Torraza de los Acín”.⁷⁶

Na Galícia, região situada no extremo noroeste da Espanha, entre as fortalezas medievais galegas, as casas fortes figuram entre os três tipos de arquitetura militar da Idade Média. Em primeiro lugar vêm *as cercas ou muralhas* (de vilas e cidades); depois vêm *as casas fortes*; e por último, temos *os castelos e fortalezas*.⁷⁷ A construção destes tipos de arquitetura de defesa estavam diretamente relacionadas a três importantes aspectos. Primeiro, a situação geográfica e o meio físico da região da Galícia; em segundo, a evolução do armamento, e em terceiro as mudanças nas táticas militares de ataque e defesa, próprias a cada época.

As casas fortes dentre tais construções militares apresentam-se, então, como simples “torres de pedra” rodeadas por cercas ou muros. As casas fortes de situação fronteiriça não tão notória quanto o caso das fortalezas e das muralhas que se levantaram no restante do território galego tendo, a casa forte, se generalizado neste período, vinculada especialmente à pequena nobreza.

Tanto as fortalezas quanto os castelos com muralhas funcionavam como centros administrativos e jurisdicionais, além de exercer um controle das vias de comunicação e

⁷⁶ Disponível em http://www.monumentalnet.org/pais_vasco/ (acesso em dez.2007)

⁷⁷ Las fortalezas medievales gallegas: desarrollo histórico. In: *Inventário documental y gráfico de las fortalezas medievales de Galicia*. (www.psarmiento.cesga.es/fortalcast/proyecto1.html).

controle de seus respectivos territórios. Vale lembrar que somente os titulares das jurisdições é que tinham poder político suficiente para edificar castelos e o descumprimento das normas que foram ditadas era severamente castigado com a demolição da fortaleza e da aplicação de outras severas punições ao proprietário.

Segundo este texto, no primeiro momento da evolução dessas estruturas, aproximadamente até o século XIII, as estruturas defensivas eram, basicamente, pequenos recintos de planta irregular, adaptada ao terreno, rodeados por uma muralha em que se levantavam várias torres de planta quadrada ou retangular, próximas entre si para evitar as zonas que ficavam ao alcance dos arqueiros. O sistema defensivo se completava com cercas de madeira e fossos com água. É nesta etapa que surgem as casas fortes, que eram simples torres de pedra rodeada por cercas ou muros, que apesar de seu caráter robusto, eram na verdade, habitações bem acomodadas que se destacavam no meio do casario circundante.



Fig.2 - Casa e Torre de Terreros (Província de Zalla - País Vasco)⁷⁸

⁷⁸ Reproduzido de http://www.monumentalnet.org/pais_vasco/ (acesso em dez.2007).



Fig. 3, 4 e 5 - Vistas anterior e lateral da Casa Forte de Huetu Abajo (Província de Álava – País Vasco) Fotos de Eduardo Argote Fraile.⁷⁹

Também eram mais sólidas graças à construção de grossos muros de pedra de cantaria, capazes de resistir aos embates da maquinaria bélica cada vez mais freqüente e importante, depois do século XIV, tais como: catapultas, balestras, trabucos, aríetes, ganchos de escalada e torres de assalto (madeira).

⁷⁹ Reproduzido de: http://www.monumentalnet.org/pais_vasco/ (acesso em dez.2007).

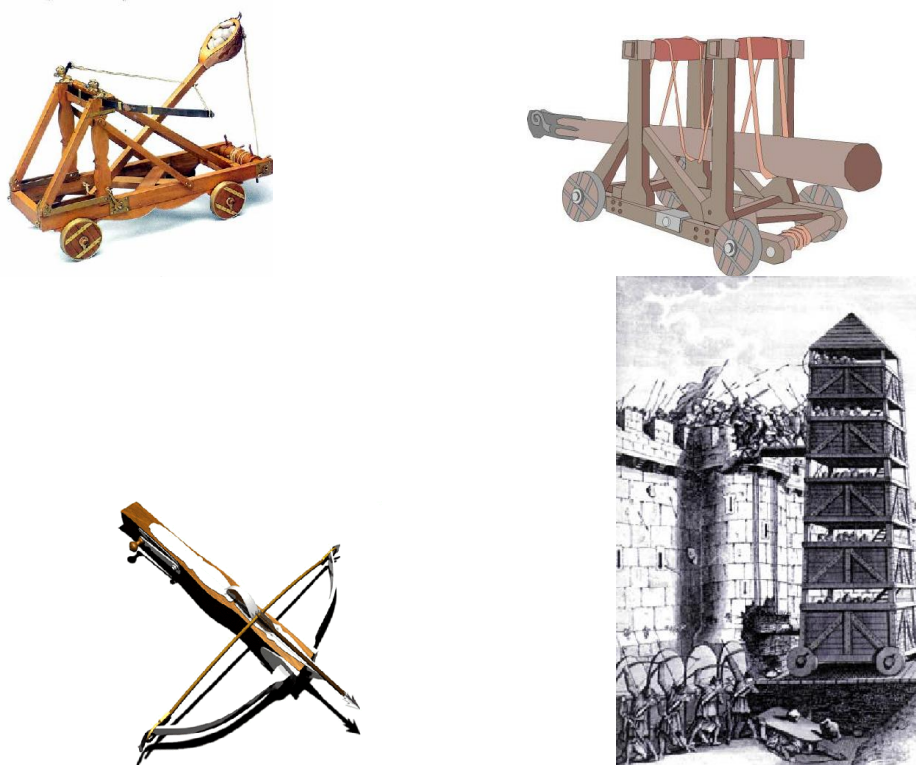


Fig. 6, 7,8 e 9 - Desenhos de reconstituição: Catapulta e Aríete (acima); modelo de besta medieval e Torre de Assalto (abaixo).⁸⁰

Neste sentido, a casa forte ou castelo da pequena nobreza, compunha-se de uma *torre* de vários pisos sem abovedar⁸¹, a que se juntavam várias outras dependências anexas como armazéns, casas dos criados ou estábulos, sendo toda ela rodeada por uma *cerca*, que eventualmente, poderia se transformar em uma forte muralha com pequenas torres, e com fosso. A *torre*, que era seu elemento definidor, podia ser usada para fins militares em caso de necessidade, porém seu caráter era essencialmente, o de habitação, pois tinha vãos de considerável tamanho e acompanhados de seteiras, telhado a quatro águas sem almenas nem matacões.⁸²

⁸⁰ Reproduzido de: www.encyclopedia.com.pt/ (acesso em dez 2007).

⁸¹ *Abovedar* é construir edificações com “abóbodas” ou “abóbedas”.

⁸² *Seteiras* são aberturas estreitas, geralmente em sentido vertical, aberta no muro de um castelo, por onde seus defensores podiam lançar setas ou flechas contra seus assaltantes; *Almenas* são parapeitos defensivos situados na parte mais alta do castelo; *Matacões* (matacóns) são saliências de pedra no alto de uma torre ou muralha; as aberturas permitiam aos defensores atirar pedras sobre os atacantes ou de apagar o fogo com água.



Fig. 10 - Casa Torre de Los Zárates (Província de Álava – País Vasco) ⁸³



Fig.11 - Casa Torre de Artazuela (Casa de Antonino) ⁸⁴

Tal é o caso de uma casa forte ainda preservada na província de Álava na região basca, no norte da Espanha, que se constitui como um bom exemplo:

“Construída em 1550, é um palácio de planta quadrada, mais forte e mais alta que os demais edifícios da pequena aldeia. O piso servia e serve de desvão. A torre se percebe por um arco de meio ponto, uma seteira a cada lado da porta, e sobre ela descansa

⁸³ Segundo o texto consultado, esta casa forte foi: “Construída em 1550, é um palácio de planta quadrada, mais forte e mais alta que os demais edifícios da pequena aldeia. O piso servia e serve de desvão. A torre se percebe por um arco de meio ponto, uma seteira a cada lado da porta, e sobre ela descansa esculpido um escudo com as armas dos senhores, que contaram com uma capela na igreja paroquial, dedicada a Imaculada e a São João, na que também estão as nove painéis dos Zárate, além de outros motivos heráldicos”. (In): http://www.monumentalnet.org/pais_vasco/ (acesso em dez.2007).

⁸⁴ Segundo o texto consultado: “... Palácio que foi dos Ortiz de Jócana e dos Ortiz de Salido, e que recebeu o nome de casa de Antonino por um morador que ela teve há alguns anos. Sobre o arco de acesso figura o escudo dos senhores, na porta de madeira um par de garras de águia, símbolo de poder e protetora da casa, das que antes sobrevoavam a serra de Árcamo, e em ambos os lados da porta duas aberturas (observadores) sossegadas que lhe dão um ar bélico”. (Disponível em http://www.monumentalnet.org/pais_vasco/ (acesso em dez.2007).

esculpido um escudo com as armas dos senhores, que contaram com uma capela na igreja paroquial, dedicada a Imaculada e a São João, na que também estão as nove painéis dos Zárate, além de outros motivos heráldicos”.⁸⁵



Fig.12 - Torre de Terreros e o detalhe da torre de planta quadrada (Província de Zalla – País Vasco)

No trabalho do historiador basco Iñaki Bazan Díaz, sobre as torres e casas fortes no país basco, o autor descreve essas edificações, no intuito de entender melhor o papel desempenhado pelos mesmos como refúgios do vandalismo senhorial na região basca ao final da Idade Média.⁸⁶ Sobre as origens das torres e casas fortes no país basco Díaz reforça o fato de que o habitat disperso e o clima constante de insegurança e guerra presentes nos séculos finais da Alta Idade Média nesta região da Espanha levaram famílias a fechar-se em casas e torres fortificadas, nas quais se abria apenas janelas, tanto por medo dos ataques diretos de armas que lançava projéteis quanto dos assaltos com escalo. Tal situação levou as mesmas famílias a evitar construir portas ao nível do solo com o objetivo de criar obstáculos maiores ao acesso indesejável em seu interior.

⁸⁵ Disponível em http://www.monumentalnet.org/pais_vasco/ (acesso em dez.2007).

⁸⁶ Iñaki Bazan Díaz. El refugio de la delincuencia señorial. Torres y casas fuertes em el País Vasco: el ejemplo de la Torre de Berna. Estudios Vascos.

Para Iñaki Díaz, as casas rurais fortificadas seriam a contribuição do final da Idade Média à construção de defesas militares para os reis e aos castelos e à vida cortesã, e que essas casas fortificadas foram construídas e utilizadas nesta região pelo fato de serem fáceis de defender com poucos homens, devido a seu escasso perímetro, além de permitir armazenar provisões e alojar combatentes e não combatentes.

Além da função militar que exerciam, tiveram uma significação social, pois representavam posição de prestígio para seus possuidores e tais casas com torres eram a residência do indivíduo “cabeça” da linhagem familiar. Díaz cita o exemplo do “Fuero Viejo de Vizcaya” (Antiga Jurisdição de Vizcaya ou Biscaia), na metade do século XV, e a legislação que estabelece as condições de permissão legal para a construção de uma casa forte, por parte dos homens fidalgos.

Por outro lado, os moradores das vilas, lavradores e agregados ou peões só podiam edificar casas planas, isto é, estruturas que seguramente não resistiriam a um ataque ou assalto. Neste caso, o primeiro elemento caracterizador das “casas fuertes”, na região basca na Espanha do século XV, era a espessura de suas paredes e muros, raramente inferiores a um metro.

E ainda segundo Díaz, o homem ao qual se permitia dizer ser um fidalgo estava ligado a uma casa de “solar coñocido” (casarão conhecido), vinculado a uma família troncal a qual estava relacionada a grupos mais amplos tais como: linhagem, parentela ou na frente do qual se encontrava o parente maior ou principal da família.

De acordo com as fontes jurídicas medievais do senhorio de Vizcaya, de 1452, a mesma legislação estabelecia:

“Outrossim, disseram que haviam do Foro (Jurisdição), uso e costume que qualquer fidalgo possa fazer em Vizcaya em sua herança própria, sem contrariedade, alguma *casa*

forte ou plana qual quisessem; e se algum o comprar e denunciar o novo trabalho, que logo vão ante o alcaide e mandem fazer valer ao possuidor ao crédito do seu alcaide; se o que quer fazer trabalho for proprietário da herança, em ano e dia dando fiadores de desfazer o trabalho, faça a obra sem contenda alguma, nem sem atender ao termino dos noventa dias e isto por mandado de juiz e não em outra maneira em que isto se entenda aos fidalgos e que nenhum vilano nem lavrador não podem gozar deste privilégio...⁸⁷

Sobre a morfologia dessas construções, as torres que tinham planta quadrada ou retangular podiam ser edificadas totalmente com pedra assentada ou “aparelho gótico”, e que unida à espessura de seus muros, na média de 01 (um) a 1,5 (um e meio) metros, nos dá uma idéia da solidez dessas construções. Díaz reforça o fato de que em algumas ocasiões, para que se derrubassem tais paredes, no fragor da luta dos bandos, se empregaram as lombardas,⁸⁸ como aponta o relato do cronista Lope García de Salazaren em suas “*Bienandanzas e Fortunas*”. O relato de Lope García, expressa o exemplo de assaltos às casas fortes, em que se utilizaram lombardas na derrubada da casa de certo homem chamado Basurto:

“Continuandose com a guerra entre estes solares e linhagens, porque Diego Sanchez de Vasurto Roubava e fasia muita guerra e mal, levantandose todo este conselho de Viuvao (Bilbao) em geral senão os de Aruolancha, e fiseram trato com Juan Alonso de Muxica, com os Çarmudianos, e com os de Salasar de Muñatones, de ir sobre a casa do dito Diego Sanches, e çercaramna e possuiramna a lombarda de Santander, que era maior que a que perderam em Elorrio, ouvindole dado çertos golpes rebentaramle dos çellos, e deixaramla

⁸⁷Hidalgo de Cisneiros Amestoy, C. et al. Fuentes jurídicas e medievales del Señorío de Vizcaya. Cuadernos legales, capítulos de Hermandad Y Fuero Viejo (1342-1506), San Sebastián, EuskoIskaskuntza, 1986. Apud. Iñaki Bazan Diaz. El refugio de la delincuencia señorial. Torres y casas fuertes em el País Vasco: el ejemplo de la Torre de Berna. Estudios Vascos.

⁸⁸ Lombardas eram armas de fogo portáteis ancestrais dos canhões e que cuspiam projéteis de pedra, impulsionados pela combustão de pólvora socada na boca de fogo.

com tanto, e queimaram os patíbulos (cadalsos) de Vasotoechea e de Yhayçaval, e de Aluja, e robaram toda a terra”.⁸⁹

Os materiais empregados para essas construções, de acordo com Díaz, como era de se esperar, foi de resistente alvenaria reforçada com pedra assentada nas esquinas, umbrais das portas e jambas de janelas ou vãos. Não havia uma altura determinada das torres, pois todas elas foram rebaixadas, desmontadas ou transformadas, estimando-se apenas que as portas eram colocadas no elevado em relação ao solo, ou no primeiro piso, subindo a ela através de um “patín” (prancha) ou pequena escada de pedra situada na parte exterior, para maior eficácia de defesa diante de um ataque inimigo.

Entre os elementos que davam o caráter militar dessas torres, estão além da presença do “patín” (pátio) e a sua altura, se encontra a presença de “aspilleras” (seteiras ou abertura para disparo), algumas vezes modificadas em forma de cruz para adaptar-se às balestras (arma que atirava pedras ou setas grossas); os patíbulos ou volados apoiados em “modillones” (peça de pedra em que se assenta a parte inferior do telhado), para arremessar todo tipo de objetos e defender a porta.

Outro importante aspecto, destacado por Iñaki Díaz refere-se à escolha do local para que se edificasse esse tipo de construção. Em primeiro lugar, considerava-se a primazia da escolha baseada no critério estratégico, porém, como se entrecruzam nessas arquiteturas uma significação militar e uma significação doméstica, nem sempre o critério estratégico é capaz de explicar as escolhas do lugar para que se edificassem tais casas fortes e torres.

Em segundo lugar, o que movia, na realidade, esta escolha espacial para a instalação era o critério econômico, como por exemplo, a presença de um rio, de pastos, árvores e

⁸⁹ Lope García de Salazar. *Bienandanzas e Fortunas*. Edição de A. Rodriguez Herrero, Bilbao, 1955, pág. 222. Apud. Iñaki Bazan Díaz. *El refugio de la delincuencia señorial. Torres y casas fuertes em el País Vasco: el ejemplo de la Torre de Berna*. *Estudios Vascos*.(p.25)

animais para caça. Estes elementos determinavam muito mais a presença de uma torre formando um conjunto econômico, ou uma pequena célula de exploração daquele território, onde às vezes se construíram moinhos, ferrarias, pastos, do que somente a sua posição espacial estratégica do ponto de vista militar.

O último aspecto importante sobre as torres e casas fortes no país Vasco, está relacionado à sua historicidade no contexto das características políticas dos reinos de Espanha, após os séculos XIV e XV. Para Iñaki Díaz, é paradoxal o fato de que o mesmo fator que fez proliferar as torres e as casas fortes, que foi a luta de “bandos”, também se constituiu no fator que ao mesmo tempo determinou o fim destas edificações. A delinqüência senhorial encontrou forte oposição, principalmente das Irmandades, que mesmo que não tenham tido toda a eficácia nesta oposição, em meados do século XV, as mesmas exerceram forte influência no processo.

Os elementos sociais que fundamentaram a existência das torres e casas fortes e que se relacionavam ao problema da violência da parentela maior, advinda em grande parte da crise econômico-social dos séculos da Baixa Idade Média, estavam agora diante de uma civilização pronunciadamente diferente, de caráter urbano, mercantil, estamental e com a emergência do status de indivíduo. Todas estas novas características sociais estavam em franca contraposição à situação sócio-política anterior que era de caráter rural, feudo-senhorial e de feição holista, quer dizer, de um indivíduo escondido em meio a grupos maiores de parentela ou linhagem.

A pacificação das terras da região basca foi se consolidando de forma clara a partir dos reinados de Enrique IV e dos chamados Reis Católicos. Esta participação das determinações monárquicas no enredo final das torres e casas fortes pode ser vista de forma direta na provisão dada pelo monarca Enrique IV à província de Guipúzcoa, em 22 de janeiro de 1455, em que se diz:

“A Irmandade que tem sido e ao presente é na dita terra e que depois aen bansi a dita irmandade como os alcaides e Juízes e Justiças da dita terra tem procedido e determinado por via de expediente não guardando a forma e ordem de obrar muitas causas e questões e envolveram e delimitaram a muitos dos malfeitores e derribaram e queimaram algumas torres e casas fortes daqueles que vinham por seus delitos cometidos para corrigi-los e castigar pela maneira que a dita província e as terras e vilas dela sejam reduzidos em toda a paz e conceda a Justiça em muito maior grau que nunca na memória dos hoje nascidos”.⁹⁰

A época dos Reis Católicos é vista como um novo momento histórico, no que diz respeito à questão da ordem e da paz sociais, assim como pelo respeito ao direito e a eficácia da ação de governo em contraste com os períodos anteriores, marcados pela anarquia, pelo que concerne à região basca. Enrique IV, mesmo taxado como monarca impotente e débil, desempenhou um importante trabalho na pacificação, pelo menos, quanto ao caso basco.

Em algumas províncias, em especial, mas não em todas, foi a partir de Enrique IV, e depois dos Reis Católicos, que sem dúvida, é conhecido o esforço dos monarcas dirigido a controlar esse espaço de perturbação social que representavam as torres e casas fortes. As resoluções tomadas pelos monarcas Enrique IV, Isabel e Fernando (Reis Católicos), foram o fator decisivo dirigido a eliminar o problema das torres e casas fortes, este tipo de arquitetura mista de espaço militar e doméstico.

Iñaki B. Díaz afirma que de acordo com essa vasta documentação, percebemos que era “... *necessário proceder a derriba, desmanche, ou quando menos a eliminação dos elementos militares destas arquiteturas, para evitar que se seguisse cometendo a partir delas, mais atos*

⁹⁰ORELLA UNZUE, J.L. Cartulario real de Enrique IV a la provincia de Guipuzcoa (1454-1474). San Sebastián, Eusko-Ikaskuntza, 1983, pp.15-18 Apud. Iñaki Bazan Díaz. El refugio de la delincuencia señorial. Torres y casas fuertes em el País Vasco: el ejemplo de la Torre de Berna. Estudios Vascos.(p.27)

criminosos”⁹¹, e além disso, deveriam ser derrubadas e aplanadas, e não queimadas, de forma que os donos delas aproveitassem a madeira e as pedras para outras construções. As novas edificações não deveriam se assentar sob o mesmo local onde se encontravam antes, e sim, há pelo menos vinte braças ao redor do local original.

b) O contexto ibérico – o caso português

Para identificar as origens das casas fortes no contexto português e definir uma conceituação articulada destas, é necessário retornar um pouco até o final do século XIII e início do século XIV, pois é da época do monarca D. Dinis (1279-1325) o conjunto de reformas nos castelos da coroa portuguesa, que os dotaram de novos meios de ataque e defesa.

Segundo Mário Jorge Barroca, o rei D. Dinis foi o responsável pelo mais vasto e ambicioso programa de reforma da arquitetura militar até então realizado no território do reino português. Neste sentido, afirma Jorge Barroca, que esse esforço do monarca D. Dinis, foi seguido pelos sucessores do mesmo, no decorrer do século XV que foram os monarcas D. João II e D. Manuel I, como um derradeiro esforço de adaptar as velhas construções a uma nova lógica de guerra, que foi a lógica de guerra imposta pela difusão do armamento *pirobalístico* a partir do século XV. Esta nova lógica de guerra foi o uso das primeiras “bocas de fogo”, ou seja, instrumentos que arremessavam projéteis pela impulsão da explosão de pólvora num tubo cilíndrico de metal, em geral, de ferro fundido, cobre ou bronze.

Outro aspecto importante dessas reformas arquitetônicas é a adoção de mecanismos de “*defesa ativa*” que eram típicas dos castelos góticos, em oposição ao antigo mecanismo de “*defesa passiva*” dos antigos castelos românicos. Já em meados do século XIII, D. Afonso III, o monarca antecessor de D. Dinis, tornou-se conhecido pelos contatos realizados por ele com a realidade francesa, e que em relação ao reino de Portugal, mostrava as fragilidades do

⁹¹ Iñaki Bazan Díaz. El refugio de la delincuencia señorial. Torres y casas fuertes em el País Vasco: el ejemplo de la Torre de Berna. Estudios Vascos. (p.28-29).

sistema defensivo do mesmo que ainda se apoiava em fortalezas obsoletas do ponto de vista da defesa ativa.

A atuação de D. Dinis, segundo Mário Barroca, se deu em diferentes planos. No primeiro plano, assinalaram nos castelos reformados algumas inscrições em letreiros, desde julho de 1279, registrando as reformas feitas no castelo de Castro Marim, e na continuidade disto nos anos e séculos seguintes, prosseguiram com as reformas em outros castelos portugueses.

No segundo plano, o monarca também estabeleceu mudanças quanto ao aspecto do poder militar. Retirou o poder das chamadas “tenências” dos castelos, conferindo um papel apenas honorífico a esse cargo e não mais administrativo, para depois abolir de vez esses cargos militares da administração dos castelos.

No terceiro plano, as mudanças atingiram a Nobreza Cortesã, quando D. Dinis face ao velho sistema de “Terras” existente desde o século XI na estruturação territorial do reino português, é então substituído pelos “Julgados”. Os Julgados, que apesar de não alterar os espaços geográficos, pontuavam mais fortemente a dimensão civil e judicial, descurando a dimensão militar que vigorava até então. As comunidades começavam a ter menos obrigações quanto à prestação de serviço militar ao castelo e ao seu senhor. Aos Tenentes, membros da Alta Nobreza foram delegados pelo rei o poder de governar a Terra, mas que agora este poder seria exercido pelos *Alcaides*, cargos que eram nomeados por ordem régia.

No quarto plano, e finalizando essas reformas, D. Dinis instituiu os “Besteiros do Conto”, e obrigou os Conselhos a manterem, devidamente armados e treinados, um conjunto de besteiros que, arrolados e inscritos, podiam ser chamados em qualquer circunstância para integrar o exército do Rei. A arma que desempenhava papel importante neste período era a “besta”, uma arma que lançava setas ou flechas com pontas de projétil de metal e que tinha um maior alcance e precisão de tiro do que o arco e estava relacionada a um grupo de homens

treinados no uso das bestas. Desde os primórdios da monarquia que há relatos da existência de besteiros a cavalo que serviam na segurança do monarca.⁹²

Era uma ordenação já bem antiga, vinda desde o período medieval, de que os “conselhos” em Portugal deveriam possuir certo número de homens com bestas e que também esses homens tivessem posses para adquirir este tipo de armamento. Além dos Besteiros do Conto, já nos tempos do monarca D. João I, no século XIV, havia outras sete categorias de besteiros. Em geral havia os besteiros do conto ou do número, que eram pobres e serviam a pé (besteiros de polé), outros podiam possuir cavalos (besteiros de cavalo), ou servir exclusivamente na segurança do rei (besteiros D`El Rei), ou mesmo prestar seus serviços como besteiros nas galés (besteiros do mar).⁹³

Por último, outro passo decisivo dado pelo monarca sucessor de D. Dinis, o rei D. Afonso IV, foi o de incumbir os “Corregedores de Comarca” de visitarem regularmente os castelos, para verificar arsenais e dar conta ao rei das obras, cuja execução tivesse sido estabelecida pela necessidade régia. Na mesma linha de mudanças administrativas quanto à defesa, D. Dinis também, procedeu a uma política sistemática de troca de domínios e fortificações de fronteira, que estavam na posse de particulares, e que foram trocadas por bens situados distantes da fronteira.

É exatamente neste contexto de reformulações, tanto do princípio jurídico da estatização dos castelos, do fim das Tenências, do uso das Corregedorias, bem como do princípio de defesa militar ou de intervenção direta na estrutura física dos castelos, tais como destruir e construir torres senhoriais fortificadas, que surge a *casa forte*. As primeiras cartas régias autorizando a criação de casas fortes em Portugal, segundo Barroca, é a mais evidente

⁹²Humberto Baquero Moreno. A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2256.pdf>

⁹³Antonio de Morais Silva. Dicionário da Língua Portuguesa. Tomo I, A-E, 1831. In: <http://books.google.com.br/books>.

demonstração do “*Ius Crenelandi*”, o princípio jurídico de monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares, a partir do reinado de D. Dinis e que se estende aos seus sucessores no século XV.

No primeiro quartel do século XIV, sem dúvida, pelas próprias palavras de D. Dinis que num diploma de 1322, justificava que Mem Rodrigues de Vasconcelos: “...*nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huom homem nom possa fazer casa forte no meu senhoryo sem meu mandado...*”⁹⁴

De acordo com Mário Barroca, uma vez terminada a Reconquista em 1249, a coroa portuguesa: “... *inflectiria a sua política em relação aos castelos, passando a dar especial atenção às fortificações que se localizavam ao longo da fronteira terrestre do reino*”.⁹⁵ Os castelos situados no interior perderam o valor militar que outrora tiveram quando estavam nas mãos da Nobreza e articulado à questão orgânica das Terras.

A partir daí passaram a ter especial atenção do monarca D. Dinis, as fortificações que se escalonavam ao longo da fronteira terrestre, com concentrações significativas nas zonas mais vulneráveis, como é o caso do Alto Alentejo e da Beira Interior junto á Riba Coa, de Trás-os-Montes e do vale do Minho. Da mesma forma, segundo Barroca, para além desta linha de fronteira a coroa não esqueceria: “... *os castelos que se alinhavam ao longo das principais vias de acesso aos pontos fulcrais do reino*”.⁹⁶

⁹⁴ Apud Mário Jorge Barroca. D. Dinis e a arquitetura militar portuguesa. Revista da Faculdade de Letras: Universidade do Porto. Pág.808.

⁹⁵ Apud. Idem.

⁹⁶ Apud Mário Jorge Barroca. D. Dinis e a arquitetura militar portuguesa. Revista da Faculdade de Letras: Universidade do Porto. Pág.808.

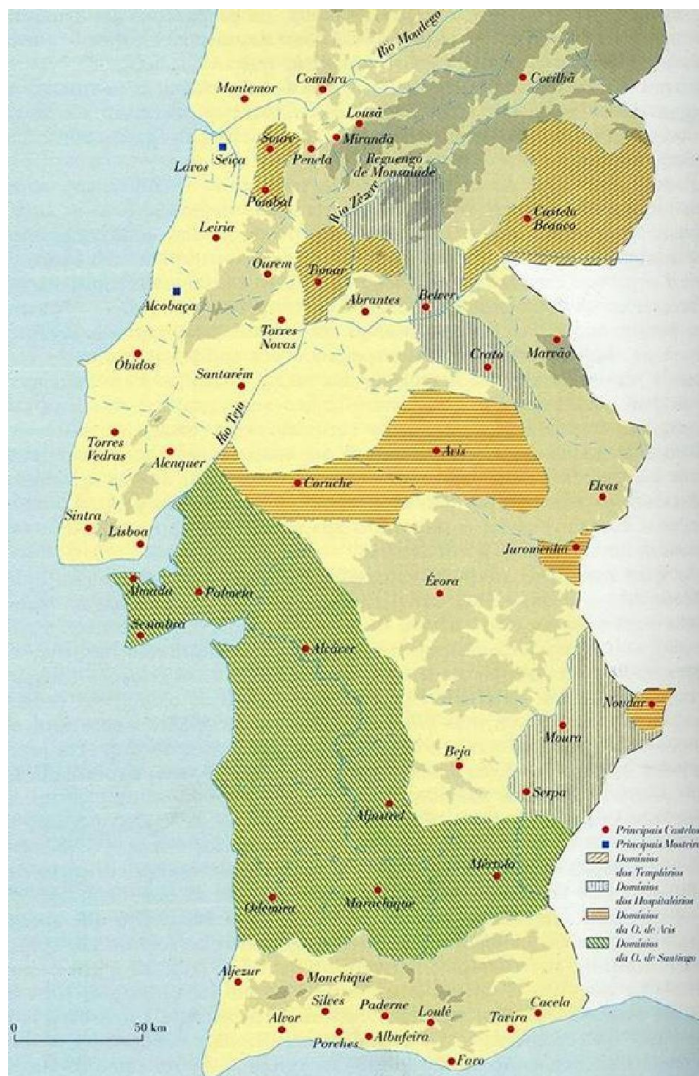


Fig.13 - Mapa de distribuição das fortificações militares à época de D. Dinis. Fonte: José Mattoso. *História de Portugal - A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 212.

Dois dicionários da língua portuguesa (de Portugal), onde aparece o verbete “casas fortes”, nos fornece uma baliza da complexidade referida aqui sobre a questão das definições de *casas fortes*, de *casas-torre* e *castelos*, na arquitetura militar portuguesa de finais do século XIV e início do século XV.

No dicionário português o termo “casas fortes”, que também aparece na forma composta e no plural, é definido como sendo um compartimento de paredes espessas e com porta segura para guardar valores, e que serve também como compartimento à prova de fogo, protegido de inundações e do assalto de ladrões ou de outros perigos, e onde, além disto, se

guardam os cofres. Nesta definição do termo casas fortes, referem-se os dicionários ao termo antigo “alcáçova”, do árabe “alkasaba”, que pode significar ao mesmo tempo: “fortaleza” ou “fortaleza com residência régia”; “castelo antigo”, ou “castelo de nau de guerra”, e até mesmo “casa forte”.⁹⁷



Fig. 14 – Castelo de Belmonte que se localiza na Beira Baixa, cuja construção é atribuída a D. Sancho I, por volta do século XIII, e modificado no reinado de D. Dinis, com a edificação de uma nova Torre de Menagem.⁹⁸



Fig. 15 – Castelo de Mogadouro, em Santa Maria – Bragança, vendo-se o detalhe da torre quadrangular e o resto da muralha. Erguido no século XII, foi depois modificado por D. Dinis, da Ordem dos Templários, e que posteriormente, já no século XIV, passou para sua sucessora, a Ordem de Cristo.⁹⁹

⁹⁷Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora (In): www.portoeditora.pt/dol e Dicionário da Língua Portuguesa On-Line (www.priberam.pt/DLPO/).

⁹⁸ Reproduzido de <http://www.portugalvirtual.pt/> (acesso em agosto 2009)

⁹⁹ Reproduzido de www.if-santamaria.pt/ (acesso em agosto 2009).



Fig. 16 – Torre de Vilar (freguesia do Vilar do Torno e Alentém, no Porto), construída no final do século XIII e início do XIV, é mais um representante do “domus fortis” (casa forte) ou residência senhorial fortificada do fim do medievo português.¹⁰⁰



Fig. 17 e 18 – Torre de Grade, no Entre-Douro-e-Minho, com a visão da fachada posterior (acima) e fachada anterior (abaixo).¹⁰¹

¹⁰⁰ Reproduzido de www.rotadoromanico.com/ (acesso em agosto 2010).

¹⁰¹ Construída no século XV, por Álvaro Pires de Grade que ergueu a torre senhorial para sua residência, com uma torre quadrangular e situada no alto de uma colina dominante. (In): www.mjfs.wordpress.com/2008 (acesso em agosto 2010).

c) As casas fortes no Império marítimo português

A presença de casas fortes enquanto construção arquitetônica de uso civil e militar, isto é, com valor e uso de residência e ao mesmo tempo de significado e utilização para fins de defesa em tempo de guerra, surgiu nos domínios do Império Atlântico português, em finais do século XV e durante o XVI e o XVII. Neste longo período foi que este império comercial e marítimo português se formou e se configurou ao longo das costas atlânticas e índicas do continente africano, das feitorias e colônias no Oceano Índico até os domínios do chamado Atlântico Sul.

É importante salientar que as disputas territoriais e seu consequente resultado prático, que é a guerra declarada e oficializada, entre portugueses e seus inimigos aconteceu de forma global, considerando a expressiva quantidade de novas terras sob domínio e posse portuguesas ao término do século XVI e início do século XVII.

Um primeiro exemplo que se pode citar está no contexto das possessões portuguesas na China. As chamadas “diaolou”, ou “casas fortes”, podem ser encontradas na cidade de Kaiping, na província de Guangdong e que foram construídas na primeira parte da Dinastia Qing, entre 1644 e 1912.¹⁰² As diaolou são uma espécie de casas fortes construídas com uma dupla função, a de habitação e como estrutura defensiva para proteger os seus habitantes dos ataques e investidas inimigas. É constituída de vários andares, com paredes grossas, com torres de vigia e com sólida estrutura, que as tornava protegidas não só de ataques, mas também de inundações.

Sua principal característica consiste no fato de que são torres fortificadas, às quais foram incorporadas características arquitetônicas do Oriente (China) e do Ocidente, e que na verdade, aparecem sob a forma de duas categorias distintas. Na primeira categoria, em que as

¹⁰² Diaolou, Kaiping. (In): <http://www.kaipingdiaolouandvillages.com/>.

diaolou (casas fortes) foram construídas como estruturas sólidas e próximas a uma aldeia, para fins de defesa comunal, e foram chamadas de “Genglou”. Neste tipo de casas fortes, os aldeões contribuíam com dinheiro, e coletivamente, tinham direito a uma divisão.



Fig.19 – Casa forte ou Diaolou, em Yinglong Lou – Vila de Sanmenli (Cidade de Kaiping – Província de Guangdong – China)¹⁰³



Fig. 20 – Casa forte ou Diaolou em Yinglong Lou – Vila de Sanmenli.¹⁰⁴



Fig. 21 – Casa forte ou Diaolou em Yinglong Lou – Vila de Sanmenli.¹⁰⁵

¹⁰³ Reproduzido de <http://www.kaipingdiaolouandvillages.com/> (acesso em dezembro de 2007)

¹⁰⁴ Reproduzido de <http://www.flickr.com/photos/> (acesso em dezembro de 2007)



Fig. 22 – Casa forte ou Diaolou (Torre Comunal na Vila de Majianglong).¹⁰⁶



Fig. 23 – Uma Zhenglou e as muralhas anexas da antiga cidade de X'ian da dinastia Ming (1368-1644)¹⁰⁷.

A segunda categoria de casas-fortes, ou diaolou, foram chamadas de “Zhulou”, que foram edificações construídas no campo e é o exemplo máximo da função dupla das diaolou, quer dizer, de uma construção de/com caráter militar, mas com usos de habitação. Neste segundo tipo, as edificações eram construções altas e espaçosas, com requintes e detalhes esculpidos e de certa forma confortáveis para a função residencial. Este segundo tipo reflete mais claramente a adaptação Ocidente-Oriente, pois desde o século XIV, que esta região de Kaiping já era uma zona de emigração, e, portanto nesta categoria de casas-fortes, percebem-se melhor as influências dos detalhes ocidentais reproduzidos com materiais locais.

Charles Boxer, em seu trabalho sobre o império marítimo português afirmou que a luta entre portugueses e holandeses por essas possessões do domínio luso tornar-se-ia ao longo

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Reproduzido de <http://www.flickr.com/photos/> (acesso em dezembro de 2007).

¹⁰⁷ Reproduzido de <http://history.cultural-china.com/> (acesso em agosto 2009).

dos anos de 1600 a 1663, uma luta global, ou por assim dizer, uma disputa mundial.¹⁰⁸ Portanto, segundo Boxer, uma guerra travada não somente nos campos de Flandres e no Mar do Norte, como também em regiões remotas tais como o estuário do Amazonas, o interior de Angola e a costa do Chile. E, como já se sabe tal ataque holandês, de certa forma maciça e generalizada, foi motivado pela União Ibérica (1580-1640) na pessoa de Felipe II da Espanha, e enquanto processo político da união das coroas espanhola e portuguesa e que contra tal governo, os chamados Países Baixos já haviam se revoltado em 1568.

Assim, os holandeses decidiram entrar em conflito no ultramar com os portugueses, pelo fato de serem os mesmos holandeses os principais interessados nas possessões coloniais portuguesas no ultramar. Com os embates iniciados na Ilhas de São Tomé e Príncipe em 1598-1599, tal como diz Boxer: “... *à medida que a luta se estendia no espaço e no tempo, os holandeses tendiam a dirigir as suas investidas contra as colônias portuguesas na Ásia, na África e no Brasil*”.¹⁰⁹

As primeiras referências que encontramos sobre as casas fortes e seu uso no mecanismo estratégico de guerra declarada encontram-se no contexto da chamada Guerra Brasílica, ou seja, o processo dos conflitos armados entre portugueses e holandeses pela posse e domínio de uma área, economicamente, muito importante do nordeste do Brasil que eram as capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, que estiveram sob domínio holandês de 1630 a 1654, além é claro, das outras províncias holandesas cujo território foi anexado aos seus domínios ao longo de sua presença no Brasil, que foram as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

¹⁰⁸ Charles Boxer. O Império marítimo português. (1415-1825). São Paulo: Cia das Letras, 2002.

¹⁰⁹ Opus cit.

d) A presença das casas fortes no Brasil colonial

Nas definições que encontramos nos dicionários de conceitos e definições históricas publicados no Brasil e relacionadas ao período colonial, a definição do termo composto “casa forte” varia de acordo com a orientação do autor em relação à importância dada à referência de fonte sobre o assunto.

Zenóbia C. Moreira, em seu dicionário de português arcaico, define “casa forte” como uma expressão substantiva para castelo e torre, pois o primeiro título de nobreza dos reinos de Portugal e Castela é o senhorio dessas terras e castelos a que foram chamadas também de casas fortes.¹¹⁰

No dicionário histórico organizado por Maria Beatriz N. da Silva sobre a colonização portuguesa no Brasil, o livro se refere às casas fortes, também na forma de substantivo composto e no plural, dentro da definição do verbete “organização militar”, indicando a construção delas como obrigação dos donos de engenhos ao receber as terras, por ordem do regimento de 1549, do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa.¹¹¹

Ronaldo Vainfas no seu dicionário sobre o Brasil colonial refere-se também às casas fortes, da mesma forma que o apresenta Maria Beatriz N Silva, isto é, dentro da definição de outro verbete: “casa grande”; em que o autor dá indicações de que as *casas grandes* tornaram-se mais largas e desmilitarizadas a partir do final do século XVII e início do século XVIII nas regiões da empresa açucareira colonial, ou seja, nas capitanias de Pernambuco e São Vicente.¹¹²

¹¹⁰Zenóbia Collares Moreira. *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*. Natal / RN: EDUFERN, 2005, p.206 (verbo: casa forte).

¹¹¹ Maria Beatriz Nizza da Silva. (coord.) *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 598-602. (verbo: organização militar).

¹¹² Ronaldo Vainfas.(dir.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. São Paulo: Objetiva, 2000, p. 105 (verbo: casa grande).

O pesquisador de arte colonial no Brasil, Robert C. Smith, nos dá uma dimensão do alcance dessas casas fortes no contexto colonial, pois em texto de livro publicado por ele em 1979, ao referir-se sobre as casas fortes, afirma que de acordo com o regimento de Tomé de Sousa, quem quisesse fundar um engenho deveria prover-lhe a proteção por meio de uma torre ou casa forte.¹¹³

Segundo Smith, “... *as primeiras torres ou casas fortes foram inspecionadas pelo próprio governador em 1552 e foram tomadas providências para lhes garantir melhor a defesa.*” Ao findar o século XVI, de acordo com Smith, havia pelo menos 40 (quarenta) casas fortes na Bahia e mais de 60 (sessenta) em Pernambuco, e considerava ele que se assemelhavam, junto ao conjunto de capelas e dependências, aos conventos fortificados existentes no século XVI no interior do México.

De acordo ainda com Robert Smith, as casas fortes já estavam, na década de edição de seu trabalho, quase todas destruídas ou já estavam desaparecidas por completo. Apresenta como exemplo de “casa forte” ainda de pé, desde o início do processo de colonização portuguesa no Brasil, a Casa da Torre de Garcia D’Ávila na região de Tatuapara, na costa norte de Salvador.

Francisco Ruas Santos, pesquisador da história militar no Brasil, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB dá uma precisa definição histórica e arquitetônica das casas fortes, delimitando, no entanto sua definição histórico-arquitetônica no período entre 1548 a 1648.¹¹⁴ Afirma F. Ruas que a partir do regimento de Tomé de Souza é possível ver a exigência de que os senhores de engenho deveriam construir “casas fortes” ou “torres”.

Na evolução militar colonial, segundo o autor, definem-se no século XVI, casas fortes como construções que poderiam ter baluartes ou não ter baluartes, ter torre ou não ter torre. A Casa da Torre de Garcia D’Ávila é, portanto, uma primeira adaptação das fortificações que

¹¹³Robert C Smith. *Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: UFPE/ MEC, 1979.

¹¹⁴Francisco Ruas Santos. O conceito de torre e casa forte entre 1548 e 1648. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, vol.323, 1979, p.30-38.

continham estes dois elementos: a torre e o baluarte, para possibilitar a defesa de toda a área do entorno da residência senhorial.



Fig. 24 – Ruínas da Casa (Castelo) da Torre de Garcia D’Ávila, em Tatuapara – Camaçari-BA, edificada em 1551, que por ordem de D. João III mandou construir a então Torre Singela de São Pedro de Rates.¹¹⁵

Para o século XVII, esta adaptação dos baluartes e torres tomou traços marcantes, inclusive segundo a etnografia, na proteção dos engenhos do Recôncavo, enquanto espaço tanto para defesa quanto para habitação. O regimento do governador geral Tomé de Souza, de acordo com Ruas, regulou apenas o armamento a existir nas casas fortes das capitanias, mas a realidade brasileira já tinha estabelecido como defender.

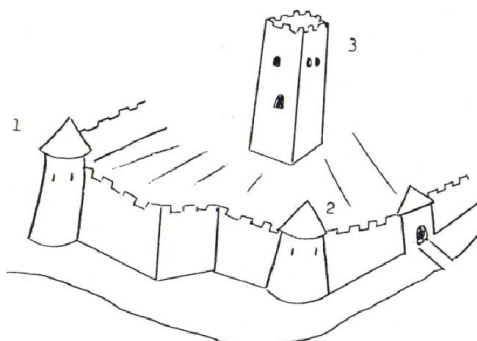
O *baluarte*, principal elemento de defesa podia ser de terra e pau-a-pique ou de alvenaria ou pedra. Segundo o autor, a casa forte, na forma “abaluartada”, com ou sem torre, propriamente dita, é a forma geral dos elementos defensivos da terra ocupada.¹¹⁶

Na situação de não haver torre, o recurso era então o “alteamento”, isto é, uma técnica de construir a estrutura de forma que se colocasse o edifício num ponto privilegiado de maior altitude na paisagem, porém, mantendo o interior do edifício fixado num solo mais baixo do que o lado de fora, como é o caso da Torre de Garcia D’Ávila. Esta técnica permitiria ao mesmo tempo, colocar a construção em posição duplamente privilegiada, ou seja, uma

¹¹⁵ Fontes: imagem reproduzida de www.flickr.com/photos; Luiz Alberto Moniz Bandeira. O feudo: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹¹⁶ Abaluartada: com baluartes, isto é, com apoios, sustentáculos; o baluarte é uma obra construída nos ângulos salientes do corpo da praça para defender os muros da fortificação.

posição de maior visibilidade dentro de toda a paisagem do entorno e de se ter maiores chances de defesa nos andares superiores no momento de invasão de forças inimigas.

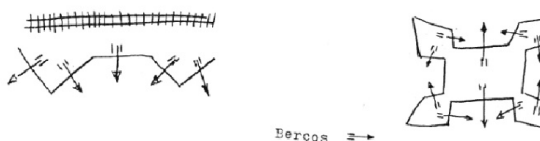


1 e 2 — torres de vigiância
3 — torre principal ou de menagem

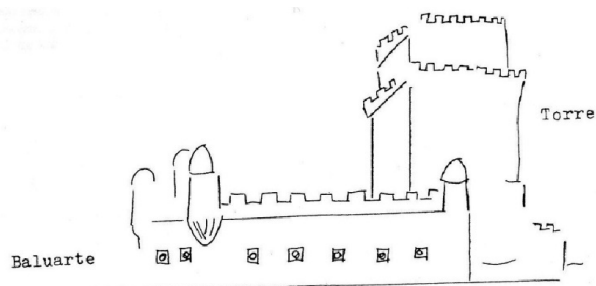
ESBOÇO 1 — Castelo medieval
(esquema)

Fonte: Ruas Santos, Francisco, *Arte da Guerra*. AMAN, 1962, fig. 19.

— 31



Berges =>

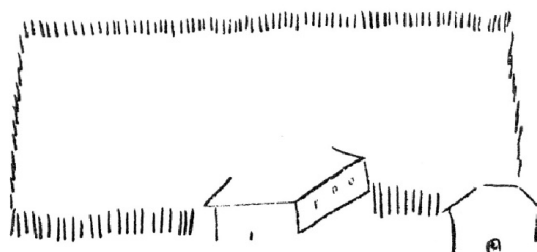


ESBOÇO 2 — Torre de Belém

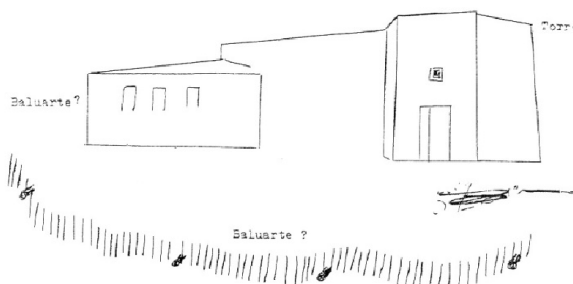
Fonte: Calmon, Pedro, *História do Brasil*, J. Olímpio, 1959, vl, p110.



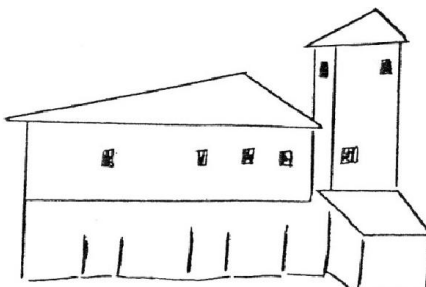
ESBOÇO 4 — Casa da Torre, Tatuapara, Bahia.
Fonte: Fotografia em Calmon, Pedro, *História do Brasil*, J. Olímpio, 1959, vl, p262.



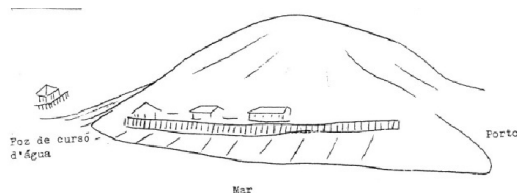
ESBOÇO 5 — Engenho protegido com cerca.
 Fonte: Staden, Hans, *Viagem ao Brasil*, 1592, ilustração in: Calmon, Pedro, *História do Brasil*, cit., p109.



ESBOÇO 6 — Casa da Torre, Tatuapara, Bahia.
 Fonte: *Jornal do Brasil*, 10 nov. 1978, ilustração.



ESBOÇO 7 — Casa-grande nordestina, silhueta à vista de um quadro de Franz Post
 Fonte: *História do Exército Brasileiro*, edição do Estado-Maior do Exército, 1972, vl, p145.



ESBOÇO 8 — Instalações defensivas de um engenho baiano, esquema à vista de um desenho de Franz Post.
 Fonte: Calmon, Pedro, ob. cit., v2, p658.

Fig. 25, 26, 27, 28, 29,30, 31 e 32 - Reprodução dos desenhos (esboços) do trabalho de Francisco Ruas sobre as torres casas fortes (1548-1648).¹¹⁷

¹¹⁷ Reproduzido de Francisco Ruas. O conceito de torre e casa forte entre 1548 e 1648. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, vol.323, 1979, p.30-38.

Rubenilson B. Teixeira, arquiteto, no trabalho sobre as terminologias do urbano no Brasil colonial, inclusive na capitania do Rio Grande, ao referir-se às “casas fortes”, também como substantivo composto e no plural, definiu as mesmas como sendo um lugar fortificado, assim como a “praça de armas” ou a “praça forte”, mais comumente citado nos documentos coloniais, principalmente, durante a Guerra dos Bárbaros.¹¹⁸ A casa forte é também um lugar fortificado, mas que se constitui num posto militar bem menor e menos importante do que uma *praça forte*, diferenciando-se então do arraial, do presídio e da praça de armas.

A primeira referência documental que se tem efetivamente acerca da determinação legal sobre casas fortes em solo brasílico é o regimento que trouxe o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, em 1548. Este documento atesta a exigência da Coroa portuguesa de que ao instalar-se em terras coloniais, o referido donatário da capitania ou sesmeiro com direito à instalação de um engenho de açúcar, deveria ao receber a terra também se comprometer com a defesa efetiva e exploração desta terra, no que se incluía nestes termos, a obrigatoriedade de construir casas fortes e armar homens para, a partir dela, defender a terra de invasores.

Tal especificação não nos permite, infelizmente, chegar a níveis de entendimento profundo sobre a verdadeira concretude de execução desta regulamentação estabelecida pelo Estado lusitano na figura política do governador geral do Estado do Brasil. Porém, como há de se convir, esta regulamentação não significou efetivamente a sua execução, pelo menos nos termos estabelecidos pelo regimento.

Além deste documento, a segunda referência a casas fortes vem de outro regimento, desta vez do provedor-mor da Fazenda Real, que junto com o governador geral assentava as bases administrativas formais portuguesas em solo brasílico, a partir da fundação da Cidade de

¹¹⁸Rubenilson Brazão Teixeira. Os nomes da cidade no Brasil Colonial: considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003, p.53-60.

Salvador e a conseqüente instalação do Governo Geral do Estado do Brasil, órgão centralizador das atividades da Coroa sobre a colônia Brasil. O referido regimento do provedor-mor da Fazenda estabeleceu com os mesmos termos a obrigatoriedade de construção de casas fortes por parte dos sesmeiros ou donatários que assim desejassem instalar engenhos de açúcar.¹¹⁹

Nos termos do regimento, tanto do governador geral quanto do provedor-mor da Fazenda Real, não se especificava o formato, ou o tipo de material ou a qualidade arquitetônica de construção a ser feita como casa forte, mas determinava as funções que deveriam exercer de lugar para aquartelamento de homens para a defesa em situações de invasão, e regulamentava os tipos específicos de armamento e a quantidade de homens que as casas fortes deviam aquartelar e manter provisões para defesa da terra recebida.

De acordo com o regimento de Tomé de Souza, Governador Geral do Brasil, em documento de 17 de dezembro de 1548, aonde estabelece em seu nono capítulo:

“... e para serviço e manejo dos ditos engenhos de açúcares lhes dareis a fazer a cada um em sua terra uma torre ou casa forte da feição e grandura que lhe declarardes nas cartas, e será a que vos parecer, segundo o lugar em que estiverem, que bastarem para segurança do dito engenho e povoadores de seu limite...”¹²⁰

A outra referência às casas fortes, em um documento de mesma data, quando da posse do Provedor-Mor da Fazenda, Antonio Cardozo de Barros em seu regimento, desta vez faz referência aos armamentos que deveriam conter as casas fortes:

¹¹⁹ Vicente Costa Santos Tapajós. História Administrativa do Brasil. Brasília: UnB, 1983.

¹²⁰ Regimento que levou Tomé de Souza, Primeiro Governador do Brasil (Almeirim, 1548, Dezembro, 17) In: Vicente Costa Santos Tapajós. História Administrativa do Brasil. Brasília: UnB, 1983. Vol. I, Tomo 02, pág. 206.

“Eu tenho ordenado que os capitães das capitâneas da dita terra e os senhorios dos engenhos e moradores delas sejam obrigados a ter as armas e artilharia seguintes: cada capitão em sua capitania, ao menos dois falcões e seis berços e seis meio-berços e vinte arcabuzes ou espingardas e sua pólvora necessária e vinte bestas e vinte lanças ou chuços e quarenta espadas e quarenta corpos-de-armas de algodão dos que na dita terra do Brasil se costuma e os senhorios dos engenhos e fazendas que hão de ter casas fortes, tenham ao menos quatro berços e dez espingardas e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuços e vinte corpos das ditas armas de algodão...”¹²¹

Na lista de armamentos exigida para defesa nas casas fortes, figuram inicialmente as armas de fogo, grande novidade da guerra formal utilizada na Europa e em Portugal, as quais se tornaram importantes à medida que novas terras foram conquistadas no além mar.

Os falcões, também chamados de “boca de falcão” referem-se a uma forma antiga de canhões de pequeno porte ou “boca de fogo”, muito divulgada na Europa e utilizada a bordo dos navios pela vantagem que lhe era concedida com o sistema de retrocarga, quer dizer, carregamento da bala pela boca. Os portugueses também o chamaram de “falcão pedreiro”, pois lançava balas de pedra e foi muito usada a partir do reinado de D. Afonso V em Portugal no final do século XV.¹²²

Os berços também se referem a armas de fogo, e é outro exemplo de “boca de fogo”, ou canhão de pequeno alcance, mas que atirava balas de ferro fundido. Esta arma ficou conhecida no século XVI como “berço de metal” e “berço de ferro” e atiravam balas de 03 (três) libras de calibre de projéteis de canhões. *Os meio-berços*, também chamados de bercinhos e tal como indica o nome, referia-se a uma arma que também como uma boca de fogo, atirava balas só que bem menores do que o armamento anterior, com peso de balas com

¹²¹ Regimento de Antonio Cardozo de Barros, Provedor – Mor da Fazenda. In: Vicente Costa Santos Tapajós. História Administrativa do Brasil. Brasília: UnB, 1983. Vol. I, Tomo 02, pág. 220.

¹²² Rafael Moreira. História das fortificações portuguesas no mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

23 a 16 libras.¹²³ Os berços utilizavam uma carreta (suporte sobre rodas de madeira) para seu transporte, sendo um exemplo clássico de ancestral da artilharia móvel na guerra formal. Os meio-berços por sua menor dimensão possuíam um suporte de madeira, sem rodízios, e que podiam ser transportados por um homem.¹²⁴

Os arcabuzes, que eram também armas de fogo portáteis, mas de cano longo, foram muito utilizadas nas modernas guerras europeias e foi também chamado de “mosquete”, e foi inventado no século XVI. No século XVII, o arcabuz foi modificado e passou a ter cabo mais longo e era assim chamado de “arcabuz de rodete ou de roda”, pois no século XVI se utilizava o sistema de mecha, e que consistia no fato que a arma dispunha de um longo pavio preso à mesma, aceso na ponta para assim produzir o disparo dos projéteis. Posteriormente, o mesmo arcabuz foi aperfeiçoado para o uso da pederneira (fagulha produzida por atrito no cão), uma novidade incluída no início do século XVII pelo rei sueco Gustavo Adolfo (1594-1632) considerado o pai da guerra moderna.

Gustavo Adolfo, no início do século XVII introduziu também o sistema de uso de cartuchos, quer dizer um invólucro de papel que continha a pólvora, a bucha e o projétil, eliminando assim a forquilha que apoiava a arma ao chão no momento do tiro, dando maior agilidade e velocidade a arma e a seu condutor na guerra.¹²⁵

Segundo Francisco Ruas, o arcabuz como arma de fogo da segunda metade do século XVI teve papel bastante saliente, onde se deve anotar que Portugal já fabricava neste período suas próprias peças, em diferentes calibres e tamanhos, como bombardas, serpentinas (arcabuz de mecha), sacres, serpes, pedreiras e outras.

¹²³ Mário Mendonça de Oliveira. *As fortificações portuguesas de Salvador – quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

¹²⁴ Francisco Ruas Santos. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

¹²⁵ Opus cit.

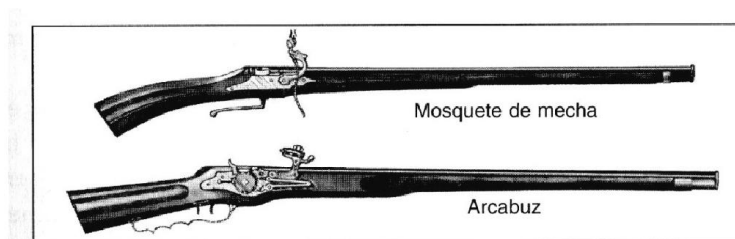
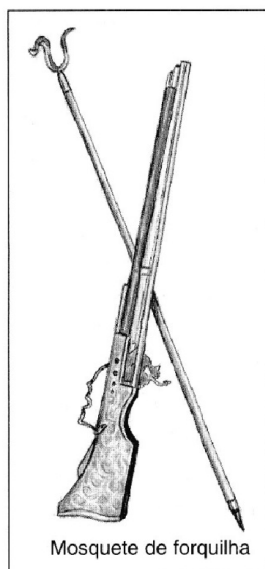


Fig. 33 e 34 - Desenhos de mosquetes de forquilha e de mecha e arcabuz do século XVII.¹²⁶

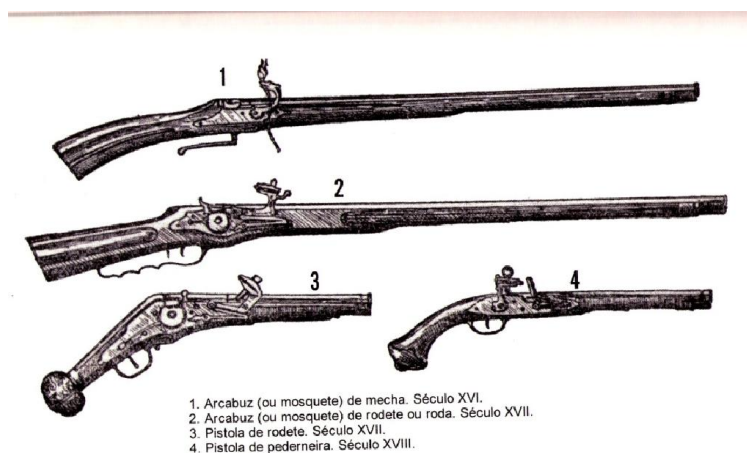


Fig. 35 - Imagens de arcabuzes (mosquetes) e pistolas dos séculos XVI e XVII.¹²⁷

¹²⁶ Francisco Ruas Santos. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, pág.113.

¹²⁷ Gustavo Barroso. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000 (Coleção General Benício, Vol. 366) pág.103.

As espingardas também eram armas de fogo portáteis, e eram também chamadas de “granadeira de pederneira”, e tinha um cano um pouco mais estreito que o arcabuz e era uma arma usada por civis e apropriada para a caça, mas que serviu para uso da infantaria de linha no século XVII em Portugal. No Brasil, por exemplo, foram utilizadas até o início do século XIX pelas tropas de infantaria coloniais e depois nos batalhões brasileiros na época imperial.¹²⁸

Depois das armas de fogo figura na lista de armamentos instituídos para as casas fortes as armas brancas tradicionais, todas de origem medieval, enquanto armamento leve de infantaria e de enfrentamento de guerra corpo a corpo em casos de ataques inimigos ou de tentativas de invasão dos redutos armados, ou casas fortes.

Em primeiro lugar na lista de armas brancas, aparecem *as lanças*, que no contexto do século XVI era um armamento considerado importante como parte da infantaria europeia, os quais nos combates do século XVI tinham a função de ficar na linha de frente para atingir os cavaleiros atingindo-os ou derrubando-os de sua montaria.

Na Idade Moderna (1453-1789), os homens de lanças ou “piqueiros” desempenharam papel importante nos Terços Espanhóis (agrupamentos de 2.500 a 4.000 homens), na organização de combate, e sempre em torno dos “alabardeiros” (alabardas eram lanças com ponta e uma lâmina em forma de machado na parte oposta a ponta) e flanqueados pelos mosqueteiros ou arcabuzeiros.¹²⁹

¹²⁸ Gustavo Barroso. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

¹²⁹ Francisco Ruas Santos. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

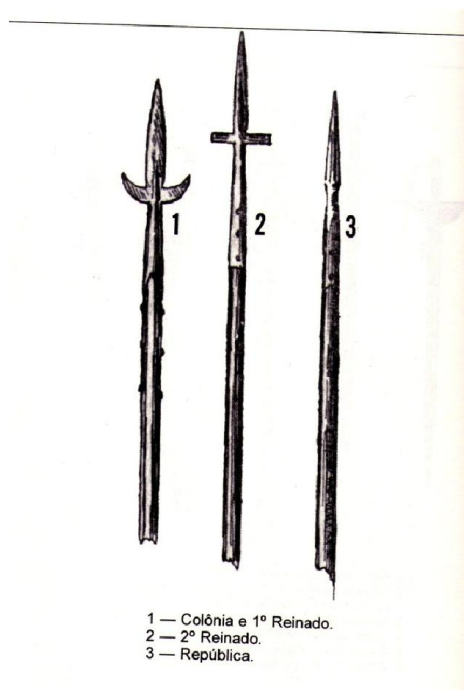


Fig. 36 – Desenhos de lanças ou piquetes da cavalaria brasileira.¹³⁰

Em segundo lugar, ainda na lista das armas brancas, aparecem *as espadas* que no contexto do século XVI, tinham lâmina longa e de dois gumes e com proteção redonda de punho. Constituiu-se numa arma própria de milícias e que no século XVII foi chamada de “rapieira”, com modificações no desenho da lâmina e com proteção de punho de meia-lua. Era uma arma de uso geralmente do alto e baixo oficialato das milícias portuguesas e que tinha função quase exclusiva para combate com cavalaria.

¹³⁰ Gustavo Barroso. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, pág. 108.



Fig. 37 – Desenhos de armas brancas – espadas dos séculos XVII ao XIX.¹³¹

Depois destas armas vêm as *bestas*, incluídas na categoria de armas portáteis, pois eram armas lançadoras de setas (flechas) de maior alcance que os arcos e com maior precisão, porém muito necessárias no momento de maior proximidade do inimigo em casos de cercos a fortificações ou redutos encastelados no final da Idade Média. No contexto da época Moderna teve sua eficácia diminuída pelo uso cada vez maior e aperfeiçoada da artilharia pesada (com canhões) ou do uso de armas de fogo portáteis, que diminuía a eficácia dos cercos longos a redutos fortificados. Em Portugal, desde a época de D. Dinis, que se criou um corpo de homens encarregados exclusivamente do uso aperfeiçoado das bestas que eram “os besteiros do conto”, e que ainda serviu de referência como armamento tradicional para situações de pouco recursos, como é o caso da colônia portuguesa no Brasil, na segunda metade do século XVI.¹³²

Os corpos – de - armas, por último, que não são armamentos, mas a roupa encouraçada e recheada de algodão que se destinava à proteção do combatente contra flechas ou lanças, que sendo acolchoadas, reduziam o impacto dos projéteis e pontas inimigas.

¹³¹ Gustavo Barroso. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, pág.107.

¹³² Mário Jorge Barroca. D. Dinis e a arquitetura militar portuguesa. Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1988.

Segundo Francisco Ruas, foi uma proteção indicada pelas autoridades portuguesas no Brasil diante dos ataques constantes de indígenas e a característica principal destes índios na arte da guerra que era o uso de “flecharias”.¹³³

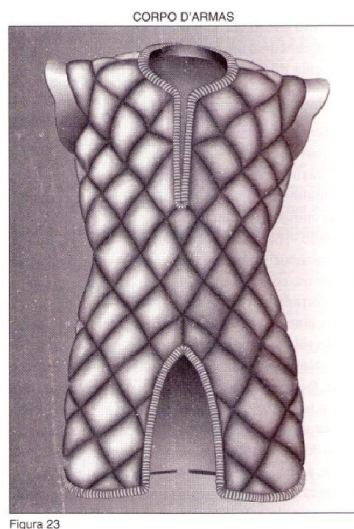


Fig. 38 – Reprodução de um Corpo d’Armas, característico dos séculos XVI e XVII.¹³⁴

Aos padrões estabelecidos pela regulamentação régia anotada nos regimentos do governador geral e do provedor – mor seguem-se as condições reais de construção e efetivação da função militar das casas fortes, de sua capacidade bélica de defesa e de aparato armamentício por parte desses donatários na segunda metade do século XVI.

Em verdade, na primeira metade do século XVI é que os Reinos de Espanha organizaram os soldados em um sistema de Terços ou Tercios, que desde 1534 tornara-se a unidade tática dos exércitos espanhóis, enquanto agrupamentos de cerca de 3000 homens, divididos em 12 companhias de 250 homens cada uma, como um sistema inspirado na falange dos Suíços no mesmo período.¹³⁵ Portugal, por sua vez, mantinha em sua organização de

¹³³ Gustavo Barroso. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000 (Coleção General Benício, vol. 366)

¹³⁴ Francisco Ruas Santos. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, pág. 109.

¹³⁵ Celso Castro; Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (orgs). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV) / Bom Texto, 2004.

exército um sistema integrado por guarnições locais, com fortes reminiscências medievais como os “besteiros do monte” e as “guarnições das armadas.”

O primeiro modelo, então, de casas fortes construídas em solo colonial brasileiro, tornar-se-á historicamente, as casas fortes resultantes da adaptação arquitetônica e da adaptação de utilidade, das residências familiares dos senhores de engenho que desde então, configuraram algumas dessas casas residenciais a uma circunstância de estabelecimento doméstico, mas com caráter militar, para armazenamento, aquartelamento e postos avançados no território de guerra.

Este modelo de casas fortes foi então recriado do modelo original português no território colonial do Brasil no contexto da instalação dos engenhos em Pernambuco e Bahia no decorrer da segunda metade do século XVI, e estendeu-se depois nas lutas contra os holandeses ao final da primeira metade do século XVII na capitania de Pernambuco, chegando a outras capitanias como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Na expedição de Martim Afonso de Sousa, no ano de 1530, o mesmo edificou, na Baía de Guanabara, uma *casa forte*, destinada a servir de abrigo e de armazém, enquanto reparava e construía embarcações e se explorava o interior. O interessante nesta edificação é a evidência da construção ao redor dessa edificação de uma cerca de pau a pique, construída com auxílio dos índios, ou seja, uma paliçada. Pero Lopes de Sousa, ao regressar de Portugal, buscou reconquistar a feitoria invadida pelos franceses em 1530 e a refez e fortificou, sendo que tal fortaleza dará início à colonização da capitania de Pernambuco em 1534. A quatro léguas deste local indicado como o local da primitiva feitoria rente à praia no Rio dos Marcos ou Igarauçu, fundou com uma torre de pedra e cal, a vila deste nome, para acolher os

plantadores de cana. Para a defesa do estabelecimento, este foi cercado também de paliçadas, onde foi desembarcada artilharia de navios.¹³⁶

Em cumprimento às ordens do regimento de 1548, de Tomé de Sousa, Garcia D'Ávila traçou o plano de sua casa forte, a torre de São Pedro de Rates, e, mais tarde, o da de alvenaria, conhecida pelo nome de Castelo da Torre ou Casa da Torre de Garcia D'Ávila, em Tatuapara, na Bahia.

Em Bertioga, a cinco léguas de São Vicente, o mesmo governador geral, Tomé de Sousa, fez reconstruir com pedra a primitiva casa forte de pau a pique, que havia sido iniciada pelos moradores na defesa contra a resistência dos índios de Ubatuba, onde ficou na mesma fortificação o bombardeiro alemão Hans Staden.

A descrição do engenho de Mem de Sá, no inventário de 1572, faz referência à casa-grande do terceiro governador geral como: “*casa fortaleza de pedra e cal telhada de novo e meio assoalhada e toda cercada de madeira*”. Menciona ainda, segundo Francisco Ruas: “*um baluarte telhado e cercado de pau a pique de redor*”.

A este primeiro modelo de casas fortes implantadas em solo colonial brasileiro, seguiriam outros modelos, semelhantes em sua utilização ou arquitetura, ou mesmo adaptados de um modelo geral, cujo sentido manteve seu caráter geral, mas também com algumas variações, ou com algumas diferenças estruturais. Os próximos modelos de casas fortes estiveram assim relacionados tanto à guerra de restauração ou guerra contra os holandeses em Pernambuco, quanto aos conflitos entre colonos e índios tapuias também circunscritos ao nordeste colonial. Estes modelos subsequentes de casas fortes serão tratados de maneira específica, posteriormente, com uma riqueza maior de detalhes e explicações sobre seu contexto de existência e utilização.

¹³⁶ Francisco Ruas Santos. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO MILITAR, PODER E RESISTÊNCIA NOS ESPAÇOS COLONIAIS PORTUGUESES

No projeto de expansão portuguesa no Atlântico Sul era premente a ação militar de defesa dos territórios ocupados e dos territórios explorados pela Coroa nas colônias. Tal ação deveria ser realizada, não esporadicamente, nem somente em situação de urgência, mas pensada como uma ação militar de defesa feita de uma forma organizada e sistemática.

Para o império comercial e territorial português colonial as proezas marítimas que caracterizaram o início do século XVI, deixavam de ser novidade ao findar do mesmo. Além disto, o final do século XVI e a primeira metade do XVII marcam a retração das áreas comerciais marítimas de domínio lusitano, o que, segundo o historiador norte-americano Charles R. Boxer reduziria a amplitude dos domínios portugueses.

Esta redução na amplitude dos domínios significou que de um extenso número de feitorias e instalações de exploração comerciais portuguesas espalhadas desde o extremo da Ásia, da costa atlântica e índica da África, e da porção atlântica da América no século XVI, ao final do XVII restringir-se-iam aos domínios do Atlântico Sul. Tal retração colocou o Atlântico Sul, na verdade, o Brasil, no centro das atenções e necessidades exploratórias coloniais por parte das ações de restauração política e comercial lusitana.¹³⁷

O empreendimento militar no império atlântico português

A busca do ouro que originou as descobertas na costa ocidental da África, no final do século XV, em direção ao sul, produziu um desvio de mercadorias que fez com que D. João II ordenasse a construção do forte de São Jorge da Mina (Elmina) na Costa do Ouro, em 1482. Este estabelecimento português em São Jorge da Mina permitiu uma atividade mercantil que

¹³⁷ Charles R. Boxer. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

dominou o comércio do ouro rumo ao Sudão naquele período e ultrapassou em importância a primeira feitoria portuguesa em Arguim. A esse forte de São Jorge da Mina, lhe seguiu outro menor, feito vinte anos mais tarde em Axim.

De acordo com Charles Boxer, nesta procura de um comércio do ouro para a costa, os emissários portugueses já haviam penetrado até a região de Tombuctu.¹³⁸ E de fato, os portugueses nunca conseguiram estabelecer nenhuma feitoria no interior da África, pois se sabe que os mesmos foram obrigados a depender de intermediários negros para o comércio de escravos e para o fornecimento de ouro.

O crescimento desse comércio através das feitorias terminou por exigir dos reis de Portugal ter de regulamentar de forma mais firme o pagamento de impostos e em especial decidir sobre a dispensa do pagamento de impostos os indivíduos chamados “lançados”.¹³⁹ Assim, o rei de Portugal decretou em 1518 a pena de morte contra estes “lançados” em caso destes não saldarem suas dívidas no pagamento dos impostos atrasados diante do rei de Portugal.

¹³⁸ **Tombuctu ou Timbuctu** era uma feitoria, localizada atualmente, no Marrocos, onde antes existiu um reino, provavelmente muçulmano. Esta feitoria, pelos acordos e pela ação de intermediários portugueses, tornou-se um posto de avanço na importante rota comercial do império marítimo português na África, tanto pelo comércio de escravos quanto do comércio de ouro ambos provenientes da região central africana.

¹³⁹ **“Lançados”** (em português, significa posto em voga, na praça) ou “tangos-maos” (uma referência ao pequeno tambor africano, “tango”) eram aqueles homens na região da Alta Guiné, rumo ao rio Senegal e o cabo das Palmas que enquanto comerciantes portugueses e/ou degredados, fixavam-se nas aldeias negras e assim assimilavam completamente os costumes nativos, modificavam sua própria vestimenta, faziam tatuagens e aprendiam a falar dialetos locais e também participavam dos ritos locais e celebrações de caráter fetichista. Estes homens criaram descendentes que se tornaram chefes tribais ou serviam de intermediários nas trocas comerciais de ouro, marfim e escravos entre brancos e negros, caracterizando algo bem mais complexo do que, simplesmente, uma miscigenação.

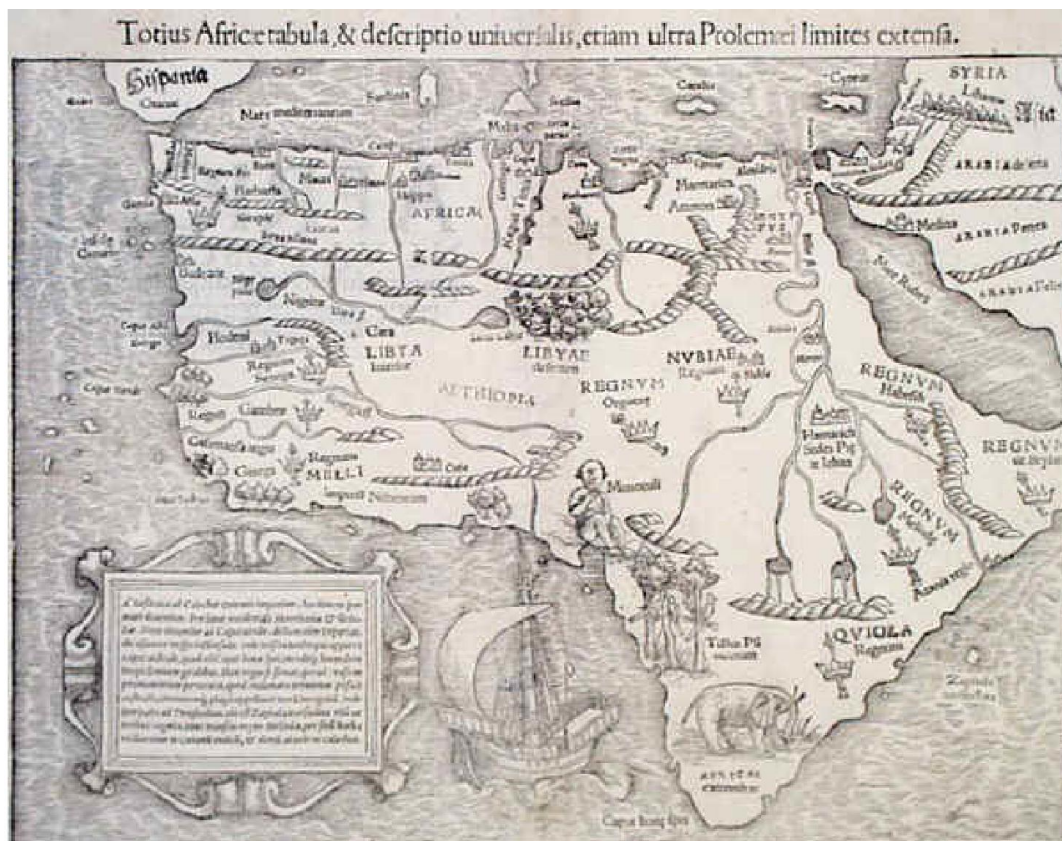


Fig. 39 - Mapa do holandês Sebastian Munster (1540) intitulado “Totius Africae Tabula, e descriptio universalis, etiam ultra Ptolomei limites extensa”, destacando em letras maiores os reinos africanos da Núbia, Etiópia e a Líbia e também as porções central e norte do continente.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Reproduzido de www.vanderkraaij.net/fpm. (acesso em agosto 2010).



Fig. 40- Mapa do italiano Giacomo Gastaldi (Veneza – 1548) intitulado “África Nova Tabula”, em que mostra os contornos da costa atlântica e indica o interior do continente africano a partir da Núbia, no início do século XVI, com destaque para a topografia e os postos de feitorias identificados em letras maiores.¹⁴¹

Tal situação ocorria pelo fato de que o rei enquanto representante da Coroa portuguesa não exercia jurisdição efetiva fora das muralhas de suas feitorias, ou mesmo da vizinhança dos fortes da Mina e de Axim. Estes fortes foram construídos, segundo Boxer, como demonstração de força e poder e com o duplo objetivo de defender o comércio do ouro tanto da ameaça dos eventuais intrusos espanhóis quanto da ameaça de resistência dos grupos nativos negros estabelecidos na costa.¹⁴²

¹⁴¹ Reproduzido de www.raremaps.com/gallery/ (acesso em agosto 2010).

¹⁴² Charles R. Boxer. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pág. 46-47.



Fig. 41 - Mapa de Abraham Ortelius (1570) intitulado "Africae Tabula Nova", em que coloca todos os contornos das costas atlânticas e indias do continente africano.¹⁴³

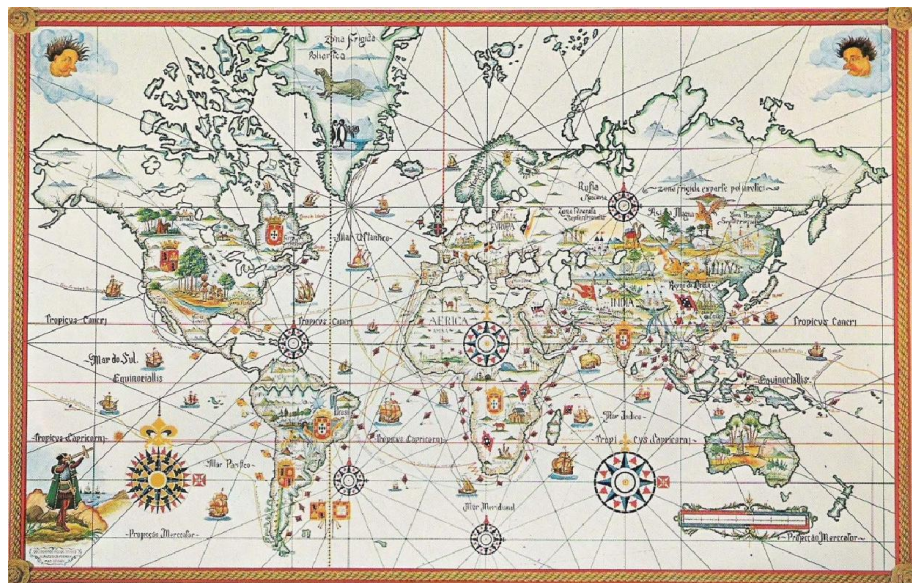


Fig. 42 - Mapa dos Descobrimentos, indicando com o brasão real lusitano as áreas do mundo que estavam sob domínio da Coroa Portuguesa.¹⁴⁴

¹⁴³ Reproduzido de www.sanderusmaps.com/images/bigmap. (Acesso em agosto 2010).

¹⁴⁴ Reproduzido da obra de: Damião Peres. "História dos Descobrimentos portugueses". Porto/PT: Vertente, 1983.

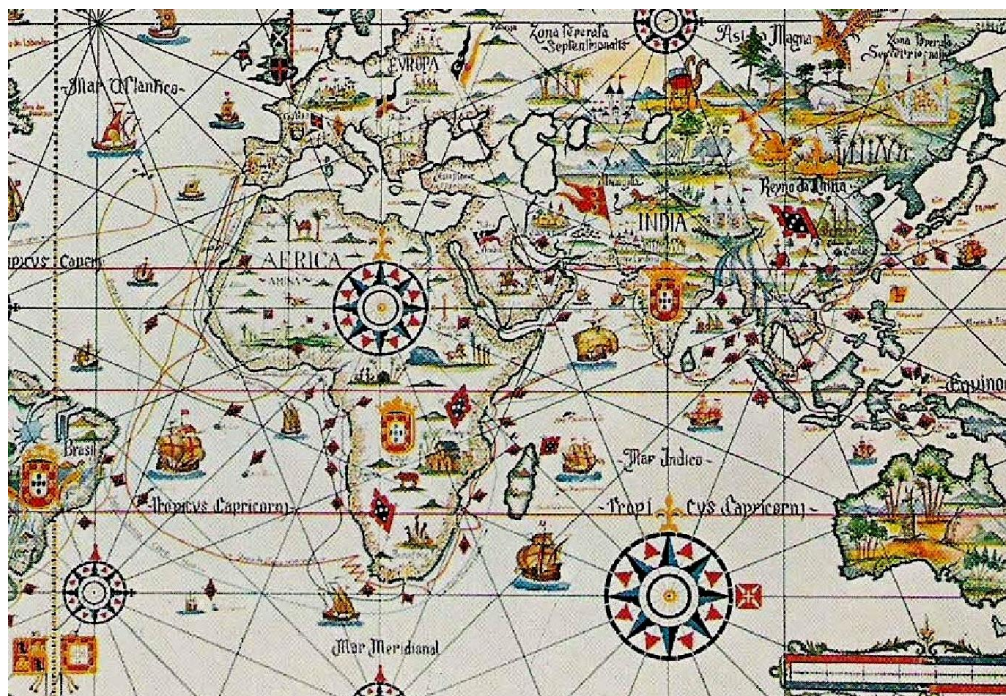


Fig. 43 - Detalhe do mapa anterior com destaque das áreas sob domínio da Coroa portuguesa no Brasil, África e na Ásia.¹⁴⁵

No caso do domínio do comércio marítimo do Índico, esta porção asiática já havia sido conquistada inicialmente pelos árabes, e depois pelos muçulmanos de origem indiana, os chamados “guzerates”.¹⁴⁶ Este domínio do comércio marítimo foi realizado de forma mais ou menos pacífica, pois seguiu a estratégia da conversão paulatina destas populações ao Islã. A presença portuguesa nestes mares da Ásia, indo desde o Ceilão, Málaca e Indonésia, até a costa Suali da África Ocidental, logo cedo mostrou aos portugueses que estas áreas comerciais índicas não seriam conseguidas e retiradas das mãos dos comerciantes muçulmanos, senão pelo uso da força bruta e não pela competição pacífica.¹⁴⁷

Ainda de acordo com Charles Boxer, em virtude de se ver obrigada a usar a força militar, a Coroa portuguesa precisou de postos fortificados que servissem de bases navais e de

¹⁴⁵ Opus Cit.

¹⁴⁶ “Guzerate” era uma denominação dada a uma raça bovina originária da Índia, que depois foi inclusive desenvolvida na pecuária do Brasil.

¹⁴⁷ Charles R. Boxer. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Pág. 60-61.

entrepostos comerciais. Tais pontos-chave foram instalados no governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515), que ao invadir a “Goa Dourada” (Goa) em 1510, fez desta cidade o quartel-general dos portugueses na costa do Índico com apoio da população hindu e iniciou o processo de expansão comercial portuguesa nas costas da Índia.

O controle do Golfo Pérsico, por sua vez, foi obtido com a captura da cidade de Ormuz em 1515 e de Málaca quatro anos antes (1511), o qual permitiu aos portugueses conquistar o maior centro de distribuição de especiarias indonésias, além de controlar a passagem ou “gargalo” entre o oceano Índico, o mar de Java e o mar da China meridional. Esta necessidade de supremacia militar, enquanto poder naval superior, já tinha sido assegurado com a construção dos fortes de Sofala (1505) e de Moçambique (1507) e através de alianças, tais como a aliança com o sultão de Melinde.

Por esta época, segundo Boxer, os pontos-chave de Goa, Ormuz e Málaca, eram praças fortes que permitiam aos portugueses o controle das principais rotas comerciais de especiarias no Índico, com exceção da rota do Mar Vermelho, e que foram seguidas de outros *assentamentos* e postos comerciais ou *feitorias fortificadas* nas regiões costeiras, desde Sofala na África, até Ternate, nas ilhas Molucas. Além disso, os portugueses foram autorizados a instalar *assentamentos não fortificados* e feitorias onde governantes asiáticos lhes permitiam gozar de certa “extraterritorialidade”, ou seja, de uma liberdade territorial fora dos territórios portugueses, liberdade esta estabelecida sob controle ou mesmo limitada por esses governantes locais.

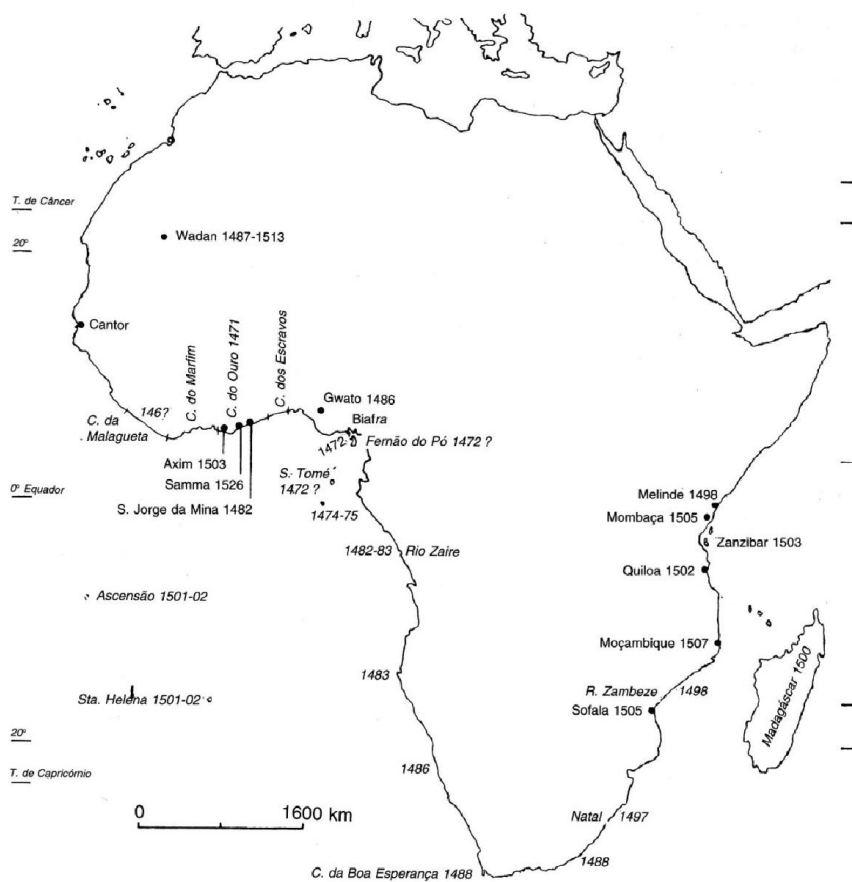
Assim, em meados do século XVI, a partir dos empreendimentos militares de Afonso de Albuquerque entre 1505 e 1515, a característica marcante do império marítimo português foi sua extrema dispersão. No Oriente, esses empreendimentos militares estavam representados por uma cadeia de *fortes e feitorias* que se estendiam de Sofala e Ormuz, na

margem ocidental da Ásia das monções até as Ilhas Molucas e Macau (1557) na costa do Pacífico. Do outro lado do mundo, esta cadeia de fortificações estendia-se desde a África com as *praças-fortes* no Marrocos (Ceuta, Tânger, Mazagão), e algumas feitorias e diversos *fortes* entre Cabo Verde e Luanda (em 1575) na costa ocidental africana, as ilhas do Golfo da Guiné e alguns *assentamentos militares* ao longo do litoral brasileiro.¹⁴⁸

Foi durante o século XVI, no dizer de Boxer, que as circunstâncias “conspiraram” para que Portugal fosse muito além do planejado em sua expansão, ao buscar manter uma cadeia de fortes e de feitorias costeiras entre Sofala e Nagasaki, no total de mais de 40 (quarenta) delas e não apenas quatro como foram no início do século XVI. Tal dispersão somente agravou o já existente problema de homens disponíveis para essas praças-fortes, situação em que muitas vezes os vice-reis e governadores das colônias de Portugal não conseguiam reunir sequer mais de mil homens brancos para qualquer expedição, por mais importante que esta fosse.

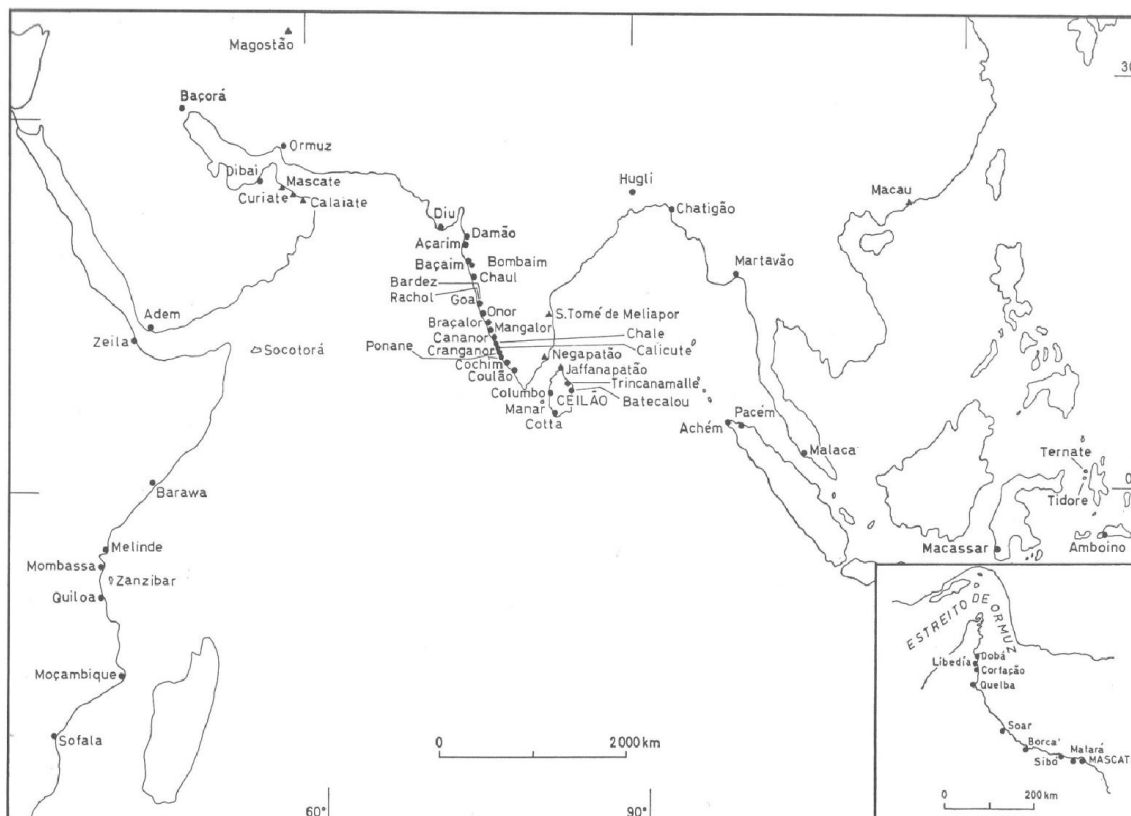
Tal fato influiria decisivamente na formação e na organização de milícias para aquartelar-se nessas *praças-fortes* de além-mar, pois sempre foi necessário um considerável número de nativos, mestiços e outros homens mobilizados e recrutados em diversos pontos do império comercial e marítimo português para suprir esta necessidade de homens em casos de expedições militares ou mesmo de combates contra invasores mais bem armados e mais numerosos.

¹⁴⁸ Rafael Moreira (dir.) História das fortificações portuguesas no mundo. Lisboa: Alfa, 1989.



Mapa 01 - Mapa dos descobrimentos e estabelecimentos portugueses na África desde 1460, com indicação das datas referentes a cada um destes.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Reproduzido de A. H. de Oliveira Marques. História de Portugal. 13ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998, volume II, página 21.



Mapa 02 - Os principais estabelecimentos portugueses na Ásia no século XVI e os pontos por eles demandados.¹⁵⁰



Fig. 44 - Planta de Málaça situada na rota do Índico desenhada por Pedro Barreto Resende, presente na obra "Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental", da autoria do cronista Antonio Bocarro (1635).¹⁵¹

¹⁵⁰ Opus cit. Página 46.

¹⁵¹ Reproduzido de www.evora.net/bpe/album. (acesso em agosto 2010).



Fig. 45 - Planta da povoação e da praça-forte de Moçambique (África Oriental) desenhada por Pedro Barreto Resende na obra: “Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental”, da autoria de Antonio Bocarro (1635).¹⁵²

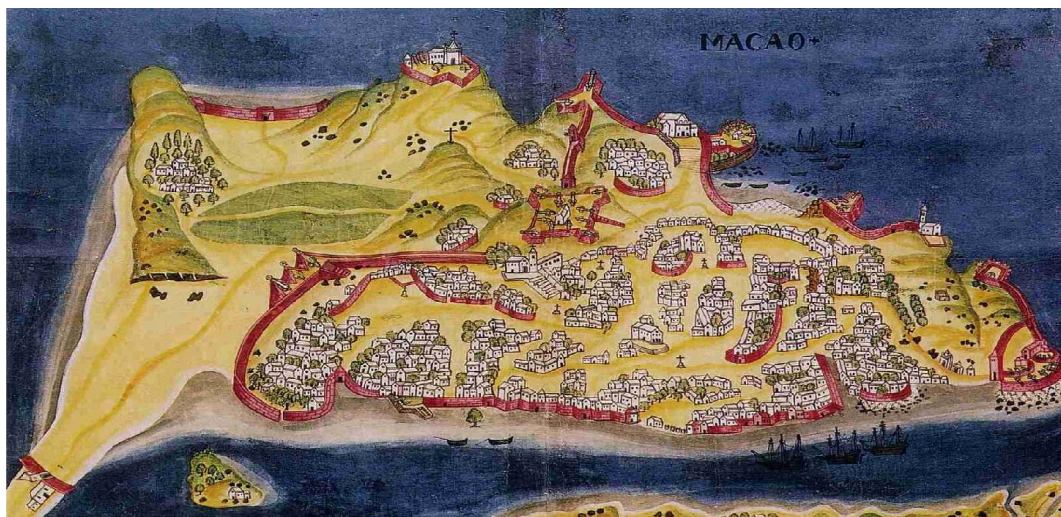


Fig. 46 - Planta da praça-forte de Macau, desenhada por Pedro Barreto Resende, na crónica de Antonio Bocarro (1635).¹⁵³

¹⁵² Reproduzido de www.evora.net/bpe/album. (Acesso em agosto 2010).

¹⁵³ Reproduzido da obra de Francisco Roque de Oliveira, “Cartografia antiga da Cidade de Macau, c. 1600-1700: confronto entre modelos de representação europeus e chineses” In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (53), 1 de agosto de 2006.

A organização militar no Brasil

a) O século XVI

No caso brasileiro, a determinação de uma política especificamente militar começou a ser aplicada após a instalação do governo geral na Bahia, em 1549. Antes disto, porém, alguns investimentos estatais portugueses foram realizados tendo em vista manter a posse, o domínio e a exploração imediata da terra recém descoberta. Nelson Werneck Sodré, historiador brasileiro, estudioso da evolução militar no Brasil, analisou que Portugal para garantir a conquista ultramarina na América, diante das ameaças de invasores às novas terras, criou as *armadas de policiamento* da fase de feitorias. Essas armadas de policiamento ou expedições de reconhecimento no litoral brasileiro foram então, as primeiras tentativas de manter controle sobre este território novo e desconhecido, mas cobiçado por muitos outros.

A fase de feitorias e essas armadas de policiamento logo se demonstraram inúteis e impotentes para destruir, em definitivo, qualquer das ameaças externas. Assim, a Coroa portuguesa tomou a decisão de iniciar a colonização através da ocupação, de forma estável e duradoura e que se configurou na montagem da empresa açucareira.

Estabelecidas então as condições para que houvesse durabilidade e estabilidade na empresa açucareira seguiu-se a estas condições a implantação do complexo social e material dos engenhos. Neste universo sócio-material próprio dos engenhos na colônia portuguesa do Brasil é que as diversas esferas de poder foram então repartidas, isto é, de um lado a Coroa se desvinculava da função de produção e exportação do açúcar e outros produtos e por outro lado, ao mesmo tempo esta Coroa delegava poderes políticos a alguns desses colonizadores.

Este aspecto de repartição do poder configurou-se na determinação de que ao dividir-se o território das novas terras da colônia Brasil em faixas territoriais contíguas, as capitânicas, algumas destas possessões foram instituídas como sendo “capitânicas reais” (aos cuidados

diretos do rei de Portugal) e outras como sendo “donatarias”, isto é, possessões que foram entregues aos cuidados de um fidalgo português para defesa e usufruto dessas terras.

Tais capitanias que foram entregues, de fato e de direito, a um fidalgo membro da Corte portuguesa, este a recebeu através de dois documentos assinados e entregues pelo rei: uma Carta de Doação e um Foral. O primeiro documento estabelecia a cessão de direito daquelas terras de capitania para uso, defesa e exploração, e o segundo documento estabelecia os direitos e deveres civis e militares deste donatário, bem como de sua investidura pelo rei tanto como “donatário” como “capitão-mor”.

De acordo com o trabalho de Werneck Sodré, a defesa da colônia era um encargo sob a responsabilidade da Coroa portuguesa, já que a mesma dispunha de poderio marítimo próprio e/ou de seus aliados até o início do século XVII (os holandeses) para exercer a função de preservar a colônia de investidas de grande envergadura. O mesmo aliado do início do século XVI, os holandeses, tornar-se-ão na primeira metade do XVII, o principal inimigo dos portugueses e de seus domínios coloniais no Atlântico Sul.

A Coroa delegava poderes civis aos colonizadores, pois transferia a estes o ônus da defesa ao investir o donatário ao mesmo tempo como “capitão” e “governador”. Para se ter uma idéia desta delegação de poderes, nas disposições da Carta de Doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, o texto do documento mostra a permissão para: “... *mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer outras coisas de munições de guerra que à dita capitania levarem ou mandarem levar o capitão, moradores dela ou quaisquer outras pessoas assim naturais como estrangeiros...*”¹⁵⁴

No texto do documento do Foral dispunha-se que os moradores e povoadores da mesma capitania eram obrigados em tempos de guerra a servir nela sob o comando do

¹⁵⁴ Disposições da Carta de Foral de Duarte Coelho (1534) Documentos para a história do açúcar. (Apud) Nelson Werneck Sodré. História Militar do Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Pág.18-19.

capitão-mor e reconhecê-lo como chefe se assim fosse necessário, além de permitir a entrada de instrumentos necessários à luta militar: as armas e munições, e ainda, se necessário fosse, o tráfico delas. Também reservava esta atividade aos cristãos e súditos da Coroa presentes em solo colonial, o que proibia o intercâmbio e o comércio de armas com os indígenas.¹⁵⁵

Werneck Sodré considera que este documento de Carta de Doação (10 de março de 1534) e do Foral (04 de setembro de 1534) referentes à capitania de Pernambuco é o início da legislação militar colonial e a mesma foi depois complementada com as disposições gerais do regimento do Governador Geral do Brasil, de 17 de dezembro de 1548, destinado a Tomé de Sousa. Para W. Sodré, esta carta não é de teor somente político, mas também uma diretriz militar, pois dispunha sobre atribuições, poderes e ações de caráter de defesa, como também de ação militar de conquista e exploração.

Neste documento, o regimento do governador geral do Brasil, o rei de Portugal não somente delegava poderes administrativos ao governador geral, como também instituiu a conservação e enobrecimento da terra, com a construção de fortalezas e da fundação de uma grande povoação, a cidade de Salvador. Também, no mesmo documento se delegava ao governador geral poderes para dispor sobre rios, baías e portos, bem como a formação de uma *armada* com gente, artilharia, armas e munições e tudo mais que fosse necessário sob a confiança d'El Rei.

Tais instruções eram, claramente, de natureza militar, pois instruiu o dito governador geral a chegar: *“fazendo guerra a quem quer vos resistir”*, e logo adiante dizia que *“... fazer outra cerca junto dela de valor e madeira ou taipa, como melhor parecer, em que a gente*

¹⁵⁵ Idem. Pág. 19

possa estar agasalhada e segura”, para assim poder submeter, desde cedo, as tribos antes rebeladas, as quais causaram prejuízos aos antigos moradores.¹⁵⁶

O regimento do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, ditava as regras quanto ao recrutamento e ao serviço militar, e os colocava como prerrogativa do governo geral no Brasil, pois esse recrutamento deveria ser realizado em casos de necessidade dos capitães-mores ao defender as capitanias. O mesmo regimento também estabelecia as quantidades de armas e as especificações destas, bem como a obrigação dos senhores dos engenhos estabelecidos nas terras brasílicas, de construir as *torres e casas-fortes* com seus próprios “recursos e gentes” para realizar a defesa da terra e das pessoas estabelecidas nelas para exploração da capitania.

Em outro regimento, o do governador geral do Brasil Francisco Giraldes, de 08 de março de 1588, se complementou essas diretrizes militares, pois o documento estabelecia que entre as atribuições do novo governador geral logo após a posse do mesmo, é que os capitães das ditas capitanias deveriam colocá-lo ciente de todas as informações: “... *do estado de cada uma das idéias e da gente, armas e munições que nela há e se estão em necessidade de vossa ajuda*”.¹⁵⁷

O novo governador geral deveria também utilizar os conhecimentos e o trabalho do engenheiro militar que o mesmo levaria na expedição para que este especificasse as melhorias a serem feitas nas fortificações da Bahia. Além disto, este mesmo engenheiro deveria seguir junto com o governador geral rumo às outras capitanias para realizar supervisão sobre cada povoador, que conforme as respectivas posses dispusessem de armas suficientes e se estavam sendo cumpridas as determinações dos regimentos anteriores.

¹⁵⁶ Opus cit. Pág. 20

¹⁵⁷ Opus cit. Pág. 21

Sobre a defesa do Estado do Brasil¹⁵⁸, os governadores gerais exerciam uma duplicidade em termos de poder delegado a eles e os limites legais deste poder, enquanto governadores do Brasil.¹⁵⁹ Ao mesmo tempo em que a Coroa buscava retirar os poderes dos donatários quanto à defesa, à justiça e à fazenda, submetendo-os à burocracia estatal, o governador geral, enquanto autoridade do Estado português, não dispunha de poderes efetivos capazes de subjugar todas as capitanias e os focos de autoridade local, que eram as *Câmaras*, bem como submetê-las a uma estrutura sólida, vertical, completa e estabelecida.

Os poderes delegados ao governador geral do Brasil, na prática, se dissipavam em meio às decisões pelo fato deste poder sobre as capitanias ser apenas nominal. Concretamente, de acordo com Werneck Sodré, as capitanias não estiveram, realmente, sob a administração direta dos governadores gerais durante a segunda metade do século XVI e a primeira metade do XVII.

A imensidão territorial, a precariedade das condições de comunicação entre as capitanias e os poderes de direito dado aos governadores gerais do Brasil sobre todas as capitanias da colônia, mas que na prática foram impossíveis de serem aplicados concorreu para sabotar as tentativas da Coroa de que pela ação de um governo geral poderia centralizar o poder e manter o controle das capitanias.

Tal tentativa de centralização do poder terminou inoperante apesar das regulamentações estabelecidas desde o regimento de Tomé de Sousa em 1548. O historiador

¹⁵⁸ A referência ao nome *Estado do Brasil* decorre do fato que a Coroa portuguesa passou a se referir assim a seus domínios americanos, no momento da instalação do Governo Geral, em 1549. O termo englobava o território referente às capitanias doadas por D. João III, em 1530. A expressão compreendia então todo o aparato administrativo e político existentes nas possessões portuguesas na América. Entre os anos de 1621-1652 e 1654-1774 o *Estado do Brasil* teve sua área jurisdicional diminuída devido à criação do Estado do Maranhão, em 1621, e que foi posteriormente, em 1654, restaurado como *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, mantendo-se autônomo do Estado do Brasil, pois em termos administrativos comunicava-se diretamente com Portugal.

¹⁵⁹ Wilmar da Silva V. Júnior. Os governadores-gerais e a defesa do Brasil. Anais da ANPUH /Rio de Janeiro: UFF, 2004.

brasileiro, Arno Wehling, complementa esta explicação sobre a evolução do sistema colonial português no Brasil e afirma que tal abismo entre as tarefas e atribuições a serem realizadas e os recursos disponíveis, terminaram por promover a situação de isolamento das capitanias e as distintas possibilidades de defesa e de avanço territorial na colônia.¹⁶⁰

Com a implantação do governo geral do Brasil, sediado na cidade de Salvador, este mesmo foi o núcleo urbano colonial fundado com o objetivo de tornar-se a grande povoação determinada no texto do regimento de Tomé de Sousa. Este fato representará na questão de defesa da colônia e em termos concretos, a cidade de Salvador como palco importante das primeiras experiências em termos de engenharia das fortificações e ponto de partida das reformulações também exigidas neste sistema de defesa, pelo menos ao longo do restante do século XVI e metade do XVII.

Do ponto de vista da implantação de um sistema de defesa militar oficial para a colônia, a fundação da cidade de Salvador representou também a implantação de uma rede de fortificações cujo sentido primordial se assentava na determinação de um modelo aplicado de possibilidades de defesa ativa em forma de *fortificações terrestres e marítimas*, posteriormente, ampliada e difundida às outras capitanias que seguiriam os modelos gerais aplicados em Salvador.

¹⁶⁰ Arno Wehling e Maria J. Wehling. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



Fig. 47 - Planta da cidade de Salvador intitulada “Planta da Restituição da Bahia” de João Teixeira Albernaz (1631).¹⁶¹

De acordo com W. Sodré se fosse abstraída as particularidades e os traços circunstanciais e secundários, a grande linha de evolução do sistema colonial durante os três séculos de dominação portuguesa é que a missão das forças militares foi sempre a de assegurar a empresa da colonização. A forma de obter-se isto pode ser desdobrada em três aspectos: *a posse* do território, *a manutenção* do território e *a expansão* e conquista deste território.¹⁶² Os inimigos se apresentavam em muitas facetas, pois em algumas áreas onde o impedimento da aplicação dessa colonização tripartida foi o indígena, decidiu-se desalojar ou escravizar o índio valendo-se da superioridade militar dos colonizadores e das divisões e disputas pré-existentes entre esses grupos indígenas.

Por outro lado, ainda no primeiro século e meio de colonização portuguesa, em regiões onde o problema era a presença de corsários e piratas, que investiam contra o território colonial, isto exigiu da incipiente classe senhorial colonial, a organização de *Serviços de*

¹⁶¹ Reproduzido de www.bbc.co.uk/portuguese/especial. (acesso em dezembro de 2009).

¹⁶² Nelson Werneck Sodré. História Militar do Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Ordenanças, isto é, de agrupamentos de homens recrutados para a guerra escolhidos dentre a população livre existente nos poucos núcleos de povoamento que havia nas capitanias. Ao mesmo tempo em que aconteciam as expedições metropolitanas e suas operações por mar como atribuições da Coroa, se dava a montagem de uma rede de fortificações para a defesa dos portos e por onde a produção da colônia escoaria para o exterior.

Dos *Serviços de Ordenanças*, feitos através do recrutamento da população de colonos, e criados pelo regimento de 1548, surgiriam posteriormente os *Terços*, uma forma de recrutamento e organização de guerra para situações extremas e organização militar de caráter irregular, também conhecido como *Bandeiras*. Essas bandeiras desempenharam papel de defesa territorial, de policiamento interno e de reação portuguesa à resistência de índios e negros, tais como o exemplo da destruição de quilombos, e nas expedições para apresamento de indígenas.

As bandeiras desempenharam papel relevante na Guerra dos Bárbaros que foi a guerra declarada contra os grupos indígenas tapuias no nordeste colonial, conflito que se estendeu da Bahia ao Maranhão no final do século XVII e início do XVIII. As bandeiras, enquanto organização militar baseada no sistema dos Terços também esteve presente na expansão territorial através do avanço da mineração na região central do Brasil.

Assim, o traço fundamental identificado na organização militar no Brasil colonial será o da *territorialização* do empreendimento militar, isto é, o aspecto essencial de promover a defesa territorial, pois no Brasil colonial: “... *tratava-se de conquistar territórios, de defender territórios ou de expandir territórios*”.¹⁶³

¹⁶³ Nelson Werneck Sodré. A história militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

b) O século XVII

O século XVII, em termos de ação e organização militar portuguesa para o Brasil, foi marcado por duas situações que se tornaram de suma importância nos mecanismos de colonização. Esta importância se afirma em razão das modificações aplicadas no empreendimento militar da metrópole para os novos caminhos da administração e exploração colonial em solo brasileiro.

Num primeiro momento, é importante considerar a instalação de algumas fortificações ao longo do território colonial, além daquelas outras fortificações já construídas desde o século XVI e que agora passariam por uma posterior adaptação ou restauração de sua estrutura pela engenharia militar portuguesa. Esta situação específica esbarrou tanto nas dificuldades materiais e tecnológicas dentro da condição de recursos disponíveis nas capitanias quanto de uma administração central colonial só teoricamente controlada pelos interesses do governo geral sediado na Bahia.

Num segundo momento, é também importante considerar a mudança estratégica do sistema defensivo litorâneo em função das invasões holandesas no nordeste brasileiro. Inicialmente, com a tentativa de invasão dos holandeses na Bahia, em 1624, domínio este sustado pela violenta resistência em território baiano. Posteriormente, na invasão holandesa em Pernambuco, em 1630, que apesar da resistência militar portuguesa, o sucesso foi obtido pela empreitada da poderosa frota militar marítima holandesa.

A conseqüente guerra de restauração dos domínios portugueses no nordeste colonial contra os holandeses ou simplesmente, a “Guerra Brasileira”, foi um processo de enfrentamento militar que mudou substancialmente os mecanismos de se fazer a guerra e colocou em confronto duas formas diferentes de se organizar as tropas dentro e fora do campo de batalha.

Neste confronto de possibilidades militares, a primeira forma que pode ser identificada no século XVII, era a forma clássica e tradicional de guerra européia, pois era sempre um conflito bélico oficializado e declarado por dois ou mais Estados, e efetivada pelo confronto dos exércitos formais destes. As batalhas, que definiam então a situação e o enfrentamento de guerra, eram formuladas e executadas em campo aberto e situados dentro dos limites ou mesmo dentro do território do inimigo. Era um sistema de guerra também chamado de guerra de “Flandres”, como uma alusão às batalhas da Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e a França, pois se caracterizava pelo uso de *tropas regulares*, isto é, homens recrutados pelo Estado que uma vez que se tornavam *soldados de tropa ou de linha*, eram formados e preparados dentro do sistema de aquartelamento e treinados no uso de armas de fogo e de armas brancas, sempre sob o comando de uma hierarquia de patentes militares oficiais.¹⁶⁴

A segunda forma foi inaugurada pelos confrontos realizados na guerra de restauração portuguesa contra os holandeses no Brasil, como uma forma mista de conflito, pois reunia o sistema formal bélico europeu com um sistema de organização de tropas adaptado às condições da colônia. Este sistema misto na organização militar para a guerra era constituído de três tipos de tropas: as *regulares*, formadas por soldados portugueses; as *semi-regulares*, formadas por colonos livres recrutados, e as *irregulares*, formadas por escravos, escravos libertos e índios, todos convocados ou recrutados em momentos de conflitos emergenciais.

No plano da estratégia e das táticas¹⁶⁵ esta segunda forma de guerra não se utilizava de enfrentamentos em campo aberto, mas sim de um sistema de rápidos assaltos ou de guerrilhas que avançavam numa linha de postos ou acampamentos temporários de apoio para as tropas, chamados *arraiais*. Nesta guerra, a estratégia e as táticas estavam sempre asseguradas pela

¹⁶⁴ Francisco Ruas Santos. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

¹⁶⁵ Segundo Francisco Ruas Santos, a diferença entre os dois termos está no fato de que o termo “estratégia” refere-se sempre à organização formal dos exércitos para um determinado conflito, e o termo “tática” refere-se à maneira planejada de como esses exércitos deverão se colocar em campo de batalha, e os movimentos de cada parte deste mesmo exército nas mesmas batalhas.

inclusão nas tropas, dos soldados de linha junto aos soldados das tropas irregulares, compostas quase sempre de homens cujo conhecimento do ambiente natural em que aconteciam os combates, permitia um sucesso maior em termos de derrota ou desgaste do inimigo e a aquisição de vantagens no avanço territorial.¹⁶⁶

Isto aconteceu em substituição a uma antiga organização característica do século XVI e do período anterior à conquista holandesa no nordeste colonial, que era uma organização militar de defesa localizada, restrita à faixa litorânea, idealizada e configurada nas fortificações militares localizadas nos poucos núcleos urbanos das capitânicas do Brasil. Estas fortificações assim como os soldados de linha aquartelados nestas unidades tinham um caráter de defesa passiva, isto é de se organizar e fazer apenas proteger de eventuais invasões de frotas por mar ou expedições por terra, tal como o exemplo de algumas das fortificações na cidade de Salvador construídas no final do século XVI e início do XVII.

Em meados do mesmo século XVII, após a restauração da Coroa portuguesa do domínio político da coroa espanhola, ou seja, com o fim da União Ibérica (1640), e também com a Guerra Brasilica (1645-1650), empreendimento de retomada dos territórios que estavam sob o poder dos holandeses, é que a configuração territorial dos domínios portugueses no Brasil, definiu-se cada vez mais claramente em três grandes direções ou frentes de conquista.

A primeira delas seguiu rumo aos limites de conquista colonial no lado ocidental do Brasil em direção à linha de Tordesilhas que antes delimitava as possessões espanholas; a segunda seguiu em direção aos limites de conquista e exploração efetiva das capitânicas do extremo norte do Brasil (Amazônia), e a terceira direção, que seguiu rumo à interiorização

¹⁶⁶ Pedro Cordolino F. Azevedo. História Militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

dos limites territoriais das capitanias do Estado do Brasil, mais especialmente, o que hoje podemos estabelecer como as áreas dos sertões do nordeste do Brasil.

A presença de um projeto militar para a colônia Brasil não está vinculada somente ao contexto das guerras de restauração contra os holandeses e a posteriores conflitos contra os índios tapuias, pois desde a instalação do Governo Geral, em 1548, que diversas determinações oficiais tinham sido colocadas, sem que, no entanto, fossem amplamente aplicadas. Apesar disto, tais determinações tinham a intenção de criar e desenvolver um sistema defensivo para a costa brasileira. Tendo seu marco inicial no núcleo urbano sede do poder colonial do Governo Geral, que era a cidade de Salvador, as construções militares de presença garantida eram as fortificações litorâneas, como parte de um projeto deliberado de garantir a costa, ou pelo menos garantir a segurança das poucas povoações existentes à época no Brasil contra eventuais invasores.

O sistema defensivo instalado nas cidades e povoações litorâneas da colônia primava pelo sistema de defesa passiva, apesar de ter um pouco de defesa ativa, pois este sistema estava assentado no posicionamento estratégico das fortificações nas desembocaduras dos principais rios, nas baías, nos istmos e no próprio solo urbano. A base construtiva dessas fortificações era uma edificação capaz de suportar ataques vindos de frotas navais, além de ao dispor de baterias de pequeno, médio e grande porte poderia exercer a defesa ativa no controle dos portos.

O aumento do alcance e da precisão de tiro das armas de fogo e o uso contínuo e progressivo das chamadas “bocas de fogo” ao longo do final do século XV e início do XVI, bem como o alargamento das ameias e de um posterior formato diferenciado nestas, que era

um plano inclinado para facilitar arremesso de pedras e líquidos escaldantes ou o uso de projéteis de canhões, mudou sensivelmente a arte de se fazer a guerra no contexto europeu.¹⁶⁷

José Custódio V. da Silva afirma que esta evolução arquitetônica é correspondente a um melhor desenvolvimento das táticas militares e da arte do combate, o que fez com que a guerra fosse encaminhada para fora das muralhas das fortalezas. Ao assalto dos muros das fortalezas como tática de guerra preferia-se agora a *batalha campal*, a qual revelará sobre os castelos sua dupla face, a de *eficácia* e a de *fraqueza*. A um assédio prolongado, pouco restava de sobrevivência aos sitiados nas muralhas de uma fortaleza, o que exigiu um sistema que facilitasse a ajuda externa em caso de sítio prolongado do inimigo.¹⁶⁸

Os redutos, paragens e casas fortes na Guerra Brasília

O processo de guerra contra os invasores holandeses exigiu da Coroa portuguesa um grande esforço do ponto de vista da reorganização de sua frota naval, da reorganização das tropas terrestres dispersas no território conquistado, além de ter que obter aliados e financiamento para o empreendimento de guerra. Como afirma o historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello que a engenharia militar é que fornece exemplos de acomodação da tecnologia ou da arte militar europeia às condições ecológicas do nordeste brasileiro.

A referência às casas fortes no contexto da guerra de restauração ou Guerra Brasília, tal como classificado por Evaldo Cabral, aparecem em meio às experiências táticas e estratégicas para acomodar a situação de tropas regulares portuguesas e tropas luso-brasileiras as quais incluíam homens brancos livres, soldados mercenários, índios cristianizados, mestiços, negros libertos e alguns escravos, todos recrutados para a empreitada de guerra contra um inimigo comum que eram os holandeses.

¹⁶⁷ Rafael Moreira (dir.) História das fortificações portuguesas no mundo. Lisboa: Alfa, 1989.

¹⁶⁸ José Custódio Vieira da Silva. Séculos XIV e XV. (In): Rafael Moreira (dir.) História das fortificações portuguesas no mundo. Lisboa: Alfa, 1989, pág. 55-72.

As condições naturais e a situação geográfica específica das capitanias de Itamaracá e Pernambuco também definiram os rumos estratégicos nesta guerra, bem como as condições pouco favoráveis do ponto de vista econômico para a Coroa portuguesa. É a partir de exemplos da historiografia, dos relatos de soldados que foram testemunhas dos conflitos e de documentos oficiais do período da Guerra Brasílica, que se pode observar a existência das casas fortes ou pelo menos constatar o duplo sentido de seu uso.

Em “Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)”, de Evaldo Cabral de Mello, um clássico sobre a guerra de restauração contra os holandeses, o autor nos mostra que no caso do Brasil havia grande falta de material de construção apropriado para que a engenharia militar enfrentasse com sucesso as investidas de qualquer exército europeu bem estruturado e bem organizado.

Para Evaldo Cabral, a “cantaria” que é a pedra calcária esculpida e lapidada para fins de arremate construtivo era rara e muito cara, pois tinha de ser importada e assim, dominava no lugar da cantaria o uso da argila e que se utilizava muito nas construções quase sempre a madeira, que nem sempre era madeira boa, durável e resistente. Além destes materiais nas construções coloniais dos primeiros séculos também se usava muito a taipa, recurso que dominava as técnicas de construção civil e militar em solo brasílico.

De acordo com Evaldo Cabral, as *estâncias* e *casas fortes* dos guerrilheiros luso-brasileiros que cercavam o Recife eram, quase sempre, abertas e feitas sem a projeção de serem obras de defesa, pois eram simples casas de moradia, casas de sítio ou de engenho, construídas em taipa. Dentre essas construções de moradia com funções de aquartelamento de soldados, a exceção se faz a uma casa em que se aboletaram os soldados de Paulo da Cunha em 1645 e que pertenceu a Sebastião de Carvalho.

Segundo Evaldo Cabral, esta casa era: “... *casa nova e mui forte, toda feita de tijolo, cal e fundada sobre muitos e mui grossos pilares de tijolo... mui grande e espaçosa e com uma escada pela parte de fora feita de pedra de cantaria*”.¹⁶⁹

Em 1632, fortificara-se a estância (fazenda com casa senhorial) de Luis de Barbalho, onde se construíram fossos, baluartes, estacados e parapeito. Em 1646, se ordenou aos capitães daquelas estâncias mais próximas ao inimigo, que as rodeassem de trincheiras de pau-a-pique. De acordo com o mesmo Evaldo Cabral, foi no lugar chamado Guaxenduba, ao discutir sobre a construção de um forte, que Jerônimo de Albuquerque, um dos comandantes das tropas luso-brasileiras, debateu com o engenheiro militar Francisco de Frias para que se fizesse entre o mato uma “casa”, como faziam os índios no sertão. Essa casa feita pelos índios no sertão era uma cerca de mato cortado com a rama para fora, com folha e tudo, como quem cerca o gado. Dizia o mesmo Jerônimo Albuquerque que bastava aquilo para que se não necessitasse de fortalezas.¹⁷⁰

De acordo com Evaldo Cabral, o sistema que Matias de Albuquerque, comandante geral das tropas luso-brasileiras, aplicou contra os holandeses (1630-1653), era um sistema misto onde as forças (tropas) convencionais estavam concentradas numa *praça-forte*, o arraial, guarnecida pela artilharia e pelas tropas regulares e situada à retaguarda de uma linha de pontos avançados, *as estâncias*; e as esquadras volantes que tinham um objetivo puramente tático.¹⁷¹ Além disso, Evaldo Cabral mostra que Matias de Albuquerque em fins de 1631, estava satisfeito com o trabalho feito pelos jesuítas com os índios, a quem tocara e estes jesuítas a defesa das ditas estâncias.

¹⁶⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. São Paulo: USP/Forense Universitária, 1975.

¹⁷⁰ Idem. Pág. 231.

¹⁷¹ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. São Paulo: USP/Forense Universitária, 1975, pág. 231.

Para Evaldo Cabral, as guerras da restauração representam a justificação da guerra volante, pois o sistema adotado a partir de oito de setembro de 1645 previa o estabelecimento de uma linha de estâncias, em oposição à construção de novo do antigo arraial. Em outubro do mesmo ano se decidiu que o “arraial novo”, não seria uma praça-forte, como o arraial velho, que guardasse o grosso dos efetivos, mas apenas: *“uma justificação aonde nos recolhêssemos no tempo de alguma opressão e aonde estivesse segura a pólvora e as mais munições de guerra.”*¹⁷²

As observações sobre os fatores e elementos militares feitas por historiadores como Evaldo Cabral têm suas raízes nos relatos holandeses escritos durante o período de dominação destes no nordeste colonial brasileiro. Esses relatos atestam a descrição de *redutos* como construções para uso militar, no entanto, diferentes na forma de aquartelar as tropas e também diferentes na forma estrutural arquitetônica das fortificações militares litorâneas.

O relatório escrito pelo holandês Adrien Van Der Dussen, em 1639, é um desses relatos, em que o mesmo especificou as condições das capitanias que se achavam sob domínio do governo de Maurício de Nassau, após a conquista de Pernambuco e Itamaracá e a posterior anexação das capitanias da Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Ceará como províncias holandesas. No referido relato, Adrien Van Der Dussen, assim escreve sobre a verificação de homens aptos para a guerra na capitania do Rio Grande, que no máximo: *“... poderiam ser reunidos para a guerra 1000 homens; o restante ou são velhos e incapazes ou precisam ficar de guarnição nas aldeias”*.¹⁷³

Sobre a capitania de Pernambuco e suas fortificações, Adrien Van Der Dussen observou que além das fortificações existentes na capitania havia quatro “redutozinhos” que

¹⁷² Idem. Pág.243.

¹⁷³ Adrien Van Der Dussen. Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool (série História III), 1947, pág. 91.

poderiam servir de guarda avançada do lado do continente em tempo de perigo, mas que estavam agora arruinados. No mesmo relato de Adrien Van Der Dussen, o tradutor da obra em português especifica em nota de rodapé que segundo outro escrito relacionado a esta condição das fortificações, e que foi feito por um francês, dizia:

“... além desses fortes há ainda quatro redutos em Antonio Vaz (ilha) que servem de guarda avançada, mas estão agora em guarnição, a saber: um situado ao norte e outro a oeste do Forte Ernesto, um terceiro atrás do grande quartel e o quarto, maior e mais importante, próximo ao forte Frederick Hendrik, isto é, das Cinco Pontas”.¹⁷⁴

Ainda sobre a questão das fortificações, o holandês Van Der Dussen, relata que em Itamaracá, também havia um *reduto quadrangular* numa eminência na estrada norte do Canal ou Barra de Catuama. Sobre a capitania da Paraíba o mesmo autor se referiu a outros redutos e dizia que o: “... *que olha para o lado da terra, foi transformado num reduto, cercado de forte paliçada (o forte de Santo Antonio, à margem setentrional da Barra)*”.¹⁷⁵ Da mesma forma descreve ainda no relatório as condições do Castelo Keulen (Forte dos Reis Magos) na capitania do Rio Grande do Norte.

Outro relato importante nas referências a construções militares de caráter diferenciado das fortificações litorâneas e que diretamente referem-se à presença de casas fortes, encontra-se no relato de Francisco de Brito Freire, “Nova Lusitânia: História da Guerra Brasília”, relato escrito após eclodir a chamada Insurreição Pernambucana, isto é, os levantes em Pernambuco contra os holandeses que se iniciaram após uma revolta ocorrida no Maranhão em 1644. Um ano depois deste acontecimento no Maranhão se iniciavam os conflitos em Pernambuco.

¹⁷⁴ Opus cit. Pág. 114.

¹⁷⁵ Adrien Van Der Dussen. Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool (série História III), 1947. Pág. 114-115.

Francisco Brito Freire foi testemunha desses conflitos que duraram cerca de dez anos, pois todo o processo de resistência luso-brasileira, e a conseqüente derrota dos holandeses só aconteceriam em 1654. Mesmo com a derrota e a posterior expulsão dos holandeses e o fim da exploração econômica da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) no solo brasílico, a restauração da paz completa entre Holanda e Portugal só foi conseguida com um acordo assinado em Haia, em 1661, no qual resultou grande prejuízo a Portugal por ter este que pagar uma indenização em dinheiro, açúcar, tabaco e sal, fato que submeteu Portugal aos interesses imperiais e comerciais da Inglaterra que através de acordo intermediou o pagamento desses valores em troca de privilégios de navegação e de comércio intercontinental.

É neste contexto que foi escrita a obra de Francisco de Brito Freire, que depois de publicada em 1675, teve a função de reforçar os laços nacionalistas lusitanos a partir da exaltação dos feitos e benefícios da existência do Estado do Brasil para a Coroa portuguesa. Na parte do relato referente aos fatos acontecidos no ano de 1635, Francisco Brito Freire menciona as *casas fortes* nos combates entre luso-brasileiros e holandeses, na povoação de Porto Calvo, contra certo Sebastião do Souto aliado dos holandeses, cujos combates contaram com a ajuda de Matias de Albuquerque que havia chegado com reforços para a batalha:

“... começando de escurecer a noite, nos arrojamos inconsideradamente a assaltar a igreja nova e as duas casas fortes, tanto á nossa custa, que contamos quase oitenta portugueses e índios, entre feridos e mortos”.¹⁷⁶

E continua ainda sobre os combates contra Sebastião do Souto:

“Tomada esta resolução, se abriram as trincheiras, onde plantou o General uma peça do forte que ficava mais distante das casas. A menor delas, já passados seis dias, investimos de noite; levando faxinas secas e instrumentos necessários para a queimarmos”.¹⁷⁷

¹⁷⁶Francisco de Brito Freire. Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica. (1675) Livro VIII, pág. 347-348, capítulos 661 e 663.

Da mesma forma, em outro relato intitulado “Memórias da Guerra do Brasil”, um relato sobre a guerra contra os holandeses escrita por Duarte de Albuquerque Coelho, governador de Pernambuco, membro do Conselho de Estado e da Câmara de Sua Majestade, este comandante de tropas relatou os feitos e acontecimentos militares ocorridos durante nove anos nos conflitos com os holandeses. O relato foi publicado em Madrid em 1654, o ano da derrota definitiva dos holandeses em solo pernambucano.

Neste relato descreve Duarte Coelho, quando dos assaltos que as tropas luso-brasileiras fizeram à povoação de Porto Calvo, em que soldados holandeses estavam ajuntados com Sebastião Souto, aliado dos holandeses, em junho de 1635. Assim no relato, Duarte Coelho afirma: *“Foi tal o impulso que a boa sorte deu aos nossos, que apesar de ser já quase noite, sem ordem se arrojaram ao inimigo nas casas fortes e na igreja nova, porém sendo imprópria a hora, não só lhes foi possível avançar, como ficaram feridos oitenta...”*¹⁷⁸

E prossegue na página seguinte do relato: *“Depois tomamos-lhe os mais postos, e tão próximos eram das casas fortes em que o inimigo se recolhera, que, à exceção dos fugidos na barcaça, nenhum pôde sair a fazer aviso aos seus, nem a beber água, tendo a fonte ao pé...”*¹⁷⁹

Ainda no contexto da Guerra de Restauração ou Guerra Brasílica, outro relato de uma testemunha desses conflitos são os escritos de um homem que não era um militar de carreira, mas um clérigo, o Padre Mestre Frei Manuel Calado, da ordem de São Paulo, cujo relato foi publicado pelo impressor e livreiro das Ordens Militares em Lisboa, Paulo Craesbeeck, no ano de 1648. A obra intitulada, “O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade”, é um texto dedicado a descrever as proezas dos portugueses em terras brasílicas, como um

¹⁷⁷ Opus Cit. Pág. 348.

¹⁷⁸ Duarte de Albuquerque Coelho. Memórias da Guerra do Brasil: por discurso de nove anos, começando desde 1630. (1654). Pág. 324.

¹⁷⁹ Idem. Pág. 325

empreendimento de homens valorosos e fiéis a Coroa, em nome da Igreja Católica e em nome de Deus.

No relato, Frei Manuel Calado ao se referir às dificuldades em se alimentar e cuidar dos ferimentos dos feridos, e proteger melhor os soldados no período de julho de 1645, assim descreve o frei:

“Para maior segurança de nossa gente, e se obviarem os males que poderiam sobrevir, mandaram os nossos mestres – de - campo que todos os capitães de nossas estâncias vizinhas ao inimigo tivessem casas fortes, rodeadas com trincheiras de pau-a-pique, para que, se o inimigo saísse fora, tivessem lugar de se defender e ofender, até que fossem socorridos dos outros capitães vizinhos e do nosso arraial”.¹⁸⁰

A referência às casas fortes enfim se encontram também nos documentos referentes à derrota e capitulação dos holandeses e a posterior restauração dos territórios por parte do domínio português. No texto sobre o “Assento e Condições da Capitulação”, feitos pelo Conselho Supremo de Guerra no Recife e dado ao Mestre-de-Campo-Geral Francisco Barreto, governador de Pernambuco e demais lugares ocupados pelos holandeses que eram a Ilha de Itamaracá, a Paraíba, o Rio Grande e o Ceará. O mesmo Francisco Barreto era comissário do ato de capitulação dos holandeses junto aos representantes dos Estados Gerais das Províncias Unidas e Companhia Ocidental (WIC), que assim se refere sobre o que deveria ser entregue ao comando português:

“Que os fortes situados ao redor do Recife e Cidade Mauricéia, a saber: o Forte das Cinco Pontas, a Casa da Boa Vista e do Mosteiro de Santo Antonio, o Castelo da Cidade Mauricéia e das Três Pontas, o do Brum com seu reduto, o Castelo de São Jorge, o Castelo do Mar e as mais casas fortes e baterias, se entregarão todos à ordem do senhor Mestre-de-

¹⁸⁰ Frei Manuel Calado. O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade. (1648). Pág. 782.

campo-geral, logo que acabarem de firmar este acordo e assento, com a artilharia e munições que têm”.¹⁸¹

A presença destes redutos fortificados e o uso de casas fortes, porém, não se limitariam à guerra contra os holandeses, pois as importantes modificações no sistema de guerra e na organização militar teriam seu ponto alto no nordeste colonial na segunda metade do século XVII com outra série de conflitos, desta vez, contra um inimigo situado dentro do território colonial que eram os índios tapuias.

Os grupos indígenas tapuias tornar-se-iam a principal preocupação militar nas capitanias do Estado do Brasil ao iniciar a segunda metade do século XVII, tanto em termos de manter a posse, conquista e domínio efetivo das terras dos chamados “sertões” das capitanias do Estado do Brasil, quanto com as condições de permanência dos colonos portugueses nessas terras.

A resistência indígena e os novos rumos da organização militar

O processo de efetivação de posse, de domínio e conquista desses territórios não se resumiu somente às determinações oficiais com as obrigações de patentes e a organização de tropas, da elaboração do sistema defensivo e da estruturação das fortificações. Os organismos oficiais da Coroa portuguesa na colônia enfrentariam a dura resistência das populações nativas, das mais variadas formas, em diversos pontos da colônia e em períodos diferentes, mas que foi algo bem presente durante todo o processo de colonização.

Desde o século XVI, quando da implantação do projeto português de posse e domínio das terras recém-conquistadas na Terra de Santa Cruz, e depois de 1549 com a instalação do Governo Geral na cidade de Salvador, na Bahia de Todos os Santos, a resistência das populações indígenas à presença colonizadora esteve presente de uma forma tal que interferiu

¹⁸¹ Francisco Manuel de Mello. “Assento e Condições da Capitulação”, janeiro de 1654, pág. 02.

sobremaneira nas determinações e resoluções oficiais tomadas para o solo brasílico, bem como na aplicação efetiva prática dessas regulações. Isto exigiu não só adaptações, mas muitas correções ou às vezes, a completa modificação do que havia sido anteriormente regulamentado.

A permanente resistência indígena, em forma de conflitos armados, nos cerca de século e meio de colonização efetiva, estendeu-se dos conflitos iniciais nas áreas litorâneas desde a segunda metade do século XVI nas proximidades dos primeiros núcleos de povoamento colonizador para as áreas cada vez mais distantes, em direção às regiões interioranas, quer dizer rumo aos “sertões” da segunda metade do século XVII à metade do XVIII.

A conquista dos chamados sertões do Estado do Brasil se deu após a implantação da forma político-jurídico de um Estado colonial, após a Restauração da Coroa portuguesa do domínio dos Felipes, aliado às experiências adquiridas em termos de táticas e estratégias de guerra, e que neste caso envolvia no processo militar de defesa, não mais um inimigo externo, europeu, invasor e estrangeiro, mas um inimigo interno, nativo e conhecedor das terras.

Tal inimigo da Coroa portuguesa estava estabelecido dentro do território colonial conquistado pela força do estado lusitano, pois além de serem nativos e alguns desses considerados como de atitude rebelde, insubordinada e resistente, os mesmos bloqueavam o andamento das ações regulamentares da autoridade colonial. Esses povos nativos e resistentes sustentavam-se em sua territorialidade natural estabelecida pelas guerras intertribais e pelos diferentes sistemas de organização social e econômica existentes entre essas populações indígenas.

As muitas diferenças culturais existentes entre estes grupos indígenas e a experiência de conflito com os colonos, vivida por vários desses grupos indígenas, resultou que quando

não foram exterminados, os fez adquirir outras habilidades e conhecimentos advindos da experiência com a guerra formal utilizada pelos colonizadores. Esta aquisição de novos conhecimentos veio tanto pelo contato dos indígenas com emissários e militares na época de domínio holandês, quanto na guerra contra estes, e até mesmo ao considerar a histórica participação de grupos indígenas nas expedições militares portuguesas de conquista realizadas desde o século XVI.

É difícil, senão impossível, precisar as diferenças e variantes culturais de todos esses povos nativos, e delimitar precisamente o alcance desta experimentação. Porém, historiadores e antropólogos têm se debruçado sobre essas questões das diferenças culturais dos povos indígenas dos tempos coloniais e se posicionam que em termos gerais, a despeito dessas diferenças, tais grupos indígenas desenvolveram um processo de forte resistência à colonização que no caso específico dos sertões do Estado do Brasil, estendeu-se desde a Bahia ao Maranhão, percorrendo um período de quase um século de conflitos e embates.

A presença de grupos indígenas resistentes no final do século XVII colocava em xeque as estratégias tradicionais militares aplicáveis no tocante a defesa, a organização e a presença militar do Estado português nas áreas das capitanias do norte do Estado do Brasil, constituindo-se como um fator contraditório às expectativas geradas na exploração do território colonial, principalmente, nas áreas dos sertões do nordeste do Brasil colonial.



As Bandeiras de apresamento

Mapa 03 – Distribuição geográfica das bandeiras de apresamento de índios no Brasil, em meados do século XVII, e que partiram das capitanias de São Vicente e Pernambuco.¹⁸²

Dentre os diversos momentos de resistência dos grupos indígenas durante a fase de colonização do Brasil, destacamos em especial os violentos e seguidos conflitos entre colonizadores e índios acontecidos no âmbito das capitanias do norte do Estado do Brasil durante a segunda metade do século XVII e início do XVIII, denominada pela historiografia brasileira de “Guerra dos Bárbaros.”

De acordo com antropóloga brasileira Cristina Pompa, após a restauração de Pernambuco, ou seja, a guerra de restauração do território colonial português que estava sob domínio holandês, a partir de 1654 a penetração nos sertões ficou mais ativa e sistemática, em um movimento duplo de *missionários* e *curraleiros*, os quais divergiam tanto nos fins quanto nos métodos em relação aos indígenas dessas regiões.¹⁸³

Esta nova penetração sistemática e ativa pode ser observada numa esclarecedora lista de entradas que foram elencadas por Cristina Pompa. A primeira delas baseada numa Ordem

¹⁸² Reproduzido de www.portalsaofrancisco.com.br/ (acesso em agosto 2010).

¹⁸³ Cristina Pompa. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. São Paulo/Bauru: Cnpq/Anpocs/Edusc, 2002.

Régia de 1654, D. João IV concede sesmarias a alguns oficiais da Guerra de Restauração (Guerra Brasilica), entre eles João Fernandes Vieira, comandante das forças luso-brasileiras contra os holandeses, que entre os anos de 1655 e 1657, enquanto governador da Paraíba havia cometido diversos abusos contra os índios tapuias “Janduí”.

Esses abusos que foram cometidos por Fernandes Vieira contra os Janduí, tanto da Paraíba como do Rio Grande do Norte, onde estes viviam, foram justificados sob a acusação de serem estes grupos indígenas colaboradores dos holandeses, portanto considerados traidores e infiéis à Coroa portuguesa.

A segunda das entradas foi a do sertanista Teodósio de Oliveira Ledo que realizou duas expedições para além da Serra da Borborema, alcançando o alto rio Piranhas na Paraíba, um lugar que já havia sido devastado antes pelo sertanista Domingos Jorge Velho. Neste lugar, Teodósio de Oliveira Ledo fundou em sua primeira entrada em 1670, a primeira aldeia Kariri, na Paraíba, às margens do rio de mesmo nome, e entregou-a aos cuidados de um frade capuchinho chamado Theodore de Lucé. Esta fundação de aldeia foi realizada não sem antes o mesmo Teodósio ter matado alguns índios do grupo Ariú que estavam aldeados junto com os Kariri.

A terceira dessas entradas ao sertão foi uma expedição relacionada à situação dos indígenas do rio Piancó e do alto rio Piranhas, também na Paraíba. Esses índios do Piancó e Piranhas estavam sendo “empurrados”, isto é, deslocados de seu território natural para outras áreas, pela ação das bandeiras de Domingos Jorge Velho e de Teodósio Ledo. Esses índios refluíram para o norte, indo para os sertões do rio Salgado e no vale do Cariri, no Ceará, onde provavelmente se misturou aos índios que vieram da Serra da Ibiapaba, também no Ceará.¹⁸⁴

¹⁸⁴ Cristina Pompa. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. São Paulo/Bauru: Cnpq/Anpocs/Edusc, 2002, pág. 215.

A quarta destas expedições ao sertão foi uma entrada feita ao Piauí, indo pela direção sul, tendo à frente desta expedição, Domingos Afonso “Sertão” junto com seu irmão, ajudados pelo senhor da Casa da Torre, da Bahia, Francisco Dias D’Ávila também acompanhado de seu irmão, no ano de 1674.¹⁸⁵ Porém, outras entradas no início do século XVII já haviam sido feitas na região do Piauí: a primeira por Jerônimo de Albuquerque, a segunda por Martins Soares Moreno e outras pelas missões volantes jesuíticas e a expedição do holandês Elias Herckmann.¹⁸⁶

Em 1676, no entanto, é que foram concedidas as primeiras sesmarias no Piauí e as primeiras fazendas de gado foram instaladas às margens dos rios Canindé, Piauí e Gurguéia, estabelecendo-se, assim, o início do processo de posse, ocupação e domínio efetivo das terras desta região do Piauí.¹⁸⁷

A quinta dessas entradas foi aquela que partiu do litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará, através do Piauí e que seguiu para o Maranhão e depois para Goiás. Segundo Pompa, a maioria destas entradas não se deu sem que se travassem lutas contra os Tapuias, os índios do sertão, pois a situação é que muitos desses índios fugiram para o interior e outros resistiram através de combates contra os entradistas.

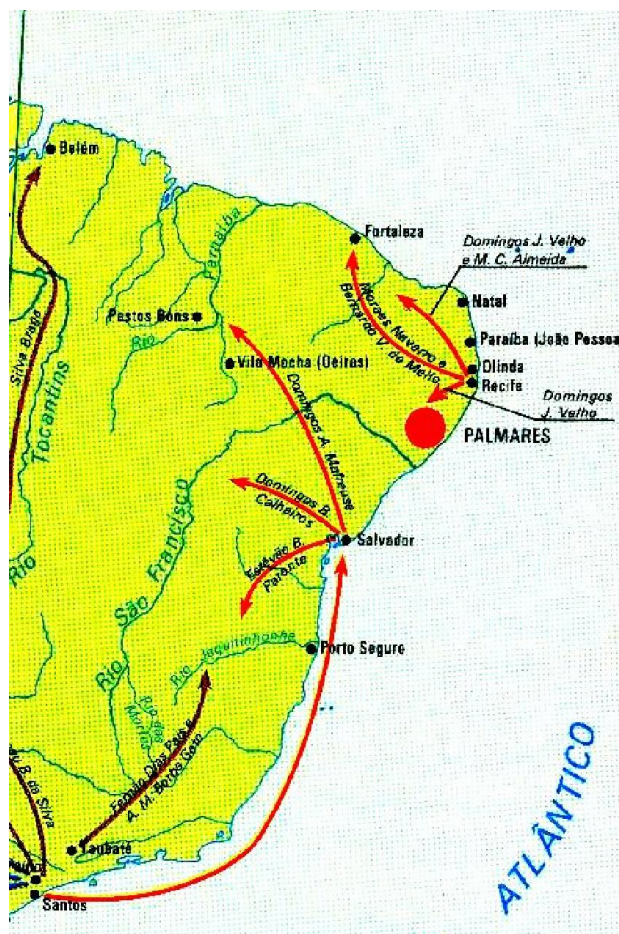
Desta forma, é difícil precisar exatamente os limites da chamada “Guerra dos Bárbaros”, da qual participaram os colonos que receberam terras em forma de sesmarias e no contexto em que se identificavam tais índios Tapuia como os “gentios bravos”, em oposição a outros grupos considerados “índios mansos”, isto é, que haviam sido reduzidos ou cristianizados nas Missões de Aldeamento. Vale salientar que tais índios ditos “mansos”

¹⁸⁵ Sobre o irmão do terceiro descendente (senhor) da Casa da Torre, Francisco Dias D’Ávila, no livro de...

¹⁸⁶ Opus cit. Pág. 215

¹⁸⁷ D’Alencastre, 1857:14 (Apud). Cristina Pompa. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo/Bauru: Cnpq/Anpocs/Edusc, 2002.

foram recrutados, forçosamente, pelas autoridades coloniais para engrossar as fileiras das tropas irregulares, organizadas para combater os índios Tapuia considerados “selvagens e infiéis” à Coroa portuguesa.



Mapa 05 – Direção geral das entradas ao sertão do nordeste colonial, em destaque nas setas vermelhas, identificando as que partiram no final do século XVII e início do XVIII, das capitânicas de São Vicente, Bahia e Pernambuco para combater os índios tapuias, e os respectivos nomes dos comandantes das tropas dos empreendimentos militares.¹⁸⁸

Tal consideração estendia-se para além da dimensão puramente retórica, personificava-se também na elaboração prática de diferentes meios de se destruir tais grupos indígenas resistentes, apelando mesmo para a alteridade religiosa de categorizá-los como “agentes do demônio” como uma forma de manter uma identificação desses índios Tapuia

¹⁸⁸ Reproduzido de www.iuserve.com/mapas/ (acesso em agosto 2009).

distante daquela outra identificação dos grupos indígenas cristianizados reunidos sob a alcunha de “mansos”, fator diluente de qualquer identidade que porventura ainda mantivessem.¹⁸⁹ A denominação de tapuia ou gentio bravo, senão reunia num só termo uma diversidade de grupos indígenas do sertão, terminou por ser fator de identificação étnica inversa, pois era uma alcunha sempre acompanhada da descrição de qual tribo ou grupo se referia o documento ao determinarem-se os mesmos grupos como “tapuias”.

Se de um lado, a resistência dos índios tapuias se estabelecia como uma barreira à cristianização e à colonização efetiva das terras dos sertões, por outro lado, as autoridades coloniais se empenharam em reorganizar esforços em termos de organização militar, táticas e estratégias para conseguir barrar a ação desses mesmos índios na imensidão dos sertões.

De acordo com Soraya G. Araujo, sobre esta questão dos índios tapuias e sua relação espacial e cultural no contexto da colônia:

“O litoral era o espaço ocupado, no sentido dos territórios conquistados, pois eram os locais onde a ordem foi estabelecida pelas duas instâncias de poder à época: a Igreja e o Estado. Em contrapartida a este litoral havia o sertão, um espaço vazio e desconhecido, onde grassavam a barbárie e a selvageria. Tanto é que as primeiras informações sobre as populações indígenas que habitavam o sertão brasílico foram recebidas através dos índios tupis, que chamavam esses outros habitantes então de “tapuias”. Desta maneira, a construção da figura do tapuia foi elaborada a partir da oposição ao mundo Tupi, e construída por esses Tupi e pelos colonos brasílicos.”¹⁹⁰

Avançar nos sertões e conquistá-los mesmo que pela força, constituía-se em elemento fundamental para a empresa colonial nessa região, sendo assim, portanto necessário para as autoridades coloniais impedir a barreira, o muro, a fronteira física e cultural que separava os

¹⁸⁹ Soraya G. Araujo. O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil - século XVII e XVIII. Dissertação de Mestrado, UFC, Fortaleza, 2007.

¹⁹⁰ Opus Cit. pág. 97

territórios. De um lado o empreendimento colonial, do outro lado, a resistência dos índios tapuia, denominação genérica, mas carregada de significados. Pois é justamente contra estes índios que os esforços militares das autoridades coloniais no Estado do Brasil serão direcionados no contexto do domínio efetivo das terras dos sertões no século XVII.

As casas fortes nas Guerras do Recôncavo: resistência indígena, ação e estratégia militar no avanço territorial

Sobre a guerra acontecida nos sertões da Bahia até a capitania do Rio Grande contra os grupos indígenas tapuias encontram-se muitas informações sobre as casas fortes que as situam dentro do processo histórico desta guerra acontecida no nordeste colonial do Brasil, do século XVII ao início do XVIII. Essas instalações militares foram parte importante da estratégia de ocupar os pontos fracos na guerra, construindo-se como um caminho de penetração no território nos sertões do Recôncavo e para servir de local de abastecimento e de infra-estrutura para tropas regulares e depois para as tropas dos sertanistas contratados para dar cabo dos índios rebelados.

No entanto, por não serem as casas fortes seu objeto de estudo, e sim a Guerra dos Bárbaros, os historiadores não aprofundaram a extensão geográfica e o alcance histórico das casas fortes, e sim o mecanismo estratégico da guerra, não apresentando indicações materiais sobre as mesmas casas fortes. Por outro lado, essas informações deixam claro que as casas fortes foram elementos importantes na elaboração das estratégias de guerra contra o gentio tapuia nos sertões.

Em seu trabalho sobre a Guerra dos Bárbaros, Pedro Puntoni divide em quatro grandes fases o processo de conquista inicial dos sertões baianos o qual ele classifica como “Guerras

no Recôncavo”. O processo dos conflitos nesta área dos sertões da Bahia se iniciou com as *Jornadas do Sertão* (de 1651 a 1656), depois com a *Guerra do Orobó* (de 1657 a 1659), a seguir com a *Guerra do Aporá* (de 1669 a 1673), e depois a vinda dos Terços dos Paulistas (em 1671), e finalmente as guerras na *ribeira do São Francisco* (de 1674 a 1679), acontecidas em razão das entradas empreendidas pelo senhor da Casa da Torre, Francisco Dias D’Ávila e da atuação de Roque da Costa Barreto que buscava a extinção dos tapuias nos sertões baianos.

As jornadas do sertão, como expedições oriundas do Recôncavo baiano aconteceram em razão dos conflitos existentes entre índios e colonos já desde a primeira década do século XVII. As terras próximas ao lagamar, na extrema do Recôncavo, eram utilizadas para as plantações de cana e pelos engenhos de açúcar e o interior da área do Recôncavo servia apenas para a produção de gado. É deste período que datam os primeiros conflitos registrados de “índios bravos” do sertão que resistiam ao avanço pastoril realizado nas terras recentemente ocupadas por colonos que reclamavam assim da ação destes índios em suas terras.

As terras do engenho e do distrito de Capanema, ambos na freguesia do Paraguaçu foram atacadas pelos índios em 1612. Em 1621, atacaram de novo a mesma freguesia e mataram alguns moradores nos campos do Aporá, na margem sul do Paraguaçu a cerca de dezoito léguas da cidade. Esta situação conflitante configurou-se num motivo para uma reunião realizada em 1627, entre o governador geral do Brasil, Antonio Telles da Silva, e as principais autoridades do Estado do Brasil, para solucionar o problema dos ataques dos índios “bravos” à freguesia do Paraguaçu.

A Junta, ou seja, a reunião destas autoridades do Estado do Brasil, realizada em Salvador no ano de 1627, deliberou a declaração de guerra contra os tapuias, baseados na lei de 1611, sobre a guerra considerada “justa”. Não houve resultados práticos, e a situação se tornaria

complexa quando a partir de maio de 1651, se viram frente a novos ataques dos tapuias realizados nas freguesias ao sul do Recôncavo, ao longo do rio Mauraú (ou rio das Contas) e da capitania de Ilhéus. No contexto de vantagem na situação de guerra na capitania de Pernambuco contra os holandeses, o governador geral do Brasil, Conde de Castelo Melhor, decidiu organizar uma “jornada ao sertão”. Jornada esta que deveria seguir com a missão punitiva sobre os tapuias e para este contingente foi reunido também índios vindos do Itapecurumirim, e o apoio de homens fornecidos pelo senhor da Casa da Torre, Francisco Dias D’Ávila.

Em setembro de 1651, após a nomeação do comandante das tropas que deviam seguir na jornada, Gaspar Rodrigues Adorno, seguiram numa marcha de quarenta homens. Depois de um ano, a situação continuava difícil e os moradores de Jaguaripe enfrentaram os ataques dos “gentios tapuias”. Em outubro de 1654, nova expedição ou jornada ao sertão foi organizada pela Junta da Câmara da Bahia, na presença do governador geral e dos Edis (vereadores) da cidade de Salvador.

Nesta ocasião, em outubro de 1654, se exigiu que o superior da aldeia do Camamu (índios missionados) deveria fornecer 40 (quarenta) índios dos melhores, armados de flecharia (arco e flecha) e comandados por um cabo que seria eleito por um padre. Alertaram-se também os capitães das aldeias de Maragogipe e Jaguaripe que também preparassem homens para esta jornada.

Formaram-se cinco companhias de homens para esta jornada, em novembro de 1654, e que esses homens deveriam partir de Cachoeira, no Paraguaçu e após se reunirem deveriam:

“avançar pelo sertão em busca das aldeias dos tapuias rebeldes, fazendo as pazes com os que concordassem em se submeter e arrasando aos inimigos resistentes”.¹⁹¹

A etapa seguinte das guerras no Recôncavo, de acordo com Pedro Puntoni, foram os conflitos na região da serra do *Orobó ou Arobó*. A partir de 1657, tiveram fim as jornadas ao sertão com poucos resultados práticos em termos de pacificação dos conflitos. Além disso, com o final da guerra contra os holandeses em Pernambuco, no ano de 1654, foi nomeado como mestre de campo geral, Francisco Barreto de Meneses, um militar que teve participação reconhecida na guerra de restauração e que agora tomava as rédeas da situação no combate aos índios rebelados.

Francisco Barreto de Meneses havia incluído uma cláusula nos autos de capitulação dos holandeses que dava o perdão aos índios que tinham se rebelado contra a Coroa portuguesa e que haviam se aliado aos holandeses nas guerras de restauração. Foi assim que em maio de 1654, Francisco Barreto de Meneses deu o perdão ao chefe dos tapuias, “João Duim” ou Janduí, data em que os mesmos índios janduís começavam a se rebelar contra os moradores na capitania do Rio Grande do Norte.

Em 1657, o mesmo Francisco Barreto de Meneses é nomeado governador geral do Estado do Brasil, e como primeiro ato no poder deveria enfrentar os conflitos que ainda aconteciam no Recôncavo entre índios tapuias e alguns colonos. Foi assim que Francisco Barreto, o então veterano e premiado chefe militar da guerra contra os holandeses, agora feito governador geral, decidiu colocar sua experiência na formação de nova estratégia de guerra contra os tapuias, diante do fracasso das jornadas do sertão.

Numa carta de Francisco Barreto de Meneses à Câmara da Bahia, o mesmo afirmava:

¹⁹¹ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

“Todas as vezes que fez entrada ao sertão se não logrou por não achar a infantaria mantimentos, chegar cansada, não saber a campanha, não ter fortificação em que se fazer para sua segurança e descanso do caminho para melhor se fazer para sua segurança e descansar do caminho para melhor pelejam ter permanência na hostilidade que ia fazer e que [com] este defeito apenas chegavam as nossas tropas à vista do inimigo, quando ou por falta de mantimentos ou receoso com a distancia da retirada,ou realmente por cansados e faltas de governo se voltavam logo dando novo ânimo aos bárbaros”.¹⁹²

Na documentação relativa às decisões de instalação das casas fortes na área do recôncavo baiano identificamos informações que atestam a importância que foi dada à estratégia de se construir casas fortes para combater os índios e aquartelar as tropas portuguesas recrutadas para tal empreendimento militar. Nesta documentação é clara a intenção, oficialmente deliberada e organizada, de se mandar construir e se utilizar de casas fortes como uma forma de deter os avanços dos gentios tapuias rebelados nas freguesias do Recôncavo baiano.

Na Carta para os Oficiais do Senado da Câmara da Salvador, emitida pelo então governador geral Francisco Barreto, em 10 de setembro de 1657, refere-se assim o mesmo governador acerca da necessidade militar estratégica de combater os índios rebelados na Bahia:

“... e desejando eu igualmente acudir ao detrimento que aquelas freguesias padecem com as hostilidades do gentio... me pareceu que para se evitar a descida dos bárbaros às freguesias se façam algumas *casas fortes* nas paragens mais convenientes do sertão com Infantaria bastante a conservar as aldeias amigas, reduzir ou desbaratar as contrárias e segurar aquela campanha...”¹⁹³

¹⁹² Carta de Francisco Barreto para a Câmara da Bahia, 13/9/1657. DH, 86: 139-42. (Apud). Pedro Puntoni. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002, pág. 98.

¹⁹³ DH/BN (1949) – Vol. 86: 138 (código I – 8,3,26) Senado da Câmara 1657 a 1726 (Bahia) Paço, 10 de setembro de 1657.

E continua a observação do governador geral diante das reclamações das freguesias do Recôncavo, reiterando a necessidade dessas casas fortes e de onde viriam os recursos para tal empreendimento:

“... vejam Vossas Mercês as petições e façam cômputo do dinheiro que é necessário para a Infantaria, mantimentos, resgates e todos os mais aderentes de que pende a jornada e fábrica das *casas fortes* e a conservação delas e de todo o cabedal de gente que ali há de ter permanência. E feita a conferência e separando-se a despesa das *casas fortes* a que os moradores daquelas freguesias mais ofendidas se oferecem me pareceu também deve ser comum não só a todos as mais do recôncavo... mais ainda a esta cidade o lançamento desta despesa...”¹⁹⁴(grifo nosso)

A busca de uma atitude de combate urgente aos índios rebelados na ribeira do Paraguaçu através das casas fortes segue marcadamente presente, inclusive em detalhar o motivo desta estratégia, que está numa outra carta, datada de 13 de setembro de 1657, do governador geral Francisco Barreto, endereçada aos Oficiais do Senado da Câmara da Bahia em resposta às suas solicitações, em que afirma que:

“Pedem-me Vossas Mercês nesta sua carta para que o gentio se não remonte de suas aldeias... nomeie eu logo cabo e dê Infantaria para que marchando a sombra dela os que se oferecem a ir com suas fábricas e abrir os caminhos e fazer as casas fortes trabalhem enquanto a Infantaria peleja com o gentio e pareceu-me dizer a Vossas Mercês que com o que se pedem impossibilitam o mesmo que intentam, *porque se a causa de fazer este novo modo de guerra ao gentio é mostrar a experiência que de tôdas as vezes que se fez entrada ao sertão* se não logrou por achar a Infantaria mantimentos, chegar cansada, não saber a

¹⁹⁴ Idem.

campanha, não ter fortificação em que fazer-se para sua segurança e descansar do caminho para melhor pelejar, ter permanência na hostilidade que ia a fazer..”¹⁹⁵ (grifo nosso)

Em seguida, na mesma carta, de forma clara e determinada, dá conta das especificidades que se deviam observar nesta nova estratégia de se construir casas fortes com o objetivo de barrar a ação dos índios Tapuia, estes do grupo dos Paiaiases na região da ribeira do Paraguaçu:

“Primeiro, que os 300 infantes marchem há de ser estarem feitas as casas fortes principalmente (quando não possam ser ambas) a que se há de plantar aquém do rio que está vizinho a três aldeias inimigas, haver estrada de carro para se conduzirem os mantimentos... haver 40 ou 30 carros para se conduzir até as casas-fortes, além destas haver outras destinadas para as munições, ferramentas, resgates e para duas peças de campanha que quero também mandar.. que quando daqui marchar a Infantaria se não detenha no recôncavo e pôr-se nas casas-fortes donde há de assistir e seguir as ordens que o cabo levar...”¹⁹⁶

Acerca da perspectiva de se estabelecer as casas fortes, o documento mostra como de acordo com o governador geral, dever-se-ia retirar as matérias primas que eram necessárias para tais construções e qual o seu caráter militar:

“... em mais tempo há também agora 80 homens marcharem logo porque primeiro hão de Vossas Mercês ter mandado prevenir os moradores e fábricas que há de levar mantimentos que lhe são necessários, assim para a Infantaria como para os moradores, índios e ganhadores que levarem, carros para a condução deles e das munições, as ferramentas necessárias e as serras e o mais para serrarem taboados nos matos mais vizinhos às casas-fortes e se fabricarem as mesmas casas... assim para o expediente dos moradores que hão

¹⁹⁵ DH/BN (1949) – Vol. 86: 138 (código I – 8, 3,26) Senado da Câmara 1657 a 1726 (Bahia) Paço, 13 de setembro de 1657.

¹⁹⁶ DH/BN (1949) – Código 86: 139-142 – Senado da Câmara da Bahia, 1657 a 1726, Paço, 13 de setembro de 1657, Governador Geral do Brasil Francisco Barreto. (Pág. 140).

de abrir os caminhos e fabricar as casas-fortes, como depois para a principal empresa se abalara o tempo...”¹⁹⁷

A implantação de um sistema de defesa específico às condições reais dos conflitos contra os índios tapuias na ribeira do Paraguaçu, na Bahia, pode se percebida no décimo oitavo item ou capítulo do regimento dado ao capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros, pelo governador geral Francisco Barreto, nas chamadas “jornadas do sertão” empreendidas por este mesmo sertanista vindo da capitania de São Vicente para combater os índios Paiaiases:

“... se informará dos Payayases se fica perto a *casa forte* que mandei fazer no rio de Paraguassú. E por ella me fará aviso do successo que tiver alcançado com particularidade, e sendo-lhe necessária farinha para sustento dos seus soldados, a mandará buscar á dita Casa Forte donde estará já ordem para se lhe entregar”.¹⁹⁸

Nos outros itens do regimento que levou este capitão, o mesmo documento indica como deveria se proceder com os índios Paiaiases aliados e com escravos, cavalos, carros, das Jacobinas ao Paraguaçu, partindo sempre da Cachoeira e agregando-se aos índios das aldeias de Jaguaripe, também na Bahia.

Se na hierarquia militar, este regimento indicava as atribuições dadas ao capitão que deveria realizar a jornada para o sertão para combater os índios revoltosos e auxiliar os colonos, seguem-se a este documento as indicações e determinações dadas também através de um regimento, desta vez entregue ao sargento-mor Pedro Gomes, o qual deveria abrir estradas desde a Cachoeira até a Serra do Orobó. No texto do regimento que levou o mesmo sargento-mor, assim refere-se aos motivos, objetivos e atribuições de Pedro Gomes no seu dever militar:

¹⁹⁷ DH/BN (1949) – Códice 86: 139-142 – Senado da Câmara da Bahia, 1657 a 1726, Paço, 13 de setembro de 1657, Governador Geral do Brasil Francisco Barreto. (Pág. 141)

¹⁹⁸ DH/BN (1928) – Códice 3: 321-326 “Ordens, Regimentos, Provisões e Alvarás” – 05 de setembro de 1658, Governador Geral do Brasil, Francisco Barreto.

“... de se evitarem as hostilidades que costumam fazer o gentio bárbaro nas freguesias do Paraguassú, Jaguaripe e Cachoeira, é fazerem-se no Sertão algumas *casas fortes* em que esteja infantaria bastante a destruir-lhe as Aldeias, e segurar a Campanha, e para se conservarem com a permanência, que pede a importância desse intento, convém-se abra um caminho de carro desde a Cachoeira te a borda da matta da Serra do Orobó, donde se há de fabricar a *primeira casa forte...*”¹⁹⁹ (grifo nosso)

Sendo assim, nos itens seguintes que compõem todo o texto do regimento, se determina como devia proceder tal sargento-mor ao organizar esforços para realizar a ordem de construir os caminhos e as casas fortes. No capítulo seis do citado regimento, diz que:

“Isto assim disposto praticará com o mesmo Gaspar Ruiz, e mais pessoas, e Índios de maior experiência, a parte por donde se deve dar princípio a abrir estrada, examinando primeiro com particular atenção todas as notícias, que poder alcançar do Gentio e se poderá fazer outro mais breve, e em que se achem as conveniências, que são necessárias...”²⁰⁰

Ainda da mesma forma, relaciona o regimento no capítulo seguinte, sobre a estrada que o referido sargento-mor deveria construir:

“Procurará tanto quanto for possível dispor a estrada por partes donde se achem águas, e pastos para os bois: mas nem no caso em que haja alguma tão estéril, que os não tenha, deixe por isso de continuar a estrada, e se vá abrindo té a matta da Serra do Orobó, na melhor forma que o terreno lhe permittir [...] o Sargento-mor mandará por balisas em distância, que se enxerguem de umas, as outras; advertindo, que a qualidade do pau seja a mais incorruptível, que se achar, para que tenha duração.”²⁰¹

¹⁹⁹ DH/BN (1949) – Vol. 4: 49 a 52 – “Regimento que levou o sargento-mor Pedro Gomes para abrir estrada desde a Cachoeira até Orobó” – 08 de outubro de 1657, pág.267, 268.

²⁰⁰ Idem. Pág. 269.

²⁰¹ Idem. Pág. 270.

Além disso, o dito regimento especificava inclusive os procedimentos a serem observados na construção da casa forte e de seus objetivos, em curto prazo, dentro da estratégia de avanço militar nesta parte do território e como elemento de controle das hostilidades que segundo as autoridades e moradores das freguesias da ribeira do Paraguaçu, praticavam os índios paiaias. No item nove do regimento determinava-se que:

“... e pôr-se no lugar em que se há de fazer a casa forte, a trabalhar logo nella, para que ao mesmo tempo se obre no abrir a estrada, e fortificar a casa, e se acabe uma e outra coisa sem dilação: o fará assim o Sargento-maior. Mas no caso que achar, que há para isso inconvenientes, que prejudiquem, ou a brevidade, ou ao effeito de se abrir a estrada, ira continuando sem ella sem se adiantar a ir fazer a casa forte”.²⁰²

E no capítulo seguinte o regimento, o de número dez, determina que: “... e feita a casa forte me dará conta do estado em que fica, e relação do sítio, e noticias que tiver das Aldeias inimigas...”²⁰³

Por último, no capítulo onze do mesmo regimento, a relação entre ordens militares, poder político, guerra contra os índios e a participação do conhecimento formal da escola militar portuguesa se entrelaçam na implantação da primeira casa forte no contexto da Guerra dos Bárbaros. Diz assim a parte referida:

“E porque pareceu conveniente, que assim para delinear a casa forte, como para facilitar algum impedimento do caminho fosse com o mesmo Sargento-maior o Capitão Engenheiro deste Estado Pedro Garcim, de cuja experiência, e zelo fio todo o acerto, no que estiver à sua conta: o Sargento-maior o deixará obrar livremente em uma, e outra

²⁰² Id. Ibid. Pág. 271.

²⁰³ Id. Ibid. Pág. 271.

coisa o que pertencer a sua profissão, e em tudo o mais não disporá cousa alguma sem ouvir seu parecer.”²⁰⁴

O documento termina desta forma e foi assinado por Bernardo Vieira Ravasco, governador geral do Brasil, em exercício, em substituição a Francisco Barreto, na Cidade de Salvador de Todos os Santos em 08 de outubro de 1657.

Sobre estas atribuições e suas relações na hierarquia militar portuguesa aplicada ao Estado do Brasil e vigente no século dezessete, segue-se o regimento destinado ao ajudante Luís Alvares, dando ao mesmo a incumbência de transpor ou descer os índios desde a Jacobina até a Serra do Orobó. Diz assim o documento:

“Porquanto convém ao serviço de Sua Majestade, que as quinze Aldeias dos Payayases, que assistem na Jacuabina, se mudem para o sítio da dos Tapuyas do Orobó, que ora mando destruir; por serem inimigos nossos, e dos mesmos Payayases (cuja é a dita Serra do Orobó) para assim se conservarem melhor, e fazerem fronteira naquella parte aos Bárbaros, que podem descer ao Recôncavo...”²⁰⁵

Desta forma, o governador geral Francisco Barreto estabelecia as bases estratégicas nas quais estará assentada essa retirada de índios da região de Jacobina para a Serra do Orobó, e em relação às casas fortes, afirmava que:

“... e estar já pelo Sargento-maior Pedro Gomes com muita infantaria para lançar della, e destruir os Tapuyas, seus inimigos, como porque sendo muito férteis e melhores, que as

²⁰⁴ Id. Ibid. Pág. 271.

²⁰⁵ DH/BN – Vol. 4: 57 – “Regimento que se passou ao Ajudante Luis Alvares para ir passar as Aldeias da Jacuabina para a Serra do Orobó” – Francisco Barreto (Conselho de Guerra de Sua Majestade e Governador Geral do Brasil) 21 de dezembro de 1657.

da Jacuabina, não só ficarem mais bem acomodados, e impedindo a seus contrários poder se recolher às Aldeias de que os lançam; mas ainda ajudar a conservar a casa forte, que alli mando fazer, e defender com os nossos Soldados que não desçam mais ao Recôncavo...”²⁰⁶

A relação hierárquica determina as atribuições dadas a cada personagem desta trama de guerra, estabelecendo suas prerrogativas e nos dando indicações importantes sobre o alcance e dimensão desta estratégia de combate aos índios que foram as casas fortes no Estado do Brasil. A seguir examinamos outro regimento, este levado pelo capitão Bartolomeu Aires para que o mesmo se encarregasse de levar quatro companhias de homens para enfrentar a guerra contra os índios do sertão.

O referido Capitão deveria marchar com as quatro Companhias para a Cachoeira, aonde acharia setenta tapuias do Itapecuru - Mery (Itapecurumirim), que ali deveriam acompanhá-lo e que a dita Infantaria seguiria levando uma quarta de farinha para gastar.

Diz assim o referido regimento levado pelo capitão Bartolomeu Aires:

*“... na marcha té a casa forte, que está no Rio de Paraguassú. Logo que chegar a Cachoeira fará comprar do dinheiro da ração vaccas, para se dar à Infantaria o sustento necessário té a dita casa forte, e a cada Tapuya fará dar uma quarta de farinha”.*²⁰⁷

Em seguida, o texto do mesmo regimento no seu capítulo três, pede que com brevidade se leve a expedição de farinhas em direção a casa forte pela estrada nova, que está aberta, e no sexto capítulo determina que:

“... assim como chegar à mesma casa forte, ordenará o Capitão Francisco de Brá tome entrega della, a qual lhe fará o Capitão Phellipe Coelho a quem dará recibo da quantidade

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ DH/BN – Vol. 4: 64 – “Regimento que levou o Capitão Bartolomeu Aires, que foi por Cabo de quatro Companhias fazer guerra ao gentio do Sertão” – 31 de janeiro de 1658. (Págs. 285 a 296)

de farinhas, munições, ferramentas e tudo o mais, que alli houver, perfazendo-lhe trinta infantes, não os tendo a sua Companhia para ficarem de guarda da mesma casa forte”²⁰⁸

Ainda no mesmo regimento levado pelo capitão Bartolomeu Aires, em seu décimo primeiro capítulo, o documento volta a indicar que o dito Bartolomeu Aires e os melhores “arcos” (índios flecheiros) que encontrar deve conquistar as aldeias inimigas que estiverem na Serra do Orobó, ou mais adiante, na serra de Outinga, e descer com mulheres e famílias a alojar-se e formar aldeias junto ao Rio Paraguaçu: “... *donde temos a nossa casa forte*”.²⁰⁹ E no décimo segundo capítulo do regimento volta a citar que no caso dos paiaiaes resolvessem não sair e ficar na Serra do Orobó, os não deixar de persuadir: “...*a que desçam para a casa forte*”.²¹⁰ Na continuação do texto do regimento, em seu décimo terceiro capítulo, declara o documento que:

“Ajustando-se nisto os Principais dos Payayases com o capitão Bartolomeu Aires, e fazendo assentarem: fará o capitão Bartolomeu Aires uma estocada, ou paliçada de algum modo regular, para que seja defensável (para o que pedirá uma planta ao Capitão Engenheiro, se o encontrar, e levará da casa forte a ferramenta, que lhe parecer necessária) e dentro nella um alojamento de vinte e cinco, té trinta homens, em que se recolham os mantimentos, e munições: elegendo para isso o sítio, que lhe parecer mais accomodado, e em que a água lhe fique debaixo de suas armas”.²¹¹

A existência de uma estratégia pensada, elaborada e determinada pelas autoridades coloniais e empreendida em forma de ordens e encargos de caráter militar se complementa no último destes regimentos instituídos, com a determinação das atribuições, patentes e poderes militares e civis recebidos por aqueles que deveriam aplicar concretamente o sistema de

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ DH/BN – Vol. 4: 64 – “Regimento que levou o Capitão Bartolomeu Aires, que foi por Cabo de quatro Companhias fazer guerra ao gentio do Sertão” – 31 de janeiro de 1658. (pág. 285 a 296)

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Id. Ibid.

defesa e de avanço militar na guerra contra os índios tapuias Paiaiases, na ribeira do Paraguaçu.

Esta documentação que se refere aos conflitos da Guerra dos Bárbaros e a relação estratégica com as casas fortes, cita o regimento entregue ao também nomeado capitão, Francisco de Brá, para que o mesmo capitão empreendesse a jornada ao sertão, bem como transportasse mantimentos, ferramentas e levasse consigo os soldados para guerrear contra os tapuias vindos da região da Jacuabina (Jacobina). Este documento especifica as ordens dadas a Bartolomeu Aires e às quatro Companhias de Infantaria que deveriam continuar a “entrada do Sertão”, que ao chegar à: “... *casa forte que está na passagem do Paraguassú, deixe alli para a ter a cargo o Capitão Francisco de Brá com a sua Companhia...*”²¹² E ainda dava aviso de que: “... *Tanto que chegar à dita casa forte, lha entregará mantimentos, e tudo o mais...*”²¹³

O documento faz severas advertências a que não se deixem de entregar recibos de tudo que entrar na dita casa forte, e ainda adverte quanto aos tapuias Paiaiases, que virão da Jacuabina (Jacobina) para a Serra do Orobó, esses índios deverão formar aldeias na dita passagem de Paraguaçu, como dispõem os capítulos décimo, décimo primeiro e décimo terceiro do regimento levado pelo já citado, capitão Bartolomeu Aires. A última das advertências feitas no documento é quanto à limitação de mantimentos necessários para o grande número de tapuias que deveriam descer para a ribeira do Paraguassú, e a: “... *pouca quantidade de farinha que se pode pôr na casa forte para todos*”.²¹⁴

²¹² DH/BN – Vol. 4: 75 – “Regimento que levou o Capitão Francisco de Brá à jornada do Sertão, e casa forte delle aonde há de assistir” – 01 de fevereiro de 1658. (Pág. 296 a 300)

²¹³ Idem.

²¹⁴ Id. Ibid.



Fotografias 07 e 08 – Registro fotográfico realizado na década de 1950 registrando o momento em que algumas pessoas visitavam as ruínas da Casa de pedra da Cachoeira, na fazenda Santa Terezinha, no município de Cachoeira, na ribeira do Paraguaçu. (foto cedida por Carlos Etchevarne, 2007)



Fotografia 09 – Situação atual (2007) quando da identificação do sítio com a completa destruição do sítio arqueológico pela ação de tratores para construção de uma estrada autorizada pelos proprietários da fazenda.

A Guerra do Orobó ou a Guerra do Paraguaçu como são conhecidas os conflitos da Guerra dos Bárbaros na Bahia dão uma dimensão do alcance estratégico das casas fortes para

o mecanismo tático na guerra contra os tapuias e toda a regulamentação que a sustentava, o qual permite observar as características fundamentais das casas fortes que surgiram neste processo de guerra contra o índio considerado gentio, bárbaro, animalesco e rebelde.

A implantação de casas fortes não se limitou apenas à sua origem na ribeira do Paraguaçu, ao final da década de 1650, como vimos através destes documentos citados. Mas esses e outros fatores determinaram que a implantação delas se estendesse a outras áreas, enquanto outras zonas de conflito entre colonizadores e índios, o qual colocou, novamente, a criação e uso das casas fortes como estratégia de marco territorial de avanço, de estratégia de conquista militar e de proteção dos moradores e aquartelamento dos soldados para o empreendimento militar de guerra contra os índios.

Os conflitos na ribeira do Paraguaçu tomariam um rumo diferente a partir da chegada dos terços dos Paulistas, pois sua organização era baseada na centralização do poder na pessoa da patente militar de Mestre de Campo, ou comandante geral dos Terços. Além disto, outra questão importante, diz respeito ao conhecimento dos índios Tapuia acerca das armas usadas pelos brancos e a estratégia própria de guerra indígena no ambiente natural bastante conhecido por estes índios nos sertões.

Como afirma Soraya G. Araujo sobre este problema:

“Então para os soldados dos terços era quase que impossível compreender esta nova forma de empreender a guerra, uma guerra que contrariava as normas ditadas pela Nova Guerra. Além disso, os tapuias ainda dominaram muito da cultura de guerra dos brancos colonizadores. Aprenderam a criar e usar cavalos para a guerra e usar armas de fogo, dentre outras coisas.”²¹⁵

²¹⁵ Soraya G. Araujo. O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil - século XVII e XVIII. Dissertação de Mestrado, UFC, Fortaleza, 2007, pág. 98.

De acordo com o mesmo trabalho, este novo problema tornara-se uma preocupação a mais, pois, além disso:

“A utilização das armas de fogo também foi uma importante adaptação dos indígenas, que tiraram proveito dos mecanismos militares coloniais em benefício próprio. Valendo-se dos contatos com piratas estrangeiros, muitas nações indígenas conseguiram, assim, obter armas de fogo.”²¹⁶

Da mesma forma, combater esses indígenas seria deveras difícil pela presença de soldados recrutados dentre outros grupos indígenas nas tropas irregulares que eram então organizadas pelos próprios colonos, pois segundo Araujo:

“Apesar de todos os esforços e tentativas de se acabar com a Guerra dos Bárbaros, o intento não foi alcançado, o que levou ao então governador geral Frei Manoel da Ressurreição, em 1690, empreender mudanças nas táticas e na estratégia de guerra até então colocada em prática contra os tapuias... de forma que se pudesse finalmente dar cabo dos indígenas tapuias nas capitanias do Norte do Brasil. Ficava assim, a guerra à cargo de um único capitão, Matias Cardoso de Almeida, que recebeu patente de mestre de campo e governador da guerra”.²¹⁷

Na sequência dos acontecimentos, a partir de 1690, as informações sobre as guerras contra os tapuias nos sertões da Bahia estabeleciam que, oficialmente, os rumos da guerra estariam agora determinados pela ação e organização dos terços dos Paulistas, cujos comandantes passariam a ter poderes quase ilimitados e assim, as casas fortes desaparecem da estratégia de guerra dando lugar às expedições de extermínio indígenas feitas pelos sertanistas paulistas com o objetivo determinado de eliminar qualquer rastro dos índios Tapuia por onde quer que os terços passassem.

²¹⁶ Idem. Pág. 99.

²¹⁷ Id. Ibid. Pág. 102.

CAPÍTULO IV – O TERRITÓRIO COLONIAL E A CAPITANIA DO RIO GRANDE

Para compreensão das ações militares e das associações de poder decorrentes destas ações dentro do contexto do Estado do Brasil no final do século XVII e início do XVIII, é necessário discorrer acerca do processo de formação deste território, tanto no sentido de território colonial como um todo, quanto no sentido de território específico configurado como capitania do Rio Grande.

O que se refere então, a como este território veio a ser conhecido, construído e incorporado ao conteúdo geral da colonização portuguesa em terras do Brasil, bem como a relação deste processo com a existência das casas fortes, que é o objeto de estudo deste trabalho.

Para compreender a historicidade de tal processo de descortinamento foi preciso primeiramente, mostrar a dimensão teórica da análise dos elementos conceituais que fundamentam as questões territoriais e, em especial, a formação territorial do Brasil e posteriormente, aqui apresentar os dados empíricos de que dispomos para adequar essas análises ao contexto da capitania do Rio Grande com o advento das casas fortes.

Tais elementos conceituais permitiram compreender o processo de posse, conquista e efetiva ocupação colonizadora nas terras da capitania do Rio Grande do Norte como parte de um processo geral de desenho e (re) desenho do território do Brasil enquanto espaço sob domínio da Coroa portuguesa. Em segundo lugar, permitiram colocar e recolocar o papel desempenhado pelas populações nativas neste mesmo processo de ação sobre o território e de conhecimento sobre este mesmo espaço dominado, no que diz respeito às formas de resistência empreendidas pela população indígena contra o poder colonizador português.

Permitiu observar também as estratégias de apropriação do espaço natural e do espaço social na colônia por parte deste mesmo elemento colonizador.

Em terceiro e último lugar, os elementos conceituais ajudaram a inserir as casas fortes dentro de um processo de matriz territorial e que esteve atrelado a intenções políticas, econômicas e jurídicas de apropriação, exploração e uso efetivo do espaço colonial.

Território, formação territorial e território colonial

Ao abordar as bases da questão territorial brasileira, Antonio Robert Moraes conceitua território como um espaço social, que por sua vez, não pode existir sem uma sociedade que o crie e o qualifique, assim, inexistente como realidade puramente natural, pois o território é construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.

Desta forma, Antonio Robert Moraes concebe o território como um produto socialmente produzido, isto é, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga.²¹⁸ Para diferenciar este conceito daquele outro conceito comumente encontrado nos estudos da geografia sobre a diferenciação entre território, paisagem e região, o território é assim, uma expressão da relação sociedade/espaço impossível de ser pensado sem que se recorra ao entendimento dos processos sociais.

Este termo, o território, mesmo que tenha suas origens conceituais históricas na figura administrativa e militar do mundo romano antigo, o chamado “territorium”, este conceito foi retomado pela geografia no final do século XIX, a partir das noções de território originárias da botânica e da zoologia, adquirindo o sentido de “área de domínio” de uma espécie vegetal ou animal. Reelaborado o conceito, posteriormente, por Friedrich Ratzel, este o incorporou ao espaço conceitual da sua “antropogeografia”, em que o “território” passou a significar assim,

²¹⁸ Antonio C. Robert Moraes. Bases da formação territorial do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000.

um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial.²¹⁹

No seguimento da reflexão antropológica inaugurada por Friedrich Ratzel, segundo Moraes, uma leitura do território deste tipo assimila o território a um espaço de referência cultural, que se qualifica, portanto por um “significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social”.²²⁰ Nesta visão, o território inscreve-se no campo dos processos de identidade societária, como referente a formas de consciência do espaço e de autoconsciência grupal. Para o mesmo autor, detalhar os processos de formação territorial nos mostra que os resultados destes são construções bélicas, jurídicas e ideológicas. O componente militar então: “... *impõe-se na medida em que o domínio espacial deva ser concretizado e mantido continuamente, e o exercício da soberania implica um poder efetivo sobre os espaços de sua jurisdição*”.²²¹

No entanto, o território não se mantém só pela força, pois também podem ser mantidos através de instâncias de legitimação do poder e do domínio e poder praticado, o que resultará assim, em formas jurídicas de reconhecimento dos direitos de soberania, e que constitui o território também como uma construção política.

Sobre a formação territorial, afirma o mesmo geógrafo Moraes que esta gênese formativa tem sempre em sua origem um processo de expansão de uma sociedade, assim, a formação territorial pode ser definida como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesta ação, toma o controle de porções do planeta que são integradas ao “seu” território.

²¹⁹ Opus cit.

²²⁰ Opus cit. Pág. 20

²²¹ Idem. Pág. 21

O tema da formação territorial no Brasil não é, portanto, novo, pois no caso brasileiro as influências das ideias de Friedrich Ratzel foram parte componente da formação intelectual de alguns eruditos e de um grande número de obras escritas produzidas no âmbito do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (IHGB).

Desde o início de seu funcionamento como instituição político-intelectual que o IHGB produziu e incentivou a produção de trabalhos acerca da formação territorial brasileira, que marcaram um campo de construção de conhecimento na geografia, na história, na literatura e na arqueologia. Desde o ano de sua fundação, em 1838, até grande parte do século XX, tornou-se referência nos trabalhos de pesquisa, a partir da publicação das obras e artigos, tanto de seus associados quanto dos seus colaboradores. Os trabalhos sobre a formação territorial brasileira proveniente do incentivo intelectual do IHGB podem ser classificados com base em três abordagens ou hipóteses explicativas, que são: a *jurídico-administrativa*; a *histórico-cultural* e a explicação *fundiária*.

A explicação jurídico-administrativa se refere aqueles trabalhos que se desenvolveram a partir de pesquisas sobre a história territorial brasileira e que deram importância vital às discussões sobre as regulamentações (leis, editais, atos e resoluções), às modificações de gestão de poder acontecidas no processo de colonização lusitana e as heranças jurídicas deste para o Brasil. Nestes termos, tiveram papel fundamental, as pesquisas que versaram sobre a forma e o caráter do *sistema sesmarial*, as origens do sistema sesmarial desde a formação de Portugal até o estudo dos mecanismos de transposição e criação de domínios senhoriais na história da formação do espaço brasileiro.²²²

²²² Ver trabalhos de Felisbello Freire, “História Territorial do Brasil” (1935); Ruy Cirne Lima, “Pequena História Territorial do Brasil – sesmarias e terras devolutas” (1953); Hélio Viana, “Liquidação das Donatarias” (1966); Manuel Diegues Júnior, “Ocupação humana e definição territorial do Brasil” (1971); Marcos Carneiro de Mendonça, “Raízes da Formação Administrativa do Brasil” (1972); Costa Porto, “O sistema sesmarial no Brasil” (1980); Alberto Passos Guimarães, “Quatro séculos de latifúndio” (1978); Marcello Caetano, “As Sesmarias no Direito Luso-Brasileiro” (1985); Vicente C. Santos Tapajós. “*História administrativa do Brasil: a política*

A explicação histórico-cultural refere-se àqueles trabalhos que privilegiaram o estudo da formação da sociedade brasileira quanto à historicidade e sua dimensão cultural, ou seja, a partir das noções de *formação histórica* e de *especificidades regionais*, no processo de desenho e de uso do território. Para esta abordagem, a noção de situação natural é vista como anterior à questão territorial propriamente dita, e assim, a ênfase de análise recaiu sobre aspectos regionais os quais distinguem e distinguiam uma região brasileira da outra de acordo com a formação histórica específica em seus aspectos motivantes e as resultantes características culturais na organização do espaço. Desta forma, por exemplo, a cultura econômica do açúcar teve a sua própria espacialidade; a cultura econômica da exploração das minas também produziu a sua própria espacialidade, e a cultura extensiva do gado também teve a sua resultante espacial e territorial.

A terceira e última, que é a explicação fundiária, dizem respeito aos trabalhos ancorados na discussão acerca do *estatuto da propriedade da terra* e os resultados sociais e políticos disto, que são: os conflitos de classe; a formação do capitalismo em escala nacional e regional e as contradições internas e externas deste sistema em relação à posse legítima da terra. Esta abordagem enfatizou a análise macroscópica dos ciclos econômicos e as relações desses com a dimensão de posse da terra, na escala maior do império comercial e colonial português, na escala intermediária da metrópole (Portugal) e nas escalas menores, de base regional e local na situação colonial. Com destaque, no entanto, para os elementos de análise fundamentados nas discussões marxianas e também nas análises de autores marxistas, sobre a questão da propriedade privada dos meios de produção (a terra) e da historicidade do sistema capitalista nos seus períodos de evolução: o momento metalista e comercial; o período industrial; o período do capital financeiro, e por último, os estudos sobre o papel do Estado nesse processo territorial.

administrativa de D. João III” (1983); Angelina N. Rolim Garcez, “Medidas de terras indígenas de origem sesmarial” (1996).

Sobre o território colonial brasileiro, o geógrafo Antonio C. R. Moraes afirma que a produção de um território colonial implicou sempre na instalação de uma determinada dinâmica aos novos espaços incorporados à vida econômica europeia. A questão territorial na relação entre colônia e metrópole trata do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que estão sobrepostas aos meios naturais ou aos habitat preexistentes. Desta forma, a colonização é antes de qualquer coisa, um processo de ocupação de novas áreas, uma apropriação das riquezas acumuladas, uma apropriação dos recursos disponíveis, das terras e ainda, a apropriação das populações humanas encontradas nessas terras.²²³

Para o mesmo geógrafo, a valorização do espaço colonial apesar de estar voltado para o objetivo de criar um padrão de assentamento voltado para fora, avançava internamente com base num movimento fortemente extensivo, quer dizer de um espaço apropriado de grande magnitude. As instalações coloniais na América avançaram objetivamente como enclaves que evoluíram para regiões, quer dizer, a expansão do território dos núcleos iniciais e pioneiros, expandiu a colonização do espaço, construindo economias regionais.²²⁴

Para o geógrafo e arqueólogo francês Gerard Chouquer, quando nos referimos à questão dos territórios coloniais é necessário pensar que a compreensão dos regimes de geo-historicidade dos territórios, notadamente os territórios coloniais, trazem à tona a mobilização de seis registros ou planos de produção da dinâmica desta geo-historicidade, e que vão além das questões puramente teóricas.²²⁵

²²³ Antonio C. Robert Moraes. Bases da formação territorial do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000.

²²⁴ Antonio C. Robert Moraes. Território, região e formação colonial. Revista *Ciência e Ambiente*, Santa Maria/RS: UFSM, 2006, n.33, pág. 9-16.

²²⁵ Gerard Chouquer. Les paradoxes du territoire colonial. Anais do I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, Salvador-BA, julho de 2006, págs. 17-32.

O primeiro plano é aquele das *heranças*, ou seja, dos elementos que são trazidos ou produzidos pelas situações híbridas da natureza e da sociedade que os constituem, e que são resultantes de uma série de intervenções na trama tecida em certo momento da colonização.

O segundo plano é aquele da *emergência*, que se constitui na constatação do aparecimento da competição entre projetos diferentes de colonização. Tais projetos diferentes de colonização em parte se comportam indo de encontro às heranças dos agentes envolvidos no processo e em parte, comportam-se eles mesmos de acordo com a sua própria mobilidade.

O terceiro plano diz respeito ao *projeto idealizado e modelado* e que instala a dominação dos corpos profissionais na colonização, para assim tentar conservar esse projeto colonizador o mais técnico, o mais sinótico do que qualquer outro, e o mais enfático com o corpo de administração.

O quarto plano é o da *organização*, que é o início da gestão do território com a necessária simplificação ou redução das situações locais, isto é, colocar as situações próprias locais submetidas à redução, ao controle dos órgãos de administração deste território.

O quinto plano, é o plano da *representação* comentada, que tem o intuito de compreender a complexidade do que está sendo experimentado, constituindo-se assim em outra forma de redução, isto é, uma forma de conhecimento ou representação em busca de mediar ou esquematizar os limites dessas realidades.

E em sexto e último plano, é o de compreender a dinâmica de *auto-organização* da duração ou ainda dos processos de *resistência* das formas. Segundo Gerard Chouquer, este último plano é o plano de inscrição das formas no processo de longa duração, isto é, a reinvenção da diversidade pela integração de todas as inovações e da interpretação pela integração ao núcleo da forma colonizadora produzida.

Tudo isto indica e significa dizer que à determinada forma pensada, gerada e implantada de controle de um território colonial, tal empreendimento não acontece sem que haja uma temporalidade dos efeitos e sem que haja um *processo de resistência* à forma colonizadora implantada, o que a torna, portanto factível de ajustes e adaptações para encaixe no núcleo básico do projeto colonizador.

Para o mesmo Gerard Chouquer, historiadores e arqueólogos, tradicionalmente, se recusaram a perceber claramente a *ordem* das formas de colonização e a *desordem* da competição inicial das diferentes formas de colonização, perpetuando então, muitas vezes a visão caricatural e de “parentesco superficial” dessas formas de colonização, e que se deveria na verdade qualificar os tipos de colonização, quer dizer, estabelecer o “regime de historicidade” de cada uma delas. Assim, houve certa negligência em considerar e permitir esta análise, em função de que ao contrário do que se defende aqui, estas duas áreas do conhecimento não se permitiram fazer amplamente e profundamente, a análise do estudo das formas de colonização e a competição existente entre elas.²²⁶

Para Chouquer, a colonização tem que ser pensada na compreensão do esquema de representação do espaço que lhe são próprias e que o processo de conquista visava definir territórios homogêneos com fronteiras tangíveis e de identidade estável, permitindo assim, uma administração sinótica, isto é, mais resumida e mais simplificada, enquanto fosse também, eficaz.

Para Renata Malcher Araujo, se pensarmos o contexto da colonização portuguesa no Brasil, a ideia que se tinha deste território, antecedeu o próprio território em si, pois este processo aconteceu de forma lenta, quase sempre. Neste contexto, para as autoridades coloniais portuguesas em ação no Brasil, era necessário antes de qualquer coisa, perceber e

²²⁶ Opus cit.

estabelecer a contiguidade do território, quer dizer, saber até onde se estendiam estas terras que estavam então sob o domínio lusitano.

Para Renata Malcher, em nenhum momento se considerou, da parte das autoridades coloniais e metropolitanas, na prática e/ou no imaginário, considerarem as “gentes” que estavam na terra. Discutia-se e tinha-se a posse das terras antes que se tivesse a ideia concreta do que e até onde ia aquilo que lhes pertenciam, pois a eventual posse da terra ou legitimidade deste uso da terra pelos nativos não entrou em discussão quanto à gestão do território.

Na trilha de trabalhos como o de Capistrano de Abreu, obra fundamental na historiografia brasileira para a compreensão da ocupação dos espaços coloniais e abertura de caminhos no território neste espaço colonizado²²⁷, Renata Malcher considera assim, dois aspectos que são de extrema importância na abordagem acerca do descortinamento de um território, e neste caso especificamente, do território colonial.

O primeiro aspecto é o dos *caminhos fluviais*, que serviram tanto como meios de penetração, quanto como delimitadores naturais do avanço e da penetração colonizadora. Neste processo, entram também outros elementos naturais, enquanto partes do relevo, que serviram como barreiras impeditivas, além da barreira antrópica, isto é, aquela produzida pelos próprios habitantes naturais com sua resistência ao colonizador.

O segundo aspecto é que se de um lado, temos o conceito elaborado e aplicado de *sertão* no contexto colonial brasileiro, e por outro lado, temos o sentido prático de *sertão*. Esta dupla conceituação pode esclarecer muito das questões colocadas sobre a expansão, os caminhos e a penetração no território.

²²⁷ J. Capistrano de Abreu. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Ed. Fac-Similar da edição de 1930. Fortaleza-CE: Câmara Brasileira do Livro, 1996.

Este território se constituirá, portanto, num território que é processado, criado na prática do avanço e da penetração. É um espaço, portanto, conhecido na medida em que ele é construído, tanto no sentido prático quanto no sentido da construção ideal e/ou imaginária desses espaços.

A definição de um território inclui decisivamente a determinação de uma fronteira. Fronteira esta que pode ser considerada não apenas espacial ou geográfica, mas uma fronteira cultural, ou melhor, dizendo uma fronteira sociocultural.

Para o geógrafo brasileiro José de Sousa Martins, essa fronteira não é apenas espacial, mas configura-se num espaço de intolerância, de ambição e de morte, de tempo novo e de alegria e fartura, se pensarmos pelo ponto de vista dos interesses coloniais, fixados à época como o estatuto aceito de civilização. Segundo Martins, na fronteira o branco civilizado é relativo, e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é.²²⁸ Para o fenômeno das casas fortes, é evidente que se destinava a ser uma fronteira, a qual nunca era fixa, se deslocava de acordo com o avanço colonizador e de acordo com a efetivação da posse territorial colonizadora.

Para Martins, ainda neste sentido, a fronteira é um “lugar privilegiado” da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprias da constituição do humano e no encontro de sociedades que vivem ou viveram no seu limiar e no limiar da História.²²⁹ Assim é que, se dantes a fronteira sociocultural evidente e espacialmente definida no caso da capitania do Rio Grande do Norte, se estendia a não mais do que algumas poucas léguas além da desembocadura do Rio Grande ou Potengi no final do século XVI, estender-se-á depois para muito além desta linha geográfica da zona litorânea ou suas proximidades para seguir seu avanço cada vez mais para dentro do território. Território, antes desconhecido,

²²⁸ José de Sousa Martins. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²²⁹ *Opus cit.*

mas agora incorporado, o qual teve o conhecimento sobre ele efetivado em diversas vias de penetração e de definição de posse territorial.

A fronteira colonial definida como o “sertão”, um ambiente considerado hostil e desconhecido, solitário e de difícil acesso, colocava-se como o grande desafio para a penetração e exploração da terra, o qual não se definia não somente em termos de medição precisa de extensão de terra relativa à distância das áreas conhecidas, exploradas, povoadas e incorporadas à administração efetiva colonial. No entanto, este sertão se definiria muito mais como alteridade antropológica, pois era visto como o espaço do mal, do desconhecido e ao mesmo tempo, como o espaço da procura, das soluções e do aproveitamento das terras.

A antropóloga brasileira Cristina Pompa define bem esse processo quando analisa que o sertão é descrito desde o início da colonização, por meio de imagens em oposição, pois o sertão era um lugar de riquezas, mas era um lugar também do reino da barbárie, da selvageria e por outro lado, o paraíso da liberdade. Segundo Pompa: “... *território vazio, o sertão é o espaço que, no pano de fundo da nascente colônia, povoa-se de imagens, construídas a partir de elementos existentes no imaginário português e conforme as situações específicas criadas pela situação colonial*”.²³⁰

Para Cristina Pompa, a alteridade antropológica que é difícil de ser compreendida, acumulava em si mesma e ao mesmo tempo: “... *os signos da barbárie, da feitiçaria ao canibalismo, iam se deslocando para um “mais longe” geográfico*”.²³¹ Assim é que, segundo Pompa, as Entradas e o posterior povoamento do sertão enquanto lugar físico foi construído através do sistema da *redução* (catequização e deslocamento do lugar de origem e da vida cultural) do indígena, a qual foi incorporando paulatinamente esse indígena ao sistema

²³⁰ Cristina Pompa. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. São Paulo/Bauru: Cnpq/Anpocs/Edusc, 2002, pág. 200.

²³¹ *Idem*. Pág. 200.

colonial, pois se pode acompanhar pelos relatos escritos à época: “... a passagem do sertão simbólico do plano do vazio e desconhecido para um espaço “cheio”, preenchido pela colônia e pela civilização”.²³²

A conseqüente formação de uma fronteira, espacial e geográfica, mas principalmente, sociocultural nos sertões do Estado do Brasil no século XVII, exigiu por parte das autoridades coloniais constituídas desde então, uma série de ações e reações diante da força de resistência empreendida pelos grupos indígenas chamados de Tapuia a partir, inicialmente, da ribeira do Paraguaçu, na capitania da Bahia e que posteriormente, seguiu para a ribeira do Açu – Piranhas, no Rio Grande do Norte.

O descortinamento do território na capitania do Rio Grande

A capitania do Rio Grande do Norte foi criada oficialmente em 1544 e foi concedida como donataria a João de Barros, que além de donatário, também era feitor e tesoureiro da Casa da Índia. Até 1611, esta capitania compreendia o território da posterior capitania da Paraíba, e seu nome decorre do nome “Rio Grande”, ou “Potengi” (Potigi, Potingi ou Putingi), rio do camarão em língua Tupi. Posteriormente, a partir da criação das províncias imperiais no início do século XIX, acrescentou-se a denominação “do Norte” para distingui-la da província do Rio Grande do Sul, a antiga capitania de São Pedro do Rio Grande.

Na cartografia da primeira metade do século XVI, ela aparece sob a denominação de donataria de João de Barros, e, a partir de 1582, foi convertida em capitania da Coroa, sob a denominação de Capitania do Rio Grande. No período holandês, de 1635 a 1654, ao lado das capitanias da Paraíba e do Siará (Ceará), a Capitania do Rio Grande esteve sob a denominação de “província”, pois era uma das jurisdições administrativas do domínio holandês sob o

²³² Id. Ibid.

governo de Maurício de Nassau sediado na cidade do Recife, e que manteve, grosso modo, a mesma circunscrição territorial de antes da invasão holandesa, ainda sob o domínio português. Após a expulsão dos holandeses voltou a ter a denominação original, permanecendo assim até ao fim do período colonial.²³³

O século XVI foi praticamente nulo quanto à questão da posse e ocupação colonizadora portuguesa no espaço das terras cedidas ao donatário João de Barros, o que fez com que o território desta capitania se constituísse desde o início como uma espécie de “terra de ninguém” ou “terra aberta e vazia”. Sua efetiva ocupação colonizadora foi tardia em relação a várias outras donatarias, mesmo aquelas que no final do século XVI, ainda continuavam a ser povoadas somente pelos habitantes naturais e, portanto, a presença portuguesa só tenha se dado no sentido de expedições de reconhecimento e exploração da terra.

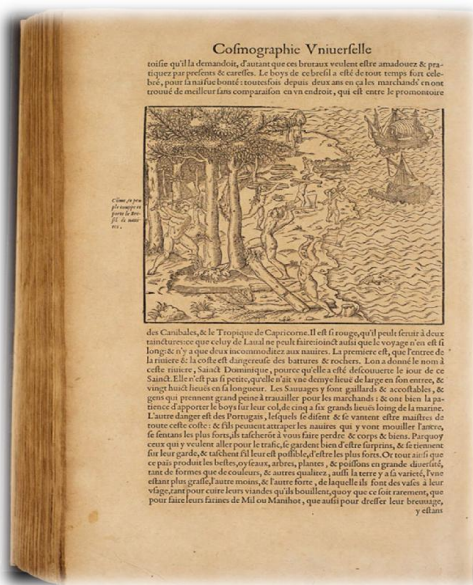


Fig. 56 - Desenho dos contornos da costa brasileira presente nos escritos de André Thevet, intitulado “Cosmographie Universelle” de 1575.²³⁴

²³³ Maria Beatriz Nizza da Silva. Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, 1994.

²³⁴ Extraído de www.mapforum.com. (acesso em agosto 2009)



Fig. 57 - Mapa de André Thevet com os contornos geográficos do Novo Mundo em 1575.²³⁵

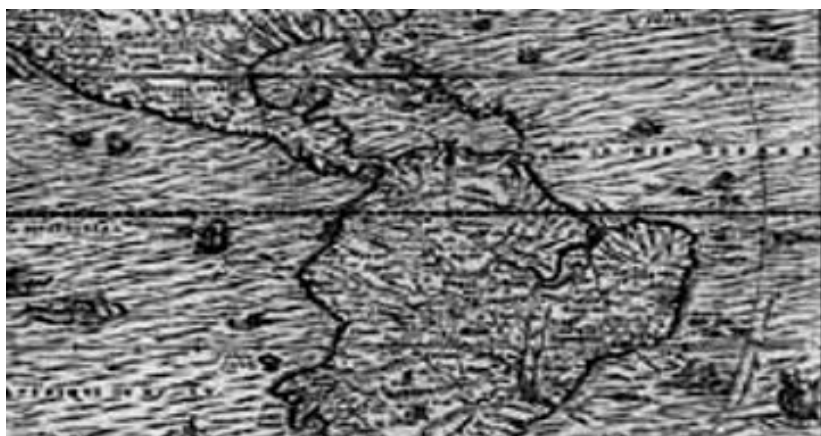


Fig. 58 - Detalhe do mapa na obra de André Thevet (1575) com os contornos territoriais das capitanias portuguesas e o recorte da costa do Rio Grande do Norte.²³⁶

²³⁵ Idem.
²³⁶ Id. Ibid.



Fig. 59 - Mapa de Abraham Ortelius (Antuérpia - 1587) intitulado "Typus Orbis Terrarum".²³⁷



Fig. 60 - Detalhe do mapa de Abraham Ortelius, destacando a porção meridional do Novo Mundo com os contornos das costas das capitãncias portuguesas no Brasil.²³⁸

²³⁷ Reproduzido de www.raremaps.com/gallery/ (acesso em agosto 2010).

²³⁸ Idem.

As primeiras incursões colonizadoras neste espaço da donataria pertencente a João de Barros aconteceram ainda no século XVI, quando foram organizadas duas expedições. A primeira expedição foi comandada pelo sócio de João de Barros, Aires da Cunha em 1535, e seguiu em direção ao litoral setentrional, tendo a mesma expedição se perdido nas costas maranhenses. A segunda expedição foi realizada em 1555, e esteve sob o comando dos filhos do mesmo donatário e buscava assim barrar a ameaça das incursões de naus de corsários franceses nesta área, e partiu em direção à desembocadura do rio Potengi, posteriormente denominado de Rio Grande, com uma expedição composta de 10 (dez) embarcações e 900 (novecentos) homens.

A expedição foi organizada pelo donatário da capitania, mas teve o mesmo destino da anterior, isto é, não obteve êxito, principalmente, pela poderosa resistência dos indígenas presentes no litoral, o que fez com que somente 62 (sessenta e dois) anos depois, em 1598, é que retornassem a explorar este espaço com a organização de uma nova expedição de conquista e ocupação.

A expedição colonizadora de 1598 esteve sob o comando de dois capitães-mores: Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, e Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco. Esta expedição seguiu então em duas frentes, uma por mar e a outra por terra, tendo esta última, usado inclusive, a cavalaria. Estava sob o comando de dois irmãos: Jerônimo e Jorge de Albuquerque, sobrinhos de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco.²³⁹

Pacificados os índios potiguares, os habitantes nativos desta parte do litoral setentrional, em especial, no domínio da Barra do Rio Grande, a presença portuguesa se efetivaria em termos práticos, só em 1599, com a construção do Forte dos Reis Magos e a

²³⁹ Denise Matos Monteiro. Introdução à História do Rio Grande do Norte. Natal: Edufrn, 2000.

instalação da “Povoação dos Reis”, fundada em 25 de Dezembro de 1599, e situada a três quilômetros acima do Forte e que se tornaria o centro e sede do poder português na Capitania.²⁴⁰

Durante grande parte do século XVII, foi esta Povoação dos Reis, o único núcleo urbano da colonização portuguesa no litoral na capitania do Rio Grande, além dos pequenos núcleos de povoamento salineiros em Macau e Mossoró no litoral norte, e os aldeamentos missioneiros da Missão de São Miguel de Guajiru (de 1679), próximo às margens de um rio de mesmo nome, e a Missão de Guaraíras ou Groaíras (de 1681), situado próximo a uma lagoa de mesmo nome, em uma área de antigas aldeias de índios potiguares, também nas imediações do litoral ao sul da Povoação dos Reis.²⁴¹

Esta instalação da Povoação dos Reis constituiu-se assim no primeiro marco de posse e domínio efetivo do espaço pelos portugueses nas terras ainda de domínio dos índios potiguares. A Capitania do Rio Grande, um território antes somente antevisto nas cartas geográficas do século XVI, começava agora a delinear a sua verdadeira extensão, bem como a definição dos limites territoriais que compunham no final do século XVI, a capitania do Rio Grande, ou a antiga donataria de João de Barros.

²⁴⁰ A Povoação dos Reis permaneceu com este nome até sua elevação à categoria de Vila, em 1611, a qual passou a se chamar “Vila do Natal”.

²⁴¹ Fátima Martins Lopes. Índios, colonos e missionários na Capitania do Rio Grande. Natal: IHGRN/FVR, 2003.

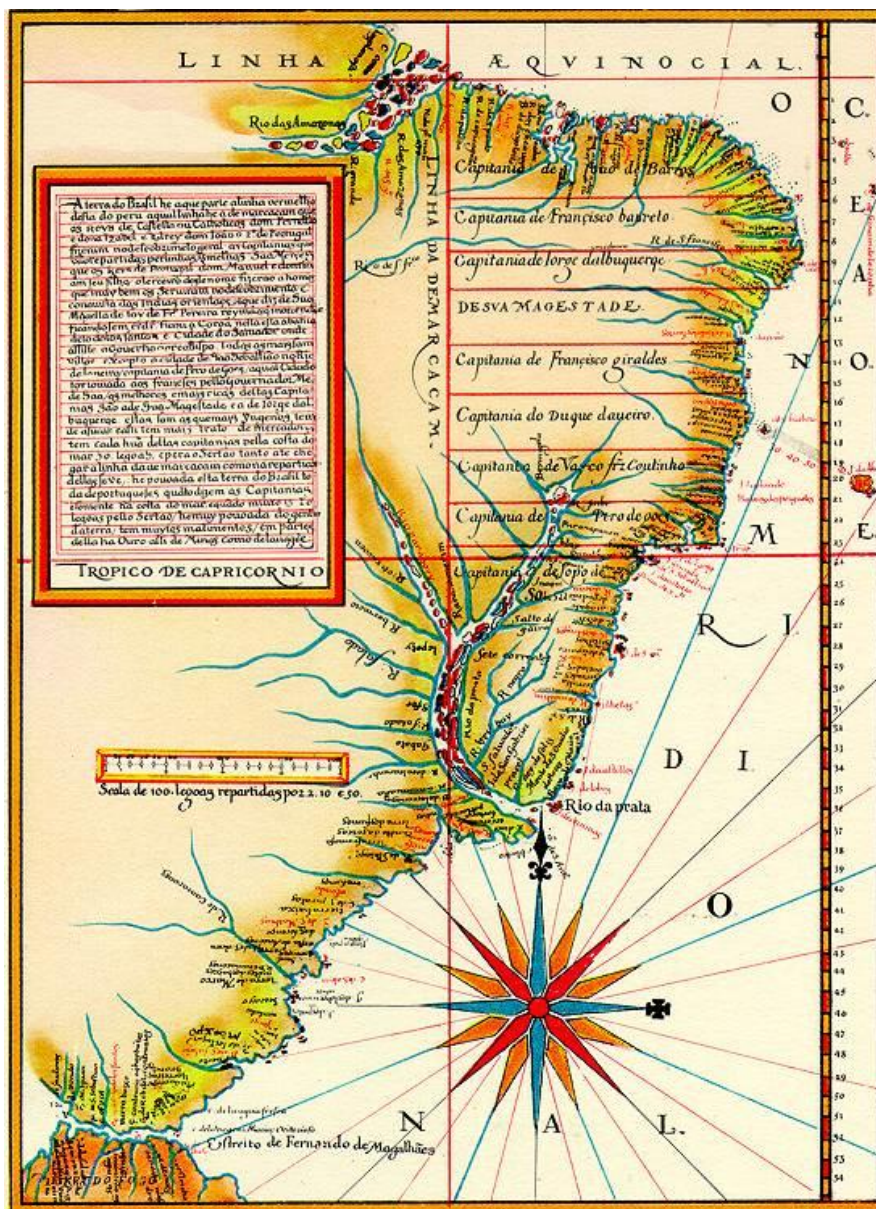


Fig. 61 - Mapa da divisão em capitãncias de Luiz Teixeira Albernaz (c. 1586) baseado nos levantamentos hidrográficos levados a cabo pelos portugueses desde 1573 na costa brasileira.²⁴²

²⁴² Extraído de www.novomilenio.inf.br/santos/mapas. Reprodução da Biblioteca da Ajuda - Portugal



Fig. 62 - Detalhe do mapa de Luiz Teixeira (1586) com as linhas de demarcação e o recorte da costa da capitania (depois capitânicas do Ceará e do Rio Grande) pertencente a João de Barros com a referida hidrografia.²⁴³

a) O século XVII

Além destes núcleos de colonização, surgiram outros núcleos colonizadores em terras cedidas na capitania do Rio Grande para a instalação de dois engenhos, no início do século XVII, ambos situados ao sul da cidade do Natal ou Povoação dos Reis. O primeiro deles foi o engenho Cunhaú e posteriormente, o engenho Potengi que permaneceram como os dois únicos engenhos instalados em terras potiguares até o final do século XVII.

Além destes engenhos, na capitania do Rio Grande o século XVII se inicia com as primeiras concessões de terras em forma de sesmarias e datas de terra (chãos)²⁴⁴ na Povoação

²⁴³ Opus cit.

²⁴⁴ Na definição histórica do século XVI de *Sesmarias*, esta se refere a grandes extensões de terra entregues ao domínio e exploração de um beneficiário, isto é através de uma Carta de Doação de Sesmaria. A extensão desta terra cedida variava de acordo com as possibilidades e condições próprias de cada situação, mas geralmente

do Natal, sendo estas concessões, as primeiras ocupações colonizadoras estabelecidas no espaço definido como sede do poder colonizador na capitania. A cartografia portuguesa do século XVI e do início do século XVII sobre as costas do Brasil, sua divisão territorial e administrativa em capitânicas, e, em especial, sobre a donataria de João de Barros atesta um incipiente conhecimento do território que estava ainda por ser desvendado e construído, concretamente, a partir dos primeiros anos do século XVII.

Conforme observamos através da análise da cartografia histórica e das Cartas de Datas e Sesmarias, concedidas durante o século XVII, na Capitania do Rio Grande, estes documentos nos permitiram observar 03 (três) fases no processo de formação deste território no processo de doações de sesmarias, de datas de terra, chãs e terras com direitos de pesca e de uso portuário.

A primeira fase estendeu-se dos anos de 1601 a 1614, momento importante porque mostra a efetivação do início da conquista territorial com a primeira leva de doações de terra na capitania a partir do domínio da foz do Rio Grande, ou Potengi, com a instalação da povoação do Natal e a pacificação dos índios potiguares. A segunda fase, enquanto um período intermediário, quando se dá o domínio holandês, de 1635 até 1654, marcante pela presença de relatos de viagem e de farta cartografia e iconografia sobre o território da Capitania.

era medida em léguas de terra e as porções menores em que era subdividida chamavam-se *Datas*, de medidas também variantes conforme a situação.

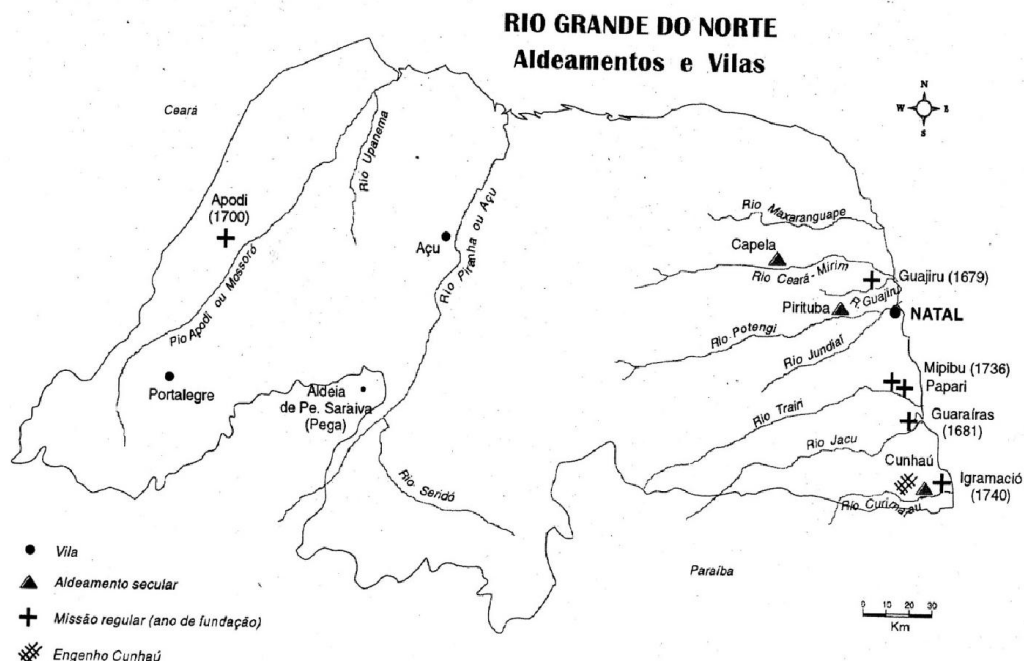


Fig. 63 - Detalhe do mapa da capitania do Rio Grande com a planta da Fortaleza dos Reis Magos, de João Teixeira Albernaz, o velho, desenho presente na obra atribuída a Diogo Campos Moreno: “Livro que dá Razão ao Estado do Brasil” (c.1616).²⁴⁵

Finalmente, a terceira fase que se deu no período posterior à restauração da Coroa portuguesa (1640) e a expulsão dos holandeses do Brasil (1654), e que se estende desde os anos de 1659 a 1700 com nova leva de doações de sesmarias e datas de terras, e que encerra o século XVII com uma ampliação considerável do conhecimento do espaço da capitania, em que podemos dizer ser o início do século XVIII, em termos territoriais, uma conclusão do processo de formação e constituição do território em relação às outras capitanias mais próximas. Nesta terceira fase é que se configurou, concretamente, o descortinar do espaço do “sertão”, visto então como um território sem fronteira, isolado, vasto e longínquo e povoado por índios ferozes, inimigos, rebeldes e desumanos²⁴⁶.

²⁴⁵ Extraído de: www.evora.net/bpe/images/ e reproduzido do original da Biblioteca Municipal do Porto em Portugal.

²⁴⁶ Cristina Pompa. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru/SP: Edusc, 2003.



Mapa 06 – Distribuição dos núcleos de povoamento na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII e início do XVIII.²⁴⁷



Fig. 64 - Mapa Mundi de Willem Janszoon Blaeu (Amsterdã, 1662) intitulado: "Nova et Acuratissima Totus Terrarum Orbis Tabula Auctore Joanne Blaeu".²⁴⁸

²⁴⁷ Reproduzido de Fátima Martins Lopes. "Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte", Mossoró: FVR, 2003 (Coleção Mossoroense, série C, v.1379), pág. 225.

²⁴⁸ Extraído de <http://nikolasschiller.com/poster>. (acesso em agosto 2009).



Fig. 65 - Detalhe dos contornos com a hidrografia da costa do Brasil e da capitania do Rio Grande no mapa de Joanne Blaeu (1662).²⁴⁹



Fig. 66 - Mapa de Luiz Teixeira Albernaz (1681) intitulado “Mundo Novo”, com os contornos da costa e destaque para os brasões reais nas áreas correspondentes à Coroa Espanhola e Portuguesa no século XVII.²⁵⁰

²⁴⁹ Opus cit.

²⁵⁰ Extraído de www.evora.net/bpe/images/ (acesso em agosto de 2009).



Fig. 67 - Destaque da parte referente ao Brasil no mapa de Luiz Teixeira (1681) com o brasão português.²⁵¹

b) O primeiro momento de concessão de sesmarias na capitania

Para efeito de melhor entendimento desta organização territorial, na análise das Cartas de Datas e Sesmarias²⁵², utilizamos uma metodologia em que privilegiamos a descrição da extensão aproximada da terra concedida e de sua localização, em termos do elemento natural que consideramos definidor deste processo de descortinar espacial da capitania que é a hidrografia. Segundo Capistrano de Abreu, os caminhos fluviais foram os principais meios de penetração, delimitadores naturais do avanço e penetração colonizadora. Sem deixar de contar, entretanto, que outros fatores podem ter servido como barreiras impeditórias, inclusive a própria configuração do território, além dos habitantes naturais.²⁵³

O recurso natural da água, fator primordial para a ocupação definitiva e exploração das novas terras, nos permitiu, assim, perceber o desenho dos avanços territoriais, intencionais e

²⁵¹ Opus cit.

²⁵² Sesmarias do Rio Grande do Norte. (1600 a 1716) Primeira Parte: 1600 a 1614. 1º Volume. Mossoró: FVR, março de 2000, páginas. 01-374 (Coleção Mossoroense, Série C, volume 1.136).

²⁵³ J. Capistrano de Abreu. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. (Ed. fac-símile de 1930). Fortaleza: Câmara Brasileira do Livro, 1996.

deliberados, a partir dessa descrição hidrológica, visualizando-a em duas direções. A primeira direção se estabeleceu no sentido para o Norte, da atual Paraíba, seguindo o litoral para a Povoação do Natal e o litoral setentrional além desta. A segunda direção, no sentido para o Oeste, rumo à região hoje conhecida como do Agreste, que seguiu, no início do século XVII, rumo à “porta de entrada” do sertão da Capitania do Rio Grande. Esse sertão, um território ainda indefinido, desconhecido, alvo de incursões de piratas e corsários franceses nesta capitania, era um problema apresentado desde as descrições de viagem de finais do século XVI.

De acordo com o historiador norte-rio-grandense Olavo de Medeiros Filho²⁵⁴, a costa do Rio Grande do Norte se apresentava ao final do século XVI como uma grande incógnita para os portugueses, porém já era explorada por piratas franceses desde muitos anos antes da conquista definitiva da barra do Rio Grande. Isto pode ser atestado, segundo Olavo Medeiros, através do relato de viagem de Gabriel Soares de Sousa, de 1587, o qual descreveu em detalhes as costas da Capitania do Rio Grande, demarcando a presença de naus francesas aportadas à cerca de nove léguas da foz do Rio Grande.

Na leitura das Cartas de Datas e Sesmarias, em sua primeira fase de concessões, do período de 1600 a 1614, encontramos alguns elementos importantes para visualizar este descortinamento do território, construído a partir da experiência e do conhecimento prático observado nas determinações descritas nestes documentos. Sem deixar de considerar, entretanto, que as terras concedidas como sesmarias, eram regiões vistas como “incultas” e “despovoadas”, e assim, concedidas às pessoas de reconhecido merecimento político metropolitano e com serviços prestados à Coroa Portuguesa²⁵⁵.

²⁵⁴ Olavo Medeiros Filho. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: DEI, 1997.

²⁵⁵ Marcos Pinto. *Índice Onomástico das 929 Sesmarias do Rio Grande do Norte (1600-1831)*. Mossoró: FVR, 2000.

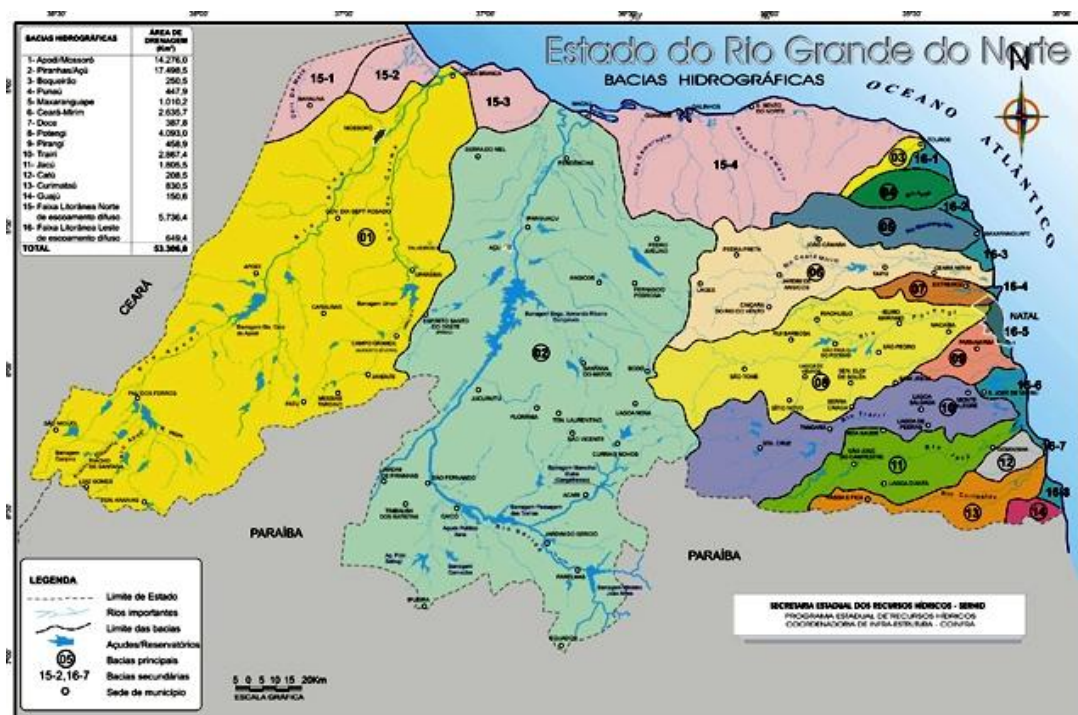
Quatro situações definiam o suplicante e suas alegações para receber sesmarias: em primeiro lugar, o fato de o requerente ter descoberto algumas dessas terras e ao serem reconhecidas as mesmas terras como “devolutas”; em segundo lugar, o pagamento de serviços prestados ao Rei nas guerras contra os índios tapuia; em terceiro lugar, uma situação em que o suplicante apossava-se da terra primeiro, mantinha-se nela e só então, requeria a sesmaria; e uma quarta e última situação, que era das terras concedidas para instalação de *Missões* de Aldeamento, através da ação missioneira da Companhia de Jesus, ou mesmo nas povoações, para os ofícios religiosos e uso das ordens religiosas e do clero regular.

O quadro geográfico que desenhava o território da capitania do Rio Grande, no contexto anterior às Guerras Holandesas, e que caracteriza esta primeira fase de doações sesmarias, estendia-se desde os seguintes rios: Camayri; Potigy, Pitigy ou Potengi; Ireema; Jaguabu; Pirangino ou Pirangi; Guaramine; Guojahu ou Guaragu, Jacuhu ou Jacuí, Seará (Ceará-Mirim); Tamaire; Ararou; Jundiahy ou Yundiaí; Gundiahu; Corumatahu (Curimataú); Canaputu-Mirim; Jacrihu; Ytatucani-Cuero; Corurumatu; Jucurisiqua; Huobu; Putumbu (Pitumbu) ou Ocanyri.

Além das descrições de localização das sesmarias, indicada pela posição destas nas proximidades desses cursos de água se tem a descrição de outras referências, igualmente difíceis de precisar, porém, definidoras do desenho de um território em construção, que são os riachos, os “lugares” ou terras, as lagoas e as aldeias. No entanto, aqui nos fixaremos somente em relação aos rios enquanto referencial de desenho territorial.



Mapa 06 – Divisões do Estado do Rio Grande do Norte por zonas homogêneas.²⁵⁶



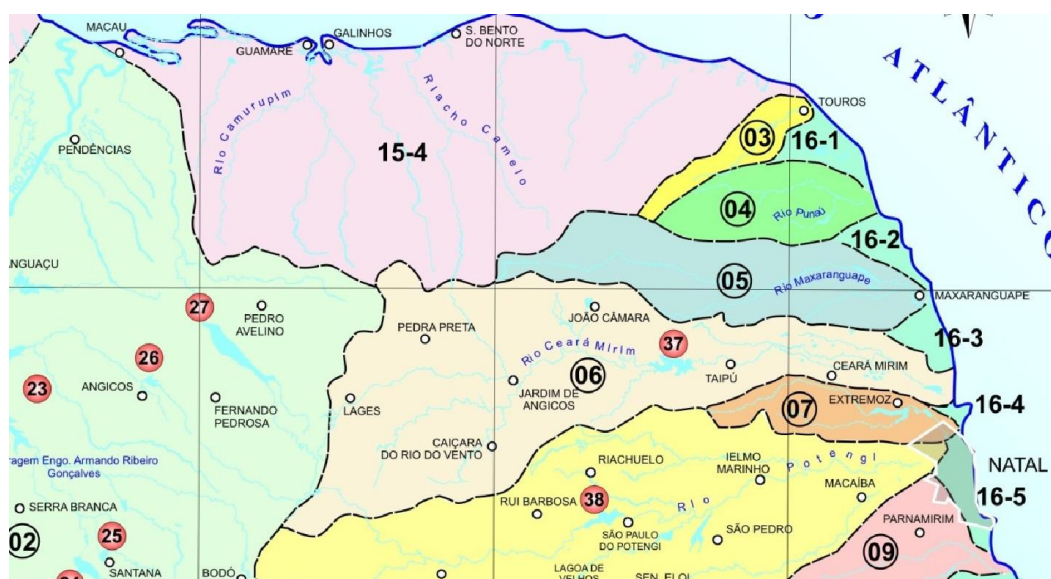
Mapa 07 – As principais bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte, vendo-se na legenda os rios citados nos documentos de cessões de sesmarias do século XVII na capitania do Rio Grande.²⁵⁷

²⁵⁶256

Fonte: Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA/ Coordenadoria de Estudos Sócio-econômicos, Anuário 2008 (www.portaln.gov.br).

trabalho); aquelas situadas em Porto de pescaria ou Terras de pescaria; aquelas de terras no “sítio da cidade” (chãos), e finalmente, as terras ao longo do mar.

O desenho territorial obtido em função desta análise histórica e geográfica nos permitiu observar certas constantes no descortinar do espaço da então Capitania do Rio Grande. Em primeiro lugar, que a extensão conhecida e definida da capitania se estendia no início do século XVII, desde os limites com a atual Paraíba até as proximidades do rio Ceará-Mirim, ao norte de Natal, e que de acordo com as descrições observadas nos documentos analisados nos mostra que as áreas então definidas territorialmente, configuravam uma espécie de *frente de conquista* limitada às proximidades do litoral e que tinha como centro referencial dessa conquista e exploração do espaço, a desembocadura do rio Potengi e a povoação do Natal.



Mapa 09 - Detalhe do mapa hidrográfico das bacias do Litoral Norte no Rio Grande do Norte, que são as dos rios Potengi ou Rio Grande, Ceará – Mirim, Maxaranguape, Punaú e Camurupim, alguns destes citados nos documentos sesmariais de meados do século XVII.²⁵⁹

Em segundo lugar, o grande volume de terras concedidas, em sua maioria, não foram somente àquelas situadas ao longo das ribeiras citadas, mas os chãos de terra no sítio da

²⁵⁹ Opus cit.

cidade, ou seja, situadas nas áreas próximas à povoação do Natal, e em menor escala as terras de pescaria e os lugares e áreas próximas às aldeias dos índios potiguares. Em termos de extensão de terra, as medidas aproximadas destas primeiras levas de concessões de sesmarias, mostram serem de dimensões extremamente alargadas, pois em alguns casos corresponderam à abrangência de uma área de cerca de 1/5 (um quinto) do território até então conhecido e descrito da capitania.

O domínio holandês na capitania do Rio Grande

Durante o interregno de avanço territorial português na capitania, com a dominação holandesa nesta porção do nordeste colonial, uma vasta cartografia e uma rica quantidade de informações descritas em forma de relatórios, crônicas e relatos etnográficos foram produzidas acerca dos territórios sob o domínio holandês. Tal fato atesta a preocupação dos mesmos em anotar e especificar as áreas que estavam sob seu domínio e sua alçada, bem como avançar em busca da exploração de novas áreas dentro desses territórios, ainda por serem incorporadas ao seu domínio e exploração. Expedições militares, de caráter exploratório, foram organizadas pelo governo holandês no Brasil, a partir do Recife, de onde seguiram comandantes e tropas em direção à fortaleza da Filipéia de Todos os Santos, na capitania da Paraíba, e em direção ao Forte dos Reis Magos na Capitania do Rio Grande, na barra do rio Potengi e de lá por terra e por mar, em direção ao Ceará.²⁶⁰

Na historiografia sobre o Rio Grande do Norte se deu, tradicionalmente, grande peso histórico à presença holandesa neste território. Em muitos casos chegou até construir uma espécie de mito heróico e civilizador a respeito dos holandeses, em detrimento dos portugueses, atribuindo aos primeiros, acontecimentos e realizações que atualmente, pouco ou

²⁶⁰ Segundo Olavo Medeiros Filho, em “No rastro dos Flamengos”, a presença holandesa no Rio Grande do Norte não foi aleatório, foi decorrente da necessidade e do plano de avanço territorial colocado a frente pelo governo holandês no Brasil com o príncipe Maurício de Nassau.

em nada, pode ser comprovado pelos dados históricos e arqueológicos sobre o Rio Grande do Norte no período colonial.

O que percebemos é que, ao contrário do que afirmou a visão tradicional sobre o Rio Grande do Norte colonial, a presença holandesa, em termos práticos, não se estabeleceu muito além das áreas já ocupadas anteriormente pela colonização, portuguesa durante os dez anos da permanência efetiva desses holandeses no Rio Grande.²⁶¹ Mesmo que ao tomar posse da vila de Olinda e da povoação do Recife, em 1635, os holandeses tenham anexado politicamente às outras capitanias próximas, foi somente em 1641 que os mesmos organizaram uma expedição por terra através da capitania do Rio Grande, comandados por Elias Herckmann, cuja viagem foi descrita pelo cronista Gaspar Von Barléus, em 1647.²⁶²

Além disso, se sabe que a estratégia holandesa de exploração do espaço não se deu na forma de criar novas povoações, nem novos núcleos de povoamento além daqueles já criados pelos portugueses antes deles, porém, foi feita na base de buscar reforçar os laços com as populações indígenas que ficavam no sertão, afastadas do epicentro do domínio português da capitania na área litorânea.

O principal elemento de certa forma conclusivo que se pode tirar do avanço territorial holandês em terras potiguares, na primeira metade do século XVII, foi a sua extensa produção escrita, iconográfica e cartográfica sobre os sertões da capitania, em especial as descrições etnográficas acerca dos grupos indígenas Tapuia e sua dispersão geográfica em um território muito além daquilo que havia determinado a cartografia portuguesa do final do século XVI e dos primeiros anos do século XVII.

²⁶¹ Na parte do livro que se refere à ocupação colonizadora no Rio Grande do Norte, Denise Matos Monteiro, em "Introdução à História do Rio Grande do Norte" mostra através de mapas que as áreas ocupadas efetivamente pelos holandeses não se estendiam além dos engenhos canavieiros ao sul da Vila do Natal, a posse da Vila do Natal e do Forte dos Reis Magos, denominado depois como Forte Van Ceulen.

²⁶² Olavo de Medeiros Filho. No rastro dos Flamengos. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

O contato dos representantes do governo holandês junto aos grupos indígenas tapuias abriu de certa forma, o avanço territorial numa área considerada muito vasta, “inóspita” e “selvagem” em relação àqueles outros espaços já conhecidos até então pela colonização portuguesa. No entanto, é necessário trabalhar com a ideia de que, não se deve dar um peso exagerado a uma façanha territorial holandesa, principalmente porque, antes da presença efetiva dos invasores batavos na capitania do Rio Grande, o processo de desenho deste território havia sido iniciado através das concessões de datas e sesmarias, e que essas concessões já se estendiam para além do epicentro da Povoação do Natal.

Desta forma, a presença holandesa terminou antes de uma nova fase de concessões de datas de terras e sesmarias a larga extensão de um território ainda a ser explorado na imensidão dos sertões da capitania.

Neste sentido, o domínio holandês colocou em evidência para a continuidade da colonização portuguesa, após a expulsão destes mesmos holandeses do nordeste colonial, as dificuldades e a necessidade de além da posse por direito, de efetivar-se a ocupação colonizadora e a exploração desses sertões. Esses sertões eram vistos como lugares habitados por índios, e que em grande parte, esses mesmos índios estiveram aliados aos holandeses durante o período do domínio destes na capitania.



Fig. 68 - Mapa de Frederik De Wit (Amsterdã-1635) intitulado: “Novissima et Acuratissima Totius Americae Descriptio”.²⁶³

²⁶³ Reproduzido de Acervo Digital da Biblioteca Nacional – RJ (In): (www.bn.br/cartografia).



Fig. 69 - Detalhe do mapa de Frederik De Wit, com destaque para a costa brasileira e a descrição pormenorizada da hidrografia e da identificação e das capitânicas no Brasil e vice-reinos de Espanha na América Meridional.²⁶⁴



Fig. 70 - Detalhe pormenorizado do mapa de Frederik De Wit das capitânicas da Paraíba, Rio Grande e Siará e da ilha de Fernando de Noronha e os principais rios que desembocam na costa das três capitânicas, além da identificação dos territórios de índios janduí e tapuias e da povoação de Natal de los Reyes (Natal) na capitania do Rio Grande do Norte (indicados pelas setas).²⁶⁵

²⁶⁵ Id. Ibid.



Fig. 71 - Mapa de Cornelius Danckerts (1640) intitulado: “Eygentlyke Afbeeldinge van de Cuft Tubchen C. S. Augustyn ende Rio Grande in Westjndien”, com destaque do próprio autor para a linha costeira das capitânicas do Brasil em tempos da conquista holandesa de parte do nordeste colonial.²⁶⁶

²⁶⁶ Reproduzido do Acervo Digital da Biblioteca Nacional – RJ. (In): www.bn.br/cartografia.

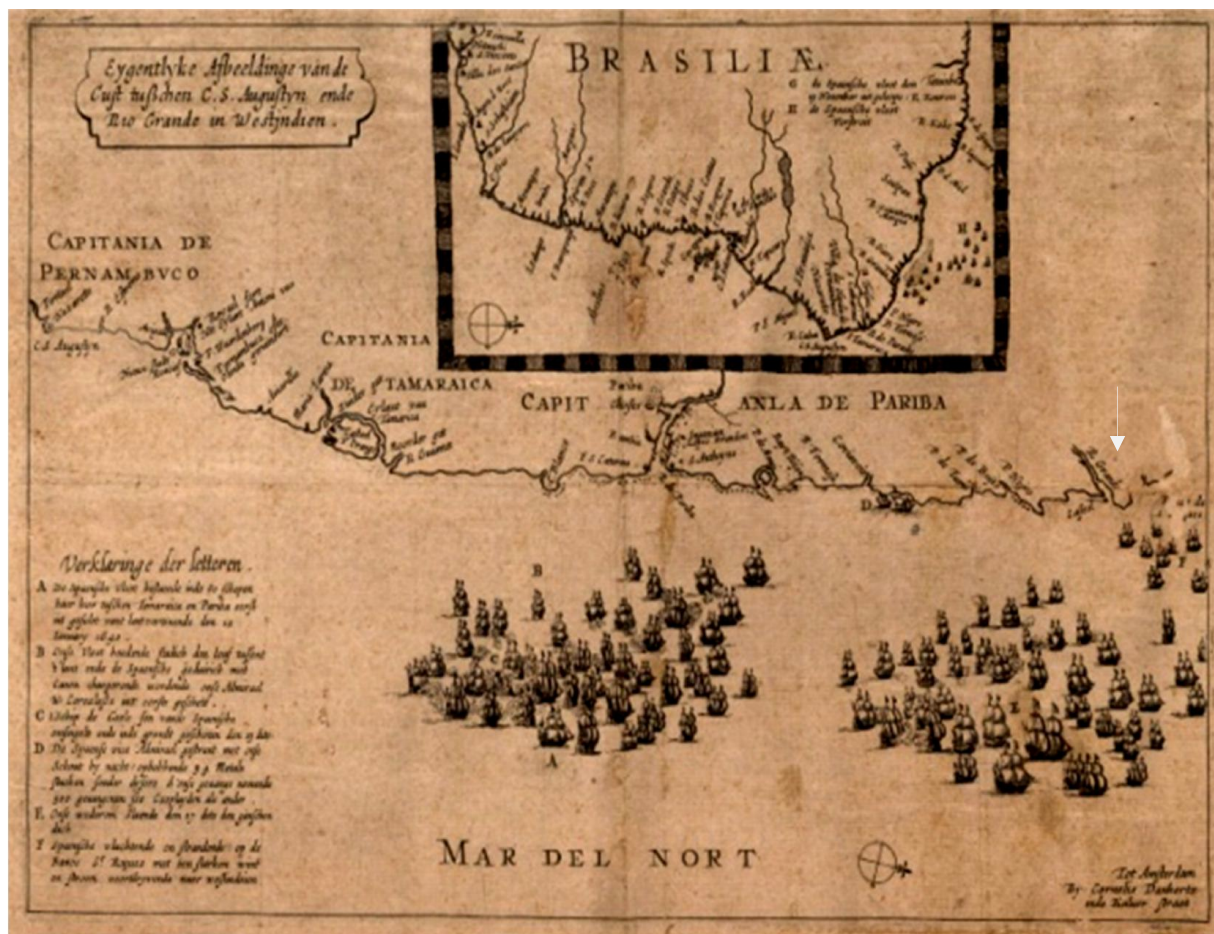


Fig. 72 - Detalhe do mapa de Danckerts da linha costeira com os rios das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e no extremo leste do mapa o rio Grande.²⁶⁷

²⁶⁷ Idem.



Fig. 73 - Mapa de Nicolas De Fer (1719), intitulado: “Le Bresil dont le Côtes sont divisées en Capitaineries”, com toda a costa brasileira, com destaque para a descrição hidrográfica.²⁶⁸

²⁶⁸ Reproduzido do Acervo Digital da Biblioteca Nacional – RJ. (In): www.bn.br/cartografia.



Fig. 74 - Detalhe do mapa de Nicolas De Fer, e as capitânicas do Pará, Maranhão (Maragnon), Ceará (Siará) e Rio Grande e ao centro a inscrição em francês: “O Brasil descoberto pelos Portugueses no ano de 1601.”²⁶⁹

Após a guerra e com a expulsão dos holandeses, este foi o principal determinante simbólico do avanço colonizador português sobre as terras do sertão e contra os índios Tapuia.²⁷⁰ Eram estes indígenas considerados “seres selvagens”, os “gentios bravos”, eram vistos como seres animais e em parte, detentores de uma faceta traidora, pelas alianças que alguns destes grupos tapuias haviam feito com os holandeses, como foi o caso dos Jandoins ou Janduí, na Capitania do Rio Grande.²⁷¹

²⁶⁹ Opus Cit..

²⁷⁰ Segundo Cristina Pompa, em “Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial”, este referencial simbólico constituiu-se como principal fator determinante de uma necessidade da política colonizadora no século XVII: o extermínio do gentio bravo, aquele não domesticável e “não reduzido”, resistente à catequese; Mas, na medida em que este modelo foi sendo difícil de manter, ampliou-se o desmantelamento cultural promovido pelo aldeamento missionário e a conseqüente redução e catequização.

²⁷¹ Para o historiador Pedro Puntoni e a antropóloga Cristina Pompa no estudo da Guerra dos Bárbaros, ou guerra contra os grupos indígenas tapuias entre os anos de 1680 a 1720, a política de extermínio levada a cabo pelos Terços dos Paulistas, tinha como principal referencial o fato de que estes tais índios tapuias, seriam “pouco confiáveis”, “astutos” e com fama de incontestável “brutalidade”, de hábitos falsos e “adoradores do demônio.”

O segundo momento de concessão de sesmarias na capitania

Após as guerras holandesas, a restauração do domínio português em terras brasílicas tomou rumos diferenciados da época anterior durante a União Ibérica e durante o interregno do período holandês. Neste caso, modificou também os rumos da política de ocupação colonizadora, defesa e exploração do território nas antigas áreas de domínio holandês. Além da divisão administrativa da colônia em dois estados, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão inseriam-se o Brasil no império atlântico português, enquanto principal centro das atenções da política portuguesa para reaver os prejuízos decorrentes das guerras de restauração do trono português e da expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco.²⁷²

Na conjuntura desse império atlântico, foi urgente a estratégia de avançar para os territórios desconhecidos das capitanias do Norte do Brasil, ou melhor, dizendo, aquelas que estavam inseridas no Estado do Maranhão, tendo em vista a exploração efetiva dessas terras concebidas como “vazias”, e vistas como “devolutas”, mas pertencentes a Portugal, desde sempre, por direito de conquista. No entanto, tais terras vazias e devolutas que deveriam ser ocupadas e exploradas eram habitadas por grande quantidade de índios, que na maior parte das vezes resistiu a essa conquista.

Esta contradição entre a determinação de terras vazias, porém, cheias de índios bravos e rebeldes, foi o principal fator da eclosão da Guerra dos Bárbaros, como conflitos entre colonos e índios Tapuia, entre aproximadamente 1654 até 1720, e que incluiu a capitania do Rio Grande. Neste contexto, a ribeira do Assu – Piranhas, área geográfica que se estende desde o Rio Grande do Norte até a Paraíba constituíram-se na região dos maiores conflitos

²⁷²O historiador Charles Boxer, em “O Império Atlântico português”, afirma ser esta conjuntura importante para se compreender o novo papel do Brasil em meio à redução drástica do império comercial marítimo português desde o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, e que colocava o Atlântico Sul como o grande foco de atenção econômica da Coroa, e em especial o Brasil.

desta guerra, que teve seu início na capitania da Bahia e atingiu até mesmo a capitania do Ceará.²⁷³



Fig. 75 - Mapa de Pieter Van der Aa (1729), intitulado: “Le Bresil suivant Le nouvelles observations de Messrs de La Academie Royale de Sciences”, vendo-se ao centro a designação de “Le Bresil Terre de Sainte Croix (Brasil – Terra de Santa Cruz).²⁷⁴

²⁷³ Pedro Puntoni. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. São Paulo: Hucitec, 2002.

²⁷⁴ Reproduzido do Acervo Digital da Biblioteca Nacional – RJ. (In): www.bn.br/cartografia/.



Fig. 76 - Detalhe do mapa de Pieter Van der Aa, com destaque para a designação ao centro de “Nations de Tapuyes” (Nações de Tapuias) na área dos sertões das capitanias do norte do Brasil no início do século XVIII e bem abaixo, a designação de “Nations de Tupiques” (Nações de Tupis).²⁷⁵

Na Capitania do Rio Grande, esta nova leva de cartas de doação de Datas e Sesmarias, teve início em 1659 e estendeu-se até 1700,²⁷⁶ e determinou de fato o início da conquista dos sertões desta capitania. As novas terras concedidas, desta feita, situavam-se bem além daquelas outras cedidas na primeira leva de Datas e Sesmarias, epicentradas então na Povoação do Natal.

Estas novas terras descortinam o território do “inóspito”, do vazio e distante sertão, em grandes extensões de terras situadas, em sua maioria, nas chamadas “ribeiras”, todas elas situadas distantes a muitas léguas do litoral e do centro de gestão do território, de fato e de direito, até então, que era a Povoação do Natal. No sentido centro- sul em direção ao sertão da capitania da Paraíba e no sentido oeste, em direção à capitania do Ceará, ou mais

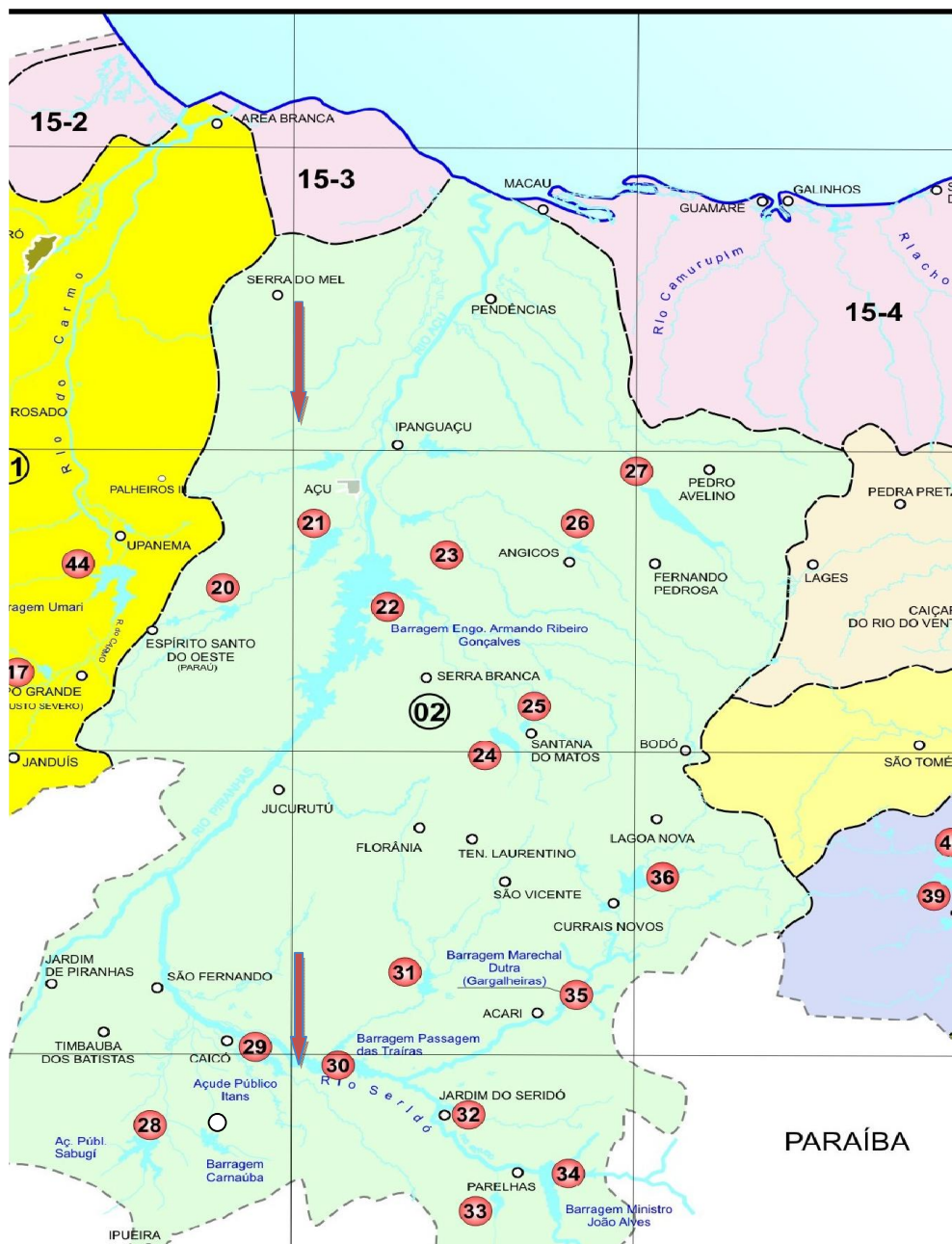
²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Sesmarias do Rio Grande do Norte. (1600 a 1716) Segunda Parte: 1659 a 1700. 1º Volume. Mossoró: FVR, março de 2000, págs. 375 a 730 (Coleção Mossoroense, Série C, volume 1.136).

especificamente, da ribeira do Jaguaribe o território foi sendo estendido nestas duas direções simultaneamente, na segunda metade do século XVII.

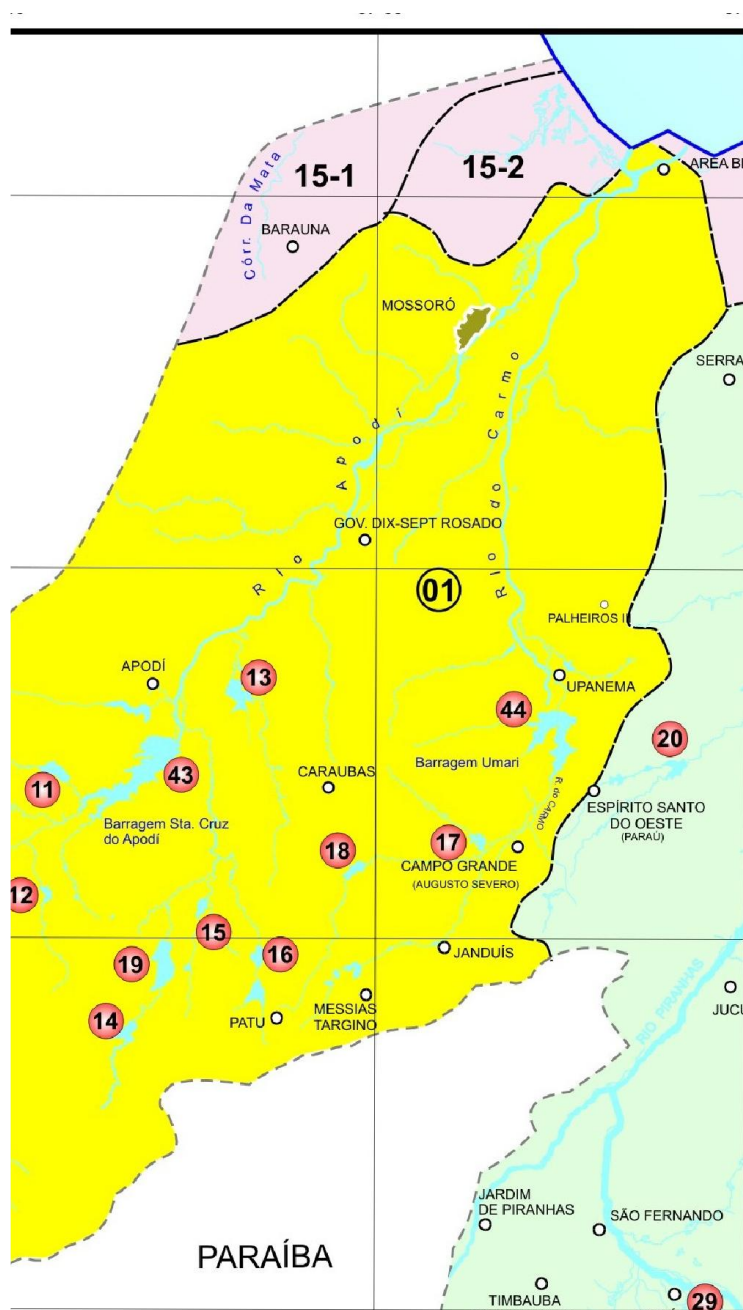
Da mesma forma que a primeira, nesta etapa, a determinação da configuração natural hidrográfica foi o parâmetro principal de análise. No entanto, algumas diferenças se percebem em relação à primeira fase de distribuição, principalmente, quanto ao desenho territorial a partir da hidrografia referenciada. Nas Cartas de Datas e Sesmarias, são estes os rios citados no texto dos documentos que definiam a extensão da terra cedida: Trairi, Panema ou Upanema, Assu e Assu-Mirim, Mipibu, Pium, Carnaúba, Paraú, Paneminha, Caraú, Pitimbu, Água-Maré, Três Irmãos, Jacu, Umari, Hurumaã, Goanduba, Piranhas, Guaxinim, Jaguaribe, Goianinha, Salgado.

Além destas terras concedidas em outras ribeiras situadas dentro do chamado “sertão”, encontramos citações de referências a riachos, lagoas (como a do Apody ou Pody, por exemplo), as paragens, as serras, as aldeias, portos e as “terras ou lugares”. Destacamos aqui, as serras e as paragens que apareceram como um elemento novo nas determinações para as terras cedidas, enquanto referencial geográfico na medição da extensão das sesmarias. Outro destaque foi a ausência de doações de chãos de terra, neste período, na Povoação dos Reis que elevada à categoria de Vila (do Natal), desde 1611, fez surgir uma nova categoria de terras no âmbito das Cartas de Datas e Sesmarias, que eram as “terras do Conselho”.



Mapa 10 – Destaque das bacias hidrográficas nas zonas de Caicó e Currais Novos (Seridó) e nas Serras Centrais do Rio Grande do Norte, vendo-se em detalhe as bacias do Piranhas-Assu (Paraíba e Rio Grande do Norte) e a do Seridó, cujas cessões de sesmarias deram início aos conflitos com os índios tapuias na capitania no final do século XVII.²⁷⁷

²⁷⁷ Opus. Cit.



Mapa 11 – Detalhe das bacias nas zonas Mossoroense (Oeste e Alto-Oeste) e Alto Apodi no Rio Grande do Norte, que são as do Mossoró- Apodi e do Carmo ou Upanema.²⁷⁸

Em relação aos tipos de suplicantes, também havia diferenças, pois assim estavam descritas as categorias destes mesmos nas *Cartas: os particulares*, que eram indivíduos que recebiam a terra de forma direta enquanto representantes de alguém ou por méritos sociais; *os*

²⁷⁸ Opus Cit.

militares, ou homens de patente, enquanto indivíduos que recebiam terra como prêmio por serviços prestados nos combates na Guerra dos Bárbaros; *o governador da capitania*; *os padres* da Companhia de Jesus; e finalmente, aqueles que recebiam as “(re)doações”, que eram as terras concedidas por motivos de morte, fuga, ou sobras de terra dos particulares que haviam recebido originalmente uma terra.

As casas fortes na Guerra dos Bárbaros ou Guerras do Açu: marco territorial do avanço colonizador

Na historiografia norte-rio-grandense, as chamadas *casas fortes* ou como aparece na expressão dos habitantes do sertão potiguar: as “casas de pedra” são edificações em ruínas, que tanto por suas características construtivas, quanto pela tradição oral sobre esses lugares e pelas citações etnográficas, já atraiu a atenção dos historiadores desde longa data, sendo citadas por diversos autores que se preocuparam em estudar a história do Rio Grande do Norte.

Esses autores, cuja base interpretativa foi feita com base documental e etnográfico-histórica, produziram, porém, grande quantidade de informações ainda que não tenham proposto ou realizado quaisquer trabalhos arqueológicos sistemáticos sobre a cultura material remanescente nesses locais. Esses mesmos historiadores norte-rio-grandenses não viram de forma crítica as relações interétnicas envolvidas nesse processo histórico colonial e em vários casos, não aprofundaram as questões referentes às fronteiras de colonização e exploração da terra.

O primeiro desses autores em que se consegue identificar na historiografia norte-rio-grandense, seguindo uma ordem cronológica nas referências às casas fortes foi o escritor membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Vicente

Lemos, que no trabalho publicado em 1921, fez uma descrição em ordem cronológica dos feitos administrativos dos capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte.

Vicente Lemos, afirmou ter sido no governo de Manoel Muniz na capitania do Rio Grande, em 1685, que começaram os levantes indígenas, e que no governo anterior, em 1665, já se havia aberto caminho aos sertões da Capitania do Rio Grande²⁷⁹. Segundo Lemos, foi no governo de Paschoal Gonçalves de Carvalho, fato registrado no documento de Termos de Vereação, de 02 de dezembro de 1687, que o mesmo Paschoal ao escrever ao Governo Geral do Brasil, na Bahia, comunicava que os gentios assaltaram os colonos da ribeira do Ceará – Mirim (ver mapa 13), situado a cinco léguas da capital, e que tais colonos mal podiam se defender dos índios dentro das casas fortes. Depois das citações de Vicente Lemos, o historiador Tavares de Lira, na década de 1920, referir-se-á às mesmas casas fortes de Lemos, fornecendo detalhes inclusive, da quantidade destas no território da capitania do Rio Grande²⁸⁰.

Vicente Lemos no seu trabalho se referiu ainda ao cerco feito pelos índios a casa forte do Cuó, na região do Seridó norte-rio-grandense, referência feita com base nas informações obtidas no conjunto documental de “Cartas do Assu”. Lemos faz referência ao coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, que no ano de 1687, na perseguição que este fez aos índios o mesmo subiu até as cabeceiras do rio Assu, travando combates e vendo-se obrigado a se refugiar na casa forte da ribeira do rio Piranhas.²⁸¹ De acordo com Lemos, numa carta de 01 de março de 1695, o capitão-mor Agostinho Cezar de Andrade, se dirigiu ao Senado da Câmara de Natal, e na ocasião afirmou ter encontrado ao assumir o seu posto (1688), os moradores da capitania recolhidos às casas fortes e o “gentio” (índio) sem qualquer controle. Lemos escreveu em seu trabalho também, que o mesmo capitão-mor, Agostinho Cezar de

²⁷⁹ Vicente Lemos. Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte. 1912. Pág. 31, 37.

²⁸⁰ Idem. Pág. 41

²⁸¹ Id. Ibid. pág. 44-45.

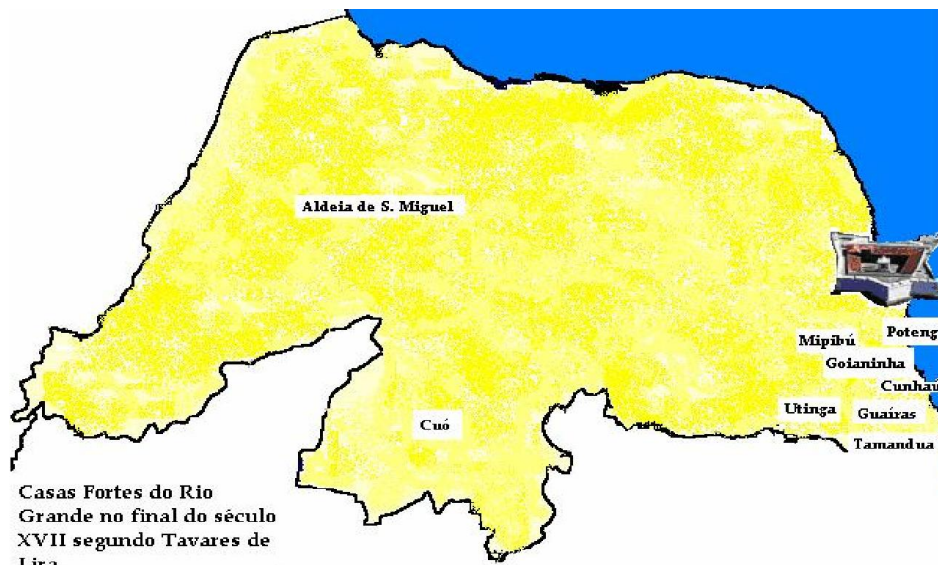
Andrade, em 1695, saiu da Vila do Natal e junto com os homens que retirou das casas fortes, reuniu um contingente de 160 homens, os quais mandaram do rio Mipibú rumo ao sertão²⁸².

Sendo o trabalho de Lemos uma descrição dos feitos e fatos administrativos dos capitães-mores, o mesmo autor não se preocupou, obviamente, em determinar a localização ou a origem das casas fortes, bem como, analisar a sua presença como estratégia de ocupação portuguesa no espaço dos sertões. No entanto, é o primeiro trabalho publicado por intelectuais e escritores membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que publicou informações sobre o assunto das casas fortes.

Outro historiador norte-rio-grandense, também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lira, em obra sobre a história do Rio Grande do Norte mencionou a existência das casas fortes, de acordo com a documentação existente no IHGRN. O material documental sobre as casas fortes já havia sido comentado em obras anteriores à sua e também estava relacionada ao contexto da guerra contra o índio, a Guerra dos Bárbaros.²⁸³ Tavares de Lira fez referência às casas fortes como parte integrante dos postos de vigilância nas proximidades das principais ribeiras da capitania, que eram a do Ceará - Mirim, a do Seridó, a do Assu, a do Pirangi e a do Potengi (ver mapa). Dos vários autores, Tavares de Lira é o que apresenta uma melhor dimensão do alcance geográfico das casas fortes, enquanto defesa dos pontos importantes da capitania, e que vistos através da documentação, justifica a existência desses postos de vigilância nas ribeiras citadas acima. Estas ribeiras compreendiam, no âmbito da administração colonial, grande parte do território da capitania do Rio Grande no final do século XVII.

²⁸² Id. Ibid. pág. 65

²⁸³ Augusto Tavares de Lira. História do Estado do Rio Grande do Norte. 1924.



Mapa 12 – Distribuição aproximada das nove casas fortes no Rio Grande do Norte citadas no texto da obra de Augusto Tavares de Lira (1924).

O historiador Rocha Pombo, constituiu-se em outro referencial na historiografia norte-rio-grandense, pois também buscou trabalhar com muitas informações de Tavares de Lira. De acordo com Rocha Pombo, estas casas fortes eram *postos fortificados* que serviam de refúgio para os moradores da capitania, quando fugiam dos ataques indígenas, e daí a providência de se construir muitas dessas casas fortes em todos os pontos da capitania. Esses pontos eram aqueles lugares mais expostos à ação dos índios, principalmente, pela falta de homens preparados para a guerra.²⁸⁴ O autor toma o cuidado de conceituar casa forte como sendo “... *um posto entrincheirado e guarnecido de alguns homens. Servia de refúgio aos moradores em caso de perigo*”.²⁸⁵

Rocha Pombo também se referiu a Agostinho Cezar de Andrade, capitão-mor designado para o Rio Grande, que ao assumir o cargo em 1688, registrou que os moradores estavam recolhidos nas casas fortes e o “gentio bravo” ou índio Tapuia sem qualquer oposição. No governo deste mesmo capitão-mor é que se pôs em prática a providência de

²⁸⁴ POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

²⁸⁵ Idem. Pág. 122.

fundar dois postos militares na ribeira do Açú, chamando-os de “quartéis”. O autor não chega a determinar a localização dessas casas fortes, nem relacioná-las a quaisquer outros elementos históricos além dos fatos que considerou importantes para o século XVII, neste caso, os embates contra os grupos indígenas Tapuia.

A partir da década de 1980, outro membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o norte-rio-grandense Olavo de Medeiros Filho, também fez referências às casas fortes, em mais de uma de suas obras. No livro intitulado “No rastro dos Flamengos”,²⁸⁶ Olavo de Medeiros se refere a um episódio acontecido no engenho Cunhaú e que está num relato de um cronista chamado Roulox Baro, sucessor de Jacob Rabbi na missão da tratar diretamente com os índios tapuia, declarou terem os portugueses tomado refúgio na casa forte existente no sítio de João Lostão (ou Lostau) Navarro, sogro do tenente coronel Joris Garstman, holandês. No local, houve mortandade na casa forte, segundo outro cronista chamado Lopo Curado Gorro. Para Olavo de Medeiros, o local do sítio de João Lostão Navarro acha-se assinalado no mapa de Jorge Marcgrave, na cartografia referente à Capitania do Rio Grande.²⁸⁷

No livro intitulado “Índios do Açú e Seridó”, Olavo de Medeiros afirmou serem as ruínas de um local chamado “casa de pedra” na localidade de Pium, a tal casa forte de João Lostão Navarro, mostrando inclusive as fotografias das ruínas. Localiza a dita casa forte como situada à meia légua do mar, perto do rio Pirangi, atualmente no município de Nísia Floresta na zona litorânea do Rio Grande do Norte.²⁸⁸

Além desta casa forte, Medeiros apresenta as ruínas de outra casa forte que é a casa forte do Cuó, na fazenda do Penedo, município de Caicó, na região do Seridó, sertão do Rio

²⁸⁶ Olavo de Medeiros Filho. *No rastro dos Flamengos*. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

²⁸⁷ Olavo de Medeiros Filho. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

²⁸⁸ Olavo de Medeiros Filho. *Índios do Açú e Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

Grande do Norte, construída aproximadamente, entre os anos de 1686-1687. Segundo o autor, ali se alojaram as tropas do coronel Antonio Albuquerque da Câmara no período da Guerra dos Bárbaros na capitania do Rio Grande. O livro mostra fotografias das paredes restantes da primeira casa forte citada e os alicerces à mostra da segunda casa forte, com suas medidas aproximadas e em várias perspectivas de observação.

Em suma, percebe-se que para definir o que foram as casas fortes no contexto do Brasil colonial é preciso estabelecer esta definição em dois momentos históricos diferentes. O primeiro momento, é que no espaço do Brasil enquanto colônia portuguesa, na segunda metade do século XVI as casas fortes surgiram como exigência regulada a partir do regimento do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, e que as podemos situar como adaptações estruturais daquilo já existente no espaço ibérico no mesmo período. Foram utilizadas como residência senhorial e de uso familiar e também como marco definidor da posse e efetiva proteção das terras adquiridas na instalação dos engenhos no século XVI e início do século XVII.

No segundo momento, as casas fortes surgiram como empreendimento de caráter especificamente bélico, na tentativa de anular a resistência indígena na ocupação dos sertões das capitanias do Estado do Brasil, na segunda metade do século XVII até o início do XVIII. Neste caso, tiveram caráter militarista e estratégico e estavam relacionadas a uma rede de relações de poder e a necessidade de defesa das terras na ocupação das principais ribeiras, durante as guerras contra os grupos Tapuia resistentes.

Neste segundo momento, a instalação e utilização das casas fortes estenderam-se desde as proximidades do rio Paraguaçu, no Recôncavo baiano, até a ribeira do Assu - Piranhas, nas capitanias do Rio Grande e Paraíba respectivamente, tendo talvez chegado até à ribeira do Jaguaribe, na capitania do Ceará.

O material bibliográfico analisado possibilitou-nos um ponto de partida mais claro e definido para a continuidade da pesquisa documental, etnográfica e o trabalho arqueológico de campo. A continuidade dos estudos arqueológicos neste trabalho permitiu inclusive delimitar melhor a extensão e a profundidade desse processo de utilização das casas fortes, bem como ser conclusivo quanto às características materiais dessas construções enquanto adaptações a partir de determinados modelos gerais.

A presença de vestígios estruturais construtivos identificadas no Rio Grande do Norte, também nos forneceu indicações importantes em termos de estudo em cotas positivas, prospecções e sondagens, a serem trabalhadas e que na continuidade da pesquisa arqueológica no estado poderá estabelecer referências arqueológicas mais precisas entre as casas fortes, seus ocupantes e suas relações com outras áreas de ocupação colonial no Brasil.

Talvez no estágio atual das pesquisas arqueológicas no espaço norte-rio-grandense não seja possível ainda determinar com exatidão ou precisão a localização de todas as casas fortes que já foram construídas no nordeste colonial no século XVII, bem como especificar todas as nuances das relações entre estas casas fortes e outros elementos de análise da formação territorial do Brasil e do Rio Grande do Norte.

No entanto, sabemos que tais casas fortes estão relacionadas tanto ao universo da Guerra dos Bárbaros, quanto ao processo de construção desse território, e está presente no processo de exploração e penetração no sertão da Capitania do Rio Grande, além de ter sido instrumento importante para a defesa de um território que estava sendo conhecido, ocupado, devassado e descortinado passo a passo.

As relações se estendem desde o referencial hidrográfico, importante na determinação das Cartas de Datas e Sesmarias, e importantes no desenho espacial feito pelas casas fortes, e que de acordo com historiadores como Tavares de Lira, além das áreas de engenhos

figuravam as casas fortes nas proximidades de rios, quase todos eles, os mesmos das Cartas de Datas e Sesmarias da primeira e da segunda fase de distribuição sesmarial.

Não nos foi possível também evidenciar com clareza todos os eventuais suplicantes, fossem eles particulares ou militares, padres ou indivíduos contemplados com (re) doações de terras, que porventura receberam terras ou em que foram construídas casas fortes, pelo fato de que tal documentação do século XVII, não primava por especificar tais aspectos, e sim aqueles que já apresentamos e analisamos aqui neste capítulo.

Outra questão, sensível e importante, é que a partir de um trabalho sistemático, com fontes documentais e com identificações espaciais arqueológicas e prospecções “in situ” foi possível dar uma dimensão mais analítica e estrutural da presença das casas fortes, principalmente, em termos do espaço do Rio Grande do Norte. É claro que, além disso, a análise historiográfica, cartográfica, documental e análise sistemática das descrições etnográficas históricas, permitiu construir uma espécie de cartografia geral e uma análise arqueológica das casas fortes e de sua presença no Rio Grande do Norte.

O conhecimento do processo de formação territorial, das relações de conflito entre colonizadores e índios neste espaço e as relações sociais e materiais envolvidos com a presença das casas fortes no espaço do Rio Grande do Norte colonial se constitui numa primeira visão arqueológica deste objeto de estudo, ou melhor, dizendo uma das várias arqueologias a serem feitas sobre as casas fortes no espaço nordestino e brasileiro e em especial no Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO V - AS CASAS FORTES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA CASA FORTE (CASA DE PEDRA) DE PUIM

A análise dos sítios arqueológicos de casas fortes no Rio Grande do Norte

A definição sócio-histórica e arquitetônica das casas fortes destacadas nos outros capítulos deste trabalho seria de fato incompleta se a estas duas definições não se acrescentasse um último, mas não menos importante elemento de análise, que é a definição material ou arqueológica destas casas fortes inseridas no espaço geográfico do Rio Grande do Norte.

Esta análise de caráter arqueológico pontua esse fenômeno das casas fortes no contexto do Brasil colonial, com base no fundamento analítico da arqueologia das sociedades modernas ou arqueologia histórica. O fundamento analítico desta arqueologia é o entendimento das formas de ocupação humana específicas do espaço natural e que agora foi transformado em um meio social, com as variadas implicações envolvidas nesse processo de apropriação.

Os sítios e os vestígios arqueológicos observados, coletados e identificados na pesquisa arqueológica se apresentam aqui como indicadores dessas relações humanas, as quais são historicamente estabelecidas, e que também servem como indicativos das maneiras diferenciadas dos grupos humanos se colocarem nesse espaço concreto e visível.

A base conceitual na qual se assenta a arqueologia contemporânea preocupada com o entendimento dos processos de ocupação histórico-colonial no Brasil são as relações humanas empreendidas no espaço geográfico outrora apenas um espaço natural, agora transformado e adaptado às circunstâncias próprias do uso e da apropriação humana com motivações e sob condições específicas.

Nesta forma arqueológica de análise, os vestígios ou evidências materiais não se constituem por si só explicativos, mas se estruturam nas relações entre estes e nas relações que os mesmos possuem com as diferentes formas de utilização humana de um determinado local, arqueologicamente identificado.

As casas fortes como objeto de estudo e fenômeno social historicamente constituído, foram elaboradas em sua forma material num determinado tempo e em um espaço sociopolítico. Esse é o espaço das relações humanas constituídas e forjadas por diversos agentes envolvidos no processo.

Com esta base conceitual é que se justifica neste trabalho não ter se iniciado a partir da análise dos elementos vestigiais materiais das casas fortes, que são deveras importantes, contudo deveriam ser antes observados na sua dimensão de resultado da ação e da relação dos vários agentes sociais envolvidos no processo.

As casas fortes evidenciadas no espaço do Rio Grande do Norte possuem diversas semelhanças e relações de continuidade com o processo sócio-histórico da existência das casas fortes analisadas aqui, que existiram em outras partes do território colonial do Brasil. No entanto, destacamos que as casas fortes evidenciadas no contexto da capitania do Rio Grande do Norte também possuem sua especificidade e que tal especificidade está presente tanto na sua forma constitutiva material quanto na sua forma de evidência de diferentes (re) ocupações humanas no espaço outrora escolhido para se construir e se utilizar como casas fortes.

Essa caracterização arqueológica se deu em três níveis de observação dos espaços localizados e identificados como exemplos de casas fortes que serão apresentadas aqui nos últimos capítulos desta tese.

Em primeiro lugar, a caracterização dos dois sítios arqueológicos e suas relações com a paisagem, bem como a sua caracterização ambiental e geológica. Em segundo lugar, a caracterização do sítio do ponto de vista do padrão construtivo, ou seja, dos materiais utilizados na estrutura construída remanescente e sua relação com as matérias primas disponíveis no entorno do sítio. Em terceiro e último lugar, a caracterização dos dois sítios a partir dos materiais arqueológicos coletados sistematicamente nas prospecções de superfície e escavações e a metodologia utilizada para tais procedimentos.

O sítio arqueológico da Casa de Pedra de Pium

O historiador norte-rio-grandense, Olavo de Medeiros Filho, afirmava numa compilação de antigas informações que foram depois publicadas por ele em um jornal natalense em meados da década de 1990, que os remanescentes arquitetônicos localizados no rio Pirangi²⁸⁹, distante cerca de dois quilômetros de sua barra, seriam restos de uma antiquíssima casa-forte “francesa”, e que teria sido utilizada como aquartelamento e também destinada ao armazenamento de mercadorias, objeto das permutas entre franceses e índios potiguares.²⁹⁰

Tal hipótese levantada, mas não verificada neste trabalho, na verdade, tratava-se das ruínas de uma provável residência senhorial de um homem chamado João Lostão Navarro e que a hipótese de serem as tais ruínas os restos da edificação de uma feitoria portuguesa ou francesa não poderia ser sustentada, apenas somente na base de conjecturas. Na obra já citada de Olavo Medeiros: “Aconteceu na capitania do Rio Grande”, o mesmo autor levantava a questão de que somente uma intervenção arqueológica poderia, realmente, lançar luzes sobre o verdadeiro lugar destas ruínas na história colonial potiguar. Desta forma, não tendo

²⁸⁹ O rio Pirangi recebe as águas de pequenos rios tributários litorâneos: do Pium, Jiqui e Cajupiranga. Apud. M.A. Vital de Oliveira. Roteiro da Costa do Brasil do rio Mossoró ao rio São Francisco do Norte. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1964, pp.78-79.

²⁹⁰ Olavo de Medeiros Filho. Primórdios da colonização portuguesa da capitania do Rio Grande (1501 – 1610). *O Galo. Revista Cultural* – ANO VI - nº 7 – Ago/1994 - Fundação José Augusto – Natal.

informações cartográficas, nem etnográficas, nem documentais, tal hipótese de feitoria portuguesa ou edificação francesa foi descartada deste trabalho de tese.

Já no século XVII, o espaço construído teria sido a residência de certo João Lostão Navarro. Sobre João Lostão Navarro, afirmava Olavo de Medeiros que este homem era o proprietário do antigo Engenho Ferreiro Torto, também já comentado no capítulo 4 (quatro) e que foram estas as primeiras terras doadas para uso de engenho no espaço da capitania do Rio Grande no início do século XVII, além daquelas outras terras do engenho chamado Cunhaú.²⁹¹ Segundo o mesmo autor, foi nas vizinhanças deste engenho Ferreiro Torto que setenta pessoas refugiaram-se dos holandeses, e estas terras pertenciam então a um homem chamado João Lostau ou Lostão Navarro, lugar em que se refugiou aquela gente.²⁹²

Olavo de Medeiros revisitou depois o tema da ocupação holandesa e dos grupos indígenas do interior, e afirmava que isto dizia respeito aos combates contra esses índios Tapuia e o consequente refúgio de colonos nas casas fortes. No livro: “No rastro dos Flamengos”,²⁹³ já citado aqui, Medeiros trata de um episódio no engenho Cunhaú, no momento em que os portugueses se abrigaram na casa forte existente no sítio de João Lostão Navarro, sogro do tenente coronel holandês Joris Garstman. De acordo com o autor, nesse local, houve violência na mesma casa forte. Segundo Olavo Medeiros, o local do sítio de João Lostão Navarro acha-se assinalado no mapa de *Jorge Marcgrave*, na cartografia referente à capitania do Rio Grande e que este corresponderia hoje as ruínas da Casa de Pedra de Pium.²⁹⁴

O norte-rio-grandense Luis da Câmara Cascudo, por sua vez, afirmava em um de seus escritos que este mesmo João Lostão era proprietário de importantes portos de pesca e que

²⁹¹ Rocha Pombo. História do Estado do Rio Grande do Norte. Edições Comemorativas do Centenário da Independência do Brasil, Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921. Pág. 123.

²⁹² Idem. Pág. 129.

²⁹³ Olavo de Medeiros Filho. No rastro dos Flamengos. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

²⁹⁴ Idem. Pág. 24-25.

ainda apresentava descendentes. De acordo com Cascudo, ainda existiria “um descendente direto”, no final da década de 1940, o Sr. Candido Freire de Alustau Navarro, morador de Papari, hoje Nísia Floresta, fato este que nunca foi comprovado. Pelas indicações históricas e cartográficas este João Lostão Navarro nunca possuiu engenho de açúcar, e sua casa, se encontra assinalada em vários mapas do século XVII.²⁹⁵

Ainda de acordo com as informações de Câmara Cascudo:

“Está marcada no mapa de Marcgrav, num mapa de Matth Seutterum que ilustra a edição brasileira de Joan Niuehofen num exemplar da coleção de Barbosa Machado que está na mapoteca do Ministério Exterior, cita-se o PORTO DE JOÃO LOSTÃO NAVARRO, DE GRANDE PESCARIA”... era casa-forte de lavrador abastado, ampla, sólida, com repartimentos para armazenagem de cereais e tendo os currais para o gado abundante”.²⁹⁶ (grifo nosso).

Cascudo ainda comenta no mesmo texto que: “... quem não fugiu para a Paraíba, depois da tragédia do engenho Cunhaú, procurou refugiar-se na casa de João Lostão Navarro, aumentando a suspeição para os flamengos”²⁹⁷. Sobre os acontecimentos no sítio de Navarro, Câmara Cascudo também relata que cerca de quinze a dezesseis portugueses foram mortos e o próprio João Lostão foi levado para o Castelo de Keulen. Desta forma, segundo Cascudo:

“... Daí saiu João Lostão para o suplício de Cunhaú. A casa de João Lostão Navarro fica sendo o quartel general holandês na zona sul. O próprio conselheiro Pieter Jansen Bas

²⁹⁵ Luis da Câmara Cascudo. Os holandeses no Rio Grande. Edição do Departamento de Educação. 1949. Págs. 20-21

²⁹⁶ Luis da Câmara Cascudo. Os holandeses no Rio Grande. Edição do Departamento de Educação. 1949. Págs. 20-21

²⁹⁷ Idem. pág.21

viaja para lá. As tropas flamengas derrotadas por Felipe Camarão no rio Guajú refugiaram-se na casa forte cujo proprietário morrera martirizado”.²⁹⁸

Os atos de violência expostos pela historiografia sobre os holandeses envolveram colonos, mas os atos de violência na guerra sem quartel entre portugueses e holandeses ocorreram com frequência. O fato é que, nas guerras pernambucanas, holandeses e portugueses se degolavam uns aos outros em toda parte, de acordo com os relatos de ambos os lados, sendo de acordo com o historiador brasileiro Ronaldo Vainfas: “... uma prática corriqueira nas guerras daquela época.”²⁹⁹

No entanto, a produção escrita dos membros e associados do IHGRN não foi a única indicação sobre a descrição deste território como capitania do Rio Grande no período colonial. A cartografia histórica de origem portuguesa produzida no século XVI, no século XVII e início do século XVIII, e os relatos escritos da época da presença holandesa no nordeste colonial na primeira metade do século XVII, além da produção das primeiras crônicas históricas do mesmo século, atestam a antiguidade das informações sobre este espaço, território conhecido como “potiguar”, bem como as relações dessas informações com o fenômeno da existência das casas fortes.

Nos relatos etnográficos e nas crônicas de viagem, por sua vez, as citações sobre as casas fortes no Rio Grande do Norte aparecem ainda no contexto da administração holandesa e do contato destes com os grupos indígenas, chamados genericamente pelos portugueses de “gentio Tapuia” ou simplesmente de “gentio bravo”, pela sua resistência e enfrentamento às determinações colonialistas através da guerra.

²⁹⁸ Idem. Pág. 22

²⁹⁹ Ronaldo Vainfas. Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.61.

No relato escrito por Joannes de Laet, em *“História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais”*, de 1636, o mesmo se refere a expedição do coronel Artichofsky, realizada em 1634, na capitania do Rio Grande:

“... no dia seguinte o atravessaram e depois outros dous com água até a cintura e acamparam n’uma casa vazia a oito léguas do Rio Grande. Havia ahi grande abundância de bois, dos quaes os Tapuyas abateram em pouco tempo maior número do que os nossos precisavam. À noite seguinte, depois de meia noite, puzeram-se de novo em marcha e ao amanhecer chegaram a uma casa quadrada, cercada com forte paliçada, ao redor do qual estavam ainda as palhoças... Descançaram ahi algumas horas porque deviam esperar a vasante do rio, que corria junto á casa”.³⁰⁰

Em outro relato de viagem, numa crônica sobre as atividades de um individuo chamado Jacob Rabbi, comenta o viajante Diogo Lopes Santiago, sobre os moradores da capitania do Rio Grande:

“... muito dinheiro e jóias, e cópia de fazendas que tinha Jacob, as quais havia roubado aos moradores do Cunhaú e do Rio Grande, e outros roubos que fez, e dinheiro que lhe deram os das casas fortes de Paraíba, por não lhe fazerem mal os flamengos e Tapuias.”³⁰¹

Mesmo que controversa entre os historiadores norte-rio-grandenses, a localização exata das ruínas da Casa de Pedra de Pium, o próprio Olavo Medeiros Filho atribuiu, pela distância proferida no relato e pelas características do rio indicado, ser esta a casa forte no

³⁰⁰ Joannes de Laet. *“História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais- desde o seu começo até o fim do anno de 1636”*. In: Livros VIII a XIII, Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1925, pág.465.

³⁰¹ Diogo Lopes Santiago. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira*. Apud: Olavo de Medeiros Filho. *No rastro dos flamengos*. Natal: FJA, 1989.

lugar hoje chamado de Pium, afluente do rio Pirangi, situada a aproximadamente seis quilômetros e meio da barra do Rio Potengi, no litoral.³⁰²

A cartografia produzida no século XVII e no início do XVIII, que pelo avançado conhecimento técnico e cartográfico militar holandês e o interesse político e econômico na terra dos índios tapuia, fez das terras do Rio Grande do Norte um espaço referenciado desde muito cedo. O recorte geral do território da capitania já tinha sido descrito em detalhes por Gabriel Soares de Sousa, em 1589, em que o mesmo delinea os limites da capitania ou donataria de João de Barros.

No entanto, apesar das descrições de Gabriel Soares, foi a cartografia produzida no século XVII, bem como os relatos holandeses do período de sua dominação no nordeste colonial, que verdadeiramente delinearão e apresentaram no plano da cartografia, não somente o litoral da capitania do Rio Grande e o seu recorte natural, mas também descreveram a hidrografia, identificaram as áreas relativas aos índios e mostraram em parte, o que havia para dentro do chamado “sertão”.

O mapa de Frederick de Wit, do século XVI, por exemplo, mostra além da hidrografia básica do recorte territorial litorâneo do Brasil dentro dos contornos da América do Sul a identificação dos grupos indígenas até então conhecidos e citados pelas crônicas e relatos de viagem. Em destaque do mapa de Frederick de Wit, se pode ver a identificação e o uso da terminologia de “tapuias” (Tapouyes) e “janduís” (Ianduin) situados ao norte e oeste do Rio Grande. No mesmo mapa, ao sul da barra do Rio Grande observa-se a referência a João Lostão (Juaon Lostao) e seu porto de pescaria, que provavelmente, foi segundo a historiografia norte-rio-grandense o construtor da “Casa de Pedra do Pium”, espaço depois reutilizado como casa forte, na guerra contra os tapuia, a partir de 1689, nesta capitania.

³⁰² Olavo de Medeiros Filho. No rastro dos flamengos. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

Em outro mapa, de Cornelius Danckert, datado de 12 de janeiro de 1640, mostra o recorte litorâneo das capitanias que estavam à época sob domínio holandês e nele Cornelius Danckert destaca os rios principais que adentravam o território destas capitanias, e entre estas figura o Rio Grande como província de domínio holandês. O mapa indica o Rio Grande ou Potengi e a identificação do Castel Ceulen (o Forte dos Reis Magos); a “Ponta Negro” (Ponta Negra); a “Ponta de Burses” (Ponta de Búzios); a Baía Formosa e “Baía Tryson” (Baía da Traição), nos limites com a capitania da Paraíba.

Em outra carta geográfica, esta do século XVIII, é um mapa produzido em 1719, por Nicolas de Fer, intitulado: “o Brasil descoberto pelos Portugueses em 1501 Que o nomearam Pais de Santa Cruz”, onde observa-se no recorte territorial referente à “Capitanie de Rio Grande” (capitania do Rio Grande), a identificação nesta cartografia do rio Potengi ou Rio Grande; a nomeação indígena correspondente à área dos “Tiguares” (potiguares), o rio Uarin (ou Ceará Mirim), o cabo de S. Roch (Cabo de São Roque); e as Salinas no limite com a capitania do Ceará.

No relato escrito de Gaspar Barléus, de 1647, acerca dos feitos do príncipe Mauricio de Nassau enquanto conquistador e governante das províncias holandesas desde a África até o nordeste colonial do Brasil acompanham os mapas que descrevem a hidrografia das costas da capitania do Rio Grande, e identifica também a presença da casa de João Lostão Navarro às margens de um dos afluentes do rio Pirangi (no mapa está escrito: Pirambí).³⁰³

Em outro relato, do marinheiro holandês Caspar Schmakalden, também se observa a identificação de uma casa situada nas margens de um dos afluentes do rio Pirangi (Pirambí), hoje rio ou riacho do Pium, local onde se fixou e residiu João Lostão Navarro, e que posteriormente, foi citada pela documentação oficial da Câmara de Natal como lugar utilizado

³⁰³ Gaspar Barléus. História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil (1647). Ed Fac-Símile, Recife: Fundação Cultural Cidade do Recife, 1980.

como casa forte para refúgio dos colonos das vizinhanças. Esses colonos, segundo o capitão-mor do Rio Grande, estavam apossados pelos índios tapuia que desciam rumo ao litoral, já no final da década de 1680.



Fig. 77 – Mapa que consta na obra de Gaspar Barléus. (1647), intitulada: “História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil”. Em destaque, a identificação do rio Pirangi e da casa forte de João Lostão.³⁰⁴

³⁰⁴ Reproduzido de Gaspar Barléus. (1647). História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil. Ed. Fac-Símile. Recife: Fundação Cultura Cidade do Recife, 1980.

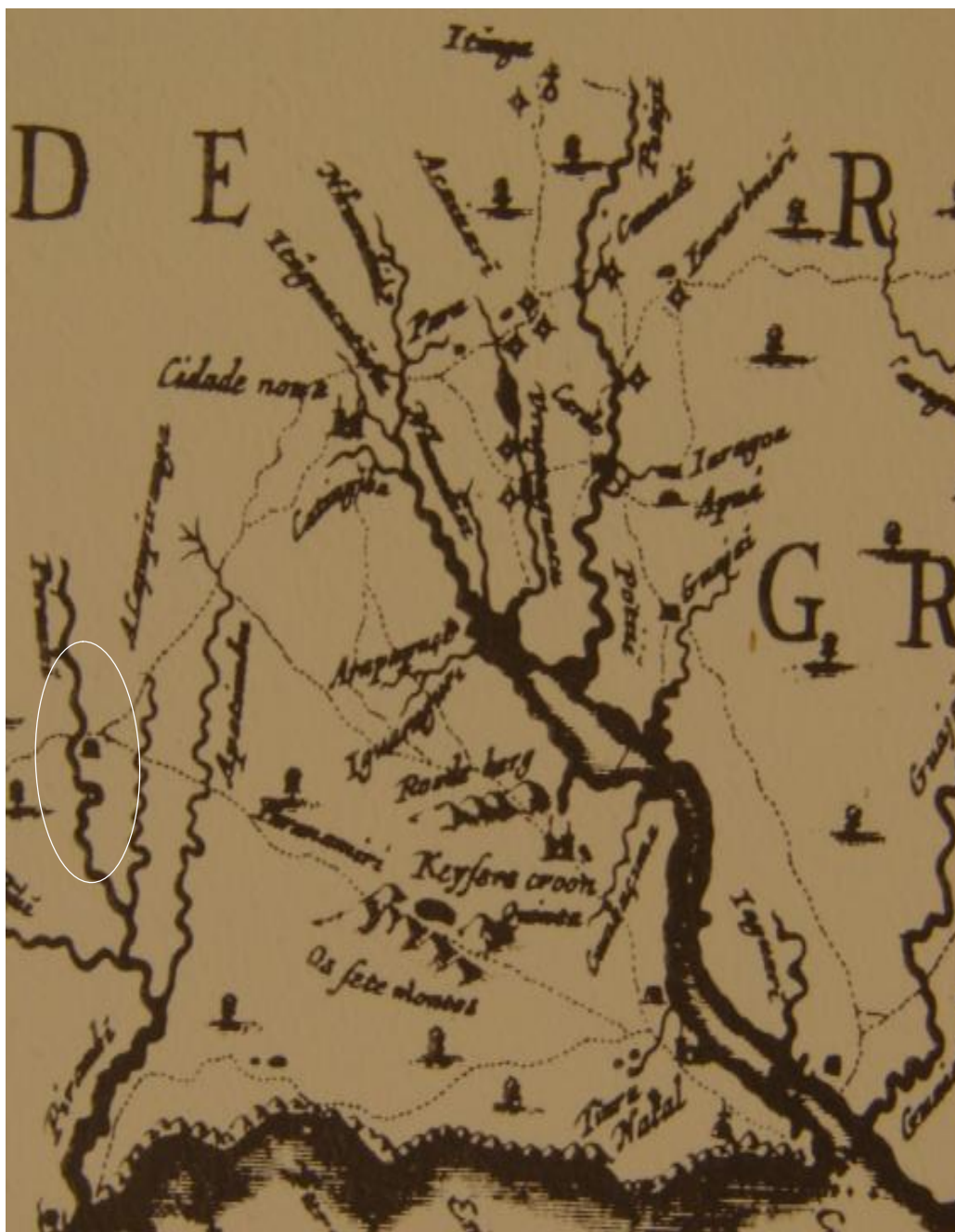


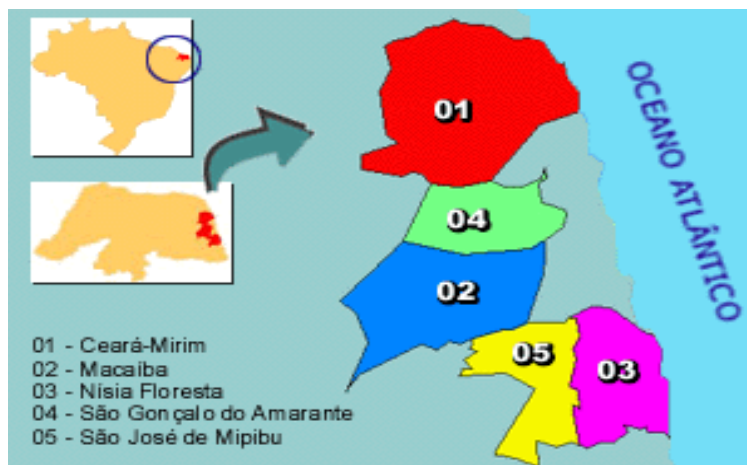
Fig. 78- Detalhe ampliado do mapa anterior localizando a casa forte de João Lostão, ou a Casa de Pedra do rio Pium.³⁰⁵

³⁰⁵ Idem.

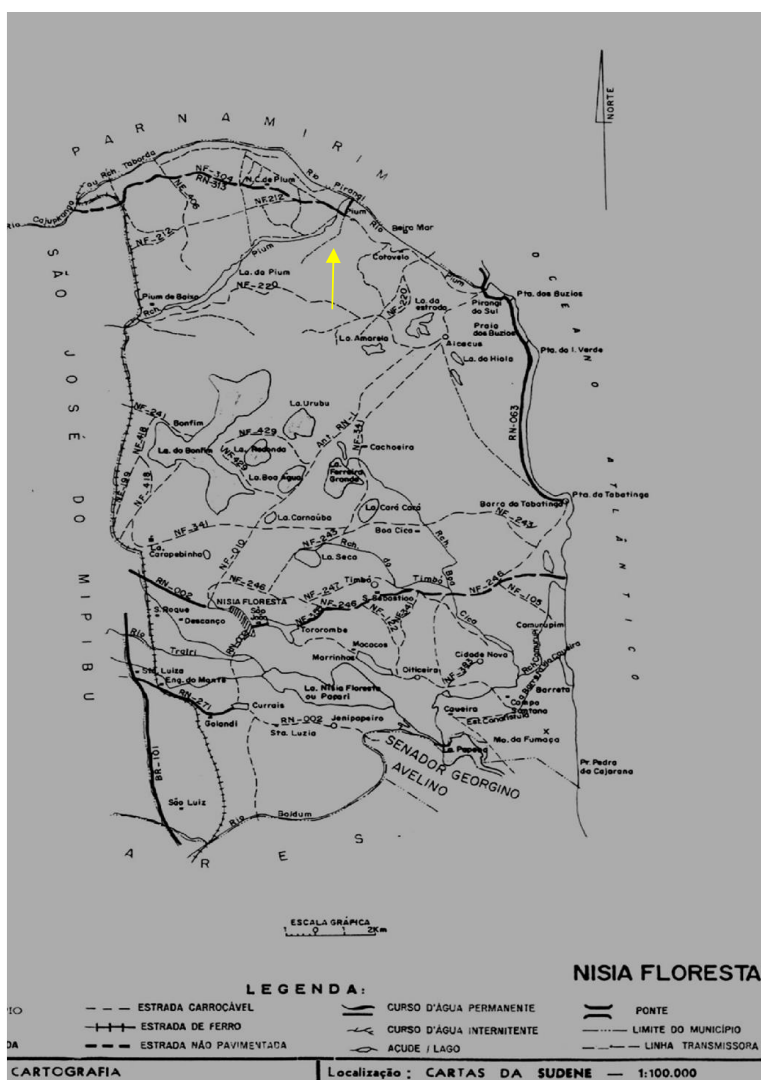


Fig. 80 - Detalhe ampliado do mapa de Caspar Schalkalden (1643), destacando a casa forte de João Lostão, ou a Casa de Pedra do rio Pium.³⁰⁷

³⁰⁷ Opus Cit.



Mapa 12 - Localização do município de Nísia Floresta (03) na micro-região de Macaíba – RN, em cujo limite norte se encontra as estruturas remanescentes da Casa de pedra do Pium.³⁰⁸



³⁰⁸ Fonte: www.citybrasil.com.br/ (acesso em agosto/2009).

Mapa 13 - Recorte do município de Nísia Floresta - RN com a localização geral do sítio da Casa de pedra do Pium.³⁰⁹



Fotografia 10 – Imagem de satélite indicando ao centro a posição da fazenda Coqueiros no município de Nísia Floresta – RN com o sítio arqueológico da Casa de pedra do Pium.

³⁰⁹ Fonte: Setor de Cartografia – Carta Planialtimétrica Escala de 1:100.000 – Município de Nísia Floresta – SUDENE, 1982.



Fotografia 11 – Imagem panorâmica de satélite indicando ao centro, na fazenda Coqueiros, as ruínas da Casa de pedra, sítio arqueológico situado num promontório vendo-se indicado no alto à esquerda, o riacho Pium.



Fotografia 12 - Vista da parte lateral da estrutura da Casa de pedra, desde as proximidades das margens do riacho Pium, no sentido oeste – leste. (Silva, 2008)



Fotografias 13 e 14- Vista lateral das estruturas do sítio Casa de pedra do Pium, desde o lado oposto do riacho Pium, no sentido leste-oeste. (Silva, 2008)



Fotografia 15 – Vista da parte lateral das estruturas do sítio Casa de pedra do Pium, desde o lado oposto do riacho Pium, no sentido leste-oeste com identificação de fragmento de cerâmica. (Silva, 2008)



Fotografia 16 - Vista frontal do sítio Casa de pedra do Pium, desde o que se considerou sua parte anterior, no sentido sul-norte. (Silva, 2008)



Fotografia 17 - Vista frontal do sítio Casa de pedra do Pium desde o que se considerou sua parte anterior, no sentido sul-norte. (Silva, 2008)



Fotografia 18 – Vista lateral do sítio Casa de pedra do Pium desde o que se considerou sua parte posterior, no sentido norte-sul. (Silva, 2008)



Fotografia 19 - Vista frontal do sítio Casa de pedra do Pium, desde o que se considerou sua parte posterior, mostrando o processo de desmoronamento e retirada de partes das seções de paredes. (Silva, 2008)



Fotografia 20 - Vista panorâmica da disposição das paredes internas da edificação, no sentido sul-norte, vendo-se ao fundo o litoral da cidade de Natal. (Silva, 2008)



Fotografia 21 – Vista panorâmica da disposição das paredes internas vê-se os detalhes no sentido sul-norte, e ao fundo a vegetação que segue o curso do riacho Pium. (Silva, 2008)



Fotografia 22 - Vista da disposição das paredes internas da estrutura do sítio no sentido leste – oeste, vendo-se ao fundo a vegetação que segue o curso do riacho Pium. (Silva, 2008)



Fotografia 23 - Visão parcial da disposição de paredes internas da estrutura, com o detalhe de uma das aberturas de janelas, no sentido leste-oeste, vendo-se ao fundo a vegetação da vertente ocidental do vale do riacho Pium. (Silva, 2008)



Fotografia 24 – Detalhe de uma das paredes com orificios quadrangulares que vazam as paredes e que aparecem na estrutura. (Silva, 2008)

Aspectos geoambientais do sítio arqueológico de Pium

A área litorânea onde estão localizadas as ruínas da casa de forte do Pium é caracterizada pela presença dos tabuleiros terciários do Grupo Barreiras, que torna estreita a planície costeira. São comuns os arenitos de praia (*beach rocks*) próximos ao litoral e aos campos de dunas.³¹⁰

O relevo da costa, com uma faixa contínua nos estados de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, é composto por uma morfologia plana a suavemente ondulada, com cotas que giram em torno de 30 a 40 metros, diminuindo à medida que se avança em direção ao mar.³¹¹ As exceções ficam por conta das dunas que alcançam cotas de até 70 metros.³¹² O Grupo Barreiras é a unidade basal que repousa sobre as rochas sedimentares mesozóicas ou sobre rochas cristalinas Pré-Cambrianas³¹³.

Os geólogos propõem a classificação das unidades quaternárias do litoral norte-riograndense nas sequências: quaternárias recentes e sub-recentes³¹⁴. As sequências recentes são aquelas que sofrem a ação dos processos deposicionais atuais, sendo formadas, portanto, por sedimentos inconsolidados. No litoral norte-riograndense, essa sequência é constituída pelos sedimentos de praia, pelas dunas móveis, pelos sedimentos aluvionares, pelos sedimentos de

310 SCHAEFFER-NOVELLI et al. (1990 apud. MUEHE, 1998), p. 296.

311 NOGUEIRA, A. M. B. O Cenozoico Continental da região de Natal-RN. In: *Coleção Textos Acadêmicos*. Natal: UFRN, 1982.

312 NOBREGA JÚNIOR, Orgival Bezerra da. *Aspectos físicos ambientais do município de Extremoz – RN*. São Paulo: UNESP, 1990.

313 Segundo NOGUEIRA (1982), o embasamento cristalino das bacias sedimentares costeiras do Brasil e mais particularmente o da costa leste potiguar pertence ao domínio da Província da Borborema. São constituídas por rochas graníticas bem com, rochas gnaissico-migmatíticas.

314 SILVA, R.L.C., NOGUEIRA graníticas bem com, rochas gnaissico-migmatíticas.

314 SILVA, R.L.C., NOGUEIRA, A. M.B. Estratigrafia da porção emersa da costa do Rio Grande do Norte. In: *Simpósio sobre processo sedimentares e problemas ambientais na zona costeira – Nordeste Brasil*, 1, Recife, Anais, 1995, 144-147.

mangue e por coberturas arenosas diversas (dos tabuleiros da Formação Barreiras e dos sedimentos de lagoas interdunares).

A sequencia sub-recente é representado por aquelas unidades quaternária que têm completado o seu processo de sedimentação, podendo ser litificadas ou não. Essa sequencia é formada pelas rochas da Formação Potengi, pelos *beach rocks*, pelas dunas fixas, pelos diatomitos, pelos travertinos e tufos calcários.³¹⁵ Os sedimentos aluvionares são encontrados nos terraços e planícies de mesmo nome, se constituindo por uma matriz argilosa, avermelhada, apresentando, também, unidades arenosas³¹⁶.

Os recifes são também referidos como *beach rocks*, compondo uma faixa quase paralela à costa atual, com espessura inferior a 5 metros e largura de até 50 metros. A sua composição mineralógica é similar à dos sedimentos inconsolidados das parias “... com até 80 % de quartzo, minerais pesados e fragmentos orgânicos.”³¹⁷ As dunas de largura variável distribuem-se paralelamente à faixa de recifes. Os tabuleiros da Formação Barreiras encontram-se situadas a oeste das dunas.³¹⁸

Os tabuleiros litorâneos, enquanto baixos platôs costeiros são limitados ao leste pela baixada litorânea e a oeste pelo embasamento cristalino. Aparecem de forma descontínua no litoral oriental, moldados nos sedimentos da formação Barreiras, com o desenvolvimento de coberturas arenosas e ferruginizadas, sob a forma de couraças. São extensas superfícies planas

315 J. J. H. Barros. Mapeamento de coberturas supra-barreiras no litoral do Rio Grande do Norte. Relatório de Graduação. Natal: UFRN, 2001.

316 L. B. F. Pereira. Mapeamento geológico, estratigrafia cenozoica e estruturação neotectônica da região costeira entre Ponta Negra, Redinha e estuário do Potengi. Relatório de Graduação. Natal: UFRN, 1999.

317 Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Volume. 23. Folha SB 24/25. Rio de Janeiro, 1981.

318 Luiz Martins da Silva Sobrinho. Esboço geomorfológico de um trecho do litoral norte-riograndense. Coleção Textos Acadêmicos. Natal: PRAREU, 1982.

ou pouco onduladas, com altitudes que variam entre 50 a 100 metros. Sobre essas superfícies podem ocorrer pavimentos de deflação, cascalheiras e lençóis arenosos.³¹⁹

Os sedimentos cenozoicos são os que têm maior representatividade nessa área com destaque para os do Grupo Barreiras, tendo na bibliografia várias denominações, sendo as mais frequentes: Série Barreiras, Formação Barreiras³²⁰ e Grupo Barreiras. O Grupo Barreiras ocorre em toda a costa, recobrando até 50 quilômetros para o interior.³²¹

A identificação e a caracterização do Grupo Barreiras têm sido baseadas em evoluções paleoclimáticas. A unidade basal foi identificada como sendo do Terciário (do Oligoceno, ou um pouco mais antiga). Esta unidade basal é a Formação Serra do Martins, que é um pouco mais antiga do que o Grupo Barreiras. Esta Formação repousa, então, sobre as rochas Pré-Cambrianas discordantes. Já a Formação Guararapes é considerada como do final do Terciário e início do Quaternário.³²² Mais recentemente foram obtidas datas, para o Grupo Barreiras, a partir do paleomagnetismo, e a estimativa foi pliocênica superior a pleistocênica.³²³

A identificação e a caracterização do Grupo Barreiras têm sido baseadas em evoluções paleoclimáticas. A unidade basal foi identificada como sendo do Terciário (do Oligoceno, ou um pouco mais antiga). Esta unidade basal é a Formação Serra do Martins, que é um pouco mais antiga do que o Grupo Barreiras. Esta Formação repousa, então, sobre as rochas Pré-

319 Flávia T. L. Melo. Mapeamento geológico, geomorfológico e geoambiental da região de Goianinha/Tibau do Sul (Complexo Estuarino Lagunar Jacu-Guarairas), Litoral Sul Oriental do RN. Relatório de Graduação. Natal: UFRN, 1997.

320 Esta definição é sugerida por MABESOONE et al. (1991), que classifica como sendo pertencentes à Formação Barreiras o pacote sedimentar heterogêneo constituído uma única unidade lito-estratigráfica com variações faciológicas devidas aos diferentes sistemas deposicionais. A Formação Barreiras é originária da acumulação de sedimentos de ambientes fluvial e litorâneo.

321 No interior os sedimentos da Formação Serra do Martins ocorrem em pequenas ilhas isoladas, como por exemplo em Portalegre / RN. (Projeto RADAMBRASIL, 1981, p. 157)

322 Projeto RADAMBRASIL, 1981, p 157.

323 Opus Cit. Pág. 8

Cambrianas discordantes. Já a Formação Guararapes é considerada como do final do Terciário e início do Quaternário.³²⁴

Os principais rios do litoral leste possuem amplas planícies de inundação, ocorrendo meandros e abandono de canais. Alguns desses cursos antigos são retomados pelo escoamento superficial resultando no adensamento da rede e na morfologia de lagoas. Em termos regionais, a drenagem mostra um padrão paralelo com direção preferencial SW-NE, evidenciando também um controle determinado pela tectônica da região – os rios ocorrem em linhas de falhamentos.

O litoral é caracterizado por um sistema de rios perenizados e lagoas. Os corpos lacustres e lacunares formam sistemas de lagoas interdunares, superpostas ao campo de dunas móveis, preenchendo depressões nos vales fluviais ou lacustres. Essas lagoas têm formas alongadas, são perenes ou temporárias, têm depósitos de diatomitos (Lagoa do Fogo, das Cutias, Lagoa da Mutuca, entre outras).³²⁵ As lagoas interdunas são originadas pela deflação, quando ocorre o rebaixamento das superfícies e a exposição do lençol freático.

A localidade de Pium está situada numa região de solos férteis e que marcam na microeconomia do Rio Grande do Norte uma área que, historicamente, sempre se destacou pela facilidade de se cultivar diversos tipos de plantas frutíferas, a horticultura e a cultura de leguminosas. A qualidade dos solos e o regime permanente de chuvas, característico da zona litorânea, também participam nas condições favoráveis ao cultivo de vegetais nestas terras durante quase todas as épocas do ano.

Do ponto de vista hidrográfico, a localidade está situada dentro da microbacia do rio Pirangi e se constitui num ambiente natural beneficiado pelo clima litorâneo e com terrenos

324 Projeto RADAMBRASIL, 1981, p 157.

325 MELO, F. T. L. Op. cit., p. 43.

com constante umidade. Também, se destaca pela presença de recursos hídricos perenes, o rio Pirangi e do seu afluente o rio Pium, que atualmente, mesmo já bastante açoreado em suas margens, constitui excelente recurso natural hídrico junto com a lagoa de Pium e outras mais nove lagoas situadas dentro do município de Nísia Floresta. São estas as lagoas: da Estrada, Amarela, da Hiola, do Urubu, Boa Água, Redonda, Ferreiro Grande, de Nísia Floresta ou de Papari (área de fundação de uma Missão Jesuítica no século XVIII) e a maior delas, a lagoa do Bonfim, que hoje serve como fonte de água para a adutora Monsenhor Expedito, que foi instalada na década de 1990 e que abastece grande parte dos municípios situados na zona litorânea, inclusive a cidade de Natal.

Todas estas lagoas e rios já citados aqui, além dos dois rios localizados nos limites do município de Nísia Floresta com os municípios de Parnamirim e São José do Mipibú, que são o riacho da Taborda e o rio Cajupiranga, se constituem em recursos naturais essenciais para a sobrevivência das comunidades ali localizadas. (ver mapa hidrográfico). Nesta mesma área de concentração lacunar existiram antes grandes aldeias de índios tupis (potiguares) localizadas nas proximidades destas lagoas e que foram identificadas na cartografia dos séculos XVII e XVIII e pelos relatos etnográficos históricos desde a colonização.

A localidade do Pium abrange duas circunscrições administrativas que são a do município de Parnamirim e do município de Nísia Floresta. A localidade está dividida em termos etnômicos e toponômicos de acordo com as duas seções do rio Pium, definidas pela própria tradição oral dos moradores antigos do local e também reafirmada pela implantação de projetos governamentais de colonização realizados na década de 1950. O rio ou riacho do Pium deságua no rio Pirangi, e este desemboca no Oceano Atlântico e marca os limites setentrionais da localidade. A lagoa que está situada bem na área central divide, naturalmente, as duas partes da localidade denominadas de: “Pium de Baixo”, para as terras banhadas pelo

rio Pium e situadas a oeste e a outra parte da localidade chamada de “Pium de Cima” que está situada na direção a leste da lagoa. (ver mapa).

A fazenda de nome “Coqueiros”, que é a propriedade privada onde estão situadas as ruínas identificadas da Casa de Pedra está localizada nos limites entre as duas partes do Pium, numa posição privilegiada na paisagem, pois as ruínas encontram-se colocadas no topo de uma das nove encostas íngremes existentes em toda a extensão do curso do rio e que possuem altimetria de 200 a 300 metros em relação ao nível do mesmo rio. Do local onde se localizam as estruturas de ruínas se podem observar a cerca de duzentos metros de distância e cerca de cinquenta metros de declive do local, o curso do rio Pium, e da mesma encosta avista-se no horizonte, na direção nordeste, o campo de dunas que delinea o litoral nas imediações da cidade de Natal.

Os recifes ou “beach rocks”, chamados de “pedra de praia” podem ser facilmente observados ainda hoje na linha das praias nas proximidades onde deságua o rio Pirangi, situado a nordeste da localidade de Pium. Nesta linha de praia, a presença das “beach rocks” tornou-se parte de citações constantes dos historiadores que se debruçaram sobre a questão da navegação nos rios litorâneos da faixa da Mata Atlântica e dos naufrágios no território norte-rio-grandense. O historiador Olavo de Medeiros Filho, por exemplo, se refere em três de seus livros: “Tempo dos Flamengos”, “Aconteceu na capitania do Rio Grande” e “Naufrágios na costa do Rio Grande”, que desde o relato de Gabriel Soares de Sousa no século XVI, houve uma preocupação das autoridades portuguesas com as constantes incursões de piratas na desembocadura do rio Pirangi, na Barra de Tabatinga e na Praia dos Búzios, que são regiões limítrofes do atual município de Nísia Floresta (ver mapa hidrográfico). Segundo Medeiros Filho, no período colonial esta área constituiu uma das principais zonas de Portos de Pescaria e navegação para dentro do território potiguar só perdendo para a navegação de médio e

pequeno calado nas bacias do rio Jundiá e Potengi, rio que desemboca no Atlântico, exatamente na área onde está localizada a Fortaleza dos Reis Magos. Além disto, o mesmo historiador refere-se ainda ao costume de utilizarem-se tais pedras de praia como lastro dos navios de pequeno calado que adentravam o curso destes rios rumo às áreas ainda não povoadas pela colonização no final do século XVI e durante o XVII.

A costa potiguar, assim é formada por ecossistemas bastante diversificados. Os campos dunares, manguezais, recifes, estuários e sistemas de lagoas costeiras compõem este quadro natural. Baseado nas características próprias, vigentes em cada porção, pode ser dividido em litoral oriental e setentrional.

A porção oriental do litoral norte-rio-grandense é bem dotada em recursos hídricos, como lagoas, rios perenes de maior porte, variadas formações lagunares e lacustres. Os rios, nesse setor, apresentam trechos retilíneos orientados desde o interior, esses trechos, às vezes, são intercalados com setores de meandros, desde a cabeceira até a desembocadura. *“Este rios estão sujeitos ao controle tectônico resultante das estruturas de embasamento cristalino com posterior reativação no quaternário”*³²⁶. Ocorrem também lagoas alinhadas dentro de vales.

327

Os estuários de rios são mais frequentes e há ocorrência de falésias instáveis e estáveis. Os principais cursos de rios apresentam-se perenizados, sendo os principais: os rios Maxaranguape, Ceará-Mirim, Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú. Outros recursos hídricos são constituídos pelas lagoas temporárias e pelas lagoas perenes, as mais importantes são as de Guaraíras, Papeba, Bonfim e Extremoz.

326 BEZERRA, F. H. R.; SADI, A. Moreira, JAM. Estruturação neotectônica do litoral de Natal/RN, com base na correlação entre dados geológicos, geomorfológicos e gravimétricos. In.: *Simpósio Nacional de Estudos Tectônico*. Belo Horizonte: 1993.

327 Elias Nunes. *Aspectos morfo-estruturais, fisiográficos e de coberturas de alteração intempéricas da Grande Natal (RN), como base para o macrozoneamento Geo-ambiental*. São Paulo: UNESP, Tese de Doutorado, 1996.

O clima dessa parte do litoral se caracteriza como sendo tropical úmido, sofrendo influência das massas de ar oceânicas, que ocasionam invernos chuvosos e verões secos. Sua temperatura é em média de 26°C, possuindo uma amplitude térmica em torno de 3° C. A proximidade do Atlântico é responsável por uma elevada umidade relativa do ar, em torno de 85%, nos meses chuvosos, e 75% nos meses secos. E é esta parte do estado que tem maior precipitação pluviométrica por volta de 1600 mm. O clima é classificado como ‘AS’, tropical chuvoso com precipitação em torno de 1500 mm anuais.³²⁸

A vegetação característica da área é mais frequentemente constituída por formações vegetais de restinga, da Mata Atlântica e dos Tabuleiros litorâneos³²⁹. Tal cobertura vegetal é o resultado da interação entre fatores como o clima, o solo e os efeitos do clima tropical úmido, sendo composta por manchas remanescentes da vegetação nativa, a Mata Atlântica, por vegetações de cerrado e caatinga.

Os tipos de coberturas são, principalmente, as de restinga arbustivo-arbórea rala, savana arbóreo-arbustiva e a dos campos dunares. A cobertura das áreas de restingas é caracterizada por espécies de tipo “...arbustivo-arbórea rala que não chega a cobrir totalmente o solo, ocorrendo seus elementos isoladamente na forma de pequenas manchas densas que deixam por vezes o solo descoberto.”³³⁰

Destacam-se as seguintes espécies: Cajueiro (*Anacardium occidentale*), murici (*Byrsonima sp*), ameixa (*ximenia americana*), araçá (*Psidium sp*), coaçu (*coccoloba cardifolia*), pau-ferro (*cassia apoucourita*), Batiputá (*ouratea fieldingiana*), macaranduba (*nanilkara triflora*), mimosa (*Leptantha*), carne-de-vaca (*cassia brachystachya*). A formação

³²⁸ De acordo com o sistema de KÖPPEN.

³²⁹ “Semelhante a algumas elevações costeiras do Quaternário”. Na área em questão, os tabuleiros são formados pelos sedimentos do Grupo Barreiras. (SOBRINHO, Opus. cit. p. 19)

³³⁰ IDEC. Macro zoneamento costeiro do Rio Grande do Norte: setor costeiro Maxaranguape - Touros /RN. Natal: 1989.

de tipo arbóreo-arbustivo é formada por árvores isoladas ou de grupos de árvores e arbustos sobre um estrato herbáceo ralo e descontínuo. As principais espécies são a mangabeira (*Hancornia speciosa*), o cajueiro bravo (*coccoloba ratifolia*), o caju-azedo ou cajuí (*anacradium sp*), a angélica (*guettarda angélica*) e o angelim (*Andira sp*).³³¹

A cobertura dos campos dunares móveis, dominantes na região, é “... predominantemente herbácea e bastante esparsa”.³³² O cerrado é do tipo arbóreo aberto, em alguns lugares de menor porte e esta formação está relacionada às áreas que sofrem queimadas.

A pesquisa arqueológica na casa forte do Pium

A realização das intervenções arqueológicas foi objeto de autorização/permissão de pesquisa junto à GEARQ/DEPAM/IPHAN. As pesquisas arqueológicas nos sítios foram respaldadas pela portaria de autorização de nº. 17, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de maio de 2008.

Estas pesquisas foram desenvolvidas no mês de julho de 2008 e os trabalhos de campo foram complementados com análises de laboratório dos dados colhidos do registro arqueológico (dos materiais e demais vestígios de atividade). As prospecções desenvolvidas complementaram as pesquisas históricas e etnográficas para caracterização das casas fortes, subsidiar seu tombamento e compor os dados de análise arqueológica intrassítio deste trabalho.

Como procedimentos de uma pesquisa arqueológica sistemática foram realizadas varreduras de superfície, escavações e coletas no sítio arqueológico do Pium, em Nísia

331 Ibid., p 112.

332 Id., 1989, p.112.

Floresta/RN. A pesquisa de campo na casa forte do Pium teve o objetivo de identificar, “*in situ*”, áreas com maior densidade de artefatos em superfície, estruturas arquitetônicas, vestígios de atividades antrópicas, arranjos espaciais e setores escaváveis que guiassem as prospecções arqueológicas.

A avaliação desses remanescentes e demais vestígios materiais relacionados à ocupação do sítio do Pium foi realizada a partir de pormenorizada observação da superfície e do seu entorno, do registro fotográfico e da produção de planta baixa dos remanescentes identificados.

Os remanescentes históricos no sítio foram identificados como sendo de paredes em pedra, com argamassa de pedra e cal, de restos construtivos constituídos de pedras de fundações, de paredes, tijolos, telhas e demais restos e louçaria histórica.

Os remanescentes arquitetônicos encontram-se localizados no alto de uma colina de onde se divisa o curso do rio Pium e mais ao longe, no horizonte, o oceano. O material construtivo empregado na edificação é constituído por blocos de arenito ferruginoso (*beach rocks*) de formas arredondadas ou ligeiramente irregulares. Os blocos maiores têm dimensões aproximadas de 40 a 58 centímetros e os menores de 6 a 10 centímetros. Os blocos maiores estão localizados diferencialmente nas paredes desde as partes mais baixas até as mais altas. Os blocos rochosos foram posicionados nas paredes e os espaços resultantes entre estes foram preenchidos com os blocos menores e com argamassa.

A utilização da técnica construtiva resultou em uma edificação com paredes e demais elementos da estrutura (vãos de portas e janelas) bastante regulares em termos de espessura e composição de blocos rochosos. A espessura das paredes tem a medida de 80 cm, e mantém essa espessura em toda a estrutura da edificação.

Ressalte-se a existência de elementos estilísticos que emprestam à edificação um invulgar aspecto de diferenciação em suas linhas arquitetônicas. Os vão das portas e janelas são encimados por arcos semi-rebatidos e ressalta-se, ainda, a existência de cunhais. Em linhas gerais a edificação apresenta atualmente problemas de conservação, em especial, rachaduras e perda da matriz da argamassa em razão da exposição aos agentes naturais. Um setor da edificação teve as paredes destruídas restando apenas as bases e uma porção de parede que lhe estava integrada. (ver fotografias 19 a 24).

Em termos do registro arqueológico, percebe-se a dispersão de restos que antes estavam integrados à edificação como blocos de rocha e fragmentos de tijolos, telhas e porções de argamassa, além de escassos fragmentos de louçaria histórica e cerâmica utilitária torneada. Ressalte-se ainda o achado de um fragmento de borda de faiança portuguesa com listéis azul e vinhoso (séculos XVII e XVIII).

Partindo-se das informações do levantamento bibliográfico e de toda a pesquisa documental e etnográfica, podem ser construídas hipóteses que foram testadas a partir da análise dos dados obtidos do registro arqueológico.

Assim, com as prospecções arqueológicas se buscou em primeiro lugar, identificar em termos funcionais as estruturas construtivas remanescentes. Em segundo lugar, analisar as relações espaciais mantidas entre os remanescentes arquitetônicos, os demais arranjos de artefatos e vestígios de atividade e suas relações com a paisagem. Em terceiro lugar, a pesquisa arqueológica buscou analisar os restos arquitetônicos e demais vestígios materiais do registro arqueológico em suas relações temporais, para responder a questão da contemporaneidade, para assim, em quarto e último lugar, estabelecer em linhas gerais a história da ocupação do sítio.

Em termos de metodologia arqueológica foram realizadas sondagens a partir da abertura de quadrículas dispostas de forma a fornecer dados sobre a estratificação dos sedimentos externos às estruturas e também no espaço interno dessas. Uma sondagem externa chegou à profundidade de 1 metro e 50 centímetros no qual foi evidenciada uma estratificação homogênea, formada por sedimentos areno-argilosos avermelhados sem quaisquer evidências de atividade humana ou artefatos.

Outras sondagens foram realizadas nas principais entradas da edificação para a evidenciação de soleiras ou estruturas com tijoleiras. As três primeiras quadrículas abertas nessas situações evidenciaram estruturas em pedra idênticas às das paredes da edificação e da mesma argamassa. Nos primeiros 10 centímetros de sondagem foram evidenciados restos construtivos oriundos do desmonte da edificação e alguns artefatos.



Fotografia 25 – Sondagens de 01 a 04, no espaço externo à edificação. (Medeiros, 2008)



Fotografias 25 e 26 - Sondagens (1 a 5) externas à edificação. (Medeiros, 2008)

A sondagem de número 4 (quatro) foi realizada ao rés da porta lateral da edificação, e da mesma forma que na parte frontal da edificação, não foi evidenciada a existência de soleira, mas sim de uma base em pedras, argamassa e restos construtivos sem a ocorrência de cultura material.



Fotografias 27 e 28 – Delimitação de quadricula na sondagem 04 na abertura de porta lateral da edificação e detalhe da escavação na quadricula.

As sondagens internas à edificação tinham o objetivo de evidenciar estruturas em subsuperfície, além de identificar a estratificação do terreno. Nas sondagens de números 06 (seis) e 07 (sete) foi evidenciada a base em pedra e argamassa. No primeiro nível foi evidenciada uma camada formada por restos de pedras, tijolos e argamassa em uma matriz arenosa bastante concrecionada. Já nos níveis inferiores a matriz sedimentar era composta por sedimentos areno-argilosos com baixa frequência de vestígios de atividade ou artefatos. Observem-se as fotos que mostram os contextos evidenciados nas decapagens nestas quadriculas e em especial note-se a tijoleira cerâmica à base da porta.



Fotografias 29 e 30 – sondagens internas e externas nas quadrículas abertas na entrada da edificação. (Medeiros, 2008)





Fotografias 31 e 32 – Detalhe da foto anterior nas sondagens 06 e 07.



Fotografias 33 e 34 - Detalhe das sondagens 06 e 07 mostrando restos de argamassa e fragmentos de telhas.



Fotografias 35 e 36 – Sondagens realizadas na abertura de portas do compartimento central para o primeiro compartimento da edificação. (Silva, 2008)

Digno de nota são os fragmentos de faiança³³³ portuguesa com listéis azuis, vinhosos, verdes além de outros fragmentos já bastante erodidos nos quais o “vidrado e a camada de esmalte pumblífero” já não mais existia restando apenas o “biscoito”³³⁴. Destaque-se também o achado em superfície de um fragmento de malga em porcelana oriental em azul sobre branco, encontradas recorrentemente em contextos arqueológicos dos séculos XVII ou XVIII.³³⁵

333 Material de classe cerâmica intermediária entre a terracota e a porcelana, coberto com esmalte opaco e grosso como a formar uma camada. A produção portuguesa de faiança foi largamente importada para o Brasil. Ver: ALBUQUERQUE, P. T. de Souza. *A faiança Portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor*. 1991

334 Chama-se biscoito à superfície cerâmica que é recoberta por um esmalte opaco e grosso como a formar uma camada impermeabilizante e regularizadora.

335 LIMA, T. A.; FONSECA, M. P. R. da.; et ali. *A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro*. 1989 p. 205-230.



Fotografia 37 - Fragmentos de faiança portuguesa com listéis vinhosos coletado em superfície. (Medeiros, 2008)



Fotografia 38 - Detalhe da foto anterior do fragmento de faiança portuguesa.



Fotografia 39 - Faiança portuguesa com listeis verdes. Fotografia 40 - Detalhe da foto anterior.
(Medeiros, 2008)



Fotografias 41 e 42 - Fragmento de malga em porcelana oriental em azul sobre branco no local de coleta e em detalhe. (Medeiros, 2008)



Fotografias 43 e 44 – Quadriculas abertas na abertura de portas para o compartimento central da edificação, (sondagens 06 e 07) com detalhe da estrutura construtiva. (Medeiros, 2008).



Fotografias 45 e 46 – Detalhamento da estrutura construtiva evidenciada nas sondagens 06 e 07. (Silva, 2008)



Fotografias 47 e 48 – Detalhamento das quadriculas A e D vistas na fotografia 44.

A sondagem de número 08 (oito) foi realizada no maior compartimento da edificação e mostrou no primeiro nível uma mancha húmica de cor escura, provavelmente, devido à atividades antrópicas recentes. Foi aberta outra sondagem à frente, a de número 09 (nove). Nesta quadrícula foi evidenciada uma mancha de sedimentos argilosos com cal, avaliada de início, com sendo o remanescente de um piso de ocupação de terra batida. Esta hipótese acabou sendo refutada, pois ocorria isoladamente, não sendo evidenciada, nas demais quadriculas de números 09,10, 11 e 12, então, que foram abertas nesse espaço da edificação.

Outras evidências encontradas na quadrícula 09 (nove) permitiram construir inferências sobre a não ocorrência de piso de terra batida. Foram coletados também blocos de argamassa, fragmentos de coral e conchas nesta quadrícula.

A evidência encontrada na quadrícula 08 (oito) se tratava na verdade de um resto de argamassa do mesmo tipo da utilizada na fixação das paredes e demais estruturas construtivas da edificação. Nesta quadrícula não foram evidenciados demais vestígios de atividade, mas um fragmento de telha canal e fragmentos de coral e conchas.



Fotografias 49 e 50 – Vista geral do compartimento central da edificação com delimitação de quadrícula de sondagem 08 e com detalhe de escavação do 1º nível (15 cm).



Fotografias 51 e 52 – Detalhes de mancha húmica encontrada na quadricula de sondagem 08.



Fotografias 53 e 54 – Detalhes de mancha húmica no 1º nível e restos de argamassa no 2º nível de escavação.



Fotografias 55 e 56 – Vista das quadriculas de sondagem 08 e na sequência desta a sondagem de número 09 para evidenciação de restos de argamassa e fragmentos de telhas. (Medeiros, 2008)

Em superfície foram coletados fragmentos de faiança fina inglesa³³⁶ de fins do século XIX e cerâmica torneada. Nas demais quadriculas abertas neste espaço da edificação foram evidenciadas a mesma estratificação encontrada nas outras quadriculas: um primeiro nível composto por uma camada de fragmentos e restos construtivos e nos níveis inferiores camadas areno-argilosas que mostraram escassos materiais culturais. Na quadricula 11 (onze) chegou-se à base do alicerce da parede a 50 centímetros abaixo do atual nível de sedimento. Na quadricula 10 (dez) foi evidenciado um piso de terra batida mais regular do que a camada encontrada nos primeiros níveis das demais quadriculas que mostraram uma matriz areno-argilosa menos regular devido à presença de restos de tijolos, pedras e argamassa.

336 Terminologia inglesa para as faianças finas compõem uma classe cerâmica intermediária entre a faiança e a porcelana. Queimada a alta temperatura e produzida em escala industrial abarcou o mercado consumidor das faianças a partir do final do século XVIII. A respeito das faianças finas ver: ALBUQUERQUE, P. T. de Sousa. *As faianças finas dos sítios arqueológicos históricos brasileiros*, 1988.



Fotografias 57 e 58 – Fragmentos de louça fina e de louça tipo “blue edged” (século XIX). (Silva, 2008)



Fotografias 59 e 60 – Fragmentos de louça fina branca e cerâmica construtiva (telha). (Silva, 2008)



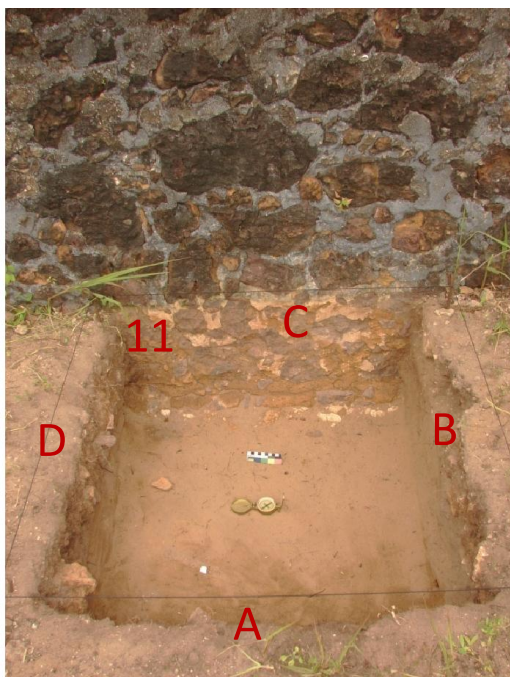
Fotografias 61 e 62 – Fragmentos de bordas de vasilhames cerâmicos torneados – alisado e unglado. (Silva, 2008)



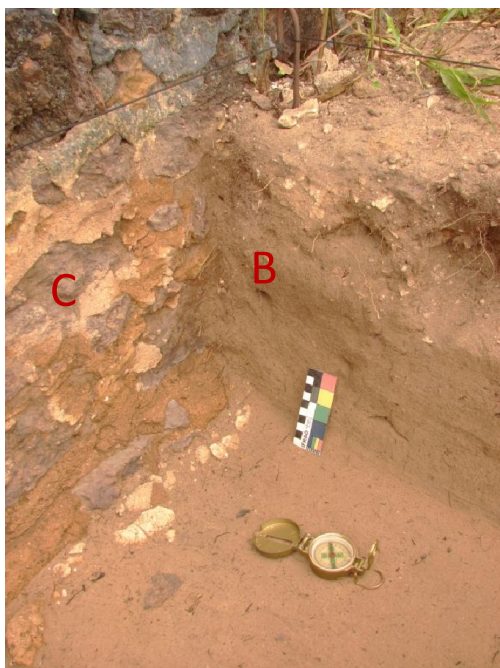
Fotografias 63 e 64 – Fragmentos de louça fina encontrados na etapa de limpeza e preparação de quadriculas na sondagem 11.



Fotografias 65 e 66 – Quadricula da sondagem 10 na abertura de porta do compartimento central da edificação e detalhe da escavação.



Fotografias 67 e 68 – Detalhamento da quadricula da sondagem 11 que foi aberta junto à parede do vão lateral do compartimento central da edificação.



Fotografias 69 e 70 – Detalhes de quadricula, sondagem 11, junto a parede, no 3º nível da escavação (52 cm de profundidade) o piso original. (Silva, 2008).

As sondagens realizadas no sítio arqueológico histórico do Pium possibilitaram chegar à conclusão de que quanto às matrizes sedimentares do sítio, ou seja, à sua estratificação: primeiramente, em todas as decapagens realizadas nas quadrículas no interior da edificação, foi evidenciado um primeiro nível formado pelo amálgama de restos construtivos (fragmentos de tijolos, pedras fortemente concrecionados e permeados por uma matriz areno-argilosa com cal). Neste nível muito, provavelmente, existiu um piso de terra batida regular que após o lento desmonte da edificação teve o acréscimo dos restos construtivos. Em seguida, pode-se fazer a inferência de ter existido um piso de terra batida e que pode ser sustentada pela evidenciação da superfície exposta na quadrícula de número 10 (dez), formada por uma matriz areno-argilosa à qual foi adicionada cal.

Também se levanta outra hipótese de que pode ter existido um piso de tijoleira, da qual foram encontradas dois exemplares na quadrícula 6 (seis), ao rés da porta. E os níveis inferiores são compostos por uma matriz areno-argilosa, na qual são encontrados em pequena quantidade restos construtivos (pedras, conchas, fragmentos de coral, cerâmicas e louçaria).

Da mesma forma, em seguida a isto, observa-se que os exemplares de cultura material encontrados apontam para eventos de ocupação num contexto luso-brasileiro de fins da primeira metade do século XVII, ao longo do século XVIII e XIX, o que indica uma reocupação do sítio que pode ser identificada em torno de uma continuidade de uso do contexto até fins do século XIX. Reforça esta hipótese o fato de que a tradição oral deste lugar explica o atual estado de ruínas da Casa de Pedra, pela retirada de pedras, ou seja, de seções inteiras e uniformes das paredes dessas ruínas da casa de Pedra do Pium para a construção de uma capela existente nas proximidades no atual presídio de Alcaçuz, situado no município de Nísia Floresta – RN.

Destarte, observou-se que a tipologia da edificação reforça a inferência da mesma encontrar-se inserida num contexto de ocupação luso-brasileira, como reforçado ademais pelos relatos históricos e a cartografia, principalmente, de origem holandesa, apresentado aqui bem como as suas relações tecnológicas com as edificações de casas senhoriais de engenho, comentadas no primeiro capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO VI - AS CASAS FORTES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA CASA FORTE DO CUÓ

O contexto da ocupação colonizadora no sertão da capitania do Rio Grande

O sítio arqueológico histórico do Cuó tal como é referido na historiografia norte-riograndense é um lugar de ocupação humana da fase de interiorização do povoamento colonizador na capitania do Rio Grande. Após a retirada dos holandeses na metade do século XVII, a Coroa portuguesa iniciou a ocupação colonizadora do espaço dos sertões do Estado do Brasil com as frentes de colonização ligada à expansão da criação de gado atividade que buscava suprir o abastecimento alimentar dos núcleos urbanos então existentes no litoral.

A criação de gado bovino, enquanto pecuária extensiva, não se constituiu na única atividade econômica nos sertões das capitanias do norte do Estado do Brasil que serviam como área fornecedora para os núcleos urbanos importantes da administração do espaço colônias capitanias do norte do Brasil. As atividades de criação de pequenos rebanhos de caprinos, ovinos e suínos, além de grande quantidade de famílias que viviam da produção de cereais, leguminosas e frutas tropicais nas terras localizadas nos arredores desses poucos núcleos urbanos litorâneos e cuja produção era realizada em pequenas propriedades de terra. Segundo a antropóloga Cristina Pompa, é preciso compreender que os colonizadores, enquanto interessados em terras de sesmarias, desejavam exercer a atividade pecuarista de forma extensiva nos sertões, mas na verdade, se utilizaram no seu discurso de uma dupla justificativa para a apropriação territorial.³³⁷

³³⁷ Cristina Pompa. *Religião como Tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru/SP: Edusc/Anpocs, 2003.

De um lado, os interessados justificavam e exigiam a doação e cessão de terras consideradas devolutas e vazias, mesmo que estas estivessem povoadas de grupos indígenas, os quais, porém, figuravam oficialmente na categoria de seres rebeldes, demoníacos, selvagens e que assim colocava em risco o trabalho dos colonos. De outro lado, justificavam que somente com a aquisição de grandes extensões de terras poderiam na verdade criar em grande quantidade esses rebanhos, que abasteceriam de carne e outros subprodutos do gado bovino, como o couro, as regiões e núcleos urbanos necessitados deste produto pecuarista.

Na verdade, este gado bovino já vinha sendo criado e utilizado em certa escala desde fins do século XVI, nos poucos núcleos colonizadores, como força de tração nos engenhos e engenhocas e no transporte de cargas. Este gado era criado nas terras de várzeas a poucos quilômetros de distância das áreas já colonizadas e estavam disponíveis em pequenos rebanhos para uso de força de tração e também para o fornecimento de carne para o consumo humano nesses poucos núcleos urbanos que eram centros do poder administrativo português nas capitanias.

Assim, os interesses na penetração dos sertões e na aquisição de grandes extensões de terra articularam dois elementos fundamentais neste novo processo de conquista. Primeiramente, as terras situadas nos sertões, ditas vazias e devolutas que foram cedidas e doadas em extensões nunca dantes experimentadas na colonização portuguesa, ou seja, a introdução do sistema de latifúndio pecuarista. E o outro elemento que foi a apropriação territorial colonialista neste mesmo espaço sertanejo, justificada pelos argumentos de se fazer a guerra justa contra o índio tapuia, considerado rebelde e selvagem, e assim, se pôde reafirmar o posterior extermínio destes.

As frentes de colonização iniciadas a partir das atividades agropastoris seguiram as vias principais de penetração para o interior através das chamadas ribeiras. As ribeiras, no

sentido colonial, na capitania do Rio Grande diziam respeito às terras circunvizinhas ao vale dos rios Piranhas e Açu, seguindo da Paraíba ao Rio Grande do Norte na direção norte, e as ribeiras do Mossoró e Apodi, ambas dentro do território do Rio Grande do Norte.³³⁸

A ocupação dos sertões não foi realizada sem que se seguisse a essa ocupação uma situação de conflitos e guerras declaradas contra os grupos indígenas.³³⁹ Os tapuias, como já tratados em capítulos anteriores, eram tradicionais inimigos dos portugueses, e em razão desse fato, estes mesmos colonizadores fizeram uso de unidades militares de apoio e consolidação de conquista territorial, sendo a casa forte do Cuó um importante exemplo dessa estratégia na capitania do Rio Grande.

Nos combates aos grupos indígenas tapuias rebelados a administração colonial e os colonos se utilizaram dos serviços dos sertanistas e bandeirantes, todos vindos da capitania de São Vicente, especialmente da Vila de São Paulo, como homens experimentados no apresamento de índios e na guerra contra estes. Na verdade, esses bandeirantes eram mercenários a serviço da causa do extermínio dos nativos da terra em troca da aquisição de benefícios, tanto em forma de recursos monetários quanto na aquisição de terras como premiação pelas conquistas. Além do fato que buscavam adquirir terras, já não tão disponíveis no contexto da Vila de São Paulo, cuja possibilidade agora se abria a partir da participação efetiva e continuada destes bandeirantes no mecanismo de guerra contra os grupos indígenas do sertão.

Organizados em forma de Terços, os agrupamentos de tropas regulares e irregulares sob o comando de um mestre de campo general, os terços dos paulistas se notabilizaram pela

³³⁸ De resto o processo de desbravamento dos sertões se deu em todo o Nordeste a partir da segunda metade do século XVII, após o fim da guerra contra os holandeses, na esteira da pecuária extensiva. Assim foram ocupados os sertões das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, além da margem pernambucana do rio São Francisco.

³³⁹ A guerra sem quartel que as forças do colonialismo português realizaram contra os indígenas dos sertões estendeu-se até meados do século XVIII.

violência que utilizaram para com esses grupos indígenas no nordeste colonial, e que sistematicamente, os exterminaram. Quando cativos esses indígenas, os homens adultos e velhos não eram poupados, e apenas as mulheres e as crianças eram deixadas com vida para serem reduzidos à escravidão.³⁴⁰

O sítio arqueológico da casa forte do Cuó

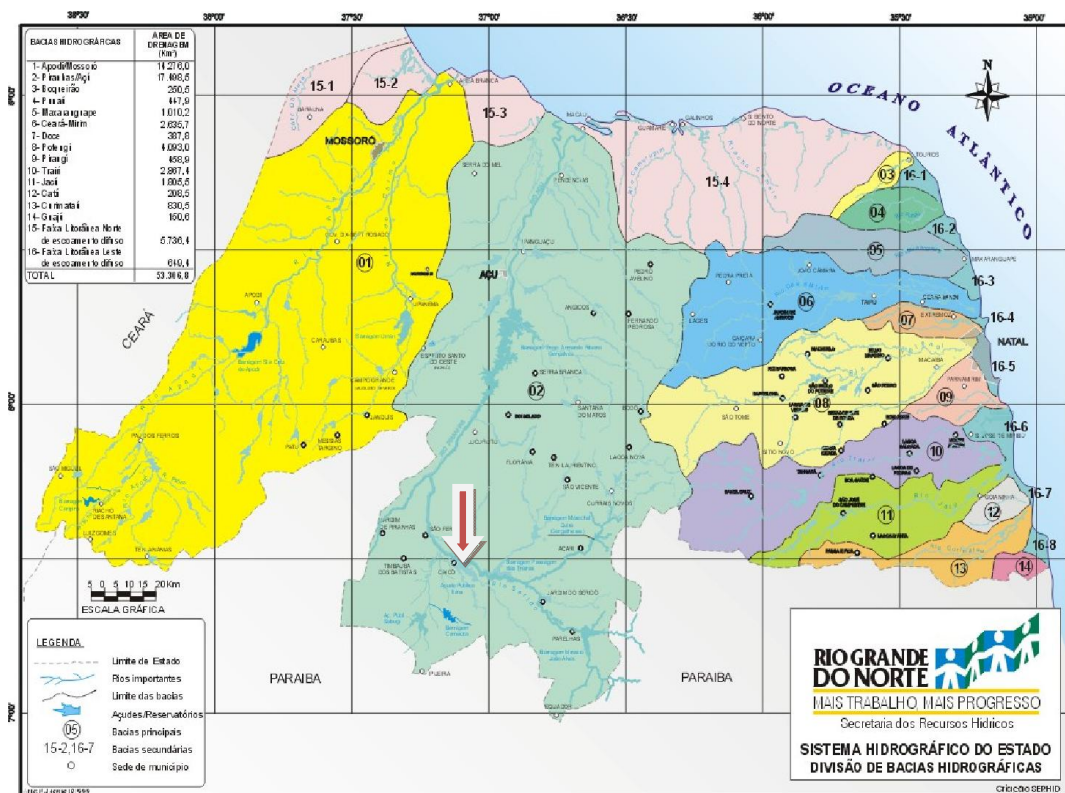
Olavo de Medeiros Filho menciona que a casa forte do Cuó, no contexto do sertão da capitania do Rio Grande no final do século XVII, foi construída na ribeira do Acauã, e o mesmo autor se refere a casa forte como sendo: “ a base física de operações contra o gentio”.³⁴¹ Sobre a construção da casa forte do Cuó, Olavo de Medeiros menciona que o coronel Antônio de Albuquerque da Câmara tratou de construir uma casa forte, para servir de aquartelamento às tropas sob o seu comando. Escolheu assim um ponto muito adequado, capaz de controlar a circulação de pessoas que porventura ocorresse nos rios Acauã (hoje o trecho é considerado como sendo o rio Seridó), Quipauá (atualmente Barra Nova) e Sabugi.

Tal ponto estratégico corresponderia ao sítio Penedo, atualmente um bairro na cidade de Caicó, e que está situado à margem esquerda do rio Seridó. Próximo a casa forte, ficava o atual poço de Santana, manancial de água, um fator indispensável à sobrevivência do Corpo de Ordenanças. Como já foi comentado neste trabalho, o Corpo de Ordenanças foi implantado na colônia para que se pudessem recrutar homens para que em tempos de guerra pudessem servir como soldados. Em torno da casa forte ficaram acampadas, certamente em choupanas de palha, as tropas empregadas no combate ao gentio tapuia levantado.³⁴²

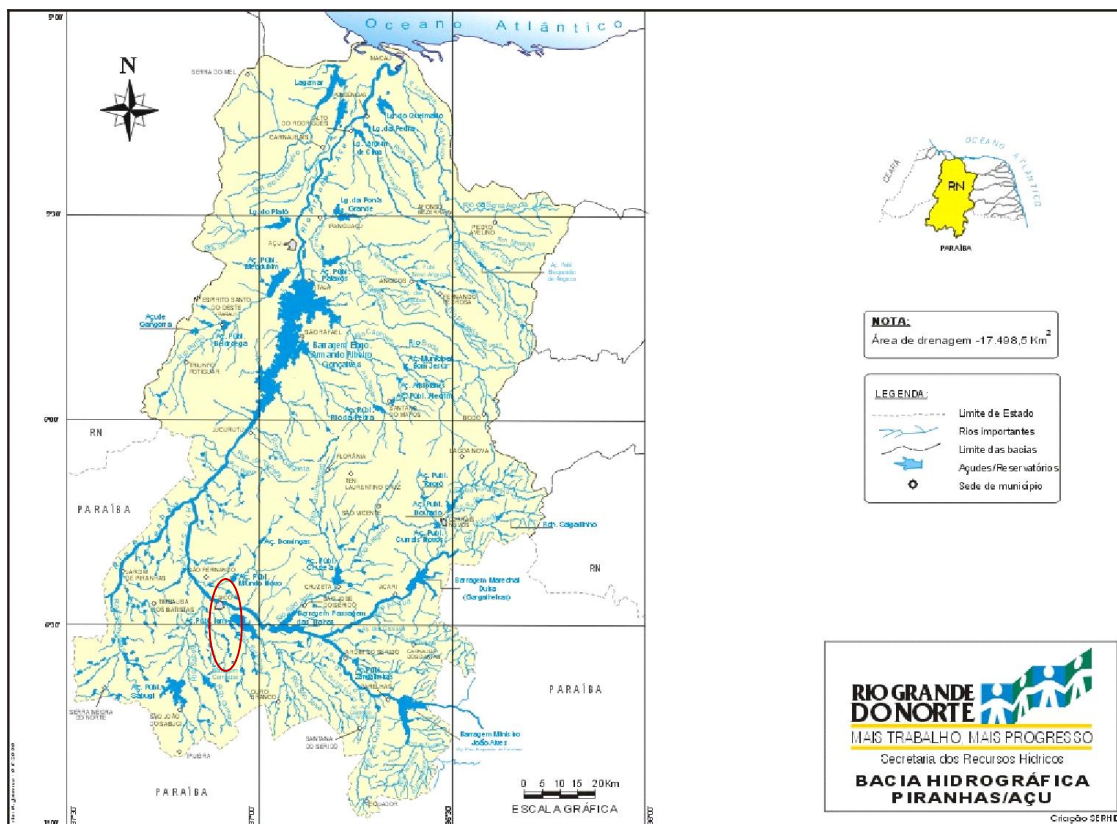
³⁴⁰ A proibição da escravidão dos índios corresponde à saída dos jesuítas (1759), entretanto a escravidão indígena foi a principal forma de trabalho no RN e durou até 1798. MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: EDUFRN, Cooperativa Cultural, 2002.

³⁴¹ Olavo de Medeiros Filho. *Índios do Açú e Seridó*. Brasília, 1984.

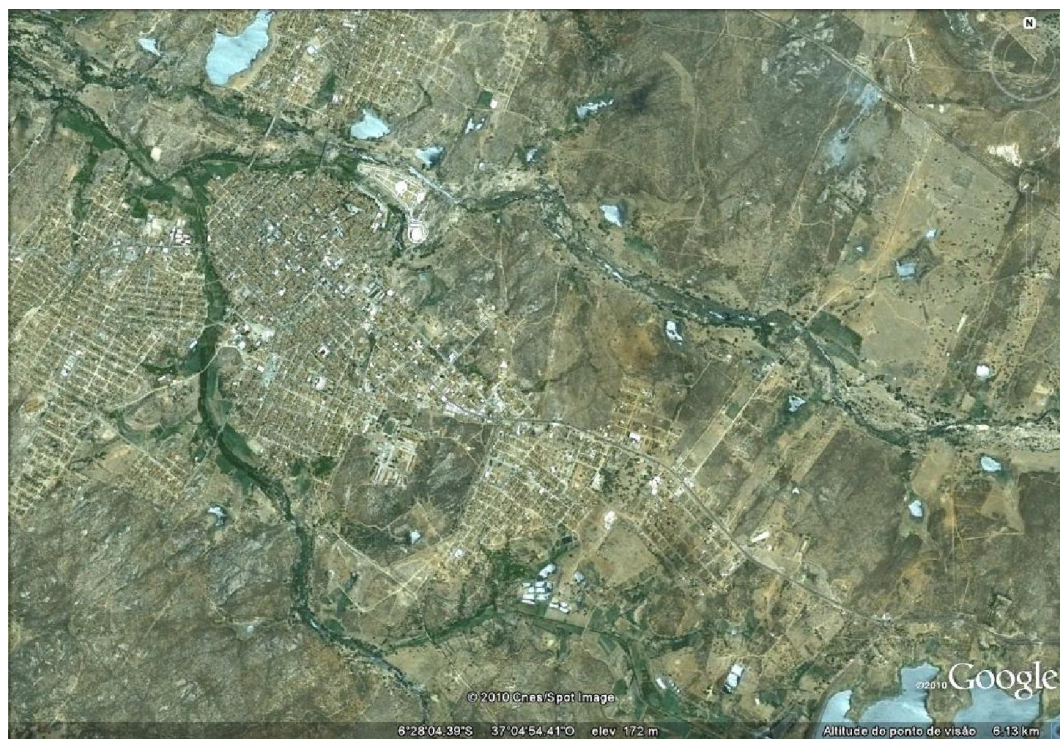
³⁴² Olavo de Medeiros Filho. *Verdadeira origem da cidade de Caicó*. O Poti. O Diário de Natal, 1986.



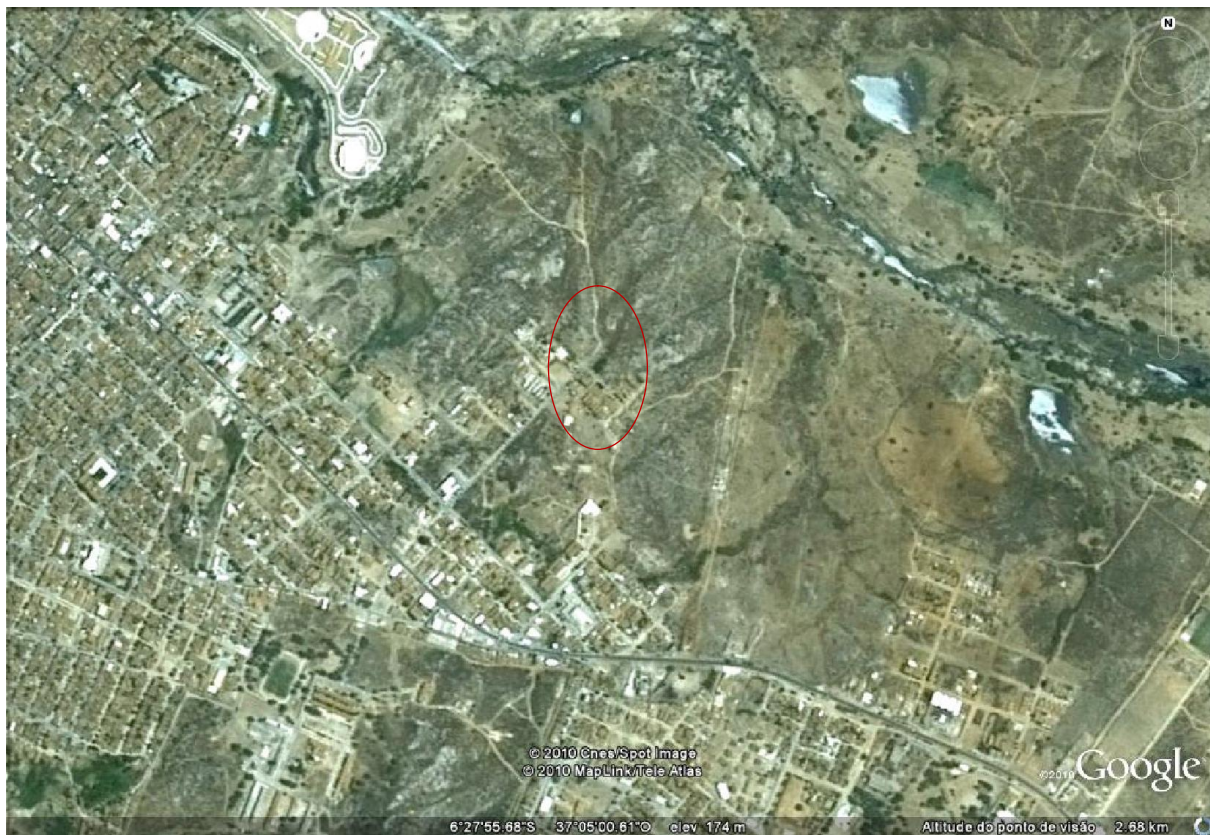
Mapa 14 - Localização geral da cidade de Caicó – RN, município onde está localizado o sítio da Casa forte do Cuó.



Mapa 15 – Localização do município de Caicó na hidrografia do estado e na bacia do rio Piranhas - Açu.



Fotografia 71 - Imagem de satélite da cidade de Caicó – RN, tendo ao centro da imagem o bairro do Penedo onde se localiza o sítio da Casa forte do Cuó e à esquerda o rio Seridó.



Fotografia 72 - Visão panorâmica do bairro do Penedo, com a identificação das três estruturas que estão distribuídas no sítio da Casa forte do Cuó.



Fotografia 73 - Vista lateral da estrutura de pedras e argamassa de cimento que está montada sobre o lajedo, observada pelo caminho que dá acesso ao sítio e que foi identificada erroneamente na historiografia como sendo as ruínas da casa forte do Cuó. (Silva, 2008)



Fotografia 74 – Vista frontal das estruturas de alicerces sobre o lajedo, com o detalhe do vértice da estrutura denominada de Setor A, no sentido oeste-leste. (Silva, 2008)



Fotografia 75 - Vista frontal (do vértice) da estrutura de alicerces no setor A, no sentido norte-sul. (Silva, 2008)



Fotografia 76 - Detalhe da espessura dos alicerces das estruturas presentes no setor A. (Silva, 2008)



Fotografia 77 - Estrutura remanescente no Setor A, vértice no sentido sul – norte, área que foi delimitada para escavação por ser a única área no Setor A com presença de sedimentos. (Silva, 2008)



Fotografia 78 - Detalhe da foto anterior, do vértice no sentido sul-norte onde se procedeu à limpeza para abertura de quadricula de escavação. (Silva, 2008)



Fotografia 79 - Visão geral no sentido oeste-leste das estruturas remanescentes evidentes no setor B após a limpeza para abertura de quadriculas.(Silva, 2008)



Fotografia 80 - Visão das estruturas no Setor B com a delimitação das quadriculas, identificando ao fundo (pontilhado) as estruturas do que se denominou Setor C, com uma estrutura feita de pedra, tijolos e argamassa de adobe da Casa forte do Cuó, de finais do século XVII. (Silva, 2008)



Fotografia 81 - Detalhe da extensão e espessura dos alicerces evidentes na primeira estrutura do setor B, mostrando ao fundo, evidenciados pelas escavações, vestígios de estrutura construída em tijolos. (Silva, 2008)



Fotografia 82 - Estrutura em pedras situada do lado oposto do Setor B visto na fotografia anterior, identificando a continuidade da ocupação nos séculos seguintes à existência da casa forte. (Silva, 2008)



Fotografia 83 - Estrutura remanescente da Casa forte existente no local, vista ao fundo, na continuidade do setor B, no sentido leste-oeste na direção da vegetação (seta) que a separa das margens do riacho Acauã a cerca de 250 metros de distância do sítio arqueológico. (Silva, 2008)



Fotografia 84 - Detalhe da continuidade lateral (Setor C) da estrutura com pedras, tijolos e argamassa de adobe vista na fotografia anterior no sentido norte-sul. (Silva, 2008)



Fotografia 85 - Visão geral da estrutura remanescente que se percebeu a mais antiga existente no setor C, vista no sentido oeste-leste (acima) e destaque para o amontoado de pedras limpas (abaixo), resultado do desmonte da estrutura para retirada de blocos de pedra. (Silva, 2008)



Fotografia 86 - Detalhe dos elementos construtivos da estrutura construída remanescente da Casa forte do Cuó presente no Setor C. (Silva, 2008)

1. O contexto geoambiental do sítio arqueológico da casa forte do Cuó

O Seridó, região no atual estado do Rio Grande do Norte, é a região em que está localizada a cidade de Caicó e o sítio arqueológico da casa forte do Cuó. Do ponto de vista geomorfológico esta região é caracterizada pela chamada “depressão sertaneja”, uma depressão interplanáltica formada por rochas cristalinas de idade pré-cambriana. As rochas da região pertencem ao período Pré-Cambriano Indiviso que é caracterizado por rochas gnáissicas, xistos quartzitos e migmatitos; granitos e granodioritos (do Pré-Cambriano Superior) As formas do relevo são, entretanto, plio-pleistocênicas, constituindo-se de pediplanos e pedimentos com a frequência de *inselbergs* (*ilhas de pedra*) e maciços residuais.

As cotas altimétricas mais elevadas variam entre 500 e 600 metros, que são as altitudes verificadas nos maciços mais elevados. As formações mais recentes estão compreendidas em altitudes que variam entre 250/500 metros e nelas são encontrados os cursos d'água que formam a rede de drenagem que é marcadamente intermitente. Nesta mesma área podem ser verificadas dobras, falhamentos, fraturas e movimentos tectônicos recentes que de certa forma rejuvenescem esse relevo.

As rochas e o relevo cristalino sofreram então ao longo do tempo, significativas modificações. A rede de drenagem característica desta área é, provavelmente, da era cenozoica. Esses elementos tectônicos originaram formas que controlam morfologicamente a área. As unidades morfológicas de maior porte são resultado de movimentos epirogenéticos de falhamentos, e são de idades relativamente recentes. Sendo também os processos de modificação interna e de modificação externa dessas unidades, os que produziram as feições geomorfológicas características para essa região.

São identificadas, além destas, outras formações sedimentares cenozoicas como a Formação Serra do Martins apresentando-se com formas tabulares, sendo esta formação composta por rochas areníticas terciárias, plio-pleistocênicas (arenitos caulíníticos, arenitos ferruginosos e lateríticos). Esta formação recobre terrenos do embasamento Pré-Cambriano. Os depósitos arenosos estão localizados nos vales fluviais conformando-se como terraços holocênicos.

Os solos eutróficos da região são compostos por componentes minerais, têm pouca profundidade, sendo o seu potencial de utilização em atividades agrícolas diminuído pelas chuvas intermitentes, pela pedregosidade e a rochosidade. Os solos agricultáveis se caracterizam por serem compostos por minerais não hidromórficos com níveis de acidez moderados a neutros. Esses solos se apresentam também com elevados níveis de

pedregosidade onde são observados frequentemente blocos, calhaus e matacões. Os solos litólicos são caracterizados pela reduzida capacidade de retenção de água, quando assolados pela insuficiência e irregularidade de precipitações e por ventos quentes e secos que ainda estimulam a evaporação, especialmente acentuada nas depressões interplanálticas e nas vertentes a sotavento, onde a umidade atmosférica é mais baixa em virtude do efeito orográfico.



Fotografia 87 - Exemplo de solo litólico. (Albuquerque, 2008)

Na geologia da região foram identificados o Complexo Caicó, o Grupo Seridó, e as formações Jucurutu, Equador e Seridó. (Projeto RADAM, 1981). O Complexo Caicó foi definido como um conjunto de rochas polimetamórficas de idade pré-cambriana inferior e média, constituído litologicamente de gnaisses variados, migmatitos com várias estruturas, incluindo lentes de anfibolitos e corpos granitóides, transformados em gnaisses.

A Formação Jucurutu é formada por rochas do tipo gnaisses variada, com intercalações de quartzitos, mármore, calcossilicáticas, anfibolitos, formações ferríferas e

xistos. As porções mais importantes desta formação são as calcossilicáticas e os mármore, pois nestas estão encaixados os depósitos de scheelita da área de Brejui – Barra Verde.

A Formação Equador é formada de quartzitos com xistos e gnaiss no seu interior e metaconglomerados na base e formação ferríferas no topo, com intensos fraturamentos e falhamentos.

A Formação Seridó é formada por xistos com granada, cordierita, andaluzita, silimanita e estauroлита, clorita-xistos e filitos subordinados. Esta formação engloba grande parte da Província sheelitífera da Borborema, e é cortada por inúmeros pegmatitos.

Os cursos de água superficiais também aproveitam essas características, refletindo no seu curso o sistema acima apresentado. São córregos que se encaixam em talvegues profundos, com água apenas no período chuvoso, com curso rápido e de corredeiras, com grande potencial de energia para carrear blocos de quartzitos dos mais diversos tamanhos, formando depósitos de *tálus* nas encostas e vales.

Por conseguinte, o solo é pobre, raso, recoberto de detritos das rochas e dos minerais, principalmente mica xistos, quartzitos, quartzo, mica e feldspato. Nas partes baixas predomina solo arenoso, formado de sílica e mica, sem cobertura de húmus. Em decorrência das condições litológicas e estruturais, da baixa precipitação pluviométrica (inferior a 650 mm/ano) e do clima árido, este solo constitui-se bastante pobre, o qual refletirá na vegetação, na utilização e na ocupação pelo homem.

Quanto à formação vegetal de estepe – caatinga esta é a predominante em toda região e em particular nessa área. Predomina a vegetação de meio porte, formada por unha de gato, espinheiro, jurema, xique-xique, entremeados de cactos, bromélias e gramíneas. Do ponto de vista climático, o município de Caicó está localizado no semiárido do estado do Rio Grande

do Norte. Seu clima é definido como do tipo BSHW (seco de estepe de baixa latitude) da escala de Koppen, configurando-se como um clima semi-árido. Com certa periodicidade a região é assolada por secas que têm reflexos graves na esfera social e econômica dos municípios.

A região do Seridó é abrangida pelo sistema hidrográfico do Piranhas-Assu, que tem vários tributários, e entre estes o rio Seridó. Os seus afluentes são de caráter temporário. (ver mapa hidrográfico) O vale do rio Seridó e de seus afluentes é considerado a região mais bem dotada de recursos hídricos em relação às áreas sertanejas limítrofes.³⁴³ A área apresenta uma formação vegetal de variedades caducifólias. As formações estépicas são formadas por espécimes xerófilas lenhosas decíduais associadas com plantas suculentas (como as cactáceas e bromeliáceas) e a um tapete herbáceo estacional, ou seja, de pequenas plantas e vegetação rasteira em determinadas épocas do ano. A fácies dominante da região é composta por uma caatinga arbustiva densa. Entretanto, são identificadas ainda manchas de caatinga arbórea próximas aos vales e de caatinga aberta utilizada para a atividade criatória pela população sertaneja.

A caatinga abrange uma área de 800 mil km cobrindo regiões semiáridas de nove estados do Nordeste do Brasil e mais o norte de Minas Gerais, e representa 18% da área da superfície do país. A caatinga é um bioma único e o seu complexo ecossistema tem uma diversidade florística significativa apesar de sua importância, sendo talvez o bioma mais ameaçado de destruição no país.

³⁴³ Gabriela Martin. *O Cemitério pré-histórico "Pedra do Alexandre" em Carnaúba dos Dantas, RN (Brasil)*, p. 43.



Fotografia 88 - Vista geral do lajedo do Cuó. (Albuquerque, 2008)



Fotografia 89 - Aspecto da vegetação no período seco. (Albuquerque, 2008)

Em termos de condições de recursos naturais para a ocupação humana, as pesquisas arqueológicas em pré-história que são realizadas há algumas décadas na região do Seridó norte-rio-grandense atestam a presença humana nesta região do Rio Grande do Norte no período inicial do Holoceno, há cerca de 10.000 anos BP, período que é definidor das zonas

climáticas atuais. Esses grupos humanos pré-históricos se estabeleceram nas proximidades destes cursos de água e utilizaram como refúgio e abrigo algumas dessas formações naturais de rochas graníticas e gnáissicas, já descritas aqui. Essas formações geológicas distribuem-se na paisagem e têm sido os locais em que se tem encontrado um grande número de sítios de ocupação humana pré-histórica nos municípios que hoje compõem a micro região do Seridó no estado do Rio Grande do Norte.

Segundo a arqueóloga Gabriela Martin, a datação arqueológica de 9.400 BP obtida dos restos ósseos, encontrados em forma de enterramentos, do sítio Pedra do Alexandre, no município de Carnaúba dos Dantas - RN, situado na região do Seridó norte-rio-grandense, reafirmam a antiguidade do povoamento pré-histórico nesta zona do atual semiárido nordestino.³⁴⁴

As indicações das datações arqueológicas obtidas nos sítios do sudeste do Piauí (São Raimundo Nonato), no estado de Pernambuco e na Paraíba e as da região do Seridó do Rio Grande do Norte, permitem dizer que esta área que é hoje o semiárido foi ocupada, seguidamente, desde finais do Pleistoceno Superior, até o Médio Holoceno, ou seja, entre 40.000 a 5.000 anos atrás, e demonstram a importância desses abrigos e dos recursos naturais existentes em suas proximidades para subsistência humana desde a ocupação humana pré-histórica.³⁴⁵

A grande quantidade de sítios pré-históricos identificados na região do Seridó norte-rio-grandense constituiu esta região, enquanto conjunto de sítios arqueológicos, como uma área arqueológica importante para o entendimento da ocupação pré-histórica tanto pelo quantitativo de vestígios encontrados, quanto também pelas datações arqueológicas obtidas

³⁴⁴ MARTIN, Gabriela. *O Cemitério pré-histórico "Pedra do Alexandre" em Carnaúba dos Dantas, RN (Brasil)*

³⁴⁵ Gabriela Martin. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife:UFPE, 1997.

em alguns desses sítios. Também, contribuiu para isto a grande quantidade de painéis de registros rupestres encontrados nos abrigos e paredões em vários dos municípios da região do Seridó. Esses mesmos registros rupestres pelas suas características tecno-estilísticas serviram de base para as classificações hoje utilizadas para analisar o universo gráfico rupestre pré-histórico no nordeste do Brasil.³⁴⁶

As indicações históricas da existência de grupos indígenas à época da colonização portuguesa nesta área dos sertões, identificados sob o nome genérico de Tapuia, eram, pois, grupos humanos adaptados a estas circunstâncias de recursos naturais relacionados a esses rios, que em seu curso, eram quase sempre intermitentes ou temporários e que exigiam desses grupos um sistema de vida sazonal. Isto é, estavam em constante deslocamento em função das condições de subsistência baseadas na coleta e na caça dos pequenos animais disponíveis nesse contexto natural e que variava de acordo com a época do ano.

As referências que se têm provenientes da etnografia histórica, por sua vez, também produziram informações acerca do sistema de vida e sobrevivência desses grupos indígenas dos sertões, identificando algumas das características dos seus mecanismos de subsistência, apesar da filtragem cultural dessas observações baseadas na clivagem produzida pelo olhar colonizador europeu da época moderna sobre esses povos nativos.

Os relatos dos cronistas holandeses, por exemplo, dão algumas indicações deste sistema de vida e de como se comportavam esses grupos indígenas dos sertões, os tapuia, quanto as relações de sobrevivência nessas condições naturais específicas dos sertões. No texto do cronista holandês Gaspar Von Barléus, o mesmo refere-se aos tapuia, como que:

³⁴⁶ Gabriela Martin. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1997.

“Vagueiam à maneira de nômades e não se detêm sempre em algum aldeamento ou territórios fixos, mas mudam de morada, conforme a quadra do ano e a facilidade de alimentação”³⁴⁷

E sobre a forma de alimentar-se, o cronista ainda revela que:

“A sua alimentação é simples: frutos agrestes, caça fresca, peixes e mel, sem temperos, nem condimentos. As mulheres idosas e estéreis vão buscar as raízes de que se faz pão. As mulheres moças, trazem amendoins para uso comum e preparam a comida”³⁴⁸

E sobre a natureza da terra habitada pelos tapuias, Gaspar Barléus continua em seu relato:

“Nos desertos durante o estio, tudo fica tórrido e seco por causa dos montes altíssimos e vales muito fundos e da reverberação dos raios solares. Entretanto, no mês de janeiro, caindo aspecto das chuvas bastante copiosas, reverdece e germina o solo, tornando-se ameníssimo o aspecto das campinas. As águas que se ajuntam nos abismos das montanhas os fazem caminhar ou parar durante o estio.”³⁴⁹

No relato de Elias Herckmann, sobre a capitania da Paraíba, o cronista acrescenta informações sobre os tapuias janduís ou tarariús situados na capitania do Rio Grande, e diz assim sobre estes índios:

“As terras destes se acham ao occidente do Rio Grande e Cunhaú. Não têm logares certos ou aldeias onde morem; vagueiam, ora demorando-se em um sítio, ora em outro. Na estação do cajú que é em novembro, dezembro e janeiro, descem ás praias, porquanto

³⁴⁷ Gaspar Von Barléus. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil (1647). (Ed. Fac-símile) Recife: FCCR, 1982, pág.260

³⁴⁸ Idem. pág. 261.

³⁴⁹ Id. Ibid. pág. 268.

pouco ou nenhum caju se encontra para o interior. Assim regulam-se pelas estações do ano para procurarem o seu alimento.”³⁵⁰

E sobre a alimentação e seus hábitos culturais, Herckmann declara que:

“A gula dos tapuyas é tal que, nas suas excurções, elles não podem demorar-se em um logar mais de dous a três dias; porquanto, tendo comido tudo o que há ahi, devem ir procurar outros sítios.”³⁵¹

A pesquisa arqueológica na casa forte do Cuó

A realização das intervenções arqueológicas foi indicada pela autorização/permissão de pesquisa junto à GEARQ/DEPAM/IPHAN. As pesquisas arqueológicas nos sítios foram respaldadas pela portaria de autorização de nº. 17, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de maio de 2008.

Estas pesquisas foram desenvolvidas no mês de julho de 2008 e da mesma forma que a casa forte de Pium, os trabalhos de campo foram complementados com análises de laboratório dos dados colhidos do registro arqueológico (dos materiais e demais vestígios de atividade). As prospecções desenvolvidas complementaram as pesquisas históricas para caracterização das casas fortes, para subsidiar seu tombamento e fornecer importantes dados arqueológicos para a pesquisa sobre as casas fortes como um todo.

Foram realizadas varreduras de superfície, escavação e coletas no sítio arqueológico de Cuó/Caicó/RN, pelo fato desse sítio histórico colonial apresentar características de

³⁵⁰ Elias Herckmann. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. Revista do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Tomo V, Ano 1886, pág. 279.

³⁵¹ Idem. Pág. 282.

reutilização do espaço construído, remoção de materiais construtivos que resultaram num complexo processo formativo do registro arqueológico.

Além disso, a historiografia identifica além da casa forte erguida no local a construção de uma capela. Os outros vestígios de atividades foram considerados como complementos das informações obtidas na evidenciação das estruturas durante a escavação. Esses elementos, em última instância foram produtos e indícios do processo de utilização do sítio e indicam que o mesmo apresenta momentos distintos de ocupação.

Entre os vestígios coletados foi dado ênfase aos materiais construtivos que sugerem que o espaço foi habitado e muito modificado ao longo do tempo. Portanto, foram considerados como testemunhos significativos de ocupação humana todos os artefatos, estruturas e demais vestígios indiretos ou fugazes da atividade humana nos sítios.

O método de trabalho no sítio consistiu em realizar, inicialmente, um levantamento topográfico completo do sítio, com plotagem das áreas escavadas e dos exemplares de cultura material.³⁵² Optou-se pela realização de sondagens, trincheiras, evidenciação de contextos e estruturas de superfície e coletas de exemplares de cultura material; além da documentação gráfica e fotográfica do sítio, com seu entorno ambiental, e em detalhe, dos vestígios e arranjos espaciais evidenciados.

³⁵² Para esta atividade foi utilizado um instrumento de Estação Total (modelo Topcom da Nikon e software AutoCAD 2007).



Fotografias 89 e 90 - Levantamentos Topográficos



Levantamentos Topográficos (Silva, 2008)



Fotografias 91 e 92 - Plotagem e coleta de material em superfície. (Silva, 2008)



Plotagem e coleta de material em superfície

A escavação realizada no sítio foi condicionada pelo registro, pela identificação dos contextos arqueológicos com maior potencial informativo, a existência de áreas de atividade e a possibilidade de leitura da distribuição qualitativa e quantitativa das estruturas arquitetônicas do sítio. Acrescente-se ainda a obtenção de amostras de material cultural e de materiais construtivos.

De forma adicional foram observadas também as evidências geomórficas que respondem pelos processos naturais de formação do registro arqueológico.³⁵³ Como ressalta o arqueólogo inglês Karl Butzer (1989) que os espaços ocupados e transformados pelo homem são resultado de uma equação complexa na qual interagem processos naturais, especialmente os da dinâmica geológica, e os processos culturais.³⁵⁴

O sítio arqueológico de Cúo apresenta contextos de superfície com elevada densidade de restos construtivos. Trata-se de tijolos, em sua maioria, fragmentados, fragmentos de telha canal, de tijoleiras, placas e blocos rochosos de gnaisse.

³⁵³ A identificação e controle dos efeitos dos fatores de modificação pós-deposicionais são os primeiros passos para a interpretação dos efeitos da ação sobre o ambiente de culturas extintas. Enquanto alguns autores afirmam que o registro arqueológico é estático se comparado ao domínio dos sistemas culturais, Schiffer, em especial, acentua a ação de agentes variados e complexos pertencentes aos domínios cultural e natural. Entre estes figuram a preservação diferencial das evidências da atividade humana, as modificações causadas por agentes biológicos, as causadas pelo homem como a reutilização de materiais, o abandono, o descarte e deposição do lixo, além das reocupações dos sítios arqueológicos que se conformam como fatores de perturbação pós-deposicionais que modificam o registro arqueológico. Para este autor a interpretação de um sítio arqueológico reside no estabelecimento de como se deu a transferência dos materiais de um contexto sistêmico a um contexto arqueológico e o que aconteceu com aqueles restos já no registro. A evidência fornecida pelo registro é formada por materiais com relações estáticas produzidas por sistemas culturais sujeitos a vigência de processos não culturais. Para este autor os processos de formação cultural (*C-transforms*) são aqueles processos pelos quais se depositam os itens como operações normais de um sistema cultural. Os *C-transforms* incluem também as ações humanas com reflexos nos eventos de modificações pós-deposicionais. Os processos de formação naturais (*N-transforms*) permitem que se identifiquem as interações entre os materiais culturais e os aspectos do meio ambiente não cultural de onde são recuperados. Este autor ainda recomenda eliminar as “distorções” introduzidas pelos processos de formação, tornando possível situar o contexto cultural do qual fizeram parte os artefatos. TRIGGER, B. G. **A history of archaeological thought**. Cambridge: University Press, 1994.

³⁵⁴ Ressalte-se que a equação final resultante dos processos de formação, é uma parte significativa do registro arqueológico, sendo factível isolá-los das distorções introduzidas pelos processos de formação. BINFORD (1983) Apud: TRIGGER, B. G. **A history of archaeological thought**. 1994.



Fotografias 93 e 94 - Restos construtivos em superfície: tijolo e bloco rochoso (Silva, 2008).

Foram coletadas amostras destes materiais para análise, já que há variabilidade entre estes indicando períodos de remobilização de materiais construtivos ao longo da história da ocupação do sítio. A sua dispersão foi o resultado de vários períodos de modificação pós-deposicional depois de ter o sítio deixado de ser ocupado. Adicionalmente foram coletadas amostras de argamassa para análise e caracterização granulométrica posterior. Macroscopicamente, a argamassa parecia ser composta de uma matriz areno - argilosa à qual foi adicionada cal.

Esta mesma argamassa demonstrava ter sido produzida a partir de duas partes acrescidas para cada uma das partes de cal, sendo uma de areia de grãos graúdos de quartzo (areia grossa de rio), matéria adicionada à cal e que se encontra presente no fundo do rio nas proximidades da edificação, e outra porção feita de material de matriz argilosa, proveniente do espaço do entorno do sítio, atualmente vegetado, e situado entre as ruínas da edificação e a margem do rio Seridó, localizado a cerca de 250 metros de distância destas. Pela observação

feita de parte desta argamassa que foi coletada na pesquisa, se pode perceber que se tratava de uma cal retirada de pedras calcáreas, ou seja, carbonatos de cálcio ou de magnésio ou mármore, e que não se apresentava completamente diluída em termos de engobo.

No mapa geológico da região do Seridó norte-rio-grandense, o município de Caicó está situado em duas unidades geológicas em que há presença de mármore e calcissilicáticas, que são a Formação Jucurutu e o Complexo Serra dos Quintos. Segundo Cybele Celestino Santiago, as matérias primas de que se podem extrair a cal são, tradicionalmente, os calcários marinhos (conchas, búzios e corais) e as rochas calcárias, porém há referências históricas ao uso de mármore e de outras rochas duras e pesadas que a partir dessas também se produzisse a cal, mesmo que esta não fosse a cal de melhor uso do ponto de vista da qualidade da argamassa obtida.³⁵⁵

Esta argamassa é encontrada entre os blocos e placas de gnaiss e xisto das fundações e provavelmente serviu para a edificação das paredes. O aspecto destas fundações é de extrema solidez dada à espessura e o grau de consistência da argamassa depois de seca.

Também foi evidenciada a utilização de alvenaria de tijolos em alguns pontos das fundações e de tijoleiras no piso. As tijoleiras são as unidades de um piso feito de pequenas lajotas (tijolos de pouca espessura) de barro queimado, que aparecem, geralmente, em formato retangular, ou em outros muitos casos em formato hexagonal. Este tipo marca com frequência o piso de edificações comuns de residências coloniais, tendo sido utilizado com frequência no piso de edificações também no século XIX. Enquanto piso mais comum foi substituído ao final do século XIX e início do XX, pelo piso conhecido popularmente como “mosaico”, mas na linguagem técnico construtiva era chamado de cerâmica hidráulica.

³⁵⁵ Cybele Celestino Santiago. Argamassas tradicionais de cal. Salvador: EDUFBA, 2007.

As coletas de superfície tinham o objetivo de identificar a cultura material histórica que jazia em superfície e definir as principais concentrações no espaço geral do sítio.

O sítio histórico está implantado em um amplo lajedo rochoso com situação topográfica privilegiada. Dele se descortina toda a paisagem formada pela depressão do maciço da Borborema. A paisagem é pontuada por outros lajedos menores e pelo curso do rio Acauã. Desse ponto também se divisa a cidade de Caicó e a torre de sua igreja matriz. Por sua condição topográfica deve ter sido de fácil defesa em períodos de sítio inimigo.



Fotografia 95 - Detalhe da paisagem do entorno do sítio Casa forte do Cuó.

Os materiais culturais identificados são compostos por fragmentos de faiança fina inglesa, restos de tijolos, telhas, cerâmicas torneadas³⁵⁶ e vidros. A densidade desses materiais foi baixa e se apresentavam bastante dispersos na superfície do sítio e entorno deste. Provavelmente, isto deve ser consequência das intervenções acontecidas no sítio, que se encontra dentro da área urbana já há mais de meio século. Outro fator também determinante

³⁵⁶ Cerâmica de barro cozido a baixa, média ou alta temperatura. Sua temperatura de queima pode ser inferida a partir do som que emite quando batida. Sobre as categorias cerâmicas estabelecidas veja-se: BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a cerâmica antiga*, 1981.

desta dispersão é o fato que estes materiais indicativos de uma ocupação e utilização humana deste espaço no contexto do século XIX.



Fotografia 96 - Fragmentos de faiança do tipo “schell edge”, “flow blue” e do tipo “transfer”. (Silva,2008).



Fotografia 97 - Fragmentos de louça branca e de faiança com motivos florais monocromáticos.



Fotografia 98 - Fragmentos de faiança tipo “blue edge”, louça fina branca e com padrões retos policromos.



Fotografia 99 - Fragmentos de gargalos de vasilhames de louça tipo “grés”, louça branca e “blue edged”.



Fotografia 100 - Fragmento de borda de gargalo de recipiente de vidro transparente.



Fotografia 101 - Fragmento de borda de gargalo de recipiente de vidro branco.



Fotografia 102 - Fragmentos de vidro de cor verde escuro e marrom.

Dados os fragmentos das faianças finas, vidros e tijolos, evidenciam uma ocupação de pouca duração, tendo em vista que segundo a documentação consultada, o núcleo de povoamento ao final do século XIX já tinha se deslocado para o outro lado do rio Acauã, local hoje identificado pela Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santana, sede da paróquia do município de Caicó e em cujo entorno se estabeleceu o casario mais antigo da cidade.

Ocorreu também a presença de faianças finas brancas (tipo pó de pedra, tipo seixosa e *ironstone*) e decoradas com padrões em *transfer printing* do tipo policromo, bordas de pratos *feather e schell edge* (nas cores azul, verde e rosa), fragmentos de *flow blue*. Os materiais arqueológicos mais frequentes são fragmentos de serviços de mesa, chá e café; em faiança fina, em suas variantes: *ironstone china, granite, imperial ironstone, granite china, ironstone ware*,³⁵⁷ Estes fragmentos ainda apresentavam o vidrado indicando um curto período de

³⁵⁷ Tipos de faianças finas inglesas diferenciadas a partir da constituição da pasta cerâmica com a adição de sílex calcinado e moído, caulim e feldspato. A faiança teve muitíssimas variantes de constituição de pasta e onde cada fabricante possuía a sua “receita”.

exposição na superfície ou uma deposição bastante recente. Ocorreu também a presença de fragmentos de grés cerâmico creme e branco (*stoneware*)³⁵⁸



Fotografias 103 e 104 - Detalhe de vestígios em superfície (fragmentos de *cream ware* tipos: *feather edge*, policromo, *flow blue*). (Medeiros, 2008)

A vidraria é composta por fragmentos de fundos, corpos, colos e gargalos de cor âmbar, verde e incolores. Apresentam marcas de moldes industriais. Ademais, os materiais cerâmicos indicam uma deposição de fins do século XIX e inícios do século XX. Não se descarta a hipótese destes materiais estarem em condição de deposição secundária. O espaço talvez tenha servido como local para deposição de material imprestável ou para aterro.

Adicionalmente, o sítio apresenta um histórico de vandalismo, coleta ilegal de materiais arqueológica e retirada de blocos e lajes de pedra para serem utilizadas em outras construções. Este último fator deve ser a razão do arruinamento das edificações com a supressão das paredes, restando apenas as fundações.

Foi realizada documentação fotográfica do arranjo espacial dos artefatos, vestígios de atividade e das evidências da atividade de eventos geomorfológicos e do entorno do sítio. As

³⁵⁸ Originalmente Produzido na Alemanha, por volta do século XV, generalizou-se passando a ser amplamente fabricado pela Inglaterra, França e Holanda. Por ser de grande resistência e impermeabilidade tornou-se excelente para o transporte de bebidas e outros líquidos. Para elaboração de uma tipologia do grés ver: SCHÁVELSON, Daniel. *Arqueologia Histórica de Buenos Aires*, 1991.

escavações constaram de trincheiras e sondagens em quadrículas que revelaram estruturas construtivas das edificações. A cultura material encontrada no sítio a princípio aponta para fins do século XIX, início do século XX até a primeira metade deste século.

Em condição de deposição secundária foram encontradas lascas de quartzo e sílex, além de fragmentos de cerâmicas de paredes finas indígenas. As escavações no sítio permitiram concluir que o registro arqueológico do sítio foi perturbado por ações antrópicas e naturais que limitaram o seu potencial informativo.

As prospecções indicaram três estruturas distintas: o setor A, o setor B e o setor C. A primeira estrutura (denominada setor A) refere-se aquela indicada na historiografia tradicional como sendo a remanescente da casa forte do Cuó. As evidências coletadas, entretanto, contrariam essa hipótese, pois apresentou material construtivo recente, ou seja, argamassa de cimento, e com a organização espacial de sua estrutura em um retângulo perfeito, o que indica ter sido construída sob padrões que situam a sua construção/ocupação entre fins do século XIX e primeira metade do século XX.

No setor A, foi realizada uma sondagem na única área com possibilidade de escavação, e que apresentava camadas de sedimentos de mais de 30 centímetros. A escavação de uma quadrícula de 1 metro x 1 metro, não resultou na evidenciação quaisquer artefatos ou vestígios de atividade em subsuperfície. Os primeiros 30 (trinta) centímetros mostraram apenas sedimentos de uma matriz arenosa com seixos e placas rochosas. É possível, entretanto, que no local onde existia a casa forte do Cúo tenha havido reutilização de materiais e reconfiguração das estruturas construtivas. Uma evidencia significativa foi identificada no perfil B: uma camada de argamassa de areia e cal, recoberta por uma camada de reboco com sedimentos areno-argilosos, o que se trataria de um remanescente de uma antiga edificação.



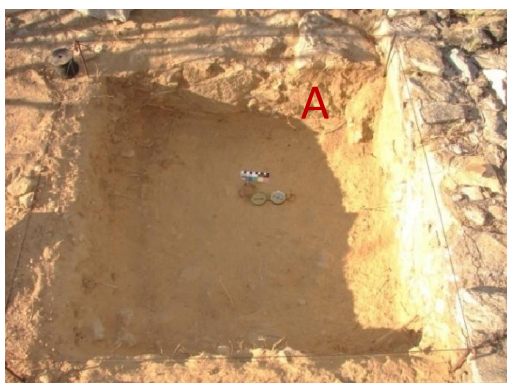
Fotografias 105 e 106 - Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A. (Silva, 2008).



Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A



Fotografias 107 e 108 - Estruturas presentes no Setor A



Fotografias 109 e 110 - Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A (perfil A)



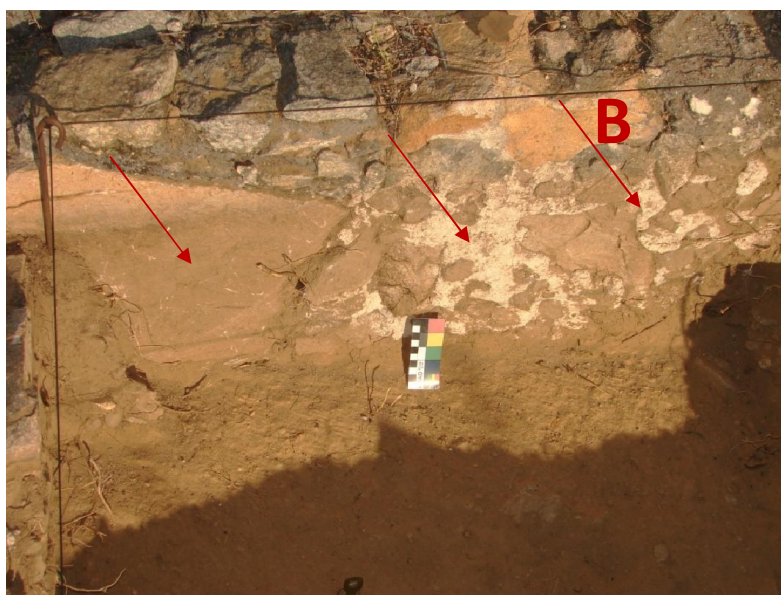
Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A (perfil B) (Silva, 2008).



Fotografias 111 e 112 - Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A (perfil D)



Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A (perfil C)



Fotografia 113 - Sondagem: quadrícula de 1X1 no setor A (perfil B)

Na foto em detalhe do perfil A foi evidenciada a base das fundações de um dos lados e a constituição da parede formada por blocos e placas unidos com argamassa com menor teor de cal e mais sedimentos areno-argilosos.

Na foto do em detalhe do perfil B, foram evidenciados a base das fundações de um dos lados da fundação e sua constituição formada por blocos e placas unidos com argamassa com maior teor de cal e uma camada de regularização da superfície (reboco) composta por sedimentos areno-argilosos.

Nas fotos em detalhe dos perfis D e C foram evidenciadas camadas areno-argilosas uniformes compostas por uma matriz de blocos e placas, onde não foram evidenciados exemplares de cultura material nem tampouco vestígios significativos de atividade em subsuperfície. Ressalte-se que os sedimentos estavam fortemente concrecionados.

A segunda (denominada setor B) seria o espaço construído referente à provável capela, com alicerces/fundações em pedra e eventos de reutilização evidenciados pela utilização de paredes de tijolos. Foram evidenciados restos de uma fundação de parede em tijolos e tijoleiras. Para a sua evidenciação foi necessário a abertura de uma linha de trincheira com a retirada de sedimentos com trinchas e escovas.

Nessa linha de trincheira foram evidenciadas as estruturas de fundações remanescentes em subsuperfície. Estas fundações foram edificadas em pedra e cal e há setores com alvenarias de tijolos e tijoleiras no piso. As estruturas dos muros estavam bastante cobertas de vegetação o que prejudicou a percepção de sua conformação geral. Procedeu-se, entretanto, à poda limitada da vegetação de forma que esta novamente recobrisse e recolonizasse o espaço das fundações.

O sedimento mostrou-se bastante concrecionado e em subsuperfície foram evidenciados tijolos, provavelmente oriundos do desmonte da edificação e tijoleiras. Os materiais culturais foram escassos nas quadrículas abertas o que demonstrou a baixa potencialidade de ocorrência de artefatos ou vestígios de atividade humana do passado.



Fotografia 114 - Alicerces em pedra no setor B. (Silva, 2008)



Fotografia 115 - Sondagem: quadricula de 1X1 no setor B



Fotografia 116- Evidenciação de estrutura no setor B. (Silva, 2008)



Fotografia 117 - Evidenciação de estrutura no setor B



Fotografia 118 - Evidenciação da estrutura no setor B. (Silva, 2008)



Fotografia 119 - Sondagem: setor B: Vista das sondagens: material construtivo evidenciado em quadrícula. (Silva, 2008).

Esse setor mostrou uma situação mais complexa, pois foram utilizados placas e blocos de gnaise, xisto e granito assentados sobre argamassa de cal e areia. Ressalte-se a robustez das fundações em pedra de grande espessura das paredes laterais. Em alguns pontos há um grande número de blocos rochosos que obliteram a visualização das fundações e é resultado do desmoronamento ou desmonte das paredes. Esse fato ocorre na parte posterior da parte central do que foi a capela, onde ocorre um grande número de blocos e placas rochosas.

Nas trincheiras foram evidenciadas fundações de tijolos que parecem corresponder a períodos de reutilização do espaço construído com outros materiais construtivos. Além disso, foram evidenciados tijoleiras no piso da edificação.

A leitura que se pode fazer das fundações remanescentes é que a mesma parece corresponder a uma pequena capela, que ao fundo da nave central de corpo único e sem altares colaterais é finalizada por uma robusta parede em pedra com argamassa de barro e reforçada em alguns setores com espessos tijolos de queima incompleta. Uma parte da mesma foi parcialmente desmontada e requer trabalhos de consolidação e talvez ações de anastilose. Pelas características construtivas esta pode remeter ao século XVII ou XVIII. Tratar-se-ia de

uma estrutura remanescente da casa forte que fora utilizada para a edificação da capela ou que a mesma tenha sido edificada em seus arredores.



Fotografia 120 - Evidenciação da estrutura no setor C. vendo-se abaixo as pedras resultantes do desmanche do sítio. (Silva, 2008).



Fotografia 121 - Coleta de amostra de argamassa no setor C com plotagem. (Silva, 2008)

Existe referência documental à Capela da Senhora Santana do Acauã, datada de 1699, e é na verdade uma solicitação de indulgências ao Rei de Portugal:

Elrey dignissimo de Portugal - manda o vice-rey do Brazil dom Joam alencastro q. se digne V.S. Imperador conceder perdao de prezos indulgentes & conceder indulgencias para a capela da Sr^a Santanna do Cahã sirido atravez dos sionarios de Olinda no norte do paiz pela coal foe essa erigida pelo comdte.da Caza forte e demaes ajudantes vendo entao//S.M. dignissima.q. a ditta capella possa comandar s. refugo os batizados e attos da religião pelos curas do Piancó dignados a entrar-se nos sertuens. Q.pelo digno cura pessa proressão contra os tapuyos levantaddos nesse sertão. Q.

Deos goarde N.M. Eu Franc^o dos Santos Rocha, em Caza Forte do Cuô envio uzando das minhas atribuições ao Rei de Portugal. Na cidade do Nattal em sette de marsso de 699 annos.³⁵⁹

Outras estruturas evidenciadas neste setor e que chamam a atenção foram as bases em pedra, estrutura material que talvez tivesse a função de servir de base de pilares de reforços como contrafortes das paredes laterais. Provavelmente esse reforço esteja relacionado à pouca qualidade da argamassa produzida nesse contexto e que exigiu uma estrutura de reforço para períodos de chuva torrencial ou até mesmo como mecanismo para facilitar a eventual defesa.

A terceira (setor C) era uma estrutura com argamassa de matriz areno-argilosa que serviu para o assentamento de grandes blocos de pedras (gnaisse, xisto e granito) e tijolos de adobe. Pela técnica construtiva trata-se da estrutura remanescente da verdadeira casa forte. Nesse setor foi realizada a evidenciação de estruturas e coletas de amostras de argamassa para análise.

A estrutura remanescente da casa forte foi parcialmente destruída pela retirada de material rochoso que se encontra amontoado à sua frente. Esta parede encontra-se exposta à ação dos agentes naturais de desgaste em especial à ação das chuvas torrenciais que acontecem em períodos de certa irregularidade. Além de ser alvo da retirada de material rochoso é de conservação mais difícil, pois requer trabalhos de consolidação estrutural, contenção da erosão e recomposição de argamassa. A estrutura também se presta a utilização de técnicas de anastilose. Poder-se-ia estudar a possibilidade de utilização de escoramento

³⁵⁹ Helder A. Medeiros de Macedo. Os documentos do Cartório de Pombal – PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte. In: **Mneme Revista de Humanidades**, vol. 05, N.12, Nov. 2004, pág. 09 (Documento nº 08)

com a utilização pilares de concreto em suas extremidades, mantendo assim a sua integridade e unidade visual a partir da fácil identificação da intervenção com fins de conservação e estabilização da ruína.



Fotografia 122 – Vista do perfil lateral da estrutura remanescente da casa forte. (Silva, 2008).

A pesquisa foi norteada pela perspectiva de manutenção da integridade do sítio com ênfase na evidenciação de estruturas em superfície e sondagens limitadas para a interpretação de continuidades/descontinuidades de estruturas em subsuperfície. No entorno foram coletados exemplares de cultura material e demais vestígios. Além disso, a vegetação que recobria o sítio foi apenas parcialmente podada para facilitar a leitura e possibilitar a sua recuperação em um curto período de tempo. Ao término das atividades de campo as áreas escavadas foram seladas com a utilização de plásticos negros e preenchidas com areia para conservação do sítio e das informações porventura ainda a ser coletadas e analisadas.

O material coletado foi previamente classificado ainda em campo sendo composto por louças – 146, das quais podem ser identificadas as seguintes categorias: faiança fina dos padrões *Blue Edged*, *Padrão Mocha*, Policromo, *Flow Blue*, *Grés*. Dos materiais construtivos – 28, e podem ser identificadas as seguintes categorias e quantidades: telhas – 13; tijolos – 12 e 03 (três) amostras de argamassa. Dos materiais líticos – 12, dos quais podem ser identificados artefatos em sílex e calcedônia. As cerâmicas utilitárias – 12 e a vidraria – 8, o que constituiu um total de 206 materiais coletados.

A casa forte do Cuó em toda sua complexidade enquanto sítio histórico colonial e área de reocupação sistemática até meados do século XX se mostrou um sítio de difícil caracterização em razão das seguidas ocupações e transformações sofridas. Com este trabalho se pôde caracterizá-lo pela primeira vez de forma sistemática como sítio arqueológico histórico e compor seus matizes relacionados ao uso daquele espaço como casa forte. Além disto, levanta-se o problema de conservação e preservação da informação vestigial, como um fenômeno já observado em outros sítios históricos no Rio Grande do Norte que foram e ainda são alvo constante de intervenções ditas arqueológicas, porém não autorizadas legalmente, nem legitimadas cientificamente pela presença de arqueólogos na análise. Essas constantes perturbações humanas contemporâneas acontecem em razão das facilidades de acesso, divulgação e visitação no sítio da casa forte do Cuó.

A complexidade na reocupação deste sítio levanta, sem dúvida, a necessidade de continuidade de uma pesquisa sistemática em arqueologia, compreendendo escavações em larga escala em todos os setores do sítio indicados nesta pesquisa, além do entorno das estruturas já identificadas e recolocar a historicidade da ocupação do espaço do sertão potiguar, em tempos que não somente o período colonial. Considerando que esta pesquisa uma vez aqui exposta foi tematizada em torno das casas fortes, a mesma conseguiu identificar as verdadeiras estruturas remanescentes, conduzi-las contextualmente dentro da análise

histórica, ambiental e arqueológica, mas que não conseguiria nestes termos abranger toda a complexidade das reocupações do sítio e de seu entorno.

No entanto, mesmo com as limitações inerentes ao trabalho, as evidenciações arqueológicas dessas estruturas de reocupação da casa forte do Cuó, foram aqui neste trabalho, pela primeira vez, conduzidas pelo método sistemático da arqueologia histórica ou das sociedades modernas, e que pretendia assim dar conta das análises quanto às origens e determinações materiais das casas fortes em solo norte-rio-grandense bem como de suas conexões com o universo mais amplo de outras casas fortes, porventura existentes em forma de resquícios materiais ou evidência documental e etnográfica em outros lugares.

A despeito da importância de muitas das referências bibliográficas anteriores a este trabalho, inclusive algumas dessas referências serem feitas a guisa de pesquisas arqueológicas, estas não propuseram a determinação e análise de relações mais amplas, sistêmicas e sócio-históricas sobre as casas fortes no Brasil no período colonial, muito menos no Rio Grande do Norte.

Porém, assentaram-se todas as referências anteriores em produzir achados e descobertas arqueológicas inéditas ou mesmo provas documentais e históricas aceitas como inovadoras. Desta forma, resulta que tais estruturas materiais em forma de ruínas aparentes mesmo sendo muito referidas por trabalhos anteriores, nunca foram pensadas no sentido de suas relações mais gerais como processos sociais, territoriais e de poder coloniais, nem também pensadas em termos de evidenciação das verdadeiras reocupações do mesmo sítio e do seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sua origem, as casas fortes surgiram no contexto histórico da península ibérica, em finais dos séculos XIV e XV, pois são resultantes na sua concepção sócio-política, de um processo de apropriação de espaços importantes na definição dos limites dominiais. É verdade também que as mesmas foram parte de mecanismos de aquisição e defesa de territórios e como elemento de definição de fronteiras, tanto espaciais quanto culturais nos conflitos entre grupos sociais divergentes quanto ao uso desse território em questão.

As casas fortes constituem-se em referência importante na transição em fins da Idade Média, dos castelos de senhorio jurisdicionais para as mansões ou casas de fidalgos senhores, ou casas “solariegas”, enquanto estruturas concebidas para residência desta fidalguia, e para resistir a situações fronteiriças de conflito ou de defesa contra invasores externos. Situam-se entre os três tipos distintos de arquitetura militar presentes em fins da Idade Média, que eram os castelos e fortalezas, as cercas e muralhas de vilas e cidades e finalmente, as casas fortes.

No âmbito funcional, as casas fortes surgiram no processo de formação de uma fronteira territorial e cultural da parte dos reinos católicos espanhóis com as populações do país Basco ou território Vasco, e estavam relacionados à questão da delinquência senhorial em fins da Idade Média naquela região espanhola. Da mesma forma, também se originou da determinação das fronteiras no extremo norte do reino de Portugal e nos limites orientais do território português com os domínios dos reinos católicos de Espanha. A partir das reformas militares de D. Dinis em Portugal, no início do século XIV, essas definições de fronteiras foram de extrema importância para a definição dos limites territoriais do reino português e que se ampliaram nas reformas dos castelos fronteiriços do sucessor de D. Dinis, D. Afonso IV, ao longo do século XIV.

Rogério Haesbaert, na tentativa de ir além da conceituação de espaço do também geógrafo, neste caso francês, Henri Lefebvre propôs uma distinção diferente entre domínio e apropriação do espaço, quanto à definição de território. Para Haesbaert, o território envolve sempre ao mesmo tempo:

“... uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos”³⁶⁰

No âmbito da definição espacial e social das casas fortes, na esteira da conceituação de Haesbaert, se identificam algumas características fundamentais, concebidas desde as suas origens, na península ibérica, até a sua existência no Brasil colonial. Essas características permitem estabelecer uma melhor definição espacial e social das casas fortes e as relações existentes destas noções com a dimensão territorial.

A primeira das características fundamentais observadas nas casas fortes, neste sentido, diz respeito ao fato de serem construções referentes à *defesa e senhorio das terras dominiais*. Tal referência se configura sempre por essas casas fortes localizarem-se prioritariamente, nos espaços rurais e não em espaços urbanos, e estar sempre relacionadas às atividades campesinas, tanto no contexto de Portugal e nos reinos de Espanha do início da Idade Moderna, quanto no espaço colonial, como o Brasil.

Em sua longa existência, salvo as devidas diferenciações de cada contexto histórico específico, as casas fortes, têm em comum o fato de se constituir no papel social de residências senhoriais. Neste aspecto comum, inclua-se também a sua diferenciação no

³⁶⁰ Rogério Haesbaert. Território, cultura e des-territorialização. In: Zeny Rosenthal e Roberto Correia (orgs).Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: UERJ, 2001(pág.42)

universo arquitetônico campesino. Isto quer dizer que, as casas fortes se configuraram em edificações construídas ou adaptadas para um duplo fim, que é o de *residência senhorial* e de *lugar de defesa*, e de representar marcos de domínio de um território em particular. A resultante material disto é que as casas fortes foram edificações, salvo as diferentes proporções arquitetônicas, concebidas como um lugar construído ou adaptado para resistir a ataques e investidas inimigas bem como servir para aquartelamento de tropas na eventualidade de uma guerra.

A segunda importante característica das casas fortes, neste âmbito socioespacial é o seu posicionamento num lugar privilegiado na paisagem, sendo três os elementos que definem tal posicionamento.

O primeiro elemento é a proximidade espacial das casas fortes em relação aos recursos naturais, quer sejam os cursos dos rios e dos riachos, as aguadas, ou os campos e os pastos, as florestas, bosques ou matas. Outro elemento, diz respeito ao papel das casas fortes como residência ou edificação identificadora de um domínio senhorial, pois tanto na Espanha como em Portugal, ou mesmo nas colônias, as casas fortes eram sede do núcleo familiar do poder local e concentravam em torno de si o controle das atividades de uso das terras do seu entorno.

O terceiro e último elemento é o posicionamento estratégico das casas fortes em regiões de fronteiras, ou como marco físico dessas fronteiras, pois estas se situavam sempre ao longo dos caminhos, das vias de acesso de um território conquistado, ou em vias de conquista, ou ainda como posto de avanço ou de defesa de um espaço em processo de dominação.

Destes elementos do posicionamento das casas fortes na paisagem, vem o duplo sentido delas: a dimensão de *domínio socioeconômico e espacial*, e o seu caráter *civil e*

judicial. Isto quer dizer que as casas fortes como elemento de efetivação da posse e da conquista senhorial de um território desenhou para estas mesmas, um caráter civil e militar bastante complexo. Pois, no seu duplo sentido de poder, as casas fortes representaram ações políticas de apropriação de territórios sob a tutela de um Estado, seja através de ações e regulamentações régias, seja pela influência e legalidade do poder senhorial nestes mesmos Estados.

E, do ponto de vista social, o duplo sentido de poder representou-se também na estrutura física diferenciada das casas fortes em relação às demais edificações residenciais, destinadas a indivíduos de outros grupos sociais, que não eram fidalgos senhores ou senhores dominiais, tais como: trabalhadores camponeses, agregados, colonos, ou mesmo outras categorias de homens livres que não detinham a posse de terras. Além é claro, da larga diferenciação existente em relação às residências de escravos e indígenas no contexto dos espaços coloniais portugueses.

Tanto é que nos modelos de casas fortes que foram identificadas no Rio Grande do Norte, em ambos os casos, as mesmas surgiram justamente da posse efetiva de grandes porções de terra. Esta legitimação da posse e domínio de grandes parcelas de terra, em forma de sesmarias, está relacionada tanto ao caso da Casa Forte (de Pedra) de Pium, próxima ao litoral, que representava o domínio senhorial de João Lostão Navarro no início do século XVII; quanto da Casa Forte do Cuó, no sertão do Seridó, e que representou o início da posse efetiva das terras daquela região, em forma de sesmaria, terras então concedidas como prêmio ao capitão Antonio Albuquerque da Câmara em 1680 pelos seus serviços na guerra contra os índios tapuia.

No âmbito especificamente militar, durante a época moderna, as casas fortes surgem como modelo divergente do modelo tradicional português de defesa para as colônias, pois na

formação dos espaços no Império colonial lusitano, no século XV e XVI, a rede de organização e de ação militar responsável pela defesa foram, sem dúvida, as fortificações ou praças fortes. Essas fortificações militares estavam posicionadas, prioritariamente, ao longo da linha litorânea ou das desembocaduras de rios, nas enseadas ou nas baías. Tal é o caso da linha de praças fortes e de feitorias fortificadas nas costas atlânticas da África no final do século XV, e que depois se estendeu às feitorias e postos militares avançados localizados na costa oriental da África e nas feitorias do Oceano Índico, no início do século XVI, todas concebidas para que se pudesse controlar e defender as atividades do comércio de especiarias, do ouro e depois de escravos.

Porém, essas linhas de defesa e rede de fortificações não implicaram num avanço territorial ou numa efetiva ocupação colonizadora, isto é, que resultasse numa forma de colonização que penetrasse para dentro do continente, e que fosse muito além das fronteiras delimitadas pela própria ação desses postos militares das feitorias fortificadas ou das praças fortes posicionadas na linha litorânea. Pois na verdade, essas linhas de defesa foram pensadas, para na verdade, servir como ponto de apoio militar às atividades comerciais portuárias realizadas no âmbito do império comercial marítimo lusitano nos séculos XV e XVI.

Essa rede de fortificações litorâneas destaca a distinção dos espaços militares fortificados da existência e das funções militares das casas fortes, como é o caso das fortificações litorâneas na África, Índia e em alguns núcleos urbanos do Brasil nos séculos XVI e XVII. Este aspecto “sui generis” das casas fortes se manifesta em seu papel de agente participante do processo de interiorização, quer dizer, de penetração e avanço em territórios que mesmo que já estivessem sob o estatuto jurídico de posse do Estado português, não estavam ainda sob o domínio e exploração efetiva senhorial, portanto um espaço a ser definitivamente conquistado.

A rede de defesa estabelecida pelos espaços fortificados dos antigos castelos, praças fortes, fortalezas, em seu aspecto militar específico, configuraram também uma especialização da tecnologia e do trabalho técnico, tanto nos aspectos formais arquitetônicos quanto no uso de instrumentos de guerra, distintos dos aspectos marcantes nas casas fortes em que não foi possível identificar a mesma especificidade. Entretanto, apesar de sua importância, as casas fortes não mereceram da historiografia brasileira o mesmo tratamento, deveras privilegiado, dado ao estudo das fortificações. O que não torna menos estratégico o papel desempenhado pelas mesmas casas fortes no processo de empreendimento militar de conquista territorial e que foi uma das razões deste trabalho de tese.

No âmbito da aplicação e do uso de casas fortes no Brasil colonial, deve-se pontuar que as casas fortes representaram no sentido mais estrito e específico no caso brasileiro, a resultante militar de uma especialização estratégica adquirida a partir da guerra de restauração ou Guerra Brasílica, ocorrida na metade do século XVII. A guerra contra o domínio holandês no nordeste colonial brasileiro exigiu adaptações urgentes e que representaram uma transição de um modelo tradicional de guerra europeia para uma guerra mais localizada, travada em pequenos avanços e recuos estratégicos e com a ajuda das próprias barreiras naturais do espaço geográfico. O primeiro modelo de guerra foi introduzido inicialmente, pelo Estado português na defesa da colônia, e posteriormente também pelos próprios holandeses na conquista da capitania de Pernambuco e Itamaracá na década de 1630.

A mudança de estratégia no enfrentamento bélico terrestre dos conflitos da Guerra Brasílica introduziu assim, um novo sistema ou modelo, que foi o sistema de guerra de assaltos, sem uso de quartéis, e baseados em postos de avanço no território do inimigo e com o uso de tropas mistas, recrutando e introduzindo nessas tropas, elementos nativos, conhecedores e bem adaptados às circunstâncias geográficas próprias da colônia. Entre as três categorias de postos de avanços na guerra de restauração colonial em Pernambuco, figuram os

arraiais (acampamentos militares), as paragens (fazendas como apoio), os redutos (pequeno espaços anexos às fortificações), e finalmente, as casas fortes.

Os relatos da guerra contra os holandeses atestam a presença das casas fortes, identificando suas características em termos estratégicos e materiais, como sendo as mesmas, em parte residências de senhores de engenho adaptadas pra resistir a ataques de infantaria e artilharia, e algumas outras vezes, como simples construções de taipa e cercadas por uma paliçada, que seguia o modelo de espaço de proteção utilizado por alguns grupos indígenas do chamado sertão, ou seja, uma cerca feita de árvores e galhos espinhentos entrelaçados.

As casas fortes como postos avançados na guerra contra os holandeses no século XVII significaram assim, a substituição estratégica de um enfrentamento baseado em campo aberto para outro tipo, que foi o de aquisição paulatina de espaços dentro do território inimigo. Não há provas arqueológicas dessas edificações como se esperava, apesar das citações frequentes dos arquitetos e historiadores militares. Atribui-se a este desaparecimento, tanto o material construtivo ser pouco resistente e durável no caso de algumas dessas casas fortes, quanto ao fato de que com a vitória e a conseqüente restauração do domínio português no nordeste colonial, essas poucas edificações ou foram destruídas na própria guerra ou foram incorporadas e desapareceram ao longo dos séculos. Também se concebe que foram assimiladas na expansão dos espaços construídos urbanos ou mesmo desfeitas e incorporadas às edificações dos complexos dos engenhos na capitania de Pernambuco e Itamaracá.

Desta forma, sabe-se que os exemplos de casas fortes na capitania do Rio Grande do Norte, como o caso da Casa de Pedra de Pium, que após seu abandono, em partes de sua estrutura foi realizado desmanche para servir de matéria prima na edificação de uma capela numa comunidade que existe nas proximidades do município. A Casa Forte do Cuó, no sertão do Rio Grande do Norte também, da mesma forma, as estruturas remanescentes da casa forte

após sua invasão e destruição pelos índios tapuias, no final da década de 1680, foi quase totalmente desfeita no século seguinte para que o material construtivo ali existente servisse de matéria prima para a construção da primeira capela que deu origem à povoação, depois a Vila, e finalmente a cidade de Caicó.

No âmbito da existência, aplicação e uso das casas fortes no nordeste colonial brasileiro, na segunda metade do século XVII, estas surgiram num primeiro momento no regimento do primeiro governador geral do Brasil, em 1548, que determinava por ordem régia que os senhores de engenho ao receber suas terras para instalação desses mesmos, deveriam construir nas suas terras, casas fortes, para assim realizar a defesa das mesmas. Apesar de esta determinação régia ter sido colocada desde a criação do primeiro governador geral do Brasil e repetida em regimentos posteriores, somente podemos perceber o cumprimento dessas decisões a partir de dois exemplos em que se pôde observar documentalmente e arqueologicamente esta aplicação, é a Casa da Torre de Garcia D'Ávila e o Engenho dos Erasmos. Outras casas fortes construídas em cumprimento ao regimento de 1548 ficaram apenas nas referências historiográficas baseadas em documentação do século XVI.

O segundo momento do surgimento das casas fortes no nordeste colonial é o das decisões então do governador geral do Brasil, Francisco Barreto, em 1657, quanto às questões relacionadas aos problemas gerados pela resistência dos grupos indígenas do sertão, os índios genericamente chamados de tapuia, no contexto do avanço colonizador para dentro do território das capitanias do Estado do Brasil. Este enfrentamento militar à ação resistente dos índios tapuia foi chamado de Guerra dos Bárbaros, como uma alusão às citações documentais que aludiam a este termo quando do uso por parte de autoridades coloniais para referir-se aos levantes indígenas no final do século XVII e início do XVIII.

Na capitania da Bahia, se identifica a decisão estratégica militar de mandar construir casas fortes como parte importante do mecanismo de guerra contra os índios tapuia Paiaiaes, na ribeira do Paraguaçu na Bahia no início da segunda metade do século XVII. As casas fortes surgiram assim, depois de duas décadas de tentativas de pacificação desses grupos indígenas e da busca de estabelecer o domínio e exploração efetiva das terras existentes para dentro do sertão, pelas chamadas “jornadas do sertão” organizadas e levadas adiante desde 1651.

No final da década de 1650, este avanço territorial exigirá uma mudança nos caminhos estratégicos, em que pela decisão do governador geral do Brasil, estendendo-a aos comandantes das tropas enviadas ao sertão do Paraguaçu, em se construir casas fortes para servir de apoio às tropas coloniais enviadas para controlar, pacificar e render à catequização os índios Paiaiaes então rebelados. Essas casas fortes deveriam situar-se nos caminhos de acesso ao sertão, desde a ribeira do Paraguaçu até as margens da Serra do Orobó ou Arobó, no sertão das Jacobinas. E seriam tais casas fortes construídas a partir da região de Cachoeira, no distrito de Capanema na freguesia do Paraguaçu, das terras que haviam sido doadas para o sertão adentro, e deveriam então servir estas para abrigar as tropas enviadas para combater os tapuias.

No entanto, a mesma necessidade que fez surgir essas casas fortes, também as fez desaparecer, pois ao não se atingir os objetivos pretendidos pelas autoridades coloniais em debelar os conflitos e pacificar e vencer os tapuias nos sertões se decidiu assim, substituir os pontos avançados no território por outra estratégia militar, que foi a dos Terços dos Paulistas.

Os Terços centralizavam toda a organização e ação militar das tropas mistas coloniais enviadas para lutar contra os índios tapuia, no comando de um só homem, que assim detinha o poder de vida e morte de todos que estavam sob sua jurisdição de guerra, além de ter como linha principal de comando, o extermínio desses indígenas rebelados. Essas tropas

organizadas e comandadas pelos mestres de campo geral dos Terços que possuíam larga experiência nas expedições para o sertão adquiridas pelas bandeiras financiadas pela Vila de São Paulo e tinham experimentação também nas técnicas de apresamento e extermínio de índios. Tais tropas mistas eram formadas não só de tropas regulares (soldados de linha), mas de tropas semi-regulares (colonos recrutados), e ainda de tropas irregulares (índios cristianizados e escravos libertos).

Ao atingir a capitania do Rio Grande do Norte, no início da década de 1680, os conflitos contra os tapuias chegavam às ribeiras mais próximas da sede do poder, a povoação de Natal, e exigia ação imediata diante das reclamações dos colonos moradores da capitania. A utilização de casas fortes na capitania do Rio Grande foi citada na historiografia norte-riograndense a partir do estudo de documentos, principalmente cartas enviadas ao Senado da Câmara de Natal, ou desta para o governador geral do Brasil na cidade de Salvador. Relatos e documentos da década de 1680 atestam o avanço dos índios tapuia na capitania do Rio Grande, exigindo assim que esta população utilizasse como ultimo recurso refugiar-se nas casas fortes. Estas primeiras casas fortes situavam-se na linha litorânea e pelo que se sabe eram adaptações de residências senhoriais de donos de terras sesmeiros que haviam recebido terras desde a saída dos holandeses em 1650.

Como é o caso da Casa de Pedra do Pium que serviu também como apoio no combate ao avanço dos tapuias rumo ao litoral. Não se sabe com certeza e precisão arqueológica, mas pelas informações da cartografia histórica holandesa e dos relatos destes, provavelmente, se tenha reutilizado a casa que tinha sido a residência de João Lostão Navarro na época da dominação holandesa para assim adaptá-la como casa forte às circunstâncias da guerra contra os índios tapuia, a Guerra dos Bárbaros e que nesta tenha se refugiado colonos em 1689, quando dos ataques desses mesmos grupos indígenas tapuias que dominaram e ocuparam a casa forte, matando todos seus ocupantes.

O outro caso é o da Casa Forte do Cuó, que uma vez construída nas terras concedidas ao capitão de ordenanças, Antonio de Albuquerque da Câmara, serviu de apoio as tropas que seguiram rumo à ribeira do Assu para combater os tapuias rebelados. Os ocupantes da casa forte foram dizimados e a edificação foi queimada e destruída segundo a documentação, exigindo assim como na ribeira da freguesia do Paraguaçu, na Bahia, que se instituisse nova estratégia na guerra contra os índios. Ao que se seguiu então foi, que uma vez solicitado à Câmara da Vila de São Paulo a vinda de um Terço organizado por esses paulistas, sucedeu-se novas estratégias, colocando as casas fortes fora dos planos militares oficiais.

A última instância de análise das casas fortes diz respeito ao entendimento da ocupação e reocupação desses espaços, os materiais construtivos e outros vestígios arqueológicos identificados, bem como a tipologia e distribuição desses vestígios dentro e no entorno dos sítios.

Na Casa de pedra de Pium, modelo de casa forte resultado de adaptação construtiva de uma provável antiga residência da época holandesa para servir de refugio e apoio militar, não foi possível referendar decisivamente sua existência desde o século XVII em termos de precisão temporal arqueológica. As informações cartográficas obtidas, bem como as informações dos relatos e da historiografia norte-rio-grandense corroboram, até prova em contrário, se não essas estruturas construídas como a casa forte do rio Pirangi, mas no mínimo, que foi instalada no mesmo local e que pelas modificações das reocupações nos séculos seguintes se descaracterizaram e impediram que se encontrassem vestígios que atestassem decisivamente sua origem no século XVII.

Os vestígios encontrados, bem como os restos construtivos identificados atestam o desmanche de origem natural e também antrópico das estruturas, evidenciando uma propositada ação de aproveitar os materiais disponíveis na construção, principalmente a pedra

de praia, ou beach rocks. Os fragmentos encontrados de louça do tipo faiança e de louça fina afirmam a reocupação do lugar e a quantidade pequena e a dispersão desses fragmentos encontrados no entorno do sítio atestam a freqüente intervenção não autorizada no mesmo sítio histórico, problema já identificado em outras pesquisas arqueológicas no Rio Grande do Norte. Estas evidências de reocupação contrariam as referências historiográficas acerca deste sítio histórico que o identificava tanto como provável feitoria de origem portuguesa ou de origem francesa, ou como construção holandesa do início do século XVII. A pesquisa sobre as casas fortes, senão desfez, mas colocou fortes dúvidas baseadas em dados empíricos sobre a veracidade e factibilidade dessas hipóteses acima descritas.

Sobre a Casa Forte do Cuó, a análise arqueológica foi mais direta porque se dispunha de dados empíricos anteriores, porém neste trabalho se pôde estabelecer pela primeira vez as conexões regionais e gerais acerca das casas fortes e este sítio arqueológico histórico em especial no Rio Grande do Norte. Os materiais construtivos e os padrões de edificação encontrados e analisados reconduziram algumas formulações tradicionais da historiografia regional, pois os restos materiais da antiga casa forte não se achavam nos lugares antes identificados, mas sim em outro setor do sítio. Da mesma forma, foi necessário, pela própria configuração específica das reocupações do sítio, planejar as prospecções dividindo o mesmo sítio em setores, para assim identificar zonas de ocupação inicial, como casas fortes e as reocupações subsequentes no sentido temporal inverso.

A primeira zona de ocupação, a que chamamos setor C e D, as ruínas restantes da casa forte encontravam-se na verdade no sentido da margem direita do rio ou riacho Acauã nas proximidades da margem seca do mesmo curso de água. Estas estruturas feitas de argamassa, tijolo e pedras graníticas identificam um especializado trabalho necessário para sua confecção arquitetônica em termos de finais do século XVII.

A segunda área de ocupação, foi àquela referente ao período do erguimento de uma capela e uma posterior residência de um proprietário das terras, se deu aproximadamente em finais do século XVIII e início do século XIX. A esta área chamada setor B, identificou-se nela restos construtivos de pisos de tijolos e alicerces da mesma pedra utilizada na construção da casa forte e vestígios de alicerces de pedra com sapata e tijolos de quatro categorias diferenciadas.

A última área de ocupação que pela qualidade da argamassa de cimento e pedras simétricas, se considerou a última área de ocupação, ou seja, a mais recente, no que pareceu um muro de contenção que junto ao lajedo permitiria acumular água em tempo de chuva ou para sustentar alguma estrutura que não foi posteriormente levada adiante e ficou apenas nos alicerces. A prospecção dos poucos sedimentos nesta área resultou em estratos estéreis de vestígios arqueológicos. Estas estruturas situadas nesta área chamada de setor A, na verdade, erroneamente, foram identificadas na historiografia como sendo os restos da casa forte ali construída na década de 1680.

Os materiais vestigiais de fragmentos de louças do tipo faiança e louça fina, branca e decorada e de pequenos fragmentos de cerâmica, demonstraram a intensa e frequente intervenção realizada no sítio, pois muitos dos fragmentos foram achados nas proximidades do entorno das estruturas e não dentro das áreas que consideramos de ocupação inicial e das reocupações posteriores.

Como sugestão de prosseguimento de trabalhos identificou-se que uma escavação em larga escala e de amplo prospecto pode construir melhores informações das estruturas e de seu entorno, considerando que além de ter sido vítima de sucessivas intervenções não autorizadas e não especializadas, o sítio que pela fragilidade estrutural das ruínas torna urgente novas intervenções arqueológicas para se lograr informações antes que se tornem inviáveis. Quanto

às ruínas da Casa de Pedra de Pium, sugere-se que da mesma forma, sejam organizadas escavações em larga escala e de amplo prospecto no local, incluindo retirada de amostras de paredes, procedimentos que poderão elucidar melhor as ocupações do sítio, trazendo à tona informações de marcadores temporais de base arqueológica e um urgente cálculo estrutural e posterior intervenção para consolidação das estruturas de paredes para que se evite num futuro próximo o desmoronamento total dessas seções de paredes restantes no sítio.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Sousa. A faiança fina portuguesa em Vila Flor – RN. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFPe, 1992.
- ANDREATTA, Margarida Davina. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica histórica e industrial. Revista USP, CCS/USP, São Paulo, 1989.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BAHN, Paul; REFREW, Colin. ¿Por qué cambiaron las cosas? La explicación en Arqueología. In: *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*. Madri: Ediciones Akal, 2ª ed. 1998.
- BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. (Coleção Arqueologia, 07).
- BARROCA, Mário Jorge. D. Dinis e a arquitetura militar portuguesa. Porto: Universidade do Porto, 1982.
- BARROSO, Gustavo. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000 (Edição Comemorativa da edição original de 1935 da Cia Editora Nacional).
- BATE, Luis Felipe. El proceso de investigación em arqueología. Barcelona: Editorial Crítica, 1998, pág.48-49.
- BOGUCKI, Peter I. World Systems in Practice: Leadership, Production and Exchange. Journal of World History, University of Hawaii Press, Volume 12, Number 2, 2001, págs. 479-482.
- CASTRO, Adler Homero F. de. Artilharia e referência cultural. Revista da Cultura, Ano I, n.02, jul/dez de 2001.
- _____. Procurando pela história militar do Brasil. Revista da Cultura, Ano VII, n.12, 2007.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. (orgs.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004.
- CHILDE, Vere Gordon. What Happened in History? Baltimore: Penguin, 1954; Man Makes Himself. New York: Mentor, 1957; The Dawn of European Civilization. New York: Vintage, 1957.
- CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru,SP: Edusc, 2001.
- DEETZ, James. In Small Things Forgotten – the Archaeology of Early American Life. Anchor Press, New York, 1977.

DÍAZ, Iñaki Bazán. El refugio de la delincuencia señorial. Torres e casas fuertes em el País Vasco: el ejemplo de la Torre de Berna. ESTUDIOS VASCOS, Zaragoza, Universidad del País Vasco, 1994. Pág. 23-50.

DICKENS JR, Roy S. (Ed.) Archaeology of Urban American. The Search for Pattern and Process. Studies in Historical Archaeology, New York, Academic Press, 1982.

FRANK, Andre Gunder. The Abuses and Some Uses of World Systems Theory in Archaeology. (In): Nick Kardulias (org.) Leadership, Production and Exchange: Global Applications of World System Theory. Journal of World Systems Research, Archaeology Division of the American Anthropological Association, Washington – DC, Nov. 15, Vol. 02, 1995.

FREIRE, Leticia de Luna. *Seguindo Latour: notas para uma antropologia simétrica*. Revista Comum, v.11, n. 26, p.46-65, 2006.

ETCHEVARNE, Carlos A. e COSTA, Carlos *Relatório de atividades do Plano de Intervenção Arqueológica na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas de Salvador*. Museu de Arqueologia e Etnologia / UFBA, Salvador, (digitado) 2001.

ETCHEVARNE, Carlos. A reciclagem da faiança em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de reutilização. Recife: UFPE, *CLIO*, n.16, vol 01, 2003: 103-118.

_____. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII em Salvador – Bahia. Recife: UFPE, *CLIO*, n. 20, vol 01, 2006, p. 54.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos sócio-territoriais e movimentos sócio-espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. São Paulo: Unesp, 2005.

FUNARI, P.P.A.; ORSER JR, Charles e SCHIAVETTO, Solange N. de O. (orgs). *Identidades, discursos e poder: estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo:Fapesp / AnnaBlume, 2005.

FUNARI, P. P. A. e FOGOLARI, Everson P. (orgs). *Estudos de arqueologia histórica*. Erechim / RS: Habitus / Unicamp, 2005.

FUNARI, P.P.A.; ZARANKIN, Andrés e STOVEL, Emily. (orgs). *Global archaeology theory: contextual voices and contemporary thoughts*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. *A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial*. [S.l.:s.n]

_____. *Archaeological theory in Brazil: Ethnicity and politics at stake*. Columbia: S.C., 1996.

_____. Contribuições do estudo da Cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul. In: *Tempos históricos*. Cascavel, 01, 1999. p. 11-44.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. In: *MNEME – Revista de Humanidades*. Dossiê Arqueologias Brasileira, v. 6, nº 13, dez 2004/ jan 2005.

_____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: IFHC / UNICAMP, 1998. p. 7-34 (Coleção Idéias).

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: Zeny Rosenthal e Roberto Correia (org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Uerj, 2001(pág.42)

KERN, Arno Alvarez. (org.). *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre:Edipucrs, 1998. (Coleção Arqueologia, 06), pág. 26.

LAW, John. *Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade*. (1989). Tradução de Fernando Manso.

LATOURETTE, Bruno. Is re-modernization occurring – and if so, how to prove it? A comentary on Ulrich Beck. In: *Theory, culture and society*, 2003 (SAGE, London, Thousand Ouks and New Delhi) vol. 20 (2), p. 35-48.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.

LIMA, Tânia Andrade. O papel da arqueologia histórica no mundo globalizado. In: SENATORE, M. X. e ZARANKIN, A. *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Trident (Coleccion Cientifica), 2002. p. 117-127.

_____. El Huevo de La Serpiente: Una Arqueología del Capitalismo Embrionario em El Rio de Janeiro del Siglo XIX. (In): Andrés Zarankin e Felix A. Acuto. *Sed Non Satiata. Teoria Social in La Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999.

_____. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. I Seminário de Arqueologia Histórica SPHAN/FNPM, Rio de Janeiro, Outubro de 1985. (In): *CLIO* (Série Arqueológica), Recife: UFPE, n. 05, 1989: 87-99.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, n/ 01, 1993: 225-262.

MACEDO, Helder A. Medeiros de. Os documentos do Cartório de Pombal – PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte. In: **Mneme Revista de Humanidades**, vol. 05, N.12, Nov. 2004, pág. 09 (Documento nº 08)

_____. Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó, Caicó – RN. In: **Mneme Revista de Humanidades**, vol. 06, N.13, Nov. 2005, pág. 09.

MARTINEZ-VELA, Carlos. Columbia: ESD, 83, Fall 2001.

MOREIRA, Rafael. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa S/A, 1998.

MOREIRA, Zenóbia Collares. *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*. Natal / RN: EDUFRRN, 2005, p.206 (verbeta: casa forte).

MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS. *Itinerário da Faiança de Porto e Gaia*. Porto/PT: Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional/Prefeitura do Porto/Ministério da Cultura.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações portuguesas de Salvador – quando cabeça do Brasil*. Salvador: OMAR G. / Fundação Gregório de Mattos, 2004.

ORSER JÚNIOR, Charles. *Introducción a la arqueología histórica*. Buenos Aires: AINA, 2000.

_____. *A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna*. *REVISTA do Museu de Arqueologia e Etnologia / USP*. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. São Paulo, Suplemento 03. p. 87-101, 1999.

_____. Network Theory and the Archaeology of Modern History. In: FUNARI, P.P.A.; ZARANKIN, Andres and STOVEL, Emily. *Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2005.

PEREIRA, José Gerardo Barbosa. *A restauração de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004. (Coleção General Benício, v.409)

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

REIS, José Alberione dos. *Prolegômenos sobre teoria na arqueologia*. [S.l.:s.n]

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vol. XVII-XIX, 1918-1921 (Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil), pág. 79-103 (vol.XVII.) e pág.91 (vol. XIX).

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica M. *O estudo da interação cultural em arqueologia*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. São Paulo, Suplemento 03. p. 31-34, 1999.

_____. *Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado*. *Revista USP*, n.44, 1999/2000, p.10-31.

SANTOS, Francisco Ruas. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. (Coleção marechal Tromposwsky, Vol. 13)

SENATORE, Maria Ximena. *Arqueología Histórica e Expansión Capitalista. Prácticas Cotidianas y Grupos Operarios em La Peninsula Byers, Isla Livingstone, Shetland del Sur*. (in) Andrés Zarankin e Felix A. Acuto. *Sed Non Satiata. Teoria Social in La Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999..

SCHIAVETTO, Solange Nunes de O. (org.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2005.

_____. *A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional?* In: FUNARI, P. P. A.; ORSER JÚNIOR, Charles

e SCHIAVETTO, Solange N. de O. *Identidades, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo: FAPESP / Anablume, 2005.

SILVA, Roberto A. Arqueologia, Antropologia e História: o interesse pelos vestígios humanos. *Revista Cadernos de História*, vol 45, n.2/1, jul/dez 1997, jan/dez 1998. Pág. 143-160.

_____. As casas fortes: estudos preliminares em arqueologia histórica colonial no Nordeste do Brasil. *Anais do Congresso Internacional da SAB/ XIV Congresso da SAB/III Encontro IPHAN e Arqueólogos*, Florianópolis, SC, outubro de 2007.

SILVA, Ma Beatriz N. da (coord.) *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 598-602. (verbete: organização militar).

SMITH, Robert C. *Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: UFPE/ MEC, 1979.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *História Administrativa do Brasil*. Brasília: UnB, 1983.

TÁVORA, Fernando. *Cunhaú*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Vol. XLVIII – XLIX, 1951-1952

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000. (Coleção General Benício, Vol. 362)

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes da cidade no Brasil Colonial: considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 02, número 03, 2003, p.53-60.

THOMAS, Julian. *A materialidade e o social*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. São Paulo, Suplemento 03. Pág. 15-20, 1999.

TOCCHETO, Fernanda Bordin (et. alii.). *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: SMC/Unidade Editorial/Museu de Porto Alegre, 2001.

TRIGGER, Bruce G. La explicación de la diversidad. In: *História del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editora Crítica, 1992, p. 307-342 (Coleção Crítica /Arqueologia)

_____. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004. (Tradução Ordep T. Serra).

VARGAS, Milton (org.) *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: UNESP/CEETEPS, 1994.

VILLAR, Diego. Resenha: VIAZZO, Pier Paolo. Introducción a la antropología histórica. In: *Revista de Antropología*. V. 47, nº1, São Paulo: USP, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

_____. The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s. New York: Academic Press, 1989.

_____. Análise dos Sistemas Mundiais. (In): GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs) Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999, Pág. 447-470.

WILSON, Thomas P. Sociologia e método matemático. (In): Anthony Giddens e Jonathan Turner (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999: 553-582.

ZARANKIN, Andrés. El pensamiento moderno y el pensamiento posmoderno em Arqueologia. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A de O. (orgs). *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: IFCH / UNICAMP. 2000. págs. 341-360. (Coleção Idéias 02).

ZARANKIN, Andrés y ACUTO, Félix (orgs). *Sed non satiata: teoria social en la arqueologia latinoamericana contemporânea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente,1999. (Colección Científica).

ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena. (orgs). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002. (Colección Científica).

Fontes Bibliográficas Virtuais:

Dicionário da Língua Portuguesa Porto Editora – On-Line (www.portoeditora.pt/dol)

Dicionário da Língua Portuguesa On-Line (www.priberam.pt/DLPO/).

Las Fortalezas medievales gallegas: desarrollo histórico. In: *Inventário documental y gráfico de las fortalezas medievales de Galicia*. (www.psarmiento.cesga.es/fortalcast/proyecto1.html).

FONTES DOCUMENTAIS E ETNOGRÁFICAS

Etnografia histórica sobre a capitania do Rio Grande: índios, holandeses e colonos.

ETNOGRAFIA (Relatos de viagem)

1. Período Holandês: (1630-1654)	a) Johannes de Laet b) Diogo Lopes Vega c) Gaspar Von Barléus
2. Período pós-holandês: (1655 – 1700)	a) Duarte de Albuquerque Coelho

	b) Frei Manoel Calado c) Francisco de Brito Freire d) D. Francisco Manuel de Melo e) Mestre de Campo Francisco Barreto f) Diogo Lopes Santiago
--	--

Dados documentais:

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia (AAPEB): Regimentos e Cartas Oficiais sobre a guerra contra o índio tapuia, as casas fortes e os recursos militares na Bahia e no Rio Grande do Norte no século XVII.

1. Regimentos:	- Governador Geral Tomé de Souza (1549) - Antonio Cardoso de Barros – Provedor mor da fazenda (1548) - Governador Geral Gaspar de Sousa (1612) Das Fronteiras (25/08/1645)* - Governador Geral Francisco Barreto (1657) - Capitão-mor Bartholomeu Aires (1658) - Sargento-mor Pedro Gomes (1657 da cachoeira ao Orobó) - Ajudante Luis Álvares (1657) - Capitão Francisco de Brá (1658)
----------------	---

2. Cartas Oficiais:	<p><u>BAHIA:</u></p> <p>a) Francisco Barreto para a Câmara da Bahia (1657)</p> <p>b) Francisco Barreto para o Capitão-mor de São Vicente (1658)</p> <p>c) Visconde de Barbacena a E.R. B. Parente (1672)</p> <p>d) Visconde a D. Azevedo (1672)</p>
	<p><u>RIO GRANDE:</u></p> <p>a) Carta de Matias de Albuquerque para D. Luisa de Gusmão (1661)</p> <p>b) Carta de Francisco Barreto ao Capitão-mor da Paraíba (1661)</p> <p>c) Câmara de Natal ao Governador Geral (1668)</p> <p>d) Petição dos moradores do Rio Grande ao Conselho Ultramarino (1695)</p>

Documentos Históricos /Biblioteca Nacional, volumes 07 e 08 - Cartas do Governador Geral Frei Manuel da Ressurreição / Arcebispo e Governador Geral do Brasil

- Página 322: Carta ao Bispo governador de Pernambuco – 14/10/1688
- Páginas 330-331: Carta para Capitão- mor do Rio Grande Agostinho César de Andrade – 18/10/1688
- Página 332: Carta para o Bispo governador de Pernambuco sobre dar cumprimento às ordens... - 28/10/1688
- Página 333: Carta para Provedor da Fazenda de Pernambuco sobre as ordens que se passaram para governo – 29/10/1688
- Página 334: Carta para Capitão - mor Agostinho de Andrada sobre as ordens que se remeteram ao Rio Grande – 29/10/1688
- Página 340: Para o Capitão - mor do Rio Grande Agostinho César... – 4/12/1688

- Página 353: Carta para o Sargento-mor Joseph Pereira Ferro e os capitães... – 9/02/1689
- Página 354: Carta para o Capitão - mor da Villa de Penedo Pedro Aranha – 9/02/1689
- Página 359: Carta para o Capitão - mor Pedro Aranha Pacheco sobre a Jornada que ele não fez ao sertão – 24/05/1689
- Página 382: Consta que se escrevem ao Capitão - mor do RN, Agostinho César sobre reorganização – 10/03/1690.
- Página 388: Carta para o Almotacé-mor do Reino e Governador de Pernambuco.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DH / BN): volumes 03, 04, 08, 84 e 86 – referentes a informações sobre a guerra contra o índio, as casas fortes e os recursos e estratégias militares utilizadas no século XVII..

Documentos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN): *Cartas Patentes do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (anos de 1673 a 1690)*